DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 016/2025

AUTORIZAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRAS

ÓRGÃO	Prefeitura Municipal de Mariana
SECRETARIA REQUISITANTE	Secretaria Municipal de Administração
SETOR	Coordenadoria de Recursos Humanos

1-DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica voltados à análise, validação, revisão e emissão de pareceres sobre os processos de geração e manutenção da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com abrangência sobre as competências dos últimos 60 (sessenta) meses.

2-JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG, através da Secretaria Municipal de Administração, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação para os serviços de Auditoria Externa na Folha de Pagamento de Pessoal, compreendendo Legislações Funcionais e Previdenciárias, avaliando as Ações Gerenciais e Procedimentos Relacionados ao Processo de Gestão de Informações da Folha de Pagamento, bem como as respectivas obrigações acessórias, conforme proposta aprovada da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL em concordância com o Art. 74, III, c, da Lei Federal n' 14.133/21, e de acordo com os motivos adiante expostos:

CONSIDERANDO que o Art. 74, III, c, da Lei Federal n' 14.133/21 assim dispõe:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> **III** - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

02

c) assessorias ou consultorias técnicas e **auditorias financeiras ou tributárias;**

CONSIDERANDO que será feito Serviços de Auditoria especializada com o objetivo de Planejamento e Apresentação de Resultado da Folha de Pagamento detectando falhas na composição dos encargos relacionados a essa Folha de Pagamento e respectivas obrigações acessórias que beneficiará o município trazendo economia aos cofres públicos visto que será demonstrada com base na legislação os cálculos reais das despesas municipais com funcionários públicos, enxugando ainda mais as despesas com pessoal.

CONSIDERANDO a qualidade da Informação e Eficiência da Gestão: A auditoria especializada proporcionará uma análise aprofundada da qualidade dos dados atualmente gerados, transmitidos e armazenados pelo Município, permitindo a identificação de fragilidades nos processos de controle interno, bem como a correção de distorções na parametrização de rubricas da folha de pagamento. Isso trará maior segurança para a tomada de decisões, além de fortalecer a governança municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de Revisão dos Processos Internos: Além da auditoria dos dados financeiros e previdenciários, há a necessidade de reestruturação dos fluxos internos responsáveis pela gestão da folha de pagamento e das obrigações acessórias (DCTFWeb, REINF, eSocial). A proposta de construção de um "Fluxo Operacional Ideal", por função/cargo, permitirá ao Município implantar processos mais seguros, claros e auditáveis.

CONSIDERANDO a Capacitação Técnica da Equipe Interna: O escopo dos serviços inclui treinamento e capacitação das equipes da Prefeitura, de modo a garantir que, ao final da execução contratual, os servidores municipais estejam preparados para conduzir com autonomia e segurança os processos de geração, conferência e transmissão da folha de pagamento e obrigações acessórias.

CONSIDERANDO o Volume de Dados e Complexidade Técnica: O período de análise (5 anos), o volume de informações a ser tratado é expressivo, o que exige o uso de tecnologias próprias e ferramentas especializadas, além de equipe técnica multidisciplinar com sólida experiência em auditorias em entes públicos.

CONSIDERANDO que o objeto, além de envolver a execução de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, apresentar natureza singular, ou seja, revelar-se excepcional, incomum ao cotidiano administrativo, diferenciando-se de outros similares a ponto de ser considerado peculiar, motivo pelo qual sua contratação requer a seleção de profissional ou empresa de notória especialização.

CONSIDERANDO que a Administração Pública, no caso o Poder Executivo, possui sua singularidade a qual exige dos gestores que busquem se cercar do melhor assessoramento técnico, objetivando um eficiente assessoramento contábil.

CONSIDERANDO que objeto apresentado se justifica por inexigibilidade de licitação, levando-se em conta a especialidade dos serviços e singularidade dos mesmos, bem como, **a**

pessoalidade e confiança do profissional a realizar os serviços, em concordância com o Art. 74, III, c, da Lei Federal n' 14.133/21.

CONSIDERANDO que outro aspecto a ser avaliado é o da notória especialização que se verifica pela qualificação dos profissionais **ou por suas experiências acumuladas**.

CONSIDERANDO, que os serviços ora contratados, requerem a existência de uma perfeita e saudável assessoria e consultoria técnica completa e alto grau de expertise na análise que se pretende realizar, e que transmita a segurança para a Municipalidade, através da sua confiabilidade operacional. Assim, se vê na premência da contratação de serviços técnicos especializados, mais especificamente, a presente auditoria externa e consultoria técnica na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo e respectivas obrigações acessórias da administração direta do município de MARIANA/MG, onde a empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL se configura com o conceito de notória especialização pelos relevantes serviços que vem prestando a empresas privadas e órgãos públicos, **em especial ao próprio Município de Mariana/MG, não havendo outro nome mais apropriado para trazer o resultado esperado por essa municipalidade.**

Observa-se que essa compreensão encontra amparo em precedente do Supremo Tribunal Federal, que no julgamento da Ação Penal nº 348/SC firmou o seguinte entendimento, consoante se extrai da Ementa do Acórdão:

> *'2. 'Serviços técnicos profissionais especializados' são serviços que a Administração deve contratar sem licitação,* ***escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado.*** *Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços – procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo – é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do 'trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato' (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/1993).* ***O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança****. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente'.*

CONSIDERANDO, que o responsável técnico e proprietário pela citada empresa, atende completamente, as necessidades da execução dos nossos serviços, notadamente por possuir conhecimento prático e técnico, específicos para os serviços propostos, acrescentando-se a isso, os atestados de capacidade técnica que comprovam ainda mais a qualificação da INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL.

CONSIDERANDO que a empresa preenche todos os requisitos exigidos em lei para a contratação, por inexigibilidade de licitação. Enfim, se trata de uma empresa que possui credibilidade e confiança para a execução dos serviços de auditoria da Folha de Pagamento e respectivas obrigações acessórias do Executivo Municipal, conseguido, inclusive, pela notória experiência positiva que esta Administração já reconheceu nos atestados de capacidade técnica apresentados.

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível no âmbito da Administração Pública, em se tratando de serviços técnicos especializados deste naipe, conforme contratos e notas fiscais emitidas para outros contratantes para serviços da mesma natureza;

Trata-se, portanto, de uma medida de gestão preventiva, corretiva e educativa, com foco na melhoria contínua da administração pública municipal, em alinhamento com os princípios constitucionais da eficiência, legalidade e transparência.

Todas as especificidades técnicas da contratação, seus quantitativos, metas, indicadores, metodologia de trabalho, estimativas e justificativas legais encontram-se detalhadamente descritas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência que acompanham o presente processo.

Dessa forma, a presente justificativa sustenta, com respaldo técnico e jurídico, a necessidade e a legalidade da contratação pretendida, garantindo a observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, moralidade e supremacia do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal vigente, razão pela qual, pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, a Secretária de Administração da Prefeitura de Mariana se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexigência do prévio processo licitatório, em concordância com o Art. 74, III, "c", da Lei Federal nº 14.133/21.

3- GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

( ) Baixa ( ) Média (X) Alta

A contratação que se pleiteia está ligada às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública, em especial no que tange à eficiência arrecadatória, à racionalização de despesas tributárias e à ampliação da capacidade de investimento público, com vistas à melhoria dos serviços prestados à população.

Ademais, a cada mês ocorre a decadência dos direitos referentes a períodos anteriores a 5 anos, nos termos do Decreto 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

4- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

( ) Material de Consumo
( ) Material Permanente
(X) Serviços- Pessoa Jurídica
( ) Serviço- Pessoa Física
( ) Obras e/ou Serviços de Engenharia
( ) Outro (qual?)_____

5- DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

A contratação refere-se a um único projeto de prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria na gestão da folha de pagamento e obrigações acessórias da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com análise abrangendo os últimos 60 (sessenta) meses.

Com base nestas competências, espera-se a elaboração de 298 relatórios técnicos, detalhados por competência mensal e por temática específica, conforme fluxo de trabalho definido na proposta;.

Adicionalmente, a estruturação por etapas e a subdivisão em relatórios técnicos individuais visam assegurar transparência, rastreabilidade e controle sobre a execução dos serviços, facilitando o acompanhamento por parte da equipe gestora da Administração Municipal.

6- PREVISÃO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DOS MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS

O início dos serviços se dará após a assinatura do contrato.

7- FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega deverá ocorrer até o término do prazo contratual, considerando todos os requisitos dispostos no ETP.

Material ou equipamento
( ) Consumo ou ( ) Permanente

06

( ) Parcela única
( ) Semanal
( )Quinzenal
( ) Mensal
( ) Outro (qual?)

Prestação de serviço
(X) Não Continuado ou ( ) Continuado
( ) Parcela única ao final do Contrato, em caso de êxito ( ) semanal ( ) Quinzenal (X) Mensal ( ) Outro (qual?) _____

Regime de execução (Obras ou serviço de engenharia)
( ) Empreitada por preço unitário ( ) Empreitada por preço global ( ) Empreitada Integral ( ) Fornecimento e prestação de serviço associado ( ) Contratação por tarefa ( ) Contratação Integrada ( ) Contratação semi-integrada

8- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor global da contratação, estabelecido em R$904.728,00 (novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais), será rateado ao longo do período de vigência, com os pagamentos liberados apenas mediante a comprovação objetiva do cumprimento das etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro, assegurando a aderência ao princípio da vinculação da despesa à entrega do objeto contratado.

23.001.04.122.1.2421.3.3.90.39 **Ficha:** 559 **Fonte:**1.500

(X) Recurso Próprio ( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Recurso Vinculado Estadual ( ) Outros (quais?) Créditos efetivamente recuperados e com ingresso nos cofres públicos.

07

9- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELO DFD DA AREA REQUISITANTE

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana, 30 de outubro de 2025.

Karine Ferreira Magalhães
Responsável pela Formalização da Demanda

Telefone de contato: 3557-9056
E-mail: administracao@mariana.mg.gov.br

10 -RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 016/2025

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar no 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e coma própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Mariana, 30 de outubro de 2025.

Arlinda Gonçalves Coelho
Ordenador de Despesa - Secretaria Municipal de Administração

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 016/2025

SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica voltados à análise, validação, revisão e emissão de pareceres sobre os processos de geração e manutenção da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com abrangência sobre as competências dos últimos 60 (sessenta) meses

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Mariana/MG, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, identificou a necessidade de promover a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica especializada na gestão da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, abrangendo os últimos 60 (sessenta) meses de competência, além da revisão de obrigações acessórias e processos correlatos.

Tal necessidade decorre de diversos fatores técnicos, administrativos e legais, que impõem à Administração Pública Municipal o dever de revisar e validar os procedimentos atualmente adotados nos cálculos e operacionalização da folha de pagamento e nas declarações previdenciárias e tributárias.

Entre as principais razões que fundamentam a contratação, destacam-se:

a) Conformidade Legal e Normativa: A complexidade da legislação federal aplicável à administração pública, especialmente no que se refere às normas previdenciárias (INSS), tributárias (IRRF) e acessórias (GFIP, DCTFWeb, e-Social e REINF), exige um alto grau de especialização técnica. A correta interpretação e aplicação dessas normas são essenciais para evitar passivos fiscais, penalidades administrativas e autuações por parte da Receita Federal do Brasil.

b) Risco de Passivos e Contingências: A ausência de auditorias periódicas e de uma validação técnica especializada pode resultar na geração de passivos fiscais e previdenciários significativos, com repercussões negativas tanto para a situação fiscal do Município quanto para a regularidade de sua Certidão Negativa de Débitos (CND). A detecção preventiva de inconsistências e a correção de eventuais falhas minimizam o risco de autuações futuras.

c) Qualidade da Informação e Eficiência da Gestão: A auditoria especializada proporcionará uma análise aprofundada da qualidade dos dados atualmente

gerados, transmitidos e armazenados pelo Município, permitindo a identificação de fragilidades nos processos de controle interno, bem como a correção de distorções na parametrização de rubricas da folha de pagamento. Isso trará maior segurança para a tomada de decisões, além de fortalecer a governança municipal.

d) Necessidade de Revisão dos Processos Internos: Além da auditoria dos dados financeiros e previdenciários, há a necessidade de reestruturação dos fluxos internos dos setores responsáveis pela gestão da folha de pagamento e das obrigações acessórias (DCTFWeb, REINF, e-Social). A proposta de construção de um "Fluxo Operacional Ideal", por função/cargo, permitirá ao Município implantar processos mais seguros, claros e auditáveis.

e) Capacitação Técnica da Equipe Interna: O escopo dos serviços inclui treinamento e capacitação das equipes da Prefeitura, de modo a garantir que, ao final da execução contratual, os servidores municipais estejam preparados para conduzir com autonomia e segurança os processos de geração, conferência e transmissão da folha de pagamento e obrigações acessórias.

f) Volume de Dados e Complexidade Técnica: Considerando o período de análise (5 anos), o volume de informações a ser tratado é expressivo, o que exige o uso de tecnologias próprias e ferramentas especializadas, além de equipe técnica multidisciplinar com sólida experiência em auditorias em entes públicos.

Diante de todos esses elementos, a contratação de empresa com notória especialização, experiência comprovada em auditoria pública e ferramentas tecnológicas específicas se mostra imprescindível para assegurar:

- A mitigação de riscos fiscais e previdenciários;
- O aprimoramento dos controles internos da Administração;
- A capacitação técnica dos servidores;
- A conformidade legal e a segurança jurídica dos processos de gestão da folha de pagamento.

Trata-se, portanto, de uma medida de gestão preventiva, corretiva e educativa, com foco na melhoria contínua da administração pública municipal, em alinhamento com os princípios constitucionais da eficiência, legalidade e transparência.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES? SE NÃO ESTIVER, APRESENTAR JUSTIFICATIVA.

Não, uma vez que ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

010

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços técnicos especializados objeto deste Termo de Referência visa atender à necessidade de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com foco na análise da conformidade legal, prevenção de passivos, identificação de inconsistências, adequação dos processos internos de gestão de pessoal e obrigações acessórias.

Dada a complexidade e o alto grau de especialização exigidos, os serviços serão desenvolvidos de forma estruturada, por etapas técnicas sequenciais, conforme detalhamento abaixo:

1) Acesso e Preparação dos Dados

- Formalização das permissões e procurações necessárias para acesso aos sistemas da Receita Federal do Brasil (RFB) e demais plataformas utilizadas pelo Município;

- Coleta integral dos dados da folha de pagamento relativos aos últimos 60 (sessenta) meses, oriundos de dois sistemas distintos;

- Extração de arquivos eletrônicos (GFIP, DCTFWeb, e-Social, entre outros) e dados estruturados para análise.

2) Auditoria e Análise Técnica

- Revisão detalhada dos cálculos da folha de pagamento, incluindo: férias, 13° salário, folhas complementares e demais rubricas;

- Análise da correta aplicação das alíquotas de INSS, IRRF e GIILRAT;

- Avaliação das informações declaradas à RFB por meio de GFIP, DCTFWeb, e-Social e REINF;

- Verificação da situação fiscal do Município junto à Receita Federal;

- Diagnóstico de eventuais falhas sistêmicas, parametrizações incorretas ou recolhimentos indevidos.

3) Produção de Relatórios e Pareceres Técnicos

011

- Elaboração de relatórios técnicos por competência mensal, abordando:

- Regularidade das rubricas de folha;

- Conformidade previdenciária;

- Regularidade do GILRAT;

- Conformidade financeira (diferença entre valores calculados, transmitidos e efetivamente pagos);

- Elaboração de análises sobre os processos internos da folha e da gestão de obrigações acessórias;

- Proposição de fluxos operacionais ideais, com definição de rotinas e atribuições por função/cargo.

4) Treinamento e Capacitação da Equipe Municipal

- Realização de treinamentos contínuos para os servidores municipais das áreas de Recursos Humanos, Contabilidade e Tributação;

- Orientações práticas quanto ao correto lançamento, parametrização e operacionalização da folha de pagamento e das obrigações acessórias;

- Capacitação quanto aos procedimentos de consulta e extração de informações nos sistemas da Receita Federal.

5) Entrega de Arquivo Digital Estruturado

- Ao final dos serviços, será entregue à Prefeitura um arquivo digital completo, contendo:

- Todos os relatórios e pareceres técnicos elaborados;

- Os bancos de dados utilizados na análise;

- Manuais de boas práticas;

- Fluxogramas operacionais propostos.

012

6) Encerramento Contratual com Prestação de Contas

- Apresentação consolidada dos resultados obtidos;

- Demonstração da evolução dos processos de folha e obrigações acessórias após a implantação das melhorias;

- Reunião final de prestação de contas com a equipe da Administração Municipal.

O prazo total para a execução integral dos serviços será de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de início formal das atividades, podendo ser prorrogado, mediante justificativa técnica, em caso de dificuldades no acesso aos dados ou outras intercorrências operacionais.

Ademais, são requisitos da Contratação:

a) A empresa contratada deverá primar pelo perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigará, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente.
b) Definir a metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e necessidades do Poder Executivo Municipal;
c) Após recebida a Ordem de Serviços, a empresa deverá iniciar a prestação dos serviços imediatamente.

Em relação à habilitação, será exigido:

I) Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, sua última alteração e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o objeto licitado.
b) Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.
c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

013

II) Habilitação Fiscal e Trabalhista:

a) Cartão CNPJ.

b) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante.

c) Certidão que prove a regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho.

e) Declaração, sob as penas da Lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação;

f) Declaração, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

g) Para a assinatura do contrato, nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT c/c Art. 92, XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/21, o Licitante vencedor deverá apresentar, sob as penas da Lei, declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

III) Habilitação Técnica:

a) Atestado de capacidade técnico-operacional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da administração direta ou indireta da união, do distrito federal, dos estados ou dos municípios, em nome da licitante, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados. Será admitido que o atestado técnico-operacional seja em nome de outra empresa, desde que apresentada a comprovação de que a nova empresa seja fruto de cisão ou incorporação e que tenha ocorrido a transferência do acervo técnico.

b) Atestado de capacidade técnico-profissional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração direta ou indireta da União, do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios, em nome de integrante do seu quadro permanente, como empregado ou sócio da sociedade, ou ainda com vínculo contratual de prestação de serviços com a empresa, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados e/ou o comprovante de inscrição no Conselho de Classe.

c) O proponente que se valer do acervo técnico de profissional de seu quadro permanente deverá comprovar o vínculo empregatício ou contratual com o proponente, quando da assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Acórdão TCU 2353/2024 - 2ª Câmara.

- Esta comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de um dos documentos relacionados abaixo:

1) Ficha de Registro de Empregados - RE, com indicação da empresa contratante; ou
2) Folha do livro de registro de empregados, com indicação da empresa contratante; ou
3) Ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado de Capacidade Técnica; ou
4) Contrato de prestação de serviços, com prazo superior ao período de experiência previsto na legislação; ou
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

d) Termo de compromisso da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item anterior, será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto.

- Deverá o termo supra ser assinado, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável(is) técnico(s), indicado(s).

e) A Proponente deverá comprovar que a equipe que prestará os serviços terá, pelo menos, 01 advogado e 01 contador, sem limite, contudo, em relação aos demais membros da equipe.

IV) Habilitação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da proposta comercial, de acordo com a Lei 14.133/2021; em caso de empresa em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

A presente contratação deverá obedecer às normas vigentes

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

A contratação refere-se a um único projeto de prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria na gestão da folha de pagamento e obrigações acessórias da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com análise abrangendo os últimos 60 (sessenta) meses.

015

Com base nestas competências, espera-se a elaboração de 298 relatórios técnicos, detalhados por competência mensal e por temática específica, conforme fluxo de trabalho definido na proposta;
Adicionalmente, a estruturação por etapas e a subdivisão em relatórios técnicos individuais visam assegurar transparência, rastreabilidade e controle sobre a execução dos serviços, facilitando o acompanhamento por parte da equipe gestora da Administração Municipal.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a natureza altamente especializada do objeto a ser contratado, que envolve a prestação de serviços técnicos de auditoria externa, assessoria e consultoria especializada na gestão da folha de pagamento municipal e nas obrigações previdenciárias e tributárias acessórias, verifica-se tratar-se de uma atividade de natureza predominantemente intelectual, cujo desempenho requer:

- Conhecimento técnico-contábil aprofundado sobre a legislação previdenciária, tributária e trabalhista aplicável ao setor público;

- Domínio de metodologias específicas de auditoria de folha de pagamento e de cruzamento de dados fiscais junto à Receita Federal do Brasil (RFB);

- Capacidade operacional para o tratamento e análise de grandes volumes de dados históricos (abrangendo os últimos 60 meses);

- Desenvolvimento de soluções personalizadas para identificação de inconsistências, parametrizações incorretas, falhas sistêmicas e eventuais recolhimentos tributários/previdenciários incorretos.

Trata-se de um serviço de caráter singular, dada a complexidade, o alto grau de customização e a necessidade de integração entre as áreas de contabilidade pública, direito tributário, previdenciário e tecnologia da informação. As particularidades do objeto incluem:

- Análise detalhada de grandes bases de dados da folha de pagamento, por competência mensal;

- Revisão da regularidade de obrigações acessórias (GFIP, DCTFWeb, eSocial, REINF);

- Avaliação de conformidade dos recolhimentos de INSS, IRRF e GIILRAT;

016

- Proposição de fluxos operacionais ideais para os setores de Recursos Humanos e Contabilidade, com vistas à prevenção de novas inconsistências;

- Realização de capacitação técnica da equipe interna, para assegurar a continuidade das boas práticas após o encerramento contratual.

Frente a esse cenário, e com base no que dispõe o art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a contratação por inexigibilidade de licitação apresenta-se como o caminho mais adequado e juridicamente seguro, uma vez que o objeto demanda:

- Serviços técnicos especializados de natureza singular, com grau de especificidade que inviabiliza a competição entre múltiplos fornecedores;

- Notória especialização da empresa a ser contratada, evidenciada por sua trajetória profissional, experiência prévia comprovada em projetos semelhantes, domínio metodológico e utilização de soluções tecnológicas próprias.

Ademais, a própria proposta comercial recebida reforça os diferenciais técnicos da empresa proponente, com evidências concretas de que a contratada detém:

- Equipe técnica multidisciplinar com experiência comprovada no setor público;

- Portfólio de contratos similares firmados com outras administrações municipais nos últimos 12 meses;

- Ferramentas tecnológicas desenvolvidas internamente para execução de auditorias de grande volume e alta complexidade.

Após análise detalhada do mercado e das opções disponíveis, não foram identificadas alternativas viáveis que atendam, simultaneamente, aos seguintes critérios:

- Especialização comprovada no objeto específico da contratação (auditoria de folha de pagamento pública com foco previdenciário e tributário);

- Capacidade de tratamento massivo de dados históricos com suporte tecnológico próprio;

- Experiência prévia e bem-sucedida com entregas semelhantes em entes públicos;

- Expertise técnica reconhecida, com corpo técnico formado por profissionais especializados.

017

Após análise de mercado e das alternativas disponíveis, foi possível constatar a inexistência de pluralidade de fornecedores com as qualificações técnicas exigidas, corroborando a inviabilidade de competição, o que justifica a escolha do regime jurídico da inexigibilidade de licitação, em total aderência ao art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Diante desse contexto, este Estudo Técnico Preliminar recomenda a realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, fundamentado no artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, tendo como foco a eficiência, legalidade, interesse público e proteção fiscal do Município de Mariana/MG.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Instrução Normativa 65/2021, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Art. 62, define a necessidade de realização de pesquisa de preços nos estudos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos licitatórios.

Conforme já exposto, o serviço a ser contratado envolve alta expertise técnica, atrelada às demandas próprias de cada ente público, motivo pelo qual resta inviabilizada uma ampla pesquisa de preços.
Pra tanto, com base na comprovação apresentada pela pretensa contratada, temos o seguinte valor:

Item	Especificação	Und. Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
2	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB (GFIP, DCTFWeb, e-Social)	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
3	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
4	Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
5	Análise dos Processos de Execução da Folha de Pagamento e e-Social	Relatório	24	R$ 3.036,00	R$ 72.864,00
6	Fluxo Operacional Ideal	Relatório	7	R$ 3.036,00	R$ 21.252,00

018

7	Análise dos Processos de Gestão de Notas Fiscais de Prestadores ao Município, DCTFWeb e REINF	Relatório	24	R$ 3.036,00	R$ 72.864,00
8	Fluxo Operacional Ideal para Gestão de NFS, DCTFWeb e REINF	Relatório	3	R$ 3.036,00	R$ 9.108,00
Total			298		R$ 904.728,00

O modelo de pagamento proposto foi definido de forma a refletir a dinâmica de execução dos serviços ao longo dos 18 (dezoito) meses de vigência contratual, priorizando a vinculação entre a remuneração da contratada e a efetiva entrega dos produtos contratados.

Os repasses financeiros ocorrerão de maneira escalonada e proporcional ao avanço das atividades, ficando cada parcela condicionada à conclusão, entrega e aprovação dos relatórios técnicos e demais produtos previstos.

O valor global da contratação, estabelecido em R$904.728,00 (novecentos e quatro mil setecentos e vinte e oito reais), será rateado ao longo do período de vigência, com os pagamentos liberados apenas mediante a comprovação objetiva do cumprimento das etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro, assegurando a aderência ao princípio da vinculação da despesa à entrega do objeto contratado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos de auditoria externa, assessoria e consultoria na gestão da folha de pagamento e das obrigações previdenciárias e tributárias acessórias da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, abrangendo os últimos 60 (sessenta) meses de competências.

O escopo da contratação envolve a realização de um diagnóstico completo da situação previdenciária, tributária e de conformidade da folha de pagamento municipal, por meio de uma abordagem metodológica que combina auditoria contábil, análise jurídica, parametrização sistêmica e processamento tecnológico de grandes volumes de dados. O objetivo final é assegurar conformidade legal, mitigação de riscos futuros e o aprimoramento dos processos internos de gestão pública.

A execução dos serviços será conduzida em etapas técnicas sequenciais, a saber:

019

1. **Acesso e Coleta de Dados**

   - Formalização de acessos e procurações para os sistemas da Receita Federal do Brasil e demais plataformas municipais.
   - Levantamento integral dos dados da folha de pagamento e das declarações acessórias dos últimos cinco anos.
   - Extração de arquivos eletrônicos e parametrizações contábeis para início das análises.

2. **Auditoria e Análise Técnica Especializada**

   - Revisão de todos os cálculos de remuneração, adicionais, benefícios, descontos e encargos.
   - Verificação da correta aplicação das alíquotas de INSS, IRRF e GIILRAT.
   - Análise das declarações entregues à Receita Federal (GFIP, DCTFWeb, e-Social e REINF).
   - Identificação de falhas de parametrização, inconsistências sistêmicas, recolhimentos indevidos e passivos ocultos.

3. **Geração de Relatórios Técnicos e Pareceres**

   - Produção de **298 relatórios técnicos**, segmentados por competência mensal e por tema específico (rubricas, previdência, GIILRAT, conformidade financeira, fluxos operacionais, entre outros).
   - Elaboração de pareceres com diagnósticos detalhados, recomendações corretivas e proposições de fluxos operacionais ideais para os setores envolvidos.

4. **Proposição de Fluxo Operacional Ideal**

   - Mapeamento detalhado das rotinas internas dos setores de Recursos Humanos e Contabilidade.
   - Formulação de fluxos operacionais otimizados, com atribuição clara de responsabilidades, prazos e procedimentos.

5. **Treinamento e Capacitação da Equipe Municipal**

   - Realização de treinamentos contínuos durante o período contratual.
   - Capacitação das equipes para garantir autonomia futura na execução e controle dos processos de folha de pagamento e obrigações acessórias.

6. **Entrega de Arquivo Digital Estruturado**

   - Consolidação de todas as informações, análises, diagnósticos e bases de dados em um **arquivo digital completo**, para futura consulta, auditoria e gestão interna pela Administração Municipal.

7. **Encerramento com Prestação de Contas**

   - Apresentação consolidada dos resultados, com relatório final de prestação de contas.
   - Reunião técnica para entrega formal dos produtos e esclarecimento de eventuais dúvidas da equipe gestora.

Diferenciais da Solução Proposta

- Especialização Técnica: Equipe multidisciplinar com comprovada experiência em auditoria de folha de pagamento de entes públicos.
- Uso de Tecnologia Proprietária: Ferramentas de análise de dados desenvolvidas especificamente para auditorias em gestão pública.
- Abrangência Temporal: Análise retroativa de cinco anos (60 meses), cobrindo integralmente o prazo prescricional de obrigações tributárias e previdenciárias.
- Foco em Resultado: Entregáveis detalhados (relatórios técnicos), treinamento da equipe interna e entrega de base de dados estruturada para uso futuro.

A execução ocorrerá ao longo de 18 (dezoito) meses, com pagamentos mensais vinculados à entrega e aprovação dos produtos definidos no cronograma físico-financeiro.

O valor global da solução está fixado em R$904.728,00 (novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais), de acordo com a metodologia de precificação por relatório técnico apresentado, com base em valores praticados em contratações similares no setor público.

Diferenciais da Solução Proposta:

- Especialização Técnica: Equipe multidisciplinar com comprovada experiência em auditoria de folha de pagamento de entes públicos.
- Uso de Tecnologia Proprietária: Ferramentas de análise de dados desenvolvidas especificamente para auditorias em gestão pública.
- Abrangência Temporal: Análise retroativa de cinco anos (60 meses), cobrindo integralmente o prazo prescricional de obrigações tributárias e previdenciárias.
- Foco em Resultado: Entregáveis detalhados (relatórios técnicos), treinamento da equipe interna e entrega de base de dados estruturada para uso futuro.

A execução ocorrerá ao longo de 18 (dezoito) meses, com pagamentos mensais vinculados à entrega e aprovação dos produtos definidos no cronograma físico-financeiro.

O valor global da solução está fixado em R$904.728,00 (novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais), de acordo com a metodologia de precificação por relatório técnico apresentado, com base em valores praticados em contratações similares no setor público.

Trata-se de, assim, de uma solução que atende plenamente às necessidades identificadas pela Administração Municipal, com foco em segurança jurídica, eficiência administrativa, prevenção de passivos, recuperação de receitas e fortalecimento da governança pública, compatível com o regime de inexigibilidade de licitação previsto na Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

022

Com a execução dos serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria na gestão da folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, espera-se alcançar os seguintes resultados concretos e mensuráveis:

1. Diagnóstico Completo da Folha de Pagamento e das Obrigações Previdenciárias e Tributárias

- Identificação de eventuais **inconsistências, falhas de cálculo, parametrizações incorretas** e **recolhimentos indevidos** ocorridos nas folhas de pagamento dos últimos **60 (sessenta) meses;**
- Verificação da **conformidade legal** na aplicação das alíquotas de INSS, IRRF e GIILRAT;
- Análise da **regularidade das informações prestadas à Receita Federal,** por meio das obrigações acessórias (GFIP, DCTFWeb, eSocial e REINF).

2. Elaboração de Relatórios Técnicos Detalhados

- Entrega de **298 relatórios técnicos,** com análises por competência e por tema, contemplando:
  - Regularidade de rubricas e eventos da folha de pagamento;
  - Conformidade previdenciária;
  - Revisão do GIILRAT;
  - Conformidade financeira entre folha, remessas e pagamentos efetivos;
  - Diagnóstico dos fluxos internos de execução da folha e obrigações acessórias.

3. Proposição de Fluxo Operacional Ideal

- Entrega de **fluxogramas operacionais por função/cargo,** com definição de rotinas, responsabilidades e boas práticas para os setores de Recursos Humanos e Contabilidade;
- Recomendações formais para a adequação de processos internos visando **evitar a reincidência de erros** e assegurar **conformidade contínua** com a legislação vigente.

4. Capacitação e Autonomia da Equipe Municipal

- Realização de **treinamentos práticos e teóricos** com foco na correta execução da folha de pagamento, parametrização de sistemas e cumprimento das obrigações acessórias;
- Transferência de conhecimento que permita ao corpo técnico municipal atuar de forma **autônoma e segura após o encerramento do contrato.**

5. Disponibilização de Arquivo Digital Estruturado

- Entrega de um **arquivo digital completo,** contendo:
  - As bases de dados auditadas;
  - Todos os relatórios e pareceres técnicos elaborados;
  - Documentação de apoio para futuras consultas, fiscalizações ou auditorias internas/externas.

7. Prestação de Contas Final

- Apresentação de um **relatório de encerramento,** consolidando os resultados alcançados, as medidas corretivas implementadas e as melhorias processuais sugeridas.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta
demanda.
(X) Não.
( ) Sim.

024

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

(X) Não.
( ) Sim, apesar da existência de impactos ambientais, a empresa deverá se atentar à implementação de práticas sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental por meio de escolhas responsáveis de materiais e processos produtivos.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim

Mariana, 03 de novembro de 2025.

Karine Ferreira Magalhães
Subsecretária de Gestão e Estratégia
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

025

TERMO DE REFERÊNCIA

026

PREFEITURA DE
MARIANA
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA!

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA EXTERNA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA VOLTADOS À ANÁLISE, VALIDAÇÃO, REVISÃO E EMISSÃO DE PARECERES SOBRE OS PROCESSOS DE GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG, COM ABRANGÊNCIA SOBRE AS COMPETÊNCIAS DOS ÚLTIMOS 60 (SESSENTA) MESES.

03 de novembro de 2025

OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

O presente termo de referência visa a fixação de condições técnicas gerais/específica mínimas a serem obedecidas na Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica voltados à análise, validação, revisão e emissão de pareceres sobre os processos de geração e manutenção da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com abrangência sobre as competências dos últimos 60 (sessenta) meses.

DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Mariana/MG, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, identificou a necessidade de promover a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica especializada na gestão da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, abrangendo os últimos 60 (sessenta) meses de competência, além da revisão de obrigações acessórias e processos correlatos.

Tal necessidade decorre de diversos fatores técnicos, administrativos e legais, que impõem à Administração Pública Municipal o dever de revisar e validar os procedimentos atualmente adotados nos cálculos e operacionalização da folha de pagamento e nas declarações previdenciárias e tributárias.

Entre as principais razões que fundamentam a contratação, destacam-se:

a) Conformidade Legal e Normativa: A complexidade da legislação federal aplicável à administração pública, especialmente no que se refere às normas previdenciárias (INSS), tributárias (IRRF) e acessórias (GFIP, DCTFWeb, eSocial e REINF), exige um alto grau de especialização técnica. A correta interpretação e aplicação dessas normas são essenciais para evitar passivos fiscais, penalidades administrativas e autuações por parte da Receita Federal do Brasil.

b) Risco de Passivos e Contingências: A ausência de auditorias periódicas e de uma validação técnica especializada pode resultar na geração de passivos fiscais e previdenciários significativos, com repercussões negativas tanto para a situação fiscal do Município quanto para a regularidade de sua Certidão Negativa de Débitos (CND). A detecção preventiva de inconsistências e a correção de eventuais falhas minimizam o risco de autuações futuras.

c) Qualidade da Informação e Eficiência da Gestão: A auditoria especializada proporcionará uma análise aprofundada da qualidade dos dados atualmente gerados, transmitidos e armazenados pelo Município, permitindo a identificação de fragilidades nos processos de controle interno, bem como a correção de distorções na parametrização de rubricas da folha de pagamento. Isso trará maior segurança para a tomada de decisões, além de fortalecer a governança municipal.

d) Necessidade de Revisão dos Processos Internos: Além da auditoria dos dados financeiros e previdenciários, há a necessidade de reestruturação dos fluxos internos dos setores responsáveis pela gestão da folha de pagamento e das obrigações acessórias (DCTFWeb, REINF, eSocial). A proposta de construção de um "Fluxo Operacional Ideal", por função/cargo, permitirá ao Município implantar processos mais seguros, claros e auditáveis.

e) Capacitação Técnica da Equipe Interna: O escopo dos serviços inclui treinamento e capacitação das equipes da Prefeitura, de modo a garantir que, ao final da execução contratual, os servidores municipais estejam preparados para conduzir com autonomia e segurança os processos de geração, conferência e transmissão da folha de pagamento e obrigações acessórias.

f) Volume de Dados e Complexidade Técnica: Considerando o período de análise (5 anos), o volume de informações a ser tratado é expressivo, o que exige o uso de tecnologias próprias e ferramentas especializadas, além de equipe técnica multidisciplinar com sólida experiência em auditorias em entes públicos.

Diante de todos esses elementos, a contratação de empresa com notória especialização, experiência comprovada em auditoria pública e ferramentas tecnológicas específicas se mostra imprescindível para assegurar:

- A mitigação de riscos fiscais e previdenciários;
- O aprimoramento dos controles internos da Administração;
- A capacitação técnica dos servidores;
- A conformidade legal e a segurança jurídica dos processos de gestão da folha de pagamento.

Trata-se, portanto, de uma medida de gestão preventiva, corretiva e educativa, com foco na melhoria contínua da administração pública municipal, em alinhamento com os princípios constitucionais da eficiência, legalidade e transparência.

DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

Considerando a natureza técnica dos serviços a serem contratados, bem como a expertise a ser implementada na contratação, aliada à necessidade de padronização de métodos de coleta de dados, análise, auditoria e acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos, a contratação não pode ser parcelada.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de consórcios.

DA SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

Considerando a natureza da contratação, é vedada a subcontratação do objeto.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO/OBJETO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo é abordada em tópico específico no Relatório de Estudo Técnico Preliminar que acompanha este Termo de Referência.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Instrução Normativa 65/2021, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Art. 62, define a necessidade de realização de pesquisa de preços nos estudos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos licitatórios.

Conforme já exposto, o serviço a ser contratado envolve alta expertise técnica, atrelada às demandas próprias de cada ente público, motivo pelo qual resta inviabilizada uma ampla pesquisa de preços.

Pra tanto, com base na comprovação apresentada pela pretensa contratada, temos o seguinte valor:

Item	Especificação	Und. Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro e	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00

	Aplicação dos Eventos/Rubricas				
2	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB (GFIP, DCTFWeb, e-Social)	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
3	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
4	Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
5	Análise dos Processos de Execução da Folha de Pagamento e e-Social	Relatório	24	R$ 3.036,00	R$ 72.864,00
6	Fluxo Operacional Ideal	Relatório	7	R$ 3.036,00	R$ 21.252,00
7	Análise dos Processos de Gestão de Notas Fiscais de Prestadores ao Município, DCTFWeb e REINF	Relatório	24	R$ 3.036,00	R$ 72.864,00
8	Fluxo Operacional Ideal para Gestão de NFS, DCTFWeb e REINF	Relatório	3	R$ 3.036,00	R$ 9.108,00
Total			298		R$ 904.728,00

O modelo de pagamento proposto foi definido de forma a refletir a dinâmica de execução dos serviços ao longo dos 18 (dezoito) meses de vigência contratual, priorizando a vinculação entre a remuneração da contratada e a efetiva entrega dos produtos contratados.

Os repasses financeiros ocorrerão de maneira escalonada e proporcional ao avanço das atividades, ficando cada parcela condicionada à conclusão, entrega e aprovação dos relatórios técnicos e demais produtos previstos.

O valor global da contratação, estabelecido em R$904.728,00 (novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais), será rateado ao longo do período de vigência, com os pagamentos liberados apenas mediante a comprovação objetiva do cumprimento das etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro, assegurando a aderência ao princípio da vinculação da despesa à entrega do objeto contratado.

031

DAS CONDIÇÕES E PRAZOS O PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato e de execução dos serviços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação dos serviços técnicos especializados objeto deste Termo de Referência visa atender à necessidade de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com foco na análise da conformidade legal, prevenção de passivos, identificação de inconsistências e adequação dos processos internos de gestão de pessoal e obrigações acessórias.

Dada a complexidade e o alto grau de especialização exigidos, os serviços serão desenvolvidos de forma estruturada, por etapas técnicas sequenciais, conforme detalhamento abaixo:

1) Acesso e Preparação dos Dados

- Formalização das permissões e procurações necessárias para acesso aos sistemas da Receita Federal do Brasil (RFB) e demais plataformas utilizadas pelo Município;

- Coleta integral dos dados da folha de pagamento relativos aos últimos 60 (sessenta) meses, oriundos de dois sistemas distintos;

- Extração de arquivos eletrônicos (GFIP, DCTFWeb, e-Social, entre outros) e dados estruturados para análise.

2) Auditoria e Análise Técnica

- Revisão detalhada dos cálculos da folha de pagamento, incluindo: férias, 13° salário, folhas complementares e demais rubricas;

- Análise da correta aplicação das alíquotas de INSS, IRRF e GIILRAT;

- Avaliação das informações declaradas à RFB por meio de GFIP, DCTFWeb, eSocial e REINF;

- Verificação da situação fiscal do Município junto à Receita Federal;

- Diagnóstico de eventuais falhas sistêmicas, parametrizações incorretas ou recolhimentos indevidos.

3) Produção de Relatórios e Pareceres Técnicos

- Elaboração de relatórios técnicos por competência mensal, abordando:

- Regularidade das rubricas de folha;

- Conformidade previdenciária;

- Regularidade do GILRAT;

- Conformidade financeira (diferença entre valores calculados, transmitidos e efetivamente pagos);

- Elaboração de análises sobre os processos internos da folha e da gestão de obrigações acessórias;

- Proposição de fluxos operacionais ideais, com definição de rotinas e atribuições por função/cargo.

4) Treinamento e Capacitação da Equipe Municipal

- Realização de treinamentos contínuos para os servidores municipais das áreas de Recursos Humanos, Contabilidade e Tributação;

- Orientações práticas quanto ao correto lançamento, parametrização e operacionalização da folha de pagamento e das obrigações acessórias;

- Capacitação quanto aos procedimentos de consulta e extração de informações nos sistemas da Receita Federal.

5) Entrega de Arquivo Digital Estruturado

- Ao final dos serviços, será entregue à Prefeitura um arquivo digital completo, contendo:

- Todos os relatórios e pareceres técnicos elaborados;

- Os bancos de dados utilizados na análise;

- Manuais de boas práticas;

- Fluxogramas operacionais propostos.

6) Encerramento Contratual com Prestação de Contas

- Apresentação consolidada dos resultados obtidos;

- Demonstração da evolução dos processos de folha e obrigações acessórias após a implantação das melhorias;

- Reunião final de prestação de contas com a equipe da Administração Municipal.

O prazo total para a execução integral dos serviços será de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de início formal das atividades, podendo ser prorrogado, mediante justificativa técnica, em caso de dificuldades no acesso aos dados ou outras intercorrências operacionais.

Ademais, são requisitos da Contratação:

a) A empresa contratada deverá primar pelo perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigará, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente.
b) Definir a metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e necessidades do Poder Executivo Municipal;
c) Após recebida a Ordem de Serviços, a empresa deverá iniciar a prestação dos serviços imediatamente.

Em relação à habilitação, será exigido:

I) Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, sua última alteração e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II) Habilitação Fiscal e Trabalhista:

a) Cartão CNPJ.

b) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante.

c) Certidão que prove a regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho.

e) Declaração, sob as penas da Lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação;

f) Declaração, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

g) Para a assinatura do contrato, nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT c/c Art. 92, XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/21, o Licitante vencedor deverá apresentar, sob as penas da Lei, declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

III) Habilitação Técnica:

a) Atestado de capacidade técnico-operacional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da administração direta ou indireta da união, do distrito federal, dos estados ou dos municípios, em nome da licitante, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados. Será admitido que o atestado técnico-operacional seja em nome de outra empresa, desde que apresentada a comprovação de que a nova empresa seja fruto de cisão ou incorporação e que tenha ocorrido a transferência do acervo técnico.

035

b) Atestado de capacidade técnico-profissional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração direta ou indireta da União, do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios, em nome de integrante do seu quadro permanente, como empregado ou sócio da sociedade, ou ainda com vínculo contratual de prestação de serviços com a empresa, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados e/ou o comprovante de inscrição no Conselho de Classe.

c) O proponente que se valer do acervo técnico de profissional de seu quadro permanente deverá comprovar o vínculo empregatício ou contratual com o proponente, quando da assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Acórdão TCU 2353/2024 - 2ª Câmara.

- Esta comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de um dos documentos relacionados abaixo:

1) Ficha de Registro de Empregados - RE, com indicação da empresa contratante; ou

2) Folha do livro de registro de empregados, com indicação da empresa contratante; ou

3) Ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado de Capacidade Técnica; ou

4) Contrato de prestação de serviços, com prazo superior ao período de experiência previsto na legislação; ou

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

d) Termo de compromisso da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item anterior, será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto.

- Deverá o termo supra ser assinado, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável(is) técnico(s), indicado(s).

e) A Proponente deverá comprovar que a equipe que prestará os serviços terá, pelo menos, 01 advogado e 01 contador, sem limite, contudo, em relação aos demais membros da equipe.

IV) Habilitação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da proposta comercial, de acordo com a Lei 14.133/2021; em caso de empresa em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

A presente contratação deverá obedecer às normas vigentes

DECLARAÇÕES

Declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação da licitante, no presente certame, conforme modelo contido no edital;

Declaração de atendimento aos requisitos do edital e de que a empresa possui capacidade técnico-operacional, conforme modelo contido no edital.

Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que a mesma não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, conforme modelo contido no edital.

Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inc. Vi, do art. 68, da lei n.º 14.133/2021.

Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.

Declaração formal de disponibilidade para o item que propõe, declarando que a licitante possui todos os equipamentos, material e pessoal técnico e de apoio previstos neste edital, observando todas as exigências do projeto básico, suficiente para atender as frentes de trabalho, simultaneamente, para a execução dos serviços com excelência, comprovando assim a capacidade operacional igual ou superior ao exigido para o item proposto, devendo estar assinada pelo representante legal da empresa.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Início da execução do objeto: homologada a inexigibilidade de licitação e

assinado(s) o(s) contrato(s), o Município de Mariana por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança em conjunto da Secretaria Municipal de Administração emitirá a ordem de serviço para a contratada, que imediatamente iniciará a prestação de serviço.

O serviço se dará em conformidade com o previsto no cronograma físico financeiro e especificações.

No caso de impossibilidade de execução do serviço, ou atraso para início do mesmo por parte da empresa, esta deve comunicar à administração, no prazo de 24 horas o motivo pelo qual não será possível o cumprimento da ordem de serviço.

Os serviços exigem atendimento dentro dos prazos máximos fixados pela secretaria em reunião inicial, devidamente registrados em ata. Para cada uma das suas modalidades, requer-se que a contratada esteja disponível para atender todos os dias do ano, com possibilidade de executar ou concluir serviços fora do horário comercial, face à sua urgência e/ou gravidade, quer seja por prorrogação da jornada de trabalho ou revezamento de equipes, quando necessário.

Cronograma de realização dos serviços será o apresentado pela contratada, e deverá ser seguido, a fim que que o serviço seja finalizado dentro do prazo previsto.

O serviço se dará em conformidade com o previsto nos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, que integram este instrumento.

Para execução dos serviços a contratada deverá ter como parâmetro as normas técnicas da ABNT pertinentes de acordo com os serviços a serem executados.

A contratada deverá executar os serviços conforme o cronograma físico apresentado, mas se no decorrer da execução, houver necessidade de alteração no cronograma por parte da contratada e/ou por necessidade da administração, essa alteração deverá ser autorizada pelo(as) responsável (eis) da fiscalização do contrato.

A empresa contratada se responsabilizará por todas as despesas e encargos de qualquer natureza de suas contratações, necessárias à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros que incidam sobre o objeto do contrato.

Todos os serviços deverão ter aprovação do fiscal de contrato indicado pelo município, para que possa ser medido.

A contratada deverá entregar à fiscalização do contrato (contratante) um plano de trabalho, condizente com o cronograma da proposta.

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO

O controle e o acompanhamento do plano de trabalho são realizados mensalmente na fase de execução dos serviços.

Deverá ser obrigatório a comparação do plano de trabalho que foi elaborado na fase de planejamento com o que está a ser realmente executado em serviço, a fim de evitar o surgimento de atrasos comprometedores na execução dos serviços e que poderá resultar em multas para o contratado.

Para este controle e acompanhamento serem eficazes deve ser criado um procedimento que disponibilize aos responsáveis em obra a informação, qualitativa e quantitativa (mais importante), sobre a evolução dos serviços.

O controle e acompanhamento do plano de trabalho deve ficar definidos em três fases distintas: planejamento, monitoramento e medidas corretivas.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

Após a finalização dos serviços, será realizada a vistoria para a emissão do termo de recebimento provisório, que descreverá os possíveis vícios construtivos encontrados e que deverão ser corrigidos pela contratada;

O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após a verificação da correta execução do serviço e consequente aceitação mediante recibo aposto na nota fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Responsabilidade de executar os serviços nos termos das especificações contidas no termo de referência, normas técnicas pertinentes;

Cumprir rigorosamente a relação de serviços constantes dos documentos de planejamento.

Executar todos os serviços em conformidade com a legislação ambiental em vigor;

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato e atender rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência a fiscalização, respondendo integralmente por sua omissão;

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio de terceiros, em razão da execução do contrato;

Manter, durante toda execução dos serviços, todas as condições de habilitação;

O acompanhamento tecnológico ficará a cargo da contratada, independentemente da atividade fiscalizadora do órgão.

A contratada assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente contrato.

A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras, inclusive perante o registro de imóveis.

A contratada fica obrigada a comunicar imediatamente à administração contratante qualquer alteração de sua condição no processo de recuperação judicial ou extrajudicial, se for o caso.

Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da lei federal nº lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

Cumprir fielmente às disposições do contrato, no que lhe couber.

Fornecer à contratada os elementos indispensáveis ao início do serviço no prazo estabelecido no contrato.

Adotar, sempre que necessário, providências junto a terceiros, na ocorrência de dificuldades no transcurso normal do serviço.

Efetuar, na presença da contratada, a análise e aprovação dos serviços executados, visando a medição dos serviços concluídos.

Avaliar as medições e faturas apresentadas pela contratada, atestando-as para pagamento, se for o caso, observando os procedimentos estabelecidos em legislação própria e neste tr.

Realizar avaliação de desempenho da contratada ao final do contrato, afim de corresponder à pontuação prevista na lei 14.133.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O cronograma de execução da prestação de serviços é de 18 (dezoito) meses.

Pagamento dos serviços executados será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal ou fatura respectiva, resguardada a autorização de faturamento do departamento responsável pela medição (contratante), mediante depósito em banco e conta indicados pela contratada

A emissão da nota fiscal pela CONTRATADA será autorizada pelo Departamento Responsável pela Medição (CONTRATANTE) após entrega de todos os documentos descritos necessários para elaboração do Boletim de Medição. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pela CONTRATANTE.

A nota fiscal deverá conter todas às especificações dos serviços, conforme planilhas disponibilizadas neste Termo de Referência, e estar devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de servidores designados para fiscalização, acompanhamento e recebimento de materiais, bens e serviços.

Em nenhuma hipótese a Contratada terá direito ao pagamento de serviços que executar em virtude de ordens verbais;

O setor responsável pelo recebimento dos serviços encaminhará a Nota Fiscal a Contabilidade da Prefeitura. O pagamento se fará mediante a apresentação dos documentos de regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social/ INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, e todos os demais documentos necessários à comprovação de regularidade legal, fiscal, previdenciária e trabalhista, sem as quais o pagamento ficará retido. Na hipótese de irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, lei nº 14.133/2021).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 caput da lei federal n. 14.133/2021.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos do art. 117, §1°, da lei federal n. 14.133/2021 e do art. 11, §2° do decreto municipal n. 12.967, de 19 de janeiro de 2023.

O fiscal do contrato deverá verificar da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no capítulo vii, da lei federal n. 14.133, de 2011.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2°, lei n° 14.133/2021).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5°, lei n° 14.133/2021).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, lei n° 14.133/2021).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121, caput, lei n° 14.133/2021).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (art. 121, §1°, lei n° 14.133/2021).

O gestor do contrato verificará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução das obras e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, em conformidade com a lei federal n° 14.133, de 2021.

O gestor do contrato coordenará todo o processo de acompanhamento e fiscalização do serviço, com registros formais do histórico de gerenciamento do empreendimento, a exemplo de ordens de início e de serviço, do registro de ocorrências, das alterações dos projetos e das prorrogações contratuais e cumprirá todas as demais obrigações relacionadas.

A contratante indicará o gestor do contrato e competirá a ele, observado o disposto na lei federal n° 14.133, de 2021, administrar o contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos gerenciais, especialmente:

043

Manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual, mormente cujo objeto tenha seu preço demonstrado com base em planilhas de composição de custos contidos na proposta licitatória, mantendo cópia disponível das referidas planilhas, com registro da equação econômico-financeira do contrato;

Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida;

Prover a autoridade superior de documentos e informações necessários à celebração de termo aditivo, objetivando as alterações do contrato previstas em lei, inclusive para prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após verificação da vantajosidade da prorrogação, bem como da manifestação do fiscal do contrato sobre a qualidade dos bens entregues e/ou serviços prestados;

Avaliar e se manifestar sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a serem decididos pela autoridade competente;

Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

Adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência;

Aplicar a sanção de advertência prevista no inciso i do art. 156 da lei federal nº 14.133, de 2021, por meio do procedimento administrativo sumaríssimo previsto em regulamento;

Analisar a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, conforme rol e condições dispostos no instrumento contratual e nas normas que disciplinam a execução da despesa pública, devolvendo-os ao fiscal do contrato para regularização, quando for o caso;

Incluir e conferir as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária necessárias ao pagamento, quando cabível e na ausência de fiscal administrativo do contrato, e encaminhar ao setor responsável;

Acompanhar as notas de empenho do contrato, solicitando o cancelamento de saldo, quando for o caso, respeitando a competência do exercício;

Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada nos sistemas da administração;

Realizar, quando for o caso, e acompanhar os lançamentos dos dados referentes ao contrato no site do município, verificando saldo e informando o encerramento do instrumento contratual;

Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída.

SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, a contratada que:

Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justiçado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei Federal n. 12.846, de 1° de agosto de 2013.

Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023:

I-Advertência;
II- Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar;
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2021.

A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n° 14.1333/21.

Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - Tumultuar a sessão pública da licitação;
II - Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III - Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores usado por Mariana, dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV - Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI - Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

VII - Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

VIII - Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX - Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X - Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI - Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII - Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII - Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV - Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV - Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII - Subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei n° 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n°14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 14.133/21 e no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2021.

Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o

aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

23.001.04.122.1.2421.3.3.90.39 Ficha: 559 Fonte:1.500

ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à "Prestação de serviços de gerenciamento e processamento de dados para pagamento de valores líquidos relativos à folha de pagamento dos servidores e funcionários públicos, funcionários contratados, comissionados, pensionistas da Administração direta, indireta, estagiários e beneficiários de programas sociais, do município de Mariana-MG" para constar como anexo ao edital.

Mariana, 03 de novembro de 2025.

Karine Ferreira Magalhães
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

ANÁLISE DE RISCO

ANÁLISE DE RISCOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA EXTERNA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA VOLTADOS À ANÁLISE, VALIDAÇÃO, REVISÃO E EMISSÃO DE PARECERES SOBRE OS PROCESSOS DE GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG, COM ABRANGÊNCIA SOBRE AS COMPETÊNCIAS DOS ÚLTIMOS 60 (SESSENTA) MESES.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO POTENCIAL	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Planejamento deficiente	Baixa	Alto	Prejuízo no atendimento das demandas dos serviços para SEMA	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme a necessidades de cada órgão	Subsecretaria Gestão Operacional
Elaboração Termo de Referência Equivocado	Baixa	Alto	Utilização por parte da contratada, de serviços de baixa qualidade.	Elaborar adequadamente o TR em conformidade às características do objeto contratado e solicitar a revisão deste pelo setor competente.	Gerente de Compras
Indisponibilidade Financeira	Baixa	Médio	Não contratação do objeto licitado	Planejamento financeiro da contratação	Gerente do Departamento de Tesouraria e Contabilidade
Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o contrato	Baixa	Alto	Prejuízo ao atendimento das necessidades das Secretarias requisitantes	Avaliação da Capacidade Técnica Operacional da empresa	Gerente de Compras

Atraso na contratação	Baixa	Médio	Contratação de empresa não qualificada	Fiscalizar o contrato sobre a forma de execução dos serviços e cumprimento das exigências do termo de referência. Aplicar as penalidades previstas e contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas.	Fiscal designado
Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à contratada	Baixa	Alto	Fornecedor se recusa a realizar entrega do serviço	Planejamento financeiro	Gerente do Departamento do Tesouraria e Contabilidade
Execução do objeto em desacordo com o acordado	Baixa	Alto	Prejuízo ao erário	Elaboração do termo de referência e especificações técnicas adequadas, fiscalização de contrato eficiente e fiscalização da entrega do objeto.	Subsecretaria Gestão de Operacional Fiscal Designado

Certificamos que a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MARIANA é responsável pela elaboração do presente documento que materializa o Gerenciamento de Riscos da presente contratação.

Mariana, 03 de novembro de 2025.

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

051

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica voltados à análise, validação, revisão e emissão de pareceres sobre os processos de geração e manutenção da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com abrangência sobre as competências dos últimos 60 (sessenta) meses.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG, através da Secretaria Municipal de Administração, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação para os serviços de Auditoria Externa na Folha de Pagamento de Pessoal, compreendendo Legislações Funcionais e Previdenciárias, avaliando as Ações Gerenciais e Procedimentos Relacionados ao Processo de Gestão de Informações da Folha de Pagamento, bem como as respectivas obrigações acessórias, conforme proposta aprovada da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL em concordância com o Art. 74, III, c, da Lei Federal n' 14.133/21, e de acordo com os motivos adiante expostos:

CONSIDERANDO que o Art. 74, III, c, da Lei Federal n' 14.133/21 assim dispõe:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> **III** - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
>
> **c)** assessorias ou consultorias técnicas e **auditorias financeiras ou tributárias;**

CONSIDERANDO que será feito Serviços de Auditoria especializada com o objetivo de Planejamento e Apresentação de Resultado da Folha de Pagamento detectando falhas na composição dos encargos relacionados a essa Folha de Pagamento e respectivas obrigações acessórias que beneficiará o município trazendo economia aos cofres públicos visto que será demonstrada com base na legislação os cálculos reais das despesas municipais com funcionários públicos, enxugando ainda mais as despesas com pessoal.

CONSIDERANDO a qualidade da Informação e Eficiência da Gestão: A auditoria especializada proporcionará uma análise aprofundada da qualidade dos dados atualmente gerados, transmitidos e armazenados pelo Município, permitindo a identificação de fragilidades nos processos de controle interno, bem como a correção de distorções na parametrização de

rubricas da folha de pagamento. Isso trará maior segurança para a tomada de decisões, além de fortalecer a governança municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de Revisão dos Processos Internos: Além da auditoria dos dados financeiros e previdenciários, há a necessidade de reestruturação dos fluxos internos responsáveis pela gestão da folha de pagamento e das obrigações acessórias (DCTFWeb, REINF, e-Social). A proposta de construção de um "Fluxo Operacional Ideal", por função/cargo, permitirá ao Município implantar processos mais seguros, claros e auditáveis.

CONSIDERANDO a Capacitação Técnica da Equipe Interna: O escopo dos serviços inclui treinamento e capacitação das equipes da Prefeitura, de modo a garantir que, ao final da execução contratual, os servidores municipais estejam preparados para conduzir com autonomia e segurança os processos de geração, conferência e transmissão da folha de pagamento e obrigações acessórias.

CONSIDERANDO o Volume de Dados e Complexidade Técnica: O período de análise (5 anos), o volume de informações a ser tratado é expressivo, o que exige o uso de tecnologias próprias e ferramentas especializadas, além de equipe técnica multidisciplinar com sólida experiência em auditorias em entes públicos.

CONSIDERANDO que o objeto, além de envolver a execução de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, apresentar natureza singular, ou seja, revelar-se excepcional, incomum ao cotidiano administrativo, diferenciando-se de outros similares a ponto de ser considerado peculiar, motivo pelo qual sua contratação requer a seleção de profissional ou empresa de notória especialização.

CONSIDERANDO que a Administração Pública, no caso o Poder Executivo, possui sua singularidade a qual exige dos gestores que busquem se cercar do melhor assessoramento técnico, objetivando um eficiente assessoramento contábil.

CONSIDERANDO que objeto apresentado se justifica por inexigibilidade de licitação, levando-se em conta a especialidade dos serviços e singularidade dos mesmos, bem como, **a pessoalidade e confiança do profissional a realizar os serviços**, em concordância com o Art. 74, III, c, da Lei Federal n' 14.133/21.

CONSIDERANDO que outro aspecto a ser avaliado é o da notória especialização que se verifica pela qualificação dos profissionais **ou por suas experiências acumuladas**.

CONSIDERANDO, que os serviços ora contratados, requerem a existência de uma perfeita e saudável assessoria e consultoria técnica completa e alto grau de expertise na análise que se pretende realizar, e que transmita a segurança para a Municipalidade, através da sua confiabilidade operacional. Assim, se vê na premência da contratação de serviços técnicos

especializados, mais especificamente, a presente auditoria externa e consultoria técnica na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo e respectivas obrigações acessórias da administração direta do município de MARIANA/MG, onde a empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL se configura com o conceito de notória especialização pelos relevantes serviços que vem prestando a empresas privadas e órgãos públicos, **em especial ao próprio Município de Mariana/MG, não havendo outro nome mais apropriado para trazer o resultado esperado por essa municipalidade.**

Observa-se que essa compreensão encontra amparo em precedente do Supremo Tribunal Federal, que no julgamento da Ação Penal nº 348/SC firmou o seguinte entendimento, consoante se extrai da Ementa do Acórdão:

> *'2. 'Serviços técnicos profissionais especializados' são serviços que a Administração deve contratar sem licitação,* ***escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado.*** *Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços – procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo – é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do 'trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato' (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/1993).* ***O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança****. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente'.*

CONSIDERANDO, que o responsável técnico e proprietário pela citada empresa, atende completamente, as necessidades da execução dos nossos serviços, notadamente por possuir conhecimento prático e técnico, específicos para os serviços propostos, acrescentando-se a isso, os atestados de capacidade técnica que comprovam ainda mais a qualificação da INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL.

CONSIDERANDO que a empresa preenche todos os requisitos exigidos em lei para a contratação, por inexigibilidade de licitação. Enfim, se trata de uma empresa que possui credibilidade e confiança para a execução dos serviços de auditoria da Folha de Pagamento e

054

respectivas obrigações acessórias do Executivo Municipal, conseguido, inclusive, pela notória experiência positiva que esta Administração já reconheceu nos atestados de capacidade técnica apresentados.

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível no âmbito da Administração Pública, em se tratando de serviços técnicos especializados deste naipe, conforme contratos e notas fiscais emitidas para outros contratantes para serviços da mesma natureza;

Trata-se, portanto, de uma medida de gestão preventiva, corretiva e educativa, com foco na melhoria contínua da administração pública municipal, em alinhamento com os princípios constitucionais da eficiência, legalidade e transparência.

Todas as especificidades técnicas da contratação, seus quantitativos, metas, indicadores, metodologia de trabalho, estimativas e justificativas legais encontram-se detalhadamente descritas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência que acompanham o presente processo.

Dessa forma, a presente justificativa sustenta, com respaldo técnico e jurídico, a necessidade e a legalidade da contratação pretendida, garantindo a observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, moralidade e supremacia do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal vigente, razão pela qual, pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, a Secretária de Administração da Prefeitura de Mariana se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexigência do prévio processo licitatório, em concordância com o Art. 74, III, "c", da Lei Federal nº 14.133/21.

Mariana/MG, 03 de novembro de 2025.

Arlinda Gonçalves Coelho

Secretária Municipal de Administração

PROPOSTA

055

À Prefeitura Municipal de Mariana/MG
Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Juliano Duarte
À Senhora Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração
Data: 02/09/2025

É com grande consideração que nos dirigimos a Vossas Senhorias para apresentar a atualização da Proposta nº 31.2025-1, enviada ao município em 07/05/2025, em conformidade com os ajustes tratados e solicitados por esta Administração.

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil sente-se privilegiada em poder contribuir para a continuidade da trajetória de sucesso do Município de Mariana/MG, reconhecido por sua relevância política, histórica e administrativa.

Com uma equipe técnica altamente qualificada e vasta experiência em auditorias especializadas, reafirmamos nossa convicção de que a prestação de serviços ora proposta será um diferencial relevante para a gestão da folha de pagamento e das obrigações acessórias do município, assegurando a excelência que o município merece.

Na sequência, apresentamos o detalhamento dos serviços ajustados, o cronograma de execução e a proposta revisada de honorários, sempre com foco em agregar valor e contribuir para a eficiência da gestão pública municipal.

OBJETO DA PROPOSTA

A presente proposta tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de AUDITORIA EXTERNA E CONSULTORIA TÉCNICA NA FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL ATIVO E INATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG . O objetivo é avaliar, validar e emitir pareceres sobre a qualidade dos dados, informações e sistemas que geram e mantêm a folha de pagamento, assegurando sua conformidade com a legislação vigente, além de garantir segurança e confiabilidade nos processos.

Incluem-se nas atividades a serem realizadas:

- Verificação da conformidade dos procedimentos utilizados para a operacionalização e geração da folha de pagamento com a legislação pertinente e demais normas aplicáveis, incluindo a revisão de cálculos.
- Identificação de procedimentos que possam representar riscos de passivos futuros.
- Análise do ambiente tecnológico utilizado para a confecção da folha de pagamento, com o intuito de avaliar se este proporciona um trabalho seguro e confiável para os operadores do sistema.
- Desenvolvimento de saneamento das rubricas/códigos operados na folha de pagamento, visando torná-la mais flexível, dinâmica e capaz de prevenir erros na folha mensal e/ou folha suplementar.
- Verificação do(s) regime(s) previdenciário(s) utilizado(s), assegurando conformidade com as exigências legais.
- Definição do período da auditoria com base na legislação vigente de prescrições.
- Verificação dos sistemas utilizados para a confecção da folha e controle de dados.
- Extração das informações necessárias para a auditoria via sistema, garantindo a integridade e qualidade dos dados.
- Solicitação das GFIPs referentes ao período auditável diretamente na RFB por nossa equipe.
- Verificação da situação fiscal do município , assegurando regularidade fiscal.
- Verificação da parametrização das verbas/rubricas da folha de pagamento, garantindo sua correta aplicação.
- Verificação da legislação do Município , para assegurar o cumprimento de normas municipais específicas.
- Elaboração de estudo analítico por verba/rubrica , detalhando os impactos fiscais e previdenciários de cada uma.
- Elaboração de estudo analítico por servidor , com foco nas obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- Cadastro de senha e treinamento à equipe da Prefeitura para acesso a sistemas relacionados à folha e à Receita Federal.
- Estudo de servidores ativos por competência base para o trabalho de GIILRAT.
- Estudo completo do GIILRAT , avaliando a conformidade e adequação das alíquotas

aplicadas.

- Análise da real incidência de contribuição previdenciária sobre verbas, via análise detalhada da folha de pagamento e informações fornecidas pela RFB.
- Estudo de valores totais por servidor e por competência , comparando os valores a pagar e os valores pagos efetivamente.

PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS/PARECERES TÉCNICOS

Após o acesso integral aos dados fornecidos pela Prefeitura, a CONTRATADA realizará uma análise detalhada para identificar deficiências, inconsistências e não conformidades. Os relatórios e pareceres técnicos a seguir terão como objetivo fornecer uma base sólida para a administração tomar decisões informadas e implementar melhorias contínuas na gestão da folha de pagamento:

Relatório/Parecer de Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas de Pagamento e Descontos em Folha de Pagamento, Folha Complementar, Férias e 13º Salário

Objetivo: Identificar e catalogar os eventos e rubricas utilizadas em cada uma das 60 competências, incluindo folhas complementares, férias e 13º salário.

Método: Catalogação detalhada das rubricas, assegurando a correta aplicação da legislação em cálculos de IRRF, INSS e obrigações patronais.

Resultados Esperados :

- Aplicação correta do normativo jurídico para cada rubrica.
- Parametrização sistêmica adequada para garantir cálculos automatizados.
- Identificação de inconsistências e erros sistêmicos.
- Detecção de possíveis fraudes e desvios.

Relatório/Parecer de Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB Através das Declarações GFIP, DCTFWeb e e-Social

Objetivo: Avaliar as informações previdenciárias declaradas em cada uma das 60 competências, com base nos últimos envios válidos para a Receita Federal.

Método: Análise das bases de recolhimento e movimentações de servidores, comparando-as com os dados da RFB.

Resultados Esperados :

058

- Conformidade das alíquotas de FAP e RAT.
- Correta aplicação das normas jurídicas e identificação de divergências.
- Parametrização sistêmica e detecção de fraudes ou erros de programação.

Relatório/Parecer de Regularidade do GIILRAT

Objetivo: Avaliar os valores de recolhimento do GIILRAT para cada competência, com base na legislação vigente.

Método: Cálculo dos valores devidos para FAP e RAT, comparando-os com os valores efetivamente recolhidos.

Resultados Esperados :

- Parametrização correta das alíquotas aplicadas.
- Identificação de fraudes e desvios nos recolhimentos.
- Conformidade com as normas vigentes.

Relatório/Parecer de Análise de Conformidade Financeira

Objetivo: Comparar três bases de dados (sistema de folha de pagamento, arquivos de remessa e arquivos de retorno) para identificar não conformidades e inconsistências no fluxo de pagamentos.

Método: Cruzamento de informações entre os valores gerados, transmitidos e efetivamente creditados nas contas dos servidores.

Resultados Esperados :

- Verificação da conformidade entre os valores transmitidos e os valores creditados.
- Proposição de medidas corretivas para discrepâncias identificadas.

Relatório/Parecer de Análise dos Processos de Execução da Folha de Pagamento e e-Social

Objetivo: Comparar e determinar o fluxo de operacionalização da folha de pagamento, para identificar não conformidades e inconsistências no fluxo de trabalho (Últimos 12 (doze) meses).
Método: Entrevistas e análise de documentos, dados e informações do setor, determinando os processos adotados

Resultados Esperados :

- Determinação dos fluxos adotados, profissionais e cargos responsáveis por cada uma das atividades inerentes à conclusão da Folha de Pagamento, bem como transmissão de declarações.

Relatório/Parecer de Fluxo Operacional Ideal

Objetivo: A partir dos Relatórios de Análise dos Processos da Folha determinar o Fluxo Operacional Ideal para cada uma das funções/cargos do setor de Folha de Pagamento/RH

Método: Um relatório técnico por função com determinações claras do trabalho a ser executado mensalmente, links, manuais a serem observados, bem como legislações e forma de operacionalizar.

Resultados Esperados :

- Determinação do Fluxo Operacional Ideal para o município e criação de um mapa de trabalho bem estabelecido que servira como manual operacional para Autonomia do RH.

Relatório/Parecer de Análise dos Processos de Gestão de Notas Fiscais de Prestadores ao Município, DCTFWeb e REINF

Objetivo: Avaliar e mapear o fluxo atual de gestão das Notas Fiscais de Serviço (NFS) emitidas por prestadores para o município, bem como a operacionalização da DCTFWeb e da REINF, identificando possíveis inconsistências, retrabalho e falhas nos processos adotados nos últimos 12 (doze) meses.

Método: Levantamento de informações junto ao setor responsável por meio de entrevistas, análise documental e identificação dos sistemas utilizados, verificando o cumprimento das obrigações fiscais e previdenciárias.

Resultados Esperados :

- Mapeamento detalhado dos processos de recebimento, conferência e registro das NFS de prestadores;
- Identificação dos profissionais e setores responsáveis pelas etapas de conferência e envio da DCTFWeb e REINF;
- Diagnóstico de possíveis falhas e oportunidades de otimização no fluxo de trabalho.

Relatório/Parecer de Fluxo Operacional Ideal para Gestão de NFS, DCTFWeb e REINF

Objetivo: Com base nas apurações realizadas, definir um Fluxo Operacional Ideal para cada profissional/cargo envolvido nos processos de gestão das NFS de prestadores, bem como a operacionalização da DCTFWeb e REINF.

Método: Elaboração de um relatório técnico por função, contendo instruções detalhadas sobre o trabalho a ser executado mensalmente, acesso a sistemas, links e manuais aplicáveis, legislação vigente e boas práticas para correta execução das atividades.

Resultados Esperados :

- Definição clara das responsabilidades e etapas envolvidas em cada processo;
- Estabelecimento de um fluxo operacional eficiente, reduzindo falhas e retrabalho;
- Criação de um mapa de trabalho detalhado , servindo como manual operacional para a autonomia do setor contábil no município.

Treinamento e Capacitação

Durante o período de auditoria, serão realizados treinamentos contínuos e suporte técnico à equipe da Prefeitura, com foco nas seguintes atividades:

- Treinamento para o uso correto do sistema e sistemas RFB .
- Apoio e orientação para o arquivamento correto do processo e da retenção dos valores referentes ao Imposto de Renda.
- Capacitação da equipe técnica para a execução, transmissão e arquivamento dos valores referentes ao imposto de renda, oriundos das retenções realizadas quando do pagamento dos serviços ou aquisições contratados diretamente pelo Município, em conformidade com a legislação vigente.

METODOLOGIA

Nossa metodologia de trabalho é pautada por uma abordagem sistemática e precisa, com foco na eficiência e conformidade dos processos de auditoria, assessoria e consultoria desde o cadastro inicial até a entrega final dos resultados. Todo o processo será realizado em etapas bem definidas, garantindo a organização, segurança e transparência das informações.

Cadastro e Procurações

O primeiro passo será a formalização de todos os cadastros e a obtenção das devidas procurações para que a Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda possa acessar as plataformas e sistemas fiscais necessários, como Receita Federal do Brasil (RFB), eSocial , DCTFWeb, GFIP, entre outros. Esse procedimento permitirá que nossa equipe atue diretamente no levantamento e na extração dos dados auditáveis, garantindo a integridade das informações desde o início do processo.

Coleta e Geração dos Dados a Serem Auditados

Após a obtenção das autorizações necessárias, nossa equipe iniciará a coleta de todos os dados pertinentes aos últimos 60 meses de folha de pagamento do município. Essa etapa envolve a extração de informações de dois sistemas.

Os dados serão sistematizados em um banco de dados digital estruturado , que permitirá o cruzamento de informações, a análise detalhada e a geração de relatórios automatizados. Esse banco de dados será organizado de forma a garantir a rastreabilidade e a transparência das informações, possibilitando a conferência e revisão em todas as etapas da auditoria.

Sistematização e Arquivo Digital

Com as informações coletadas, será feita a sistematização completa dos dados em formatos digitais apropriados para a análise contábil e fiscal. A Intelectual criará um arquivo digital completo e organizado, que será entregue à Prefeitura de Mariana ao final do processo. Esse arquivo incluirá todos os relatórios, pareceres, estudos analíticos por servidor e por rubrica, bem como as bases de dados utilizadas durante a auditoria.

Esse processo garantirá que o município tenha acesso contínuo e estruturado a todos os dados auditados, permitindo um gerenciamento eficiente e seguro de suas informações fiscais e previdenciárias no futuro.

Processamento e Revisão das Informações

Após a sistematização dos dados, iniciaremos a fase de processamento das informações, seguindo rigorosamente os padrões nacionais de auditoria contábil e fiscal. Durante essa fase, a Intelectual aplicará suas metodologias contábeis consolidadas para:

- Verificar a conformidade dos cálculos de IRRF, INSS, GIILRAT e outras obrigações.
- Revisar a correta aplicação das alíquotas de FAP e RAT.
- Analisar as bases de cálculo de salários, férias, 13º salário, folhas complementares e pagamentos mensais.
- Identificar eventuais fraudes, erros ou inconsistências nos processos de folha de pagamento.

Cada etapa da revisão será documentada e analisada cuidadosamente, garantindo que todas as informações estejam em conformidade com a legislação vigente e os regulamentos aplicáveis.

Emissão de Relatórios

Após a revisão completa dos dados, a Intelectual emitirá relatórios técnicos e pareceres detalhados.

Os relatórios serão apresentados à administração municipal em formato digital, contendo todas as recomendações para correção de inconsistências e propostas de melhorias nos processos de gestão da folha de pagamento.

RApresentação e Conferência

Uma vez finalizados os relatórios, será realizada uma apresentação formal para a equipe técnica da Prefeitura de Mariana/MG. Durante essa apresentação, serão explicados detalhadamente os resultados da auditoria, as inconsistências identificadas e as soluções propostas.

A equipe da Prefeitura terá a oportunidade de revisar os dados e realizar uma conferência interna, assegurando total transparência e compreensão dos resultados. A Intelectual se compromete a fornecer todo o suporte necessário durante essa fase, garantindo que a administração pública esteja totalmente preparada para implementar as correções e melhorias sugeridas.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A execução do serviço de auditoria envolverá as seguintes atividades:

- Planejamento da Auditoria : Elaboração de um plano de trabalho detalhado que inclua cronograma, metodologia e etapas da auditoria.
- Coleta de Dados : Recolhimento de documentos e informações necessários para a análise da folha de pagamento, incluindo registros de pagamentos, contracheques, e outros documentos pertinentes.
- Análise e Verificação : Revisão detalhada dos dados coletados, com foco na conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, e na precisão dos cálculos realizados.
- Relatórios e Recomendações : Elaboração de relatórios de auditoria que incluam constatações, análises e recomendações para a correção de irregularidades e melhorias nos processos de gestão da folha de pagamento.
- Acompanhamento e Suporte : Disponibilidade para esclarecimentos e suporte técnico à Prefeitura durante e após a realização da auditoria, conforme necessário.

CAPACIDADE TÉCNICA

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. apresenta, em anexo, um conjunto de atestados de capacidade técnica emitidos por instituições públicas e privadas, que comprovam de forma inequívoca a experiência e a qualificação da empresa em projetos de natureza idêntica ao objeto ora proposto.

Entre os principais documentos apresentados, destacam-se:

CMM Sistemas – Atestado de conhecimento técnico e operacionalização do sistema utilizado pela Prefeitura de Mariana/MG, com comprovação de ajustes e regularizações contratuais realizados com precisão e eficiência.

Makrosystem Informática Ltda. – Atestado referente ao desenvolvimento de softwares voltados para folha de pagamento e eSocial, comprovando expertise tecnológica em soluções utilizadas por mais de 10 mil clientes.

Prefeitura Municipal de Mariana/MG – Atestados que reconhecem a atuação da Intelectual em serviços como regularização da folha, transmissão de competências no eSocial, envio de DCTFWeb, desbloqueio de FPM, processos administrativos junto à Receita Federal e orientações técnicas às equipes internas.

SM Análises Clínicas Ltda. – Atestados de auditoria de folha de pagamento (24 meses) e de auditoria previdenciária em GIILRAT, reconhecendo a qualidade dos relatórios e a utilidade para tomada de decisões estratégicas.

Prefeitura Municipal de Igarapé/MG – Atestado de auditoria previdenciária, com volume expressivo de dados processados (23 milhões), correções realizadas e recuperação efetiva de valores junto à Receita Federal.

Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG – Atestados de auditoria em retenções de INSS em notas fiscais, regularização fiscal perante a Receita Federal, análise de folha, e também em trabalhos junto à Secretaria de Educação, envolvendo FUNDEB, salário-educação, alterações cadastrais na RFB e operacionalização de sistemas.

Esses documentos evidenciam que a Intelectual reúne competências em duas frentes complementares:

1. Contabilidade aplicada ao setor público – com auditorias técnicas em folha, previdência, retenções tributárias e regularização fiscal;
2. Soluções tecnológicas e de software – incluindo desenvolvimento, integração e operacionalização de sistemas de folha e eSocial.

A experiência demonstrada não é apenas teórica ou declaratória, mas resulta de atuações práticas e reconhecidas por órgãos oficiais e empresas privadas de relevância, assegurando que a empresa dispõe de expertise comprovada para atender com excelência ao objeto desta contratação.

HONORÁRIOS

A definição dos honorários nesta proposta foi construída com base em contratações vigentes e recentemente executadas pela Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda., com objeto idêntico ou de natureza equivalente, o que permite conferir lastro prático e comparativo ao orçamento apresentado.

O parâmetro adotado pela empresa segue uma metodologia consolidada que utiliza como referência o salário mínimo governamental vigente, assegurando critérios objetivos e transparentes. Em contratos de grau técnico equivalente, aplicamos o valor de dois salários mínimos por relatório técnico elaborado, considerando o nível de complexidade exigido, que envolve uma análise minuciosa de todos os servidores, suas remunerações, eventos, rubricas e processos correlatos.

067

No ato da contratação, serão apresentados contratos e notas fiscais de serviços com o mesmo objeto e sistemática de cobrança, demonstrando a coerência e uniformidade da precificação. Ademais, o valor praticado encontra respaldo em referências utilizadas no mercado, bem como em parâmetros divulgados por associações nacionais de contabilidade, o que reforça sua adequação técnica e alinhamento às práticas do setor.

Ressalte-se que, além da comprovação por meio de experiências anteriores, o valor proposto traduz uma relação custo-benefício vantajosa para o Município, tendo em vista a profundidade das análises, a entrega de relatórios detalhados e a segurança jurídica e contábil que este trabalho proporcionará à Administração. Trata-se, portanto, de um investimento diretamente voltado à eficiência, conformidade legal e mitigação de riscos futuros.

O valor unitário médio fixado para cada relatório técnico é de R$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais), em plena conformidade com o mercado e plenamente justificado pela natureza do objeto contratado.

TANGIBILIDADE DO OBJETO E CLAREZA NAS ENTREGAS

A metodologia adotada para esta contratação foi estruturada de forma a assegurar tangibilidade ao objeto e clareza nas entregas. O valor foi definido por relatório técnico, o que garante objetividade, transparência e correspondência direta entre a remuneração da empresa e a efetiva entrega do produto final.

Assim, a Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. somente fará jus ao recebimento dos honorários após a conclusão de cada relatório e desde que o mesmo cumpra integralmente sua função e seja formalmente aceito pelos responsáveis designados pela Prefeitura de Mariana/MG. Essa sistemática reforça o compromisso com a qualidade, a responsabilidade e a efetiva utilidade do trabalho realizado.

Ao término da elaboração de cada conjunto de relatórios, será realizada uma apresentação formal à equipe técnica da Prefeitura, ocasião em que os resultados da auditoria serão expostos em detalhes, destacando:

- As inconsistências identificadas;
- As análises técnicas e jurídicas realizadas;
- As soluções propostas para saneamento e correção.

Após a apresentação, a equipe da Prefeitura terá a oportunidade de revisar os dados e proceder à conferência interna, assegurando total transparência no processo e compreensão dos resultados obtidos.

A Intelectual compromete-se, ainda, a prestar todo o suporte técnico necessário durante essa fase de revisão, garantindo que a Administração Pública esteja plenamente preparada para implementar as melhorias e correções sugeridas.

Essa dinâmica de trabalho materializa o objeto contratado, ao mesmo tempo em que oferece ao Município a tranquilidade de contar com relatórios consistentes, conferidos e validados, transformando o investimento em resultados concretos e efetivos.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, apresentamos a planilha orçamentária detalhada, que especifica os serviços a serem contratados, a unidade de medida, a quantidade de relatórios a serem elaborados, bem como os valores unitários e totais:

Item	Especificação	Und. Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
2	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB (GFIP, DCTFWeb, e-Social)	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
3	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
4	Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira	Relatório	60	R$ 3.036,00	R$ 182.160,00
5	Análise dos Processos de Execução da Folha de Pagamento e e-Social	Relatório	24	R$ 3.036,00	R$ 72.864,00
6	Fluxo Operacional Ideal	Relatório	7	R$ 3.036,00	R$ 21.252,00
7	Análise dos Processos de Gestão de Notas Fiscais de Prestadores ao Município, DCTFWeb e REINF	Relatório	24	R$ 3.036,00	R$ 72.864,00
8	Fluxo Operacional Ideal para Gestão de NFS, DCTFWeb e REINF	Relatório	3	R$ 3.036,00	R$ 9.108,00
	Total Geral		298		R$ 904.728,00

Nota Explicativa:

- Unidade de Medida : Refere-se à unidade utilizada para mensurar os serviços (neste caso, relatórios).
- Quant.: Quantidade total de relatórios a serem elaborados, distribuídos em 60 (sessenta) competências mensais.
- Valor Unitário : Preço unitário para a elaboração de cada relatório técnico, conforme a justificativa de preço.
- Valor Total: Multiplicação do valor unitário pela quantidade total de relatórios.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

O cronograma de pagamento foi elaborado com base na expectativa de execução dos serviços ao longo dos 18 (dezoito) meses de vigência do contrato. Os pagamentos serão realizados de acordo com a entrega e aprovação dos relatórios técnicos, conforme descrito no contrato.

O valor total do contrato, estimado em R$904.728,00 (novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais), será dividido proporcionalmente ao longo dos 12 (doze) meses, conforme o progresso dos serviços e as entregas realizadas.

Mês	% do serviço executado	Valor (R$)	Previsão de Entrega
Mês 1	0,00%	R$ -	0 relatórios (Acumulado: 0 relatórios)
Mês 2	0,00%	R$ -	0 relatórios (Acumulado: 0 relatórios)
Mês 3	1,01%	R$ 9.108,00	3 relatórios (Acumulado: 3 relatórios)
Mês 4	3,36%	R$ 21.252,00	7 relatórios (Acumulado: 10 relatórios)
Mês 5	7,38%	R$ 36.432,00	12 relatórios (Acumulado: 22 relatórios)
Mês 6	11,41%	R$ 36.432,00	12 relatórios (Acumulado: 34 relatórios)
Mês 7	15,44%	R$ 36.432,00	12 relatórios (Acumulado: 46 relatórios)
Mês 8	19,46%	R$ 36.432,00	12 relatórios (Acumulado: 58 relatórios)
Mês 9	27,52%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 82 relatórios)
Mês 10	35,57%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 106 relatórios)
Mês 11	43,62%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 130 relatórios)
Mês 12	51,68%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 154 relatórios)
Mês 13	59,73%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 178 relatórios)
Mês 14	67,79%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 202 relatórios)
Mês 15	75,84%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 226 relatórios)
Mês 16	83,89%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 250 relatórios)
Mês 17	91,95%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 274 relatórios)
Mês 18	100,00%	R$ 72.864,00	24 relatórios (Acumulado: 298 relatórios)

068

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços contratados será, inicialmente, de 18 (dezoito) meses, contados a partir do início formal das atividades de auditoria. Durante esse período, a Intelectual Software e Contabilidade Brasil se compromete a realizar todos os serviços contratados, com alta competência técnica e absoluta excelência.

Caso ocorram dificuldades técnicas ou questões relacionadas à obtenção da documentação necessária para a auditoria, o prazo poderá ser prorrogado, conforme previsto em contrato, sem prejuízo ao valor ajustado. A prorrogação visa garantir que o trabalho seja realizado com a devida precisão e qualidade, assegurando que todos os dados auditados estejam corretos e completos.

Mesmo em casos de prorrogação do prazo por esses motivos, o valor acordado para a prestação dos serviços será mantido, respeitando o compromisso firmado entre as partes.

A Intelectual garante a entrega de todas as etapas previstas com o máximo rigor técnico, independentemente de eventuais ajustes no cronograma.

POR TODO O EXPOSTO

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil reitera o seu compromisso com a excelência na prestação dos serviços de auditoria, assessoria e consultoria técnica oferecidos à Prefeitura Municipal de Mariana. Nossa metodologia integra expertise contábil e tecnologia de ponta, com o objetivo de garantir total conformidade com a legislação vigente.

Destacamos que todos os serviços serão executados de forma transparente e colaborativa, mantendo um diálogo aberto com a equipe da administração municipal e oferecendo suporte contínuo durante e após a conclusão dos trabalhos. Os relatórios técnicos elaborados servirão como uma ferramenta essencial para o aprimoramento da gestão pública, proporcionando maior segurança, eficiência e controle sobre os recursos e processos auditados.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e para a realização de eventuais ajustes que se mostrem necessários ao longo da execução do contrato, sempre visando atender com precisão as necessidades da Prefeitura.

Agradecemos pela confiança depositada em nossa empresa e reforçamos nosso compromisso em contribuir para uma administração pública cada vez mais eficiente, transparente e em conformidade com as normativas legais.

Belo Horizonte/MG, 02 de setembro de 2025.

A presente proposta tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

Atenciosamente,

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2025.09.02 21:41:49 -03'00'

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CRC/MG 119647
Contador / Diretor

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48
CRC MG 015523

COMPROVAÇÃO DE PREÇO PRATICADO

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA

ave de Acesso da NFS-e
062002237782587000148000000000000425112640465529

mero da NFS-e

Competência da NFS-e
19/11/2025

Data e Hora da emissão da NFS-e
19/11/2025 13:24:07

mero da DPS

Série da DPS
900

Data e Hora da emissão da DPS
19/11/2025 13:24:07

071

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

MITENTE DA NFS-e
estador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF
37.782.587/0001-48

Inscrição Municipal
16567090015

Telefone
(31) 3535-1313

me / Nome Empresarial
TELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

E-mail
CONTATO@INTELECTUAL.COM.BR

dereço
OAO PINHEIRO, 313, BOA VIAGEM

Município
Belo Horizonte - MG

CEP
30130-183

mples Nacional na Data de Competência
ptante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

OMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF
22.934.889/0001-17

Inscrição Municipal
-

Telefone
-

me / Nome Empresarial
UNICIPIO DE NOVA LIMA

E-mail
-

dereço
ERNARDINO DE LIMA, 80, CENTRO

Município
Nova Lima - MG

CEP
34000-001

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

ERVIÇO PRESTADO

ódig e Tributação Nacional
7.19.01 - Contabilidade, inclusive erviços técnicos e auxiliares.

Código de Tributação Municipal
001 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares

Local da Prestação
Belo Horizonte - MG

País da Prestação
-

escrição do Serviço
LABORAÇÃO DE RELATÓRIOS SOBRE REGULARIDADE DAS INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NAS BASES DA RFB (GFIP, DCTFWEB, E-OCIAL) - ITEM 02 - Em conformidade com Contrato 04/2025 e OF nº 4/2025 de 10/11/2025 (Empenho 07000464/2025)

ados Bancarios:
anco: 748 - Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Bansicredi
gência: 0434
onta: 12577-1
NTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

RIBUTAÇÃO MUNICIPAL

ributação do ISSQN
peração Tributável

País Resultado da Prestação do Serviço
-

Município de Incidência do ISSQN
Belo Horizonte - MG

Regime Especial de Tributação
Nenhum

ipo de Imunidade

Suspensão da Exigibilidade do ISSQN
Não

Número Processo Suspensão
-

Benefício Municipal
-

alor do Serviço
$ 169.440,00

Desconto Incondicionado
-

Total Deduções/Reduções
-

Cálculo do BM
-

C ISSQN

Alíquota Aplicada
-

Retenção do ISSQN
Não Retido

ISSQN Apurado
-

RIBUTAÇÃO FEDERAL

RRF

CP
-

CSLL
-

IS

COFINS
-

Retenção do PIS/COFINS
-

TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL
-

ALOR TOTAL DA NFS-E

alor do Serviço
$ 169.440,00

Desconto Condicionado
R$

Desconto Incondicionado
R$

ISSQN Retido
-

RRF, CP,CSLL - Retidos
$ 0,00

PIS/COFINS Retidos
-

Valor Líquido da NFS-e
R$ 169.440,00

OTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

NFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NFSe Subst: 31062002237782587000148000000000000125119390487268

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Nº:2025/14 | Emitida em: **09/09/2025** às 18:34:09 | Competência: **09/09/2025** | Código de Verificação: **75155d69** 072

Intelectual

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CPF/CNPJ: 37.782.587/0001-48 **Inscrição Municipal: 1656709/001-5**
AVE JOAO PINHEIRO, 313, Boa Viagem - Cep: 30130-183
Belo Horizonte MG
Telefone: (31)3535-1313 Email: contato@intelectual.com.br

Tomador do(s) Serviço(s)

CPF/CNPJ: 22.934.889/0001-17 **Inscrição Municipal: Não Informado**
MUNICIPIO DE NOVA LIMA
PC BERNARDINO DE LIMA, 80, CENTRO - Cep: 34000-001
Nova Lima MG
Telefone: Não Informado Email: Não Informado

NFS-e Substituída: 2025/13

Discriminação do(s) Serviço(s)

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS SOBRE REGULARIDADE DO CADASTRO E APLICAÇÃO DOS EVENTOS/RUBRICAS - ITEM 01 - Em conformidade com Contrato 04/2025 e OF no 3/2025 de 05/09/2025 (Empenho 07000412/2025)

Dados Bancarios:
Banco: 748 - Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Bansicredi
Agência: 0434
Conta: 12293-1
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48

Código de Tributação do Município (CTISS)
1719-0/01-88 / Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares

Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:
17.19 / Contabilidade, inclusive servicos tecnicos e auxiliares.

Cod/Município da incidência do ISSQN:
3106200 / Belo Horizonte

Natureza da Operação:
Tributação no município

Regime Especial de Tributação: ME ou EPP do Simples Nacional

Valor dos serviços:	**R$ 169.440,00**
(-) Descontos:	R$ 0,00
(-) Retenções Federais:	R$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte:	R$ 0,00
Valor Líquido:	**R$ 169.440,00**

Valor dos serviços:	**R$ 169.440,00**
(-) Deduções:	R$ 0,00
(-) Desconto Incondicionado:	R$ 0,00
(=) Base de Cálculo:	**R$ 169.440,00**
(x) Alíquota:	-
(=)Valor do ISS:	-

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a credito fiscal de IPI.

Outras Informações:
Chave de acesso no Ambiente de Dados Nacional: 31062001237782587000148250000000001425099919128140.

Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda
Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dúvidas: SIGESP

BH NOTA 10

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

073

Nº:2025/12

Emitida em:	Competência:	Código de Verificação:
11/07/2025 às 17:01:46	11/07/2025	a55303ab

Intelectual

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CPF/CNPJ: 37.782.587/0001-48 **Inscrição Municipal: 1656709/001-5**
AVE JOAO PINHEIRO, 313, Boa Viagem - Cep: 30130-183
Belo Horizonte MG
Telefone: Email:

Tomador do(s) Serviço(s)

CPF/CNPJ: 22.934.889/0001-17 **Inscrição Municipal: Não Informado**
MUNICIPIO DE NOVA LIMA
PC BERNARDINO DE LIMA, 80, CENTRO - Cep: 34000-001
Nova Lima MG
Telefone: (31)3180-5760 Email: Não Informado

Discriminação do(s) Serviço(s)

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS SOBRE REGULARIDADE DO GIILRAT - ITEM 03 - Em conformidade com Contrato 04/2025 e OF nº 2/2025 de 04/02/2025 (Empenho 07000210/2025)

Dados Bancarios:
Banco: 748 - Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Bansicredi
Agência: 0434
Conta: 12293-1
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48

Código de Tributação do Município (CTISS)
1719-0/01-88 / Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares

Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:
17.19 / Contabilidade, inclusive servicos tecnicos e auxiliares.

Cod/Município da incidência do ISSQN:
3106200 / Belo Horizonte

Natureza da Operação:
Tributação no município

Regime Especial de Tributação: ME ou EPP do Simples Nacional

Valor dos serviços:	**R$ 84.720,00**
(-) Descontos:	R$ 0,00
(-) Retenções Federais:	R$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte:	R$ 0,00
Valor Líquido:	**R$ 84.720,00**

Valor dos serviços:	**R$ 84.720,00**
(-) Deduções:	R$ 0,00
(-) Desconto Incondicionado:	R$ 0,00
(=) Base de Cálculo:	**R$ 84.720,00**
(x) Alíquota:	-
(=)Valor do ISS:	-

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a credito fiscal de IPI.

Outras Informações:
Chave de acesso no Ambiente de Dados Nacional: 31062001237782587000148250000000001225070422571356.

Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda
Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dúvidas: SIGESP

BH NOTA 10

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

074

Nº:2025/11

Emitida em:	Competência:	Código de Verificação:
11/07/2025 às 16:58:35	11/07/2025	3d71d6cc

Intelectual

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CPF/CNPJ: 37.782.587/0001-48 Inscrição Municipal: 1656709/001-5
AVE JOAO PINHEIRO, 313, Boa Viagem - Cep: 30130-183
Belo Horizonte MG
Telefone: Email:

Tomador do(s) Serviço(s)

CPF/CNPJ: 22.934.889/0001-17 Inscrição Municipal: Não Informado
MUNICIPIO DE NOVA LIMA
PC BERNARDINO DE LIMA, 80, CENTRO - Cep: 34000-001
Nova Lima MG
Telefone: (31)3180-5760 Email: Não Informado

Discriminação do(s) Serviço(s)

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS SOBRE REGULARIDADE DO GIILRAT - ITEM 03 - Em conformidade com Contrato 04/2025 e OF nº 1/2025 de 04/02/2025 (Empenhos 07000102/2025 e 07000103/2025)

Dados Bancarios:
Banco: 748 - Banco Cooperativo Sicredi S.A. - Bansicredi
Agência: 0434
Conta: 12293-1
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48

Código de Tributação do Município (CTISS)
1719-0/01-88 / Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares

Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:
17.19 / Contabilidade, inclusive servicos tecnicos e auxiliares.

Cod/Município da incidência do ISSQN:
3106200 / Belo Horizonte

Natureza da Operação:
Tributação no município

Regime Especial de Tributação: ME ou EPP do Simples Nacional

Valor dos serviços:	R$ 84.720,00
(-) Descontos:	R$ 0,00
(-) Retenções Federais:	R$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte:	R$ 0,00
Valor Líquido:	R$ 84.720,00

Valor dos serviços:	R$ 84.720,00
(-) Deduções:	R$ 0,00
(-) Desconto Incondicionado:	R$ 0,00
(=) Base de Cálculo:	R$ 84.720,00
(x) Alíquota:	-
(=)Valor do ISS:	-

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a credito fiscal de IPI.

Outras Informações:
Chave de acesso no Ambiente de Dados Nacional: 31062001237782587000148250000000001125077473832029.

Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda
Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dúvidas: SIGESP

BH NOTA 10

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

CONTRATO Nº 04 /2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05 /2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03 /2025 EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 74, INCISO III, ALÍNEA "C" DA LEI 14.133/21.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE NOVA LIMA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.934.889/0001-17, com sede administrativa na Praça Bernardino de Lima, nº 80, Centro, Nova Lima/MG, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração o Sr. Henrique Aparecido Pimenta, inscrito no CPF sob o n.º 985.804.426-72, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, CNPJ nº 37.782.587/0001-48, com sede na rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, sala 201, Centro, Matheus Leme/MG a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Samuel Henrique Gomes Candido, inscrito no CPF sob o n.º 122.869.566-00, resolvem firmar o presente contrato em conformidade com o Processo Licitatório nº 05 /2025, Inexigibilidade de Licitação de nº 03 /2025, sob a regência da Lei Federal n.º 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. É objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de auditória externa e consultoria técnica na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo da administração direta do município de Nova Lima/MG.

1.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Autorização do Gestor

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O Contratante pagará a importância de R$ 677.760,00 (Seiscentos e setenta e sete mil e setecentos e sessenta reais), conforme descrição abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALQR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA VISTO

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	e Aplicação dos Eventos/Rubricas				
	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB (GFIP, DCTFWeb, e-Social)	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
	Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira	Relatório	60	R$2.824,00	R$169.440,00
	Total Geral		**240**		**R$677.760,00**

2.2. O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratada.

2.3. O pagamento será realizado pela Tesouraria do Município de Nova Lima no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente à execução do serviço ou fornecimento.

2.4. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à Contratada manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

2.5. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.6. Os preços referidos no item 2.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

2.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

2.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.8. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.9. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

2.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

2.1. O valor deste Contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

2.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo IPCA (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

2.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do contrato e do 12º mês de execução do contrato, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução contratual assim como prazos e condições de entrega, conclusão e recebimento provisório/definitivo, estão definidos no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. Este contrato será fiscalizado pelo servidor Márcio Almeida Dutra, e-mail: marcio.dutra@pnl.mg.gov.br Telefone: (31) 99714-3941, ou pelos respectivos substitutos, à qual competirá:

5.1.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas e determinar à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.1.2. Verificar a adequação do cumprimento do contrato com base nos critérios previstos no Decreto Municipal 12.967/2023;

5.1.3. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

5.1.4. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

5.1.5. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

5.1.6. Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

5.1.7. Cumprir demais atribuições definidas em Decreto Municipal 12.967/2023.

5.2. A gestão e fiscalização seguirão as disposições da Lei n. 14.133/21 e o Decreto Municipal n. 12.967/2023.

5.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.4. Na ocorrência de atraso na prestação de serviço, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. Caberá a Secretaria Municipal de Administração, exercer plena fiscalização do objeto contratado;

6.2. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e prazos estabelecidos neste contrato;

6.3. Fornecer à CONTRATRADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;

6.4. Exercer a fiscalização do contrato do começo ao fim da execução do serviço;

6.5. Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;

6.6. Havendo interesse público, alterar no decorrer da execução do contrato, o horário e local da prestação dos serviços;

6.7. Fazer a liberação da apresentação junto aos órgãos públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar todo o disposto em proposta conforme especificado ao processo de inexigibilidade, do qual do originou este instrumento contratual.

7.2. Responder, exclusivamente, por todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscal, securitária e previdenciária, tributos, taxas, contribuições, seguros e indenizações decorrentes da prestação do objeto.

7.3. A **CONTRATADA** responsabiliza-se, inteira e completamente, pelos trabalhos realizados em decorrência deste contrato, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.

7.4. A **CONTRATADA**, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

a) Por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
b) Pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;

c) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato;

d) Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na contratação.

e) Apresentar declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas dotações orçamentárias nº 001.04.122.0101.2069.339035.15000000000

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9. O presente contrato terá vigência de 12 meses corridos a contar da data assinatura do contrato, podendo ser prorrogado.

A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos do artigo (art. 115, §5º, Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ADITAMENTO

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
VISTO

11.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
11.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
a) Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;
b) Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Deixar de entregar a documentação exigida;
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justiçado;
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023:

a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.4. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

12.4.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

12.4.2. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n° 14.1333/21.

12.4.3. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou à Contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, na forma do artigo 10 do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

12.4.4. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à Contratada que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

12.4.5. O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

12.5. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei n° 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.5.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

12.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.7. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

12.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

13.1. As partes se comprometem a proteger os dados pessoais utilizados neste contrato, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e demais práticas norteadoras de segurança da informação, tratando estes como confidenciais e garantindo que serão utilizados somente para as finalidades aqui descritas.

13.2. As partes também se obrigam ao dever de confidencialidade dos dados pessoais constantes neste contrato enquanto perdurar o objeto deste e após o seu término, garantido que estes dados sejam acessados somente por pessoas autorizadas, que deverão ser abarcadas também pelos deveres estabelecidos nas cláusulas deste contrato, tal como os sucessores das partes.

13.3. O tratamento de dados pessoais do presente contrato ocorrerá em conformidade com as bases legais estabelecidas no art. 7° da Lei 13.709/18, para execução de contrato do qual fazem parte os titulares, para possível cumprimento de obrigação legal ou regulatória e para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

13.4. O descumprimento dos deveres de sigilo e confidencialidade dos dados pessoais, ensejará a rescisão do presente Contrato pela parte que foi prejudicada e a aplicação de multa, no valor de 5% em relação ao valor do Contrato, à parte que descumpriu, sem prejuízo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

do ressarcimento dos danos e prejuízos decorrentes da violação dos deveres de sigilo e confidencialidade e das penalidades aplicáveis pela Lei 13.709/2018.

13.5. Para aplicação da rescisão contratual e multa citadas na cláusula anterior, o descumprimento dos deveres de sigilo e confidencialidade devem ser cabalmente comprovados, não podendo, em hipóteses alguma, se presumir tal conduta ou se pretender aplicar qualquer penalidade dela decorrente sem que exista prova nesse sentido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REGIME DE EXECUÇÃO

O serviço de auditoria de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG será executado sob o regime de "executado por preço global", conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Nesse regime, a contratado deve realizar todos os serviços necessários para a plena execução do objeto contratual, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, por um valor fixo e determinado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da comarca de Nova Lima para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Nova Lima, 27 de janeiro de 2025.

Henrique Aparecido Pimenta
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Henrique Aparecido Pimenta

INTELECTUAL E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Contratada

Testemunhas

1. _____
2. _____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA - VISTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO;

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa e consultoria técnica na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo da administração direta do município de Nova Lima/MG. O objetivo é avaliar, validar e emitir parecer sobre a qualidade dos dados, informações e sistemas que geram e mantêm a folha de pagamento, assegurando sua conformidade com a legislação vigente, segurança e confiabilidade.

Incluem-se nas atividades a serem realizadas:

- Verificação da conformidade dos procedimentos utilizados para a geração da folha de pagamento com a legislação pertinente e demais normas aplicáveis, incluindo a revisão de cálculos.
- Identificação de procedimentos que possam representar riscos de passivos futuros.
- Análise do ambiente tecnológico utilizado para a confecção da folha de pagamento, com o intuito de avaliar se este proporciona um trabalho seguro e confiável para os operadores do sistema.
- Desenvolvimento de saneamento das rubricas/códigos operados na folha de pagamento, visando torná-la mais flexível, dinâmica e capaz de prevenir erros na folha mensal e/ou folha suplementar.

Além disso, a contratação abrange serviços técnicos especializados de auditoria e consultoria técnica para a análise das folhas de pagamento e respectivas obrigações acessórias (GFIPs, DCTFWeb e eSocial), caracterizando-se como assessoria/consultoria técnica e auditoria tributária.

2- NATUREZA

Assessorias e consultorias técnicas e auditorias tributárias, que por sua vez são caracterizados como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme Art. 6º, XVIII, c da Lei 14.133/2021.

3- ESCOPO DO TRABALHO/DESCRIÇÃO DO OBJETO

O escopo do presente contrato abrange a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria e consultoria na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo da administração direta do município de Nova Lima/MG. O objetivo é avaliar, validar e opinar sobre a qualidade dos dados, das informações e dos sistemas que geram e mantêm a folha de pagamento, assegurando sua conformidade com a legislação vigente e a segurança dos processos. O escopo engloba as seguintes atividades específicas:

3.1. Acesso e Preparação dos Dados:

A Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG fornecerá acesso integral aos arquivos da folha de pagamento dos últimos 60 (sessenta) meses, conforme o prazo prescricional de obrigações e direitos na Receita Federal do Brasil (RFB). A análise será realizada com base nos dados provenientes de dois sistemas distintos:

- **Ábaco:** Sistema atual de gestão integrada, utilizado pela Prefeitura.
- **Supernova:** Sistema anteriormente utilizado até o ano de 2019 para a gestão da folha de pagamento.

A CONTRATADA deverá processar, sistematizar e estruturar as informações obtidas, utilizando métodos e ferramentas apropriadas para garantir a integridade e a qualidade dos dados. Esses dados serão a base para as análises de conformidade subsequentes.

3.2. Produção de Relatórios/Pareceres Técnicos:

Após o acesso integral às informações e dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, a CONTRATADA deverá realizar uma análise detalhada dos mesmos. A partir dessa análise, serão produzidos os relatórios e pareceres técnicos listados abaixo, que têm como objetivo identificar deficiências, inconsistências, e não-conformidades, bem como propor recomendações e descrever os impactos e riscos associados. Esses relatórios e pareceres técnicos fornecerão uma base sólida para a tomada de decisões pela administração municipal e contribuirão para a melhoria dos processos de gestão da folha de pagamento.

3.2.1 Relatório/Parecer de Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas de Pagamento e Descontos em Folha de Pagamento, Folha Complementar, Férias e 13º Salário

- **Objetivo:** Identificar e especificar todos os eventos e rubricas utilizadas nas folhas de pagamento, folha complementar, férias e 13º salário, para cada uma das 60 (sessenta) competências.
- **Método:** Catalogação das rubricas e análise das bases de cálculo, assegurando que cada rubrica utilizada para pagamentos e descontos esteja conforme a legislação vigente, incluindo cálculos de IRRF, INSS e obrigações patronais.
- **Resultados Esperados:** Um relatório/parecer detalhado, que incluirá:
    - A correta aplicação do normativo jurídico em cada rubrica.
    - O nível de parametrização sistêmica para assegurar que os cálculos são automatizados de forma correta.
    - Identificação de inconsistências cadastrais e erros de programação sistêmica.
    - Identificação de eventuais fraudes e desvios nos processos de pagamento.

3.2.2 Relatório/Parecer de Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB Através das Declarações GFIP, DCTFWeb e e-Social

- **Objetivo:** Avaliar e apresentar as informações previdenciárias declaradas para cada uma das 60 (sessenta) competências, com base nos últimos envios válidos para a Receita Federal do Brasil (RFB).

- **Método:** Análise detalhada dos dados previdenciários, incluindo bases de recolhimento, informações sobre movimentações de servidores (afastamentos, rescisões, etc.), e outros eventos relevantes. Estes dados serão comparados com as informações presentes nas bases da RFB (GFIP, DCTFWeb e e-Social).
- **Resultados Esperados:** Criação de relatórios analíticos que incluam, mas não se limitem a:
    - Razão social e CNPJ da empresa.
    - Competências e códigos FPAS, CNAE e recolhimentos.
    - Análise de alíquotas do FAP e RAT e sua aplicação correta.
    - Verificação de possíveis divergências nos dados de responsáveis pela transmissão e nas alíquotas aplicadas.
    - Um relatório de conformidade que considere:
        - Correta aplicação do normativo jurídico.
        - Nível de parametrização sistêmica.
        - Inconsistências nas informações presentes na RFB.
        - Erros de programação sistêmica.
        - Eventuais fraudes.

3.2.3. Relatório/Parecer de Regularidade do GIILRAT

- **Objetivo:** Identificar e comparar os valores de recolhimento do GIILRAT para cada uma das 60 (sessenta) competências, utilizando-se da legislação vigente e dos códigos CNAE preponderantes.
- **Método:** A partir dos relatórios da RFB e das listagens de folha de pagamento, a CONTRATADA deverá calcular os valores devidos para o FAP e RAT, comparando-os com os valores efetivamente recolhidos pelo CONTRATANTE. Será realizada a verificação das alíquotas aplicadas e sua conformidade com a legislação.
- **Resultados Esperados:** Um relatório/parecer detalhado, que inclua:
    - Correta aplicação do normativo jurídico.
    - Nível de parametrização sistêmica.
    - Inconsistências nas informações presentes na RFB.
    - Erros de programação sistêmica.
    - Identificação de eventuais fraudes e desvios nos recolhimentos.

3.2.4. Análise de Conformidade Financeira

- **Objetivo:** Confrontar três bases de dados distintas para identificar não conformidades no fluxo de pagamento da folha e inconsistências nas remessas de pagamentos efetuadas.
- **Método:** Analisar e cruzar os seguintes dados:

- **Sistema de Folha de Pagamento:** Informações sobre valores líquidos devidos aos servidores.
- **Arquivos de Remessa:** Conjunto de arquivos encaminhados ao banco pagador, detalhando os valores a serem debitados e creditados.
- **Arquivos de Retorno:** Arquivos recebidos do banco pagador, informando sobre os créditos efetivamente realizados nas contas dos servidores.

- **Resultados Esperados:** Verificação da conformidade entre os valores gerados na folha de pagamento, os valores transmitidos ao banco e os créditos realizados nas contas dos servidores. Identificação de possíveis discrepâncias ou irregularidades, e proposição de medidas corretivas.

3.3 Especificação Geral dos Pareceres/Relatórios

A CONTRATADA deverá apresentar relatórios detalhados, em linguagem compatível com sua destinação, redigidos em língua portuguesa, digitados e em mídia não regravável. Os relatórios deverão conter:

- Identificação de possíveis deficiências nos processos analisados.
- Detecção de inconsistências e não-conformidades.
- Recomendações para a correção dos problemas identificados.
- Descrição dos impactos e riscos operacionais, financeiros e trabalhistas associados.
- Conclusões sobre a conformidade dos processos com a legislação vigente e os riscos futuros.

4- QUANTITATIVOS

Neste contrato, os quantitativos referem-se ao número de relatórios técnicos e pareceres a serem produzidos, considerando o escopo do trabalho e a necessidade de análise detalhada das informações da folha de pagamento do município de Nova Lima/MG, abrangendo as 60 (sessenta) competências dos últimos 5 (cinco) anos. A seguir, detalhamos os quantitativos a serem contratados e a justificativa para sua determinação.

4.1 Determinação dos Quantitativos

A análise e auditoria da folha de pagamento exigem a produção de relatórios técnicos para cada uma das 60 competências mensais. Cada competência será examinada sob quatro perspectivas distintas, resultando em quatro tipos de relatórios para cada competência. Assim, o total de relatórios a serem produzidos ao longo do contrato é calculado da seguinte forma:

- **Quantidade de Competências a Serem Analisadas:** 60 (sessenta) competências mensais (abrangendo os últimos 60 (sessenta) meses).
- **Quantidade de Relatórios por Competência:** 4 relatórios distintos por competência.
  - **Relatório de Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas de Pagamento e Descontos.**
  - **Relatório de Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB (GFIP, DCTFWeb e e-Social).**

- **Relatório de Regularidade do GIILRAT.**
- **Relatório de Conformidade Financeira.**

Cálculo do Quantitativo Total:

- **Total de Relatórios = (Número de Competências) x (Relatórios por Competência)**
- **Total de Relatórios = 60 x 4 = 240 relatórios**

Portanto, ao longo da vigência do contrato, deverão ser produzidos um total de 240 (duzentos e quarenta) relatórios técnicos.

4.2 Justificativa para o Quantitativo

A escolha dos quantitativos foi determinada com base na necessidade de uma análise completa e minuciosa de cada competência mensal da folha de pagamento, conforme exigido pela legislação vigente e pelas práticas de auditoria fiscal. A divisão em quatro relatórios distintos por competência garante que cada aspecto relevante (eventos/rubricas, previdência, GIILRAT, e conformidade financeira) seja examinado em detalhe, proporcionando à administração pública um panorama abrangente e detalhado da situação.

Essa abordagem é necessária para cumprir os requisitos de conformidade com a legislação, como o Decreto nº 3.048/1999, que regulamenta a Previdência Social, e as instruções normativas da Receita Federal, que tratam das obrigações acessórias (GFIP, DCTFWeb e e-Social). A memória de cálculo reflete a necessidade de assegurar que todos os aspectos da folha de pagamento sejam auditados de maneira adequada e que possíveis inconsistências ou não conformidades sejam identificadas e corrigidas.

4.3 Observação

Os quantitativos aqui apresentados são fundamentais para garantir a abrangência e a eficácia do trabalho a ser realizado, permitindo que a Prefeitura de Nova Lima/MG tome as medidas necessárias para aprimorar a gestão de sua folha de pagamento e cumprir com todas as obrigações legais.

5- EXCLUSIVIDADE ME – MICRO EMPRESA / EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

NÃO SE APLICA – Nos termos do art. 49, inciso III. O valor estimado da contratação é superior a R$ 80.000,00 e a não aplicabilidade de reserva de cotas se dá em razão de que o objeto não é divisível.

6- BENEFÍCIO ME – MICROEMPRESA/EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

NÃO SE APLICA – Nos termos do art. 49, inciso III. O valor estimado da contratação é superior a R$ 80.000,00 e a não aplicabilidade de reserva de cotas se dá em razão de que o objeto não é divisível.

7- SERVIÇO CONTÍNUO:

A auditoria de folha de pagamento é um serviço essencial para garantir a conformidade e a precisão das informações financeiras e trabalhistas da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Dada a sua importância para a integridade dos processos administrativos e financeiros do Município, **justifica-**

se o enquadramento deste serviço como contínuo conforme o artigo 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021.

7.1. Fundamentação Legal e Conceitual

O artigo 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021 define serviços contínuos como aqueles que atendem à necessidade contínua do ente federativo e que são prestados de forma habitual, recorrente e sem interrupções. Neste contexto, a auditoria de folha de pagamento se caracteriza por ser um serviço que deve ser realizado de forma permanente para assegurar a regularidade e a conformidade dos processos relacionados à remuneração dos servidores.

7.2. Natureza do Serviço de Auditoria de Folha de Pagamento

O serviço de auditoria de folha de pagamento é essencial para garantir:

- Conformidade Legal e Normativa: A auditoria contínua assegura que a folha de pagamento esteja em conformidade com as leis trabalhistas, regulamentos previdenciários e normativas internas.
- Precisão e Transparência: A realização periódica e contínua das auditorias permite a identificação e correção de inconsistências, evitando erros e garantindo a precisão dos pagamentos.
- Prevenção de Irregularidades: A auditoria contínua contribui para a prevenção de fraudes e irregularidades, promovendo a integridade dos processos de pagamento.
- Melhoria dos Processos: A análise contínua oferece oportunidades para melhorias nos processos e procedimentos relacionados à gestão da folha de pagamento.

7.3. Características do Serviço que Justificam o Enquadramento como Contínuo

A natureza do serviço de auditoria de folha de pagamento exige que este seja prestado de forma contínua devido aos seguintes fatores:

- Periodicidade Necessária: A auditoria não pode ser realizada apenas esporadicamente, mas deve ocorrer em ciclos regulares para garantir a conformidade contínua com as normas e regulamentos.
- Continuidade de Monitoramento: A necessidade de monitoramento constante dos processos de pagamento e das condições de trabalho dos servidores demanda a presença contínua de serviços especializados para assegurar a precisão e a legalidade.
- Complexidade e Especialização: O serviço exige especialização técnica e conhecimento atualizado das legislações e normas vigentes, que só pode ser efetivamente garantido por meio de uma prestação contínua.

7.4. Conclusão

Diante do exposto, fica evidenciado que a auditoria de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Nova Lima deve ser enquadrada como serviço contínuo conforme o artigo 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021. Este enquadramento assegurará a regularidade, a precisão e a conformidade dos processos de remuneração, promovendo maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

8- REGIME DE EXECUÇÃO/REGIME DE FORNECIMENTO:

O serviço de auditoria de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG será executado sob o regime de "executado por preço global", conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Nesse regime, o contratado deve realizar todos os serviços necessários para a plena execução do objeto contratual, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, por um valor fixo e determinado.

9- DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A execução do serviço de auditoria envolverá as seguintes atividades:

- Planejamento da Auditoria: Elaboração de um plano de trabalho detalhado que inclua cronograma, metodologia e etapas da auditoria.
- Coleta de Dados: Recolhimento de documentos e informações necessários para a análise da folha de pagamento, incluindo registros de pagamentos, contracheques, e outros documentos pertinentes.
- Análise e Verificação: Revisão detalhada dos dados coletados, com foco na conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, e na precisão dos cálculos realizados.
- Relatórios e Recomendações: Elaboração de relatórios de auditoria que incluam constatações, análises e recomendações para a correção de irregularidades e melhorias nos processos de gestão da folha de pagamento.
- Acompanhamento e Suporte: Disponibilidade para esclarecimentos e suporte técnico à Prefeitura durante e após a realização da auditoria, conforme necessário.

10- PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para a execução dos serviços de auditoria será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. Este prazo inclui todas as etapas do serviço, desde o planejamento até a entrega dos relatórios finais.

11- FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços serão prestados de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Prefeitura, observando os seguintes critérios:

- Periodicidade das Atividades: A auditoria será realizada de acordo com as etapas definidas no presente Termo de Referência, de forma a garantir que todas as etapas sejam cumpridas dentro do cronograma estabelecido com a aprovação da Secretaria Requisitante.
- Relatórios Intermediários: O contratado deverá fornecer relatórios intermediários conforme estipulado no Termo de Referência, para que a Prefeitura possa acompanhar o andamento da auditoria e discutir possíveis ajustes.

12- CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

A conclusão dos serviços será formalizada através da aceitação dos relatórios finais pela Prefeitura Municipal de Nova Lima, e a entrega de todos os documentos e arquivos relacionados à auditoria, conforme especificado no Termo de Referência.

13- CONTATO DO RESPONSÁVEL:

Larissa Gonçalves da Matta

larissa.matta@pnl.mg.gov.br

Contato: (31)3180-5767

14. JUSTIFICATIVA:

A presente contratação se justifica pela necessidade de uma atuação dinâmica, eficiente e orientada a resultados na gestão da folha de pagamento dos servidores públicos do município de Nova Lima/MG. A contratação de serviços técnicos especializados em auditoria de folha de pagamento é essencial para a verificação dos cálculos e outras análises críticas, com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

Essa necessidade se torna ainda mais evidente diante do objetivo de reduzir tempos na execução dos serviços, eliminar eventuais desperdícios, e melhorar a atenção aos servidores públicos, o que, por sua vez, contribuirá para a diminuição do custo geral das atividades e o aumento da qualidade dos serviços prestados.

Atualmente, a administração municipal não dispõe de uma estrutura interna adequada para realizar essas tarefas de maneira autônoma, especialmente devido à limitação dos recursos humanos disponíveis na Secretaria de Administração. Assim, a contratação de uma empresa especializada e com experiência comprovada torna-se imprescindível para a correção de distorções nos pagamentos que podem estar gerando prejuízos tanto para a administração pública municipal quanto para os servidores.

Dessa forma, a contratação proposta visa garantir a aplicabilidade eficiente dos recursos públicos empregados, com a expectativa de alcançar melhorias significativas na gestão da folha de pagamento, assegurando a conformidade legal e a segurança dos procedimentos adotados.

15- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação dos serviços técnicos especializados de auditoria e consultoria na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo da administração direta do município de Nova Lima/MG fundamenta-se na necessidade urgente de aprimorar a gestão dos recursos humanos e financeiros da administração pública, garantindo a conformidade legal e a segurança nos procedimentos relacionados à folha de pagamento.

15.1. Público-Alvo:

A administração municipal e seus servidores públicos são os principais beneficiários diretos dessa contratação. Internamente, o público-alvo inclui a Secretaria Municipal de Administração, responsável pela gestão da folha de pagamento, bem como os operadores do sistema de recursos humanos. Externamente, a correta execução da folha de pagamento impacta diretamente os servidores, garantindo-lhes direitos trabalhistas e previdenciários de forma justa e precisa.

15.2. Objetivos e Motivos da Contratação:

A contratação se faz necessária para solucionar problemas identificados na gestão da folha de pagamento, incluindo possíveis erros de cálculo, procedimentos inadequados e a falta de uma análise aprofundada das obrigações acessórias, como GFIPs, DCTFWeb e eSocial. Estes problemas, se não resolvidos, podem acarretar passivos futuros, além de prejudicar a eficiência administrativa e aumentar os custos operacionais.

15.3. Necessidades a Serem Atendidas:

A principal necessidade a ser atendida é a regularização e aprimoramento dos processos de folha de pagamento, o que inclui a verificação da conformidade com a legislação vigente, a eliminação de erros que possam resultar em prejuízos financeiros para o município e para os servidores, e a garantia de que os sistemas e procedimentos adotados sejam seguros e confiáveis. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e responsável, evitando desperdícios e assegurando a justiça nos pagamentos realizados aos servidores.

15.4. Solução Encontrada:

A solução para esses problemas é a contratação de uma empresa especializada, com expertise comprovada na execução de auditorias de folha de pagamento e consultoria técnica. Esta empresa terá a responsabilidade de analisar e validar os procedimentos atuais, identificar e corrigir eventuais distorções, e propor melhorias que possam ser implementadas pela administração municipal. Desta forma, a administração pública poderá garantir uma gestão mais eficaz e transparente, promovendo o bem-estar dos servidores e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

15.5. Descrição da solução como um todo:

Diante das alternativas oferecidas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de uma empresa especializada em auditoria e consultoria técnica em folha de pagamento. Essa solução foi escolhida considerando a complexidade dos serviços a serem executados, a necessidade de uma análise profunda e precisa dos procedimentos adotados pela administração pública municipal, e a urgência em corrigir possíveis distorções que possam estar gerando prejuízos financeiros.

15.6. Ciclo de Vida do Contrato:

O ciclo de vida do contrato abrange desde a contratação inicial até a conclusão dos serviços de auditoria e consultoria, incluindo a análise detalhada dos processos de folha de pagamento, a implementação de correções necessárias e a garantia de conformidade com a legislação vigente. O contrato deverá prever prazos específicos para cada etapa do serviço, bem como entregáveis que assegurem a efetividade das ações realizadas.

15.7. Aspectos Gerais da Aquisição:

A solução proposta inclui a realização de uma auditoria completa na folha de pagamento do município, compreendendo tanto o pessoal ativo quanto o inativo. Além disso, a empresa contratada deverá oferecer consultoria técnica especializada para a revisão das obrigações acessórias, como GFIPs, DCTFWeb e eSocial. A escolha dessa solução se justifica tanto do ponto de vista técnico, pela complexidade dos serviços necessários, quanto do ponto de vista econômico, pela expectativa de redução de passivos futuros e melhoria da eficiência administrativa.

15.8. Manutenção, Assistência Técnica e Garantia:

Embora a natureza dos serviços contratados não envolva diretamente a necessidade de manutenção ou assistência técnica contínua, é essencial que a empresa contratada garanta a implementação das melhorias identificadas durante a auditoria. Além disso, a solução deverá incluir suporte técnico durante o período de adaptação às novas práticas e procedimentos recomendados. A empresa deverá ainda se comprometer a prestar esclarecimentos e assistência durante um período de 04 (quatro) meses após a conclusão dos serviços, assegurando que as mudanças implementadas sejam sustentáveis e duradouras.

15.9. Justificativa Técnica e Econômica:

Tecnicamente, a escolha de uma empresa especializada se justifica pela necessidade de conhecimento especializado que a administração pública atualmente não possui internamente. Economicamente, a contratação visa prevenir perdas financeiras futuras decorrentes de possíveis falhas na gestão da folha de pagamento e obrigações acessórias, bem como otimizar o uso dos recursos públicos, assegurando que os processos sejam conduzidos de maneira eficiente e dentro dos parâmetros legais.

15.10. Sustentabilidade e Duração:

A solução proposta também considera a sustentabilidade e a durabilidade dos resultados alcançados. A implementação de práticas mais eficientes e a correção de distorções nos processos de folha de pagamento contribuirão para uma administração mais sustentável a longo prazo, reduzindo desperdícios e promovendo o uso responsável dos recursos públicos. A destinação final das mudanças propostas deverá ser a incorporação definitiva dessas práticas na rotina da administração municipal, garantindo sua continuidade e adaptabilidade às futuras demandas.

16- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos essenciais, necessários para a execução dos serviços de auditoria e consultoria técnica especializada, assegurando a qualidade e a conformidade dos serviços prestados:

16.1. Qualificação Técnica Contábil:

A empresa deverá comprovar sua capacidade técnica para a execução dos serviços de auditoria, com ênfase específica em folha de pagamento. Os serviços deverão incluir suporte técnico contábil especializado para prefeituras, abrangendo competência e domínio na operacionalização dos

sistemas GFIP, eSocial e DCTF-Web. A qualificação técnica deve demonstrar a capacidade de lidar com as complexidades inerentes à gestão de folha de pagamento no setor público.

16.2. Qualificação Técnica em Softwares:

A empresa deverá possuir expertise comprovada em softwares contábeis, sendo requisito obrigatório que as atividades de desenvolvimento e suporte técnico em softwares estejam expressamente descritas em seu objeto social. Além disso, a empresa deve demonstrar capacidade analítica para o processamento de informações e cálculos de folha de pagamento, evidenciando competência técnica por meio de comprovantes documentais, como atestados de capacidade técnica ou contratos anteriores.

16.3. Comprovação da Capacidade Técnica:

A comprovação dos requisitos técnicos deverá ser realizada por meio de documentos legais, como atestados de capacidade técnica. Esses documentos poderão ser apresentados em nome da empresa contratada e/ou dos sócios administradores, desde que estes componham o quadro societário há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses e estejam designados como responsáveis técnicos da empresa no contrato social.

16.4. Experiência em Setor Público:

A empresa deverá comprovar experiência prévia na prestação de serviços para órgãos públicos, especialmente na gestão de folha de pagamento. Esta exigência visa garantir que a empresa possua familiaridade com as normativas e peculiaridades que regem o setor público, assegurando a conformidade e a eficiência dos serviços prestados.

16.5. Conformidade Legal e Regulatória:

A empresa deverá estar em total conformidade com as exigências legais e regulatórias aplicáveis. Isso inclui o registro regular no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), tanto da empresa quanto de seu responsável técnico, além da apresentação de certidões negativas de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas. O cumprimento rigoroso da legislação vigente é indispensável para garantir a legalidade da contratação e a segurança jurídica de todo o processo.

17- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do contrato seguirá um modelo estruturado para garantir que os resultados pretendidos sejam alcançados de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. A seguir, são definidos os aspectos essenciais para a execução do objeto contratado:

17.1. Local de Realização dos Serviços:

Os serviços de auditoria e consultoria técnica especializados serão realizados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, localizada na Rua Presidente Kennedy, nº 61, Centro, CEP 34000-000, Nova Lima/MG. Quando necessário, e conforme a conveniência da administração, os serviços

poderão ser realizados remotamente, na sede da empresa contratada, ou em outras dependências municipais mediante acordo prévio.

17.2. Execução Remota dos Serviços:

A empresa contratada está autorizada a realizar parte dos serviços de forma remota, a partir de sua sede, desde que a qualidade dos trabalhos e o cumprimento dos prazos estabelecidos sejam rigorosamente observados. A execução remota estará sujeita às seguintes condições:

Atividades Presenciais: A coleta de documentação física, entrevistas com a equipe técnica do município, reuniões de análise e quaisquer atividades que exijam a interação direta com o corpo técnico do município deverão ser realizadas de forma presencial. Além disso, as apresentações dos resultados e a entrega dos relatórios finais, produtos da auditoria, também deverão ocorrer presencialmente.

Atividades Remotas: Trabalhos que envolvam exclusivamente a análise e o processamento de dados previamente coletados, a elaboração de relatórios e demais tarefas que não exijam interação direta com a equipe do município poderão ser realizados remotamente na sede da empresa contratada.

Para garantir a eficiência na execução remota dos serviços, a empresa contratada deverá dispor de infraestrutura tecnológica adequada, incluindo sistemas de comunicação e transferência de dados seguros, que assegurem a confidencialidade e a integridade das informações compartilhadas entre as partes.

17.3. Prazo de Execução dos Serviços:

O prazo total para a execução dos serviços contratados será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço (OS).

17.4. Prazo para Início dos Serviços:

A empresa contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço (OS). Este período será utilizado para planejamento inicial, alocação de recursos e mobilização da equipe técnica.

17.5. Padrão de Aceitação e Complementação dos Serviços:

A aceitação dos serviços prestados será baseada na conformidade dos mesmos com os requisitos técnicos e legais estabelecidos no contrato, incluindo a aderência aos prazos e a qualidade das entregas. A administração municipal avaliará os serviços mediante relatórios periódicos e verificações, que poderão ser realizadas tanto presencialmente quanto remotamente, conforme a necessidade.

Qualquer serviço que não atenda aos padrões exigidos será submetido à complementação ou correção, sem custos adicionais para a administração pública. A empresa contratada terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação formal, para realizar as correções necessárias e garantir que o serviço atenda aos padrões de qualidade exigidos.

17.6. Monitoramento e Avaliação:

Durante todo o período contratual, haverá monitoramento contínuo dos serviços prestados, com relatórios de progresso sendo submetidos à administração municipal a cada trimestre. Estes relatórios deverão detalhar as atividades realizadas, os resultados obtidos e qualquer questão

relevante que possa impactar o andamento dos serviços. A avaliação final será realizada ao término do contrato, com base na entrega completa e satisfatória de todos os serviços contratados.

18- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

18.1. Introdução

O Modelo de Gestão de Contrato estabelece as diretrizes e procedimentos para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato referente à auditoria da folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Nova Lima. A Subsecretaria de Gestão de Pessoas será a responsável pela supervisão e controle da execução do objeto, garantindo que todas as condições estabelecidas no contrato sejam cumpridas de acordo com as especificações técnicas e legais.

18.2. Acompanhamento da Execução

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas adotará os seguintes procedimentos para acompanhar a execução do contrato:

- Designação de Fiscal: Será nomeado um servidor da Subsecretaria de Gestão de Pessoas para atuar como fiscal do contrato. Este fiscal será responsável por monitorar e verificar a correta execução dos serviços prestados, assegurando que o contratado cumpra com todas as cláusulas do contrato e as exigências do Termo de Referência.
- Plano de Trabalho: O fiscal acompanhará a implementação do plano de trabalho elaborado pelo contratado, certificando-se de que as atividades estejam sendo realizadas conforme o cronograma e as etapas previstas. Quaisquer desvios ou necessidade de ajustes serão discutidos e formalmente registrados.
- Relatórios Intermediários: A Subsecretaria de Gestão de Pessoas avaliará os relatórios intermediários apresentados pelo contratado, fornecendo feedback e solicitando esclarecimentos ou ajustes, se necessário. Esses relatórios permitirão monitorar o progresso da auditoria e a aderência aos objetivos estabelecidos.

18.3. Fiscalização da Execução

A fiscalização da execução do contrato será realizada através dos seguintes procedimentos:

- Verificação de Conformidade: O fiscal realizará visitas regulares e análises dos documentos e resultados apresentados pelo contratado. Essa verificação garantirá que a auditoria esteja sendo conduzida de acordo com os padrões técnicos e legais estabelecidos no contrato.
- Controle de Qualidade: A Subsecretaria de Gestão de Pessoas implementará procedimentos de controle de qualidade para avaliar a precisão e a relevância das auditorias realizadas. Qualquer inconsistência ou não conformidade será identificada e corrigida prontamente.
- Comunicação e Relatórios: A Subsecretaria manterá comunicação constante com o contratado, discutindo o andamento dos trabalhos, solucionando problemas e alinhando expectativas. Relatórios de fiscalização serão elaborados e compartilhados com as partes envolvidas, detalhando o status da execução e quaisquer observações relevantes.

18.4. Gestão de Problemas e Não Conformidades

Em caso de identificação de problemas ou não conformidades durante a execução dos serviços, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas adotará as seguintes medidas:

- Notificação e Correção: O fiscal notificará o contratado sobre as irregularidades encontradas e estabelecerá um prazo para a correção. A solução deverá ser apresentada e validada antes de prosseguir com a execução dos serviços.
- Aplicação de Penalidades: Se o contratado não cumprir as exigências e prazos estabelecidos, a Subsecretaria poderá aplicar penalidades conforme previsto no contrato, incluindo multas e outras sanções administrativas.

19- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição da execução dos serviços contratados e os pagamentos correspondentes serão realizados conforme os critérios e a periodicidade estabelecidos a seguir:

19.1. Medição da Execução dos Serviços:
A medição da execução dos serviços será realizada mensalmente, com base nos relatórios técnicos que compõem o objeto do contrato, totalizando 240 (duzentos e quarenta) relatórios. Cada relatório será avaliado pela administração municipal, que verificará a conformidade dos serviços com os requisitos técnicos e legais estabelecidos no contrato. Após a aprovação, os relatórios serão considerados concluídos, e a quantidade de relatórios entregues e aprovados servirá como métrica de execução dos serviços.

19.2. Periodicidade e Forma de Pagamento:
Os pagamentos serão realizados mensalmente, após a aprovação dos relatórios de medição pela administração municipal. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da aprovação do relatório e da emissão da respectiva Nota Fiscal pela empresa contratada. Os valores a serem pagos corresponderão à proporção dos serviços efetivamente executados e aprovados no período.

19.3. Cronograma de Desembolso Financeiro:
O cronograma financeiro deverá refletir a progressão dos trabalhos e poderá ser ajustado conforme necessário, assegurando a correspondência entre o avanço físico dos serviços e os pagamentos realizados. Este cronograma funcionará como uma ferramenta de controle e planejamento, garantindo que os pagamentos estejam alinhados com a efetiva realização dos serviços e permitindo o acompanhamento contínuo da execução contratual.

19.4. Condições para Pagamento:
Os pagamentos estarão condicionados à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada, bem como à apresentação de todos os documentos exigidos no contrato, incluindo as Notas Fiscais devidamente emitidas e os relatórios de medição aprovados pela administração municipal. Em caso de não conformidade dos serviços ou de descumprimento das obrigações contratuais, a administração municipal poderá reter ou suspender os pagamentos até a regularização das pendências, sem que isso implique em penalidades adicionais para a administração pública.

19.5. Ajustes e Revisões:
Ajustes poderão ser necessários em função de dificuldades técnicas ou outras circunstâncias imprevistas que impactem a execução do contrato.
Além disso, considerando o interesse público na celeridade da execução dos serviços e na regularização da folha de pagamento e das obrigações fiscais, fica prevista a possibilidade de adiantamento do cronograma em caso de conclusão antecipada dos serviços planejados. Também se admite a readequação e extensão do contrato caso seja necessário mais tempo para a execução, devido a imprevistos ocorridos durante o processo, sempre priorizando a qualidade dos serviços e a exatidão das informações prestadas.

20- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

20.1. Observar a forma de prestação de serviços estabelecida no Termo de Referência.

20.2. Seguir a orientação dada pelo Município, quanto à forma de execução dos serviços.

20.3. Cobrir por sua conta os gastos decorrentes da execução dos serviços.

20.4. Apresentar junto às faturas, os comprovantes de quitação das obrigações decorrentes com a execução do contrato e manter durante a prestação dos serviços as condições de habilitação e qualificações exigidas.

20.5. Substituir às suas expensas, no todo ou em parte, a prestação de serviços que não satisfazer a qualidade e condições previamente contratadas.

20.6. Ressarcir todos os prejuízos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, não excluindo ou realizando essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município.

20.7. Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da Lei Federal nº Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.

20.8. O objeto deste contrato deverá ser fornecido de forma integral. A entrega deverá ser nas condições e prazos previstos no presente contrato e no Termo de Referência.

21- OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/CONTRATANTE

21.1. Fornecer a orientação para a melhor execução do contrato, em especial a forma de prestação dos serviços

21.2. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços.

21.3. Verificar minuciosamente no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta.

21.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por meio do servidor especialmente designado.

21.5. Fazer os pagamentos devidos mediante as faturas, que deverão ser por ele conferidas.

22- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A contratação dos serviços de auditoria de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Nova Lima será realizada por inexigibilidade de licitação, conforme previsto no Art. 74, III, c, da Lei Federal n' 14.133/21

22.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

A seleção do fornecedor para a contratação dos serviços de auditoria de folha de pagamento será realizada com base em processo administrativo que observará os seguintes critérios e procedimentos:

22.2. Escolha Direta: A contratação será efetuada diretamente com o fornecedor que atender às condições de inexigibilidade, não havendo necessidade de licitação. A escolha será feita com base em critérios técnicos e comprovação de capacidade.

22.3. Justificativa da Inexigibilidade: Será elaborada uma justificativa detalhada para a inexigibilidade, demonstrando a inviabilidade de competição para o serviço específico de auditoria e a escolha do fornecedor mais adequado com base em sua especialização e experiência

22.4. Critérios de Seleção

Os critérios para a seleção do fornecedor serão os seguintes:

- **Especialização Técnica:** O fornecedor deve comprovar expertise e experiência comprovada na realização de auditorias de folha de pagamento em órgão público, com conhecimento aprofundado das normas trabalhistas e previdenciárias aplicáveis.
- **Histórico de Trabalho:** Será considerada a trajetória do fornecedor em serviços semelhantes, incluindo referências e avaliações de clientes anteriores. A reputação e a qualidade dos serviços prestados anteriormente serão fatores decisivos na seleção.
- **Proposta Técnica:** Embora não haja competição formal, será solicitada uma proposta técnica detalhada que inclua metodologia, cronograma e plano de trabalho para a auditoria. A proposta deve demonstrar a capacidade do fornecedor para atender às necessidades específicas da Prefeitura e assegurar a qualidade dos serviços.

23- Decisão e Formalização

A decisão sobre a contratação será registrada em um parecer técnico que incluirá a justificativa da inexigibilidade e a escolha do fornecedor. A formalização da contratação será realizada através de um contrato administrativo, que especificará todas as condições, direitos e obrigações das partes envolvidas, conforme estabelecido no Termo de Referência.

24- Documentação Necessária

Para a formalização da contratação, o fornecedor selecionado deverá apresentar a seguinte documentação:

24.1-Exigencias de Habilitação

24.1.1-Habilitação Jurídica

a) registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

24.1.2-Habilitação fiscal, social e trabalhista;

a) registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014);

e) para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal-SEEC/DF, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br. (inteligência do art. 173, da LODF);

f) certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

g) certidão negativa de débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade;

h) Registro regular no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), tanto da empresa quanto de seu responsável técnico.

24.1.3- Qualificação econômica financeira

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.

24.1.4- Qualificação Técnica

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa ou seu responsável técnico executou a prestação de serviços, similares ou superiores ao objeto da presente contratação, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ e ou assinatura digital.

25- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação se deu com base em valores de contratações semelhante de objetos de mesma natureza, por meio de apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, conforme Art. 8 do Decreto Municipal 12.870/2022.

25.1 Parâmetros Utilizados para Estimativa de Preços

A definição do valor estimado para a contratação foi baseada nos seguintes parâmetros, combinados para assegurar a precisão da estimativa:

25.2 Memória de Cálculo e Definição dos Preços Unitários

Com base valores de contratações semelhante de objetos de mesma natureza, o preço unitário médio estimado para a elaboração de cada relatório técnico foi fixado em **R$ 2.824,00 (dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais)**. A contratação prevê a produção de **240 (duzentos e quarenta)**

relatórios técnicos, distribuídos em 60 (sessenta) competências mensais, com quatro relatórios distintos para cada competência.

Cálculo do Quantitativo Total:

- **Número de Competências:** 60
- **Relatórios por Competência:** 4
- **Total de Relatórios:** 60 x 4 = 240 relatórios

Valor Unitário por Relatório: R$ 2.824,00

Valor Total Estimado para a Contratação: 240 x R$ 2.824,00 = **R$ 677.760,00**

25.3 Documentação Suporte

Todos os documentos que sustentam a estimativa dos valores, estão classificados e armazenados em documento separado, conforme exigido pela legislação vigente. Estes documentos estão disponíveis para consulta, garantindo transparência e conformidade com as normas aplicáveis.

26- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Abaixo está a planilha orçamentária detalhada para a contratação dos serviços de auditoria e consultoria técnica especializada na folha de pagamento do município de Nova Lima/MG. A planilha apresenta a especificação dos serviços, a unidade de medida, a quantidade a ser contratada, e os valores unitários e totais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
2	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB (GFIP, DCTFWeb, e-Social)	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
3	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
4	Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
	Total Geral		**240**		**R$ 677.760,00**

NOTA EXPLICATIVA:

- **Especificação:** Descrição detalhada dos serviços a serem contratados.
  - **01 - Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas:** Análise detalhada das rubricas e eventos usados em folhas de pagamento.
  - **02 - Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB:** Análise e conferência das informações enviadas à Receita Federal.
  - **03 - Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT:** Verificação dos valores de recolhimento e conformidade com as alíquotas legais.
  - **04 - Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira:** Verificação da conformidade entre os valores gerados na folha de pagamento, transmitidos ao banco e creditados nas contas dos servidores.
- **Unidade de Medida:** Refere-se ao tipo de unidade utilizada para mensurar os serviços (neste caso, relatórios).
- **Quant.:** Quantidade total de relatórios a serem elaborados, distribuídos em 60 competências mensais.
- **Valor Unitário:** Preço estimado para a elaboração de cada relatório, conforme justificativa de preço.
- **Valor Total:** Multiplicação do valor unitário pela quantidade de relatórios.

27- CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

O cronograma de pagamento foi elaborado com base na expectativa de execução dos serviços ao longo dos 12 (doze) meses de vigência do contrato. Os pagamentos serão realizados de acordo com a entrega e aprovação dos relatórios técnicos, conforme descrito no contrato. O valor total do contrato, estimado em R$ 677.760,00 (seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta reais), será dividido proporcionalmente ao longo dos 12 (doze) meses, conforme o progresso dos serviços e as entregas realizadas.

27.1 Estrutura de Pagamento

Os pagamentos mensais serão realizados de acordo com o seguinte cronograma, sujeito à entrega e aprovação dos serviços:

Cronograma de Desembolso Financeiro estimado:

Mês	Percentual do Valor Total (%)	Valor Estimado (R$)	Etapas do Trabalho	Previsão de Entrega
1º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Início dos trabalhos, levantamento e diagnóstico	20 (vinte) relatórios
2º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Continuidade da análise e entrega de relatórios	20 (vinte) relatórios
3º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Entrega de relatórios	20 (vinte) relatórios
4º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Progresso contínuo dos serviços	20 (vinte) relatórios
5º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Entrega e aprovação de mais relatórios	20 (vinte) relatórios
6º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Meia fase do contrato, avaliação intermediária	20 (vinte) relatórios
7º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Revisão e entrega de novos relatórios	20 (vinte) relatórios
8º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Avanço na finalização das análises	20 (vinte) relatórios
9º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Consolidação dos dados e relatórios	20 (vinte) relatórios
10º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Preparação para conclusão do trabalho	20 (vinte) relatórios
11º mês	8,33%	R$ 56.480,00	Finalização das análises e revisão	20 (vinte) relatórios
12º mês	8,37%	R$ 56.480,00	Entrega final e encerramento do contrato	20 (vinte) relatórios
Total	**100%**	**R$ 677.760,00**	**Valor total conforme contrato**	**240 (duzentos e quarenta) relatórios**

28- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. Em observância ao disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2.000, as despesas decorrentes da contratação objeto deste termo de referência têm adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

28.2. As despesas decorrentes da ata correrão à conta da dotação orçamentária:
07.001.04.0101.2069

29- VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O Contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado.

30- GARANTIA CONTRATUAL

NÃO SE APLICA

31- REAJUSTE:

NÃO SE APLICA DADA A NATUREZA DO OBJETO

32- SANÇÕES:

32.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras

irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023:

32.2.1. Advertência;

32.2.2. Multa;

32.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

32.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

32.3. Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

32.4. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

32.4.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2021.

32.4.2. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n° 14.1333/21.

32.4.3. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - Tumultuar a sessão pública da licitação;

II - Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores usado por Nova Lima, dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV - Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI - Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

VIII - não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX - Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X - Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV - Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

32.4.4. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

32.4.5. O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023.

32.5. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 17.5.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

32.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do

caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

32.7. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

32.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

32.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

32.10. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

33- GARANTIA DAS PROPOSTAS

NÃO SE APLICA

34- GERENCIAMENTO DE RISCOS

34.1. É parte integrante do presente Termo de Referência o Gerenciamento de Riscos constante do Anexo I – GERENCIAMENTO DE RISCOS, o qual também integrará o Contrato Administrativo celebrado.

35- CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PELO CONTRATADO:

A empresa bem como seu responsável técnico, atendem completamente, as necessidades da execução dos nossos serviços, notadamente por possuir conhecimento prático e técnico, específicos para os serviços propostos, acrescentando-se a isso, os atestados de capacidade técnica que comprovam a qualificação da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILDIADE BRASIL.

Enfim, se trata de uma empresa que possui credibilidade e confiança para a execução dos serviços de auditoria da Folha de Pagamento do Executivo Municipal, conseguido, inclusive, pela notória experiência positiva reconhecida nos atestados de capacidade técnica apresentados.

Por todo o exposto, o contratado preenche os requisitos de habilitação necessários à contratação.

36- JUSTIFICATIVA DE PREÇO;

O preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível no âmbito da Administração Pública, com base em valores de contratações semelhante de objetos de mesma natureza, por meio de apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, conforme Art. 8 do Decreto Municipal 12.870/2022.

37- AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE;

Foi elaborada.

38- RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO;

Considerando que os serviços ora contratados, requerem a existência de uma perfeita e saudável auditoria e consultoria técnica completa e alto grau de expertise na análise que se pretende realizar, e que transmita a segurança para a para a Municipalidade, através da sua confiabilidade operacional, assim, se vê na premência da contratação de serviços técnicos especializados, mais especificamente, a presente auditoria externa e consultoria técnica na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo da administração direta do município de Nova Lima/MG, onde a empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA se configura com o conceito de notória especialização pelos relevantes serviços que vem prestando a empresas privadas e órgãos públicos, não havendo outro nome mais apropriado para trazer o resultado esperado por essa municipalidade.

39- A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL COMO ÚNICO MEIO ADEQUADO, EFETIVO E EFICIENTE DE AFASTAR O RISCO IMINENTE DETECTADO:

NÃO SE APLICA

40- INSTAURAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO:

NÃO SE APLICA

41- DO QUANTITATIVO CONTRATADO:

NÃO SE APLICA

42- PROIBIÇÃO DE RECONTRATAÇÃO DA EMPRESA:

NÃO SE APLICA

43- ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação de serviços técnicos especializados de auditoria externa e consultoria técnica na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo da administração direta do município de Nova Lima/MG, para constar como anexo ao contrato.

Nova Lima/MG, 01 de outubro de 2024.

Larissa Gonçalves da Matta –Matrícula 16193

Subsecretária de Gestão de Pessoas

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Secretaria de Administração

Secretário Henrique Pimenta

110

À Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG
Data: 16/09/2024

Aos senhores membros da Subsecretaria de Gestão de Pessoas - Secretaria de Administração

É com grande honra que nos dirigimos à Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG, município de enorme relevância no cenário político e administrativo de Minas Gerais. Nova Lima tem se consolidado como um exemplo de gestão pública moderna e eficiente, destacando-se não apenas pelo seu desenvolvimento socioeconômico, mas também pelo compromisso com a transparência e o bom uso dos recursos públicos.

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil sente-se privilegiada em poder contribuir para a continuidade dessa trajetória de sucesso. Somos uma empresa reconhecida pela nossa expertise em auditoria e consultoria técnica no setor público, áreas essenciais para garantir a conformidade, a segurança dos processos e o controle eficaz dos recursos públicos.

Com uma equipe técnica altamente qualificada e uma vasta experiência em auditorias especializadas, estamos certos de que nossa prestação de serviços será um diferencial importante para a gestão da folha de pagamento e obrigações acessórias do município, garantindo a excelência que Nova Lima merece.

A seguir, detalhamos os serviços propostos, o cronograma de trabalho e a proposta de honorários, sempre com foco em agregar valor e contribuir para a eficiência da gestão pública deste município.

---

1 - SOBRE A INTELECTUAL

1.1 Quem Somos

A INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA (Intelectual) é uma empresa que alia, de forma única, a expertise contábil e o uso avançado de tecnologia, oferecendo soluções integradas e personalizadas para a gestão pública. Nosso diferencial está na combinação eficiente dessas duas áreas, proporcionando resultados rápidos, seguros e alinhados à legislação vigente. Atuamos em parceria direta com as equipes dos nossos contratantes, fornecendo todo o suporte técnico necessário para o cumprimento das exigências administrativas e fiscais.

Nosso compromisso vai além da simples prestação de serviços: buscamos consolidar a autonomia das equipes de Departamento de Pessoal e Recursos Humanos de nossos clientes, capacitando-as para a gestão permanente de folhas de pagamento e obrigações acessórias, como eSocial, DCTFWeb e GFIP. Dessa forma, a administração pública pode contar com processos mais eficientes e uma gestão financeira e previdenciária precisa, sem a necessidade de dependência de terceiros para futuras execuções.

Oferecemos uma solução abrangente e eficaz para a identificação e correção de irregularidades nos processos de Folha de Pagamento do Município, proporcionando à Administração Pública uma ferramenta segura e confiável para garantir a plena conformidade com a Receita Federal e demais órgãos fiscalizadores. Nossa atuação assegura a regularidade dos procedimentos, minimizando riscos e reforçando a transparência nas operações financeiras e previdenciárias.

1.2 Nossa Estratégia de Execução

Nossa estratégia de execução é pautada por metodologias contábeis comprovadas e pela observância rigorosa à legislação federal e municipal, manuais e orientações dos órgãos competentes. Utilizamos softwares próprios, desenvolvidos exclusivamente pela Intelectual, que garantem precisão e celeridade no processo de auditoria e eliminação de erros humanos na construção de relatórios, cálculos e comparações . Essa abordagem nos permite otimizar os resultados e reduzir significativamente o tempo de execução.

Além disso, dispomos de uma equipe técnica altamente capacitada, que atua de forma integrada com o corpo técnico do contratante, garantindo que todas as fases do processo sejam conduzidas de maneira transparente, segura e eficiente.

1.3 Serviços Ofertados

Os serviços oferecidos pela Intelectual abrangem uma auditoria completa e detalhada de todos os processos relacionados à folha de pagamento do município, incluindo férias, 13º salário, folhas complementares, pagamentos mensais e todas as obrigações previdenciárias. Nossa auditoria é projetada para identificar possíveis irregularidades nos cálculos e procedimentos adotados, com especial atenção para os recolhimentos previdenciários realizados nos últimos cinco anos.

Durante o processo de auditoria, revisamos cuidadosamente as folhas de pagamento em todas as suas etapas, verificando a conformidade dos cálculos de salários, adicionais, descontos e benefícios. Analisamos a correta aplicação das alíquotas de INSS, IRRF, GIILRAT, FAP e outras obrigações, bem como a adequação dos procedimentos relacionados a férias, 13º salário e pagamentos suplementares. Nossa metodologia assegura que cada pagamento está em conformidade com as leis trabalhistas e fiscais, evitando passivos futuros e possíveis penalidades.

Além da análise técnica, nossos serviços incluem treinamento e capacitação contínua das equipes envolvidas, com foco na gestão das folhas de pagamento e obrigações acessórias, como eSocial, DCTFWeb e GFIP. Durante o período de auditoria, fornecemos orientação clara e objetiva sobre os erros identificados, oferecendo soluções práticas e detalhadas para a correção de inconsistências. Nosso objetivo é garantir que, ao final do processo, a equipe responsável esteja plenamente capacitada a gerenciar os procedimentos com total autonomia, promovendo uma gestão mais eficiente e segura.

1.4 POR QUE CONTRATAR A INTELECTUAL?

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil é uma empresa única no mercado por combinar, de forma integrada, a expertise contábil e o desenvolvimento de softwares avançados. Nossa atuação se destaca por oferecer soluções personalizadas e tecnológicas, com capacidade comprovada de extrair e processar grandes volumes de dados, como folhas de pagamento de servidores públicos e suas respectivas obrigações acessórias. Essa sinergia entre tecnologia e contabilidade garante uma execução rápida e precisa, mesmo em contextos com elevado volume de informações.

Com uma equipe técnica especializada e larga experiência no setor público, a Intelectual possui o diferencial de compreender profundamente a legislação federal e municipal, aplicando-a de forma eficaz em todas as etapas da auditoria de folha de pagamento. Utilizamos softwares próprios, desenvolvidos especificamente para atender às necessidades de auditoria contábil em folha, o que assegura o rigor e a conformidade em cada processo, além de minimizar erros e otimizar o tempo de análise.

Essa abordagem tecnológica, aliada à nossa expertise contábil, confere à administração pública total confiança na qualidade e segurança dos serviços prestados. Oferecemos não apenas a capacidade de realizar auditorias com precisão, mas também o suporte para a gestão eficiente das informações obtidas, promovendo maior autonomia e clareza para a administração na tomada de decisões.

A singularidade da Intelectual em unir esses dois pilares – contabilidade e tecnologia – posiciona a empresa como a parceira ideal para auditorias de alta complexidade e exigência, garantindo resultados sólidos e confiáveis.

---

2 - OBJETO DA PROPOSTA

A presente proposta tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa e consultoria técnica na folha de pagamento do pessoal ativo e inativo da administração direta da Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG . O objetivo é avaliar, validar e emitir pareceres sobre a qualidade dos dados, informações e sistemas que geram e mantêm a folha de pagamento, assegurando sua conformidade com a legislação vigente, além de garantir segurança e confiabilidade nos processos.

Incluem-se nas atividades a serem realizadas:

- Verificação da conformidade dos procedimentos utilizados para a geração da folha de pagamento com a legislação pertinente e demais normas aplicáveis, incluindo a revisão de cálculos.
- Identificação de procedimentos que possam representar riscos de passivos futuros.
- Análise do ambiente tecnológico utilizado para a confecção da folha de pagamento, com o intuito de avaliar se este proporciona um trabalho seguro e confiável para os operadores do sistema.
- Desenvolvimento de saneamento das rubricas/códigos operados na folha de pagamento, visando torná-la mais flexível, dinâmica e capaz de prevenir erros na folha mensal e/ou folha suplementar.
- Verificação do(s) regime(s) previdenciário(s) utilizado(s), assegurando conformidade com as exigências legais.
- Definição do período da auditoria com base na legislação vigente de prescrições.
- Verificação dos sistemas utilizados para a confecção da folha e controle de dados.
- Extração das informações necessárias para a auditoria via sistema, garantindo a integridade e qualidade dos dados.

- Solicitação das GFIPs referentes ao período auditável diretamente na RFB por nossa equipe.
- Verificação da situação fiscal do município , assegurando regularidade fiscal.
- Verificação da parametrização das verbas/rubricas da folha de pagamento, garantindo sua correta aplicação.
- Verificação da legislação do Município , para assegurar o cumprimento de normas municipais específicas.
- Elaboração de estudo analítico por verba/rubrica , detalhando os impactos fiscais e previdenciários de cada uma.
- Elaboração de estudo analítico por servidor , com foco nas obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- Cadastro de senha e treinamento à equipe da Prefeitura para acesso a sistemas relacionados à folha e à Receita Federal.
- Estudo de servidores ativos por competência base para o trabalho de GIILRAT.
- Estudo completo do GIILRAT , avaliando a conformidade e adequação das alíquotas aplicadas.
- Análise da real incidência de contribuição previdenciária sobre verbas, via análise detalhada da folha de pagamento e informações fornecidas pela RFB.
- Estudo de valores totais por servidor e por competência , comparando os valores a pagar e os valores pagos efetivamente.

2.1. Acesso e Preparação dos Dados

A Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG fornecerá acesso integral aos arquivos da folha de pagamento dos últimos 60 (sessenta) meses , conforme o prazo prescricional de obrigações e direitos na Receita Federal do Brasil (RFB). A análise será realizada com base nos dados provenientes de dois sistemas distintos.

A CONTRATADA processará, sistematizará e estruturará as informações obtidas, utilizando métodos e ferramentas apropriadas para garantir a integridade e qualidade dos dados. Essas informações servirão de base para as análises subsequentes.

2.2. Produção de Relatórios/Pareceres Técnicos

Após o acesso integral aos dados fornecidos pela Prefeitura, a CONTRATADA realizará uma análise detalhada para identificar deficiências, inconsistências e não conformidades. Os relatórios e pareceres técnicos a seguir terão como objetivo fornecer uma base sólida para a administração tomar decisões informadas e implementar melhorias contínuas na gestão da folha de pagamento:

2.2.1 Relatório/Parecer de Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas de Pagamento e Descontos em Folha de Pagamento, Folha Complementar, Férias e 13º Salário

- Objetivo: Identificar e catalogar os eventos e rubricas utilizadas em cada uma das 60 competências, incluindo folhas complementares, férias e 13º salário.

- Método: Catalogação detalhada das rubricas, assegurando a correta aplicação da legislação em cálculos de IRRF, INSS e obrigações patronais.
- Resultados Esperados :
    - Aplicação correta do normativo jurídico para cada rubrica.
    - Parametrização sistêmica adequada para garantir cálculos automatizados.
    - Identificação de inconsistências e erros sistêmicos.
    - Detecção de possíveis fraudes e desvios.

2.2.2 Relatório/Parecer de Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB Através das Declarações GFIP, DCTFWeb e e-Social

- Objetivo: Avaliar as informações previdenciárias declaradas em cada uma das 60 competências, com base nos últimos envios válidos para a Receita Federal.
- Método: Análise das bases de recolhimento e movimentações de servidores, comparando-as com os dados da RFB.
- Resultados Esperados :
    - Conformidade das alíquotas de FAP e RAT.
    - Correta aplicação das normas jurídicas e identificação de divergências.
    - Parametrização sistêmica e detecção de fraudes ou erros de programação.

2.2.3 Relatório/Parecer de Regularidade do GIILRAT

- Objetivo: Avaliar os valores de recolhimento do GIILRAT para cada competência, com base na legislação vigente.
- Método: Cálculo dos valores devidos para FAP e RAT, comparando-os com os valores efetivamente recolhidos.
- Resultados Esperados :
    - Parametrização correta das alíquotas aplicadas.
    - Identificação de fraudes e desvios nos recolhimentos.
    - Conformidade com as normas vigentes.

2.2.4 Análise de Conformidade Financeira

- Objetivo: Comparar três bases de dados (sistema de folha de pagamento, arquivos de remessa e arquivos de retorno) para identificar não conformidades e inconsistências no fluxo de pagamentos.
- Método: Cruzamento de informações entre os valores gerados, transmitidos e efetivamente creditados nas contas dos servidores.

- Resultados Esperados :
    - Verificação da conformidade entre os valores transmitidos e os valores creditados.
    - Proposição de medidas corretivas para discrepâncias identificadas.

2.3 Treinamento e Capacitação

Durante o período de auditoria, serão realizados treinamentos contínuos e suporte técnico à equipe da Prefeitura, com foco nas seguintes atividades:

- Treinamento para o uso correto do sistema e sistemas RFB .
- Apoio e orientação para o arquivamento correto do processo e da folha de pagamento.
- Capacitação da equipe técnica para a execução, transmissão e arquivamento da folha de pagamento mensal e seus respectivos arquivos, em conformidade com a legislação vigente.

---

3 - METODOLOGIA

Nossa metodologia de trabalho é pautada por uma abordagem sistemática e precisa, com foco na eficiência e conformidade dos processos de auditoria, desde o cadastro inicial até a entrega final dos relatórios. Todo o processo será realizado em etapas bem definidas, garantindo a organização, segurança e transparência das informações.

3.1 Cadastro e Procurações

O primeiro passo será a formalização de todos os cadastros e a obtenção das devidas procurações para que a Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda possa acessar as plataformas e sistemas fiscais necessários, como Receita Federal do Brasil (RFB), eSocial, DCTFWeb, GFIP, entre outros. Esse procedimento permitirá que nossa equipe atue diretamente no levantamento e na extração dos dados auditáveis, garantindo a integridade das informações desde o início do processo.

3.2 Coleta e Geração dos Dados a Serem Auditados

Após a obtenção das autorizações necessárias, nossa equipe iniciará a coleta de todos os dados pertinentes aos últimos 60 meses de folha de pagamento do município. Essa etapa envolve a extração de informações de dois sistemas.

Os dados serão sistematizados em um banco de dados digital estruturado , que permitirá o cruzamento de informações, a análise detalhada e a geração de relatórios automatizados. Esse banco de dados será organizado de forma a garantir a rastreabilidade e a transparência das informações, possibilitando a conferência e revisão em todas as etapas da auditoria.

3.3 Sistematização e Arquivo Digital

Com as informações coletadas, será feita a sistematização completa dos dados em formatos digitais apropriados para a análise contábil e fiscal. A Intelectual criará um arquivo digital completo e organizado, que será entregue à Prefeitura de Nova Lima ao final do processo. Esse arquivo incluirá todos os relatórios, pareceres, estudos analíticos por servidor e por rubrica, bem como as bases de dados utilizadas durante a auditoria.

Esse processo garantirá que o município tenha acesso contínuo e estruturado a todos os dados auditados, permitindo um gerenciamento eficiente e seguro de suas informações fiscais e previdenciárias no futuro.

3.4 Processamento e Revisão das Informações

Após a sistematização dos dados, iniciaremos a fase de processamento das informações, seguindo rigorosamente os padrões nacionais de auditoria contábil e fiscal . Durante essa fase, a Intelectual aplicará suas metodologias contábeis consolidadas para:

- Verificar a conformidade dos cálculos de IRRF, INSS, GIILRAT e outras obrigações.
- Revisar a correta aplicação das alíquotas de FAP e RAT.
- Analisar as bases de cálculo de salários, férias, 13º salário, folhas complementares e pagamentos mensais.
- Identificar eventuais fraudes, erros ou inconsistências nos processos de folha de pagamento.

Cada etapa da revisão será documentada e analisada cuidadosamente, garantindo que todas as informações estejam em conformidade com a legislação vigente e os regulamentos aplicáveis.

3.5 Emissão de Relatórios

Após a revisão completa dos dados, a Intelectual emitirá relatórios técnicos e pareceres detalhados, abordando:

- A conformidade das rubricas e cálculos aplicados.
- A adequação dos sistemas utilizados pela Prefeitura.
- Os resultados das auditorias de conformidade previdenciária e fiscal.
- Estudo detalhado por servidor e por competência.

Os relatórios serão apresentados à administração municipal em formato digital, contendo todas as recomendações para correção de inconsistências e propostas de melhorias nos processos de gestão da folha de pagamento.

3.6 Apresentação e Conferência

Uma vez finalizados os relatórios, será realizada uma apresentação formal para a equipe técnica da Prefeitura de Nova Lima. Durante essa apresentação, serão explicados detalhadamente os resultados da auditoria, as inconsistências identificadas e as soluções propostas.

A equipe da Prefeitura terá a oportunidade de revisar os dados e realizar uma conferência interna, assegurando total transparência e compreensão dos resultados. A Intelectual se compromete a fornecer todo o suporte necessário durante essa fase, garantindo que a administração pública esteja totalmente preparada para implementar as correções e melhorias sugeridas.

3.7 Descrição das Atividades

A execução do serviço de auditoria envolverá as seguintes atividades:

- Planejamento da Auditoria : Elaboração de um plano de trabalho detalhado que inclua cronograma, metodologia e etapas da auditoria.
- Coleta de Dados: Recolhimento de documentos e informações necessários para a análise da folha de pagamento, incluindo registros de pagamentos, contracheques, e outros documentos pertinentes.
- Análise e Verificação: Revisão detalhada dos dados coletados, com foco na conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, e na precisão dos cálculos realizados.
- Relatórios e Recomendações : Elaboração de relatórios de auditoria que incluam constatações, análises e recomendações para a correção de irregularidades e melhorias nos processos de gestão da folha de pagamento.
- Acompanhamento e Suporte: Disponibilidade para esclarecimentos e suporte técnico à Prefeitura durante e após a realização da auditoria, conforme necessário.

---

4 - VALOR DA PROPOSTA

O valor da presente proposta foi definido com foco na entrega dos relatórios técnicos , que são o produto final esperado deste contrato de auditoria e consultoria técnica. Para a construção do orçamento, a Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. utilizou sua prática consolidada de precificação com base em contratos de objeto similar, todos realizados nos últimos 12 (doze) meses. Em anexo, serão disponibilizados os contratos e as Notas Fiscais correspondentes a esses serviços, como forma de comprovar a coerência do valor proposto.

A Intelectual adota uma política de precificação que utiliza como referência o salário mínimo vigente. Em contratos similares de grau técnico equivalente, é aplicado o valor de dois salários mínimos governamentais para cada relatório elaborado, considerando o alto nível de especificação técnica e detalhamento exigido. Sendo assim, o orçamento foi construído com foco no resultado final e no objetivo do trabalho: a elaboração dos relatórios de auditoria.

Com base em contratações semelhantes e em objetos de mesma natureza, o valor unitário médio estimado para a elaboração de cada relatório técnico foi fixado em R$ 2.824,00 (dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais). A contratação prevê a produção de 240 (duzentos e quarenta) relatórios técnicos, distribuídos ao longo de 60 (sessenta) competências mensais, sendo que para cada competência serão elaborados quatro relatórios distintos.

Cálculo do Quantitativo Total:

- Número de Competências : 60
- Relatórios por Competência : 4
- Total de Relatórios : 60 x 4 = 240 relatórios
- Valor Unitário por Relatório : R$ 2.824,00
- Valor Total Estimado para a Contratação : 240 x R$ 2.824,00 = R$ 677.760,00

4.1 Planilha Orçamentária

Abaixo, apresentamos a planilha orçamentária detalhada, que especifica os serviços a serem contratados, a unidade de medida, a quantidade de relatórios a serem elaborados, bem como os valores unitários e totais:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
2	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB (GFIP, DCTFWeb, e-Social)	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
3	Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira	Relatório	60	R$ 2.824,00	R$ 169.440,00
Total Geral		240			R$ 677.760,00

Nota Explicativa:

- Especificação: Descrição detalhada dos serviços a serem contratados.
    - 01 - Elaboração de Relatórios Técnicos sobre Regularidade do Cadastro e Aplicação dos Eventos/Rubricas : Análise detalhada das rubricas e eventos utilizados nas folhas de pagamento.
    - 02 - Elaboração de Relatórios sobre Regularidade das Informações Previdenciárias nas Bases da RFB : Análise e conferência das informações previdenciárias enviadas à Receita Federal.
    - 03 - Elaboração de Relatórios sobre Regularidade do GIILRAT : Verificação dos valores de recolhimento e conformidade com as alíquotas legais.
    - 04 - Elaboração de Relatórios sobre Conformidade Financeira : Verificação da conformidade entre os valores gerados na folha de pagamento, transmitidos ao banco e creditados nas contas dos servidores.
- Unidade de Medida: Refere-se à unidade utilizada para mensurar os serviços (neste caso, relatórios).
- Quant.: Quantidade total de relatórios a serem elaborados, distribuídos em 60 (sessenta) competências mensais.
- Valor Unitário: Preço unitário para a elaboração de cada relatório técnico, conforme a justificativa de preço.
- Valor Total: Multiplicação do valor unitário pela quantidade total de relatórios.

4.2 Cronograma de Pagamento

O cronograma de pagamento foi elaborado com base na expectativa de execução dos serviços ao longo dos 12 (doze) meses de vigência do contrato. Os pagamentos serão realizados de acordo com a entrega e aprovação dos relatórios técnicos, conforme descrito no contrato.

O valor total do contrato, estimado em R$ 677.760,00 (seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta reais), será dividido proporcionalmente ao longo dos 12 (doze) meses, conforme o progresso dos serviços e as entregas realizadas.

4.2.1 Estrutura de Pagamento

Os pagamentos mensais serão realizados de acordo com o seguinte cronograma, sujeito à entrega e aprovação dos serviços:

Mês	% do serviço executado	Valor (R$)	Previsão de Entrega
Mês 1	8.33%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 20 relatórios)
Mês 2	16.67%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 40 relatórios)
Mês 3	25.00%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 60 relatórios)
Mês 4	33.33%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 80 relatórios)
Mês 5	41.67%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 100 relatórios)
Mês 6	50.00%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 120 relatórios)
Mês 7	58.33%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 140 relatórios)
Mês 8	66.67%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 160 relatórios)
Mês 9	75.00%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 180 relatórios)
Mês 10	83.33%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 200 relatórios)
Mês 11	91.67%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 220 relatórios)
Mês 12	100.00%	R$ 56.480,00	20 relatórios (Acumulado: 240 relatórios)

5- PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços contratados será de 12 (doze) meses, contados a partir do início formal das atividades de auditoria. Durante esse período, a Intelectual Software e Contabilidade Brasil se compromete a realizar a coleta de dados, análise e emissão de 240 relatórios técnicos, sendo 20 relatórios mensais, conforme o cronograma previamente estabelecido.

Caso ocorram dificuldades técnicas ou questões relacionadas à obtenção da documentação necessária para a auditoria, o prazo poderá ser prorrogado, conforme previsto em contrato, sem prejuízo ao valor ajustado. A prorrogação visa garantir que o trabalho seja realizado com a devida precisão e qualidade, assegurando que todos os dados auditados estejam corretos e completos.

Mesmo em casos de prorrogação do prazo por esses motivos, o valor acordado para a prestação dos serviços será mantido, respeitando o compromisso firmado entre as partes.

A Intelectual garante a entrega de todas as etapas previstas com o máximo rigor técnico, independentemente de eventuais ajustes no cronograma.

---

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil reitera o seu compromisso com a excelência na prestação dos serviços de auditoria e consultoria técnica oferecidos à Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG . Nossa metodologia integra expertise contábil e tecnologia de ponta, assegurando uma análise rigorosa e detalhada dos processos de folha de pagamento e obrigações previdenciárias, com o objetivo de garantir total conformidade com a legislação vigente.

Destacamos que todos os serviços serão executados de forma transparente e colaborativa, mantendo um diálogo aberto com a equipe da administração municipal e oferecendo suporte contínuo durante e após a conclusão dos trabalhos. Os relatórios técnicos elaborados servirão como uma ferramenta essencial para o aprimoramento da gestão pública, proporcionando maior segurança, eficiência e controle sobre os recursos e processos auditados.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e para a realização de eventuais ajustes que se mostrem necessários ao longo da execução do contrato, sempre visando atender com precisão as necessidades da Prefeitura.

Agradecemos pela confiança depositada em nossa empresa e reforçamos nosso compromisso em contribuir para uma administração pública cada vez mais eficiente, transparente e em conformidade com as normativas legais.

122

Mateus Leme/MG, 16 de setembro de 2024.

A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

Atenciosamente,

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2024.09.16 14:35:12 -03'00'

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CRC/MG 119647
Contador / Diretor

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ 37.782.587/0001-48 CRC MG 015523

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 11.864, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Vigência

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023,

DECRETA:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2024, o valor do salário mínimo será de R$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 47,07 (quarenta e sete reais e sete centavos) e o valor horário, a R$ 6,42 (seis reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Brasília, 27 de dezembro de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Gustavo José de Guimarães e Souza
Carlos Roberto Lupi
Luiz Marinho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.12.2023 - Edição extra

*

124

DECRETO Nº 12.342, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024

Vigência

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, e no art. 4º da Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024,

DECRETA:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o valor do salário mínimo será de R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais).

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 50,60 (cinquenta reais e sessenta centavos) e o valor horário, a R$ 6,90 (seis reais e noventa centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Brasília, 30 de dezembro de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Luiz Marinho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.12.2024

*

Resolução n° 01/2025

Ementa: Estabelece a tabela de honorários contábeis para os profissionais da contabilidade no âmbito nacional para o ano de 2025.

ASSCON
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE

TABELA DE HONORÁRIOS CONTÁBEIS

Fica estabelecida a seguinte tabela de honorários contábeis para os profissionais da contabilidade em todo o Brasil, válida de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

INTRODUÇÃO

A presente tabela serve como auxílio aos profissionais da contabilidade para determinar os valores de remuneração pela prestação de serviços, e deve ser utilizada como parâmetro, de forma referencial, para evitar o aviltamento entre os próprios profissionais e tem como objetivo, informar os custos mínimos decorrentes da atividade contábil.

Lembrando que cada profissional, na hora de fixar os seus honorários contábeis, deverá levar em conta alguns fatores básicos da atividade:

1 - A relevância, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar;

2 - O tempo que será consumido para a realização do trabalho;

3 - A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços;

4 - O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com os serviços;

5 - A peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente; e

6 - O local em que o serviço será prestado.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A fixação de uma tabela de honorários visa:

- Garantir uma remuneração mínima justa e adequada para os profissionais da contabilidade.
- Valorizar a profissão contábil, essencial para a gestão financeira e fiscal das empresas.
- Assegurar condições dignas de trabalho e incentivar a qualificação contínua dos contadores.

Simples Nacional – Sem empregados:

Microempreendedor individual (MEI)

Faixa de Faturamento Anual	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
Até R$ 81.000,00	400,00	550,00	650,00	800,00

Microempresa (ME)

Faixa de Faturamento Anual	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
Até R$ 180.000,00	814,02	1.065,13	1.185,13	1.462,08
R$ 180.000,01 a R$ 360.000,00	1.629,09	1.880,20	2.000,20	2.192,40

Empresa de Pequeno Porte (EPP)

Faixa de Faturamento Anual	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
R$ 360.000,01 a R$ 720.000,00	2.439,97	2.691,08	2.811,08	3.169,64
R$ 720.000,01 a R$ 1.800.000,00	3.253,99	3.505,11	3.625,11	4.143,75
R$ 1.800.000,01 a R$ 3.600.000,00	4.875,76	5.126,87	5.246,87	6.097,19
R$ 3.600.000,01 a R$ 4.800.000,00	6.507,99	6.759,10	6.879,10	8.048,54

Além dos limites de faturamento, é importante que as atividades exercidas pela empresa estejam na lista de atividades permitidas pelo Simples Nacional. Algumas vantagens de optar por este regime incluem a simplificação no pagamento de impostos, preferências em licitações e facilitação no acesso a crédito.

Lucro Presumido - Sem empregados:

Microempresa (ME)

Faixa de Faturamento Anual	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
Até R$ 180.000,00	977,24	1.228,36	1.348,36	1.704,82
R$ 180.000,01 a R$ 360.000,00	2.115,62	2.366,73	2.486,73	2.909,11

Empresa de Pequeno Porte (EPP)

Faixa de Faturamento Anual	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
R$ 360.000,01 a R$ 720.000,00	4.392,37	4.643,48	4.763,48	5.511,26
R$ 720.000,01 a R$ 1.800.000,00	5.206,39	5.457,50	5.577,50	6.487,46
R$ 1.800.000,01 a R$ 3.600.000,00	6.288,26	6.539,38	6.659,38	7.651,99
R$ 3.600.000,01 a R$ 4.800.000,00	8.459,34	8.710,45	8.830,45	10.391,20

Lucro Presumido: é indicado para empresas que desejam simplificar a apuração de impostos e não têm margens de lucro muito altas.

Aqui estão os principais pontos sobre esse regime:

- **Limite de Faturamento:** Empresas com receita bruta anual de até R$ 78 milhões podem optar pelo Lucro Presumido.
- **Alíquotas:** As alíquotas de presunção de lucro variam de 1,6% a 32% sobre o faturamento, dependendo da atividade.
- **Impostos:** Mensais: Imposto Sobre Serviços (ISS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). E Trimestrais: IRPJ e CSLL.

Lucro Real - Sem empregados:

Microempresa (ME)

Faixa de Faturamento Anual	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
Até R$ 180.000,00	1.629,09	1.880,20	2.000,20	2.192,40
R$ 180.000,01 a R$ 360.000,00	3.255,04	3.506,15	3.626,15	4.143,75

Empresa de Pequeno Porte (EPP)

Faixa de Faturamento Anual	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
R$ 360.000,01 a R$ 720.000,00	4.066,97	4.318,08	4.438,08	5.119,94
R$ 720.000,01 a R$ 1.800.000,00	6.506,94	6.758,05	6.878,05	8.048,54
R$ 1.800.000,01 a R$ 3.600.000,00	9.924,16	10.175,27	10.295,27	11.953,33
R$ 3.600.000,01 a R$ 4.800.000,00	13.014,93	13.266,04	13.386,04	15.857,07

O **Lucro Real:** é indicado para empresas com margens de lucro baixas ou que possuem muitas despesas dedutíveis, pois permite uma apuração mais precisa dos impostos devidos.

Aqui estão os principais pontos sobre esse regime:

- **Obrigatoriedade:** Algumas empresas são obrigadas a adotar o Lucro Real, como instituições financeiras, empresas com faturamento anual superior a R$ 78 milhões, e aquelas que recebem incentivos fiscais.
- **Periodicidade:** O cálculo pode ser feito trimestralmente ou anualmente.
- **Impostos:** Mensais: Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). E Trimestrais ou Anuais: IRPJ e CSLL.

DEPARTAMENTO PESSOAL

Folha de Pagamento: Empregados, Sócios e Autônomos	Valor R$
Até 2 vínculos	165,32
De 3 a 5 vínculos	148,57
De 6 a 10 vínculos	134,97
De 11 a 20 vínculos	121,37
De 21 a 40 vínculos	109,86
Acima de 40 vínculos	97,31

Folha de Pagamento: Empregados Domésticos	Valor R$
eSocial doméstico / por empregado(a)	408,06

Valores acima por vínculos para integrar os honorários mensais

Os valores foram fixados levando-se em conta que se trata de empresas com movimentação normal e razoável. No caso de apresentar grande volume de Notas Fiscais de sua emissão e/ou Compras, assim como no caso de trabalho com mais de 02 (dois) estabelecimentos bancários de movimentação intensa, os honorários deverão ser alterados, podendo chegar a um acréscimo de até 30% (trinta por cento).

LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS

Atos	Descrição dos serviços	Abertura	Alteração	Baixa
MEI (Microempreendedor Individual)	Junta Comercial + Receita Federal + Prefeitura + SEFAZ + Licenciamentos	Gratuito* A abertura e envio da primeira declaração anual	400,00	800,00
Simples	Junta Comercial + Receita Federal + Prefeitura + SEFAZ	800,00	600,00	800,00
Completa (ME - EPP)	Junta Comercial + Receita Federal + Prefeitura + SEFAZ + Licenciamentos	1.200,00	900,00	1.300,00
Completa (Demais)	Junta Comercial + Receita Federal + Prefeitura + SEFAZ + Licenciamentos	1.600,00	1.200,00	1.500,00
Instituições do Terceiro Setor (ONG's, OSCIP, Associações, Igrejas etc.)	Cartório de Registro de PJ + Receita Federal + Prefeitura + SEFAZ + Licenciamentos	1.800,00	1.200,00	1.500,00
Assistência na expansão dos negócios: Filiais	Junta Comercial + Receita Federal + Prefeitura + SEFAZ + Licenciamentos	70% da matriz	70% da matriz	70% da matriz
Transformação de MEI para LTDA e para ME	Viabilidade, Coletor RFB (DBE), integrador	-	800,00	-
Inclusão e retirada de Sócios	Viabilidade, Coletor RFB (DBE), integrador	-	1.200,00	-
Cisão, Fusão e Incorporação de Empresas	Viabilidade, Coletor RFB (DBE), integrador	-	1.200,00	-
Enquadramento e Reenquadramento	Viabilidade, Coletor RFB (DBE), integrador	-	1.200,00	-

a) Eventuais taxas dos órgãos não compõem os valores dos serviços acima informados;
b) A cobrança de honorários inicia-se no mês seguinte ao início das atividades, e os honorários do primeiro mês ficarão a critério do Contabilista;
c) Filiais: Cobrar 70% (setenta por cento) do valor que é cobrado da empresa matriz para todos os serviços: abertura, alteração e baixa;
d) Havendo contabilidade centralizada, com filiais e/ou sucursais, deve-se deduzir 50% (cinquenta por cento) dos honorários das filiais; se a contabilidade for descentralizada, não haverá redução para filiais.

SERVIÇOS ADICIONAIS

Atos	Serviço	Comércio	Indústria	Todos
Escrituração contábil e fiscal (retroativa)	Honorário mês	Honorário mês	Honorário mês	Honorário mês
Encerramento do Exercício (Balanço Patrimonial, DRE, DFC, notas)	Honorário mês	Honorário mês	Honorário mês	Honorário mês
Regularização de pendências: Atrasos em pagamentos de tributos ou omissões de declarações	800,00	1.400,00	1.600,00	2.200,00
Alvará de Localização e Funcionamento – Prefeitura (Emissão e Renovação)	250,00	250,00	250,00	250,00
Licença de Publicidade - Prefeitura	350,00	350,00	350,00	350,00
Licença do Corpo de Bombeiro	450,00	450,00	450,00	450,00
Licença Ambiental - SEMA	450,00	450,00	450,00	450,00
Licença Sanitária - VISA	450,00	450,00	450,00	450,00
Inscrição Municipal (Prefeitura)	350,00	-	-	-
Inscrição Estadual (SEFAZ)	-	350,00	350,00	350,00
Cadastro de Produtor Rural (SEFAZ)	350,00	350,00	350,00	350,00
Cadastros Comerciais e Bancários	350,00	350,00	350,00	350,00
Emissão de Nota Fiscal Avulsa (NFA-e) e Eletrônica (NF-e) SEFAZ	100,00	100,00	100,00	100,00
Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) www.nfse.gov.br	50,00	-	-	-
Emissão de guias de tributos e Certidões Negativas de Débitos (CND's)	150,00	150,00	200,00	250,00
Emissão de documentos para participação em Licitações	150,00	150,00	200,00	250,00
Recálculos de Guias de Contribuição e Tributos em Geral (por Guia)	50,00	50,00	50,00	75,00
Parametrização de Sistemas (Implantação e Manutenção)	545,00	545,00	545,00	745,00
Classificação de Produtos - NCM (Manutenção de classificações)	150,00	150,00	200,00	250,00
Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR) - (Anual)	3.111,00	3.111,00	3.111,00	3.111,00
Prestação de Contas de Produtor Rural (Semestral)	1.557,00	1.557,00	1.557,00	1.557,00
Regularize - Renegociar Dívida Ativa da União (PGFN)	650,00	750,00	850,00	850,00
Refis - Programa de Recuperação Fiscal (Municipal+Estadual+Federal)	650,00	750,00	850,00	850,00

a) Eventuais taxas dos órgãos não compõem os valores dos serviços acima informados;

SERVIÇOS ESPECIAIS

Serviços Especiais	Descrição	Valor (R$)
Decore	Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, cobrar 10% (dez porcento) do valor do Decore.	10%
Consultoria Empresarial	Orientação e suporte para questões contábeis e fiscais.	625,00
Consultoria Tributária	Consultoria para cumprimento das obrigações fiscais.	625,00
Holding e Sucessão Patrimonial	Consultoria e planejamento sucessório e na proteção patrimonial.	780,00
Planejamento Tributário	Estratégias para otimização da carga tributária.	780,00
Perícia Contábil Judicial	Emissão de um parecer técnico designado pelo Juiz.	625,00
Perícia Contábil Extrajudicial	Emissão de análise técnica contábil, solicitado por empresas, indivíduos ou entidades, sem necessidade de um processo judicial.	780,00
Auditoria Independente	É um tipo de auditoria contábil realizada por auditores externos, que não têm vínculos com a empresa auditada. O objetivo principal é fornecer uma opinião imparcial sobre as demonstrações financeiras da empresa.	780,00
Inventário de Estoques	Contagem e a verificação dos itens em estoque para garantir que os registros contábeis e físicos estejam alinhados, conciliação e registro fotográfico. (CPC 16)	-
Inventário de Ativo Imobilizado	Levantamento físico dos bens, conciliação contábil, vida útil e relatório fotográfico. (CPC 01, CPC 04 e CPC 27)	-

a) Valores acima fixados por horas trabalhadas;
b) Os serviços que não possuem valores definidos estão sujeitos a negociação com a contratada, dependendo da quantidade de itens a serem realizados.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS TRABALHISTAS

Obrigações acessórias	Descrição	Valor (R$)
DIRPF (Individual por pessoa)	Elaboração e envio da declaração de imposto de renda pessoa física	300,00
DIRPF - Até 10 Beneficiários	Elaboração e envio da declaração de imposto de renda pessoa física	394,46
DIRPF - De 11 a 20 Beneficiários	Elaboração e envio da declaração de imposto de renda pessoa física	788,91
DIRPF - Acima de 21 Beneficiários (Cobrar por Beneficiário)	Elaboração e envio da declaração de imposto de renda pessoa física	35,57
Cadastro PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).	394,46
Emissão do PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário	Documento histórico-laboral que contém as informações relativas às atividades do trabalhador na empresa	394,46
CAGED	Registro de admissões e demissões de empregados.	165,32
SEFIP / GFIP	Sistema para informar os dados cadastrais e financeiros dos trabalhadores e para o recolhimento do FGTS.	165,32
GFIP de reclamatória trabalhista	Documento que informa os fatos geradores de contribuições sociais decorrentes de uma reclamatória trabalhista	408,06
RAIS - Até 10 Vínculos	Declaração anual de informações sociais.	329,58
RAIS - De 11 a 20 Vínculos	Declaração anual de informações sociais.	653,94
RAIS - Acima de 21 Vínculos (Cobrar por Vínculo)	Declaração anual de informações sociais.	35,57
RAIS Negativa	Documento para comprovar que a empresa não teve nenhum colaborador e atividade durante o ano-base.	165,32

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS TRIBUTÁRIAS

Obrigações acessórias	Descrição	Valor (R$)	Tipo de Empresa
DAS	Pagamento unificado de tributos para empresas do Simples Nacional.	313,89	Simples Nacional, MEI
DASN-SIMEI	Declaração anual de faturamento do MEI.	209,26	MEI
COAF	Declaração de operações financeiras suspeitas.	1.629,09	Todas
Cadastro CNO	Cadastro obrigatório para todas as empresas de construção civil, utilizado para o controle e fiscalização das contribuições previdenciárias.	165,32	Todas
DES	Declaração Eletrônica de Serviços - Municipal	261,58	Todas
DCTFweb	Declaração de débitos e créditos tributários federais via web.	261,58	Lucro Presumido, Lucro Real
DCTFweb (Sem movimento ou de Inatividade)	Declaração de débitos e créditos tributários federais via web.	303,43	Lucro Presumido, Lucro Real
DEFIS	Declaração anual para empresas optantes pelo Simples Nacional.	1.629,09	Simples Nacional
DeSTDA (SEDIF-SN)	Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação	303,43	Simples Nacional
DIMOB	Declaração de operações imobiliárias.	4.879,94	Todas
DIRBI (Atualmente são 88 tipos de Benefícios)	Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária	366,21	Todas
DITR	Declaração anual do imposto sobre a propriedade territorial rural.	570,23	Todas
DME	Declaração de operações liquidadas com moeda em espécie.	570,23	Todas
DMED	Declaração de Serviços Médicos	2.439,97	Todas
DTTA	Declaração de Transferências de Titularidade de Ações	3.253,99	Todas
ECD	Escrituração digital das obrigações contábeis.	570,23	Lucro Presumido, Lucro Real
ECF	Escrituração digital das obrigações fiscais.	570,23	Lucro Presumido, Lucro Real
EFD Contribuições	Escrituração digital das contribuições sociais.	570,23	Lucro Presumido, Lucro Real
EFD ICMS/IPI	Escrituração digital do ICMS e IPI.	570,23	Lucro Presumido, Lucro Real
EFD-Reinf	Escrituração digital das retenções e outras informações fiscais.	570,23	Lucro Presumido, Lucro Real
eSocial	Sistema que unifica o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados.	572,33	Todas
GCAP	Apuração de ganhos de capital na alienação de bens e direitos.	1.629,09	Todas

GIA / GIA ST	Guia de Informações e Apuração de ICMS e ICMS-ST	329,58	Todas
IBGE - PAC / PAS / PAIC	Pesquisa anual sobre o comércio, serviço e indústria da Construção	489,67	Todas
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos	570,23	Todas
SERO (Antigo DISO)	Declaração e demonstrativo no E-CAC para Serviço Eletrônico de Regularização de Obras	3.253,99	Todas

JUSTIFICATIVA E LEGITIMIDADE

Esta resolução é emitida com base nos seguintes artigos do estatuto da **ASSCON**, que legitimam a associação a tomar tais ações:

- **Artigo 2º - IV:** Promover ações institucionais com a finalidade de propiciar à Contabilidade visibilidade e proteção, além da valorização da profissão e defesa dos seus interesses e de seus associados.
- **Artigo 2º - V:** Contribuir na interpretação das normas de Contabilidade, oriundas de entidades normativas.
- **Artigo 5º:** A associação poderá assumir compromissos e obrigações perante autoridades, órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Esses artigos indicam que a **ASSCON** tem a autoridade para emitir resoluções que visem a valorização da profissão contábil e a defesa dos interesses dos seus associados, incluindo a criação de uma tabela de honorários contábeis.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Hélio Botelho
CPF 046.273.066-28
Presidente

Rodrigo Sousa
CPF 704.260.581-00
Vice-Presidente

CAPACIDADE TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.295.303/0001-44

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 18.295.303/0001-44, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Praça Juscelino Kubitschek, S/N, Centro, CEP 35.420-003, neste ato representada pela Sra. Secretária Municipal de Administração, **ARLINDA GONCALVES COELHO**, inscrita no CPF sob o n° 043.531.766-09, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, representada por seu Sócio-Diretor **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no CRC/MG sob o nº 119647/O-8, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o no 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, como técnico especialista contábil, realizou na Prefeitura Municipal de Mariana/MG, de novembro de 2024 a dezembro de 2024, os seguintes serviços:

a) Verificação sistêmica e regularização da folha de pagamento e obrigações acessórias do Município das 13 competências anteriores;

b) Transmissão de 13 Competências do eSocial e Envio de DCTFWebs;

c) Processos de REDARF perante a Receita Federal do Brasil (RFB);

d) Vinculação de Pagamentos no e-Cac;

e) Processos de PER/DCOMP;

f) Processos Administrativos perante a Receita Federal do Brasil (RFB) para regularização fiscal;

g) Avaliação e parecer do Sistema de Processamento de Folha de Pagamento;

h) Efetivo desbloqueio do FPM.

A atuação foi marcada por uma abordagem abrangente e estratégica. Sua capacidade de análise profunda, comunicação eficaz com a equipe técnica, coordenação de múltiplas áreas e execução precisa das correções necessárias e demonstrou um alto nível de competência e profissionalismo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.295.303/0001-44

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Mariana/MG, 25 de abril de 2025.

Assinado eletronicamente por:
Arlinda Gonçalves Coelho
CPF: ***.531.766-**
Data: 25/04/2025 14:08:28 -03:00

TECHCERT

ARLINDA GONCALVES COELHO
Secretária Municipal de Administração

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.513.873/0001-51, estabelecida na Av. Del Rey, nº 111, Bairro Caiçaras, Torre A, Conj. 706, Belo Horizonte/MG – CEP 30.775-240, responsável pelos sistemas utilizados pelo Município de Mariana/MG, atesta, a pedido da interessada, que a empresa **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, demonstrou pleno conhecimento técnico no uso e operacionalização do nosso sistema, durante a execução de serviços de regularização contratual no Município de Mariana/MG.

No período de atuação, referente às competências de **janeiro a dezembro de 2024**, a equipe da INTELECTUAL foi ágil e assertiva na identificação e correção de inconsistências oriundas da utilização anterior do sistema, conduzindo os ajustes de forma eficiente e conforme as rotinas previstas pela plataforma.

Registramos que a interação com a equipe da empresa foi tecnicamente precisa, contribuindo para a adequada regularização das informações no sistema, com comprometimento e respeito às diretrizes da solução utilizada.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.
Belo Horizonte, 26 de março de 2025.

SERGIO LUCIO CARDOSO:97875007615

Assinado de forma digital por SERGIO LUCIO CARDOSO:97875007615
Dados: 2025.03.26 17:24:11 -03'00'

Sérgio Lúcio Cardoso
Sócio-Diretor
CMM Sistemas de Informações e Serviços Ltda

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

MAKROSYSTEM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.351.977/0001-00, sediada à Rua Ipanema, nº 180, Ipiranga, Divinópolis, Minas Gerais, CEP: 35.502-043 neste ato representada por (especificar responsável), vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede à Rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, sala 201, Centro, Mateus Leme/MG, CEP 35670-000, prestou serviços de PROGRAMAÇÃO (DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES).

Os serviços foram executados no período de janeiro a junho de 2022, tendo como foco principal o desenvolvimento com ênfase em processamentos de folha de pagamento e e-Social. Durante o período de prestação de serviços, a empresa demonstrou alto nível de competência técnica, profissionalismo e comprometimento com os prazos e resultados esperados.

A equipe da INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA mostrou-se apta a compreender e atender às nossas necessidades específicas, entregando soluções inovadoras e eficientes que contribuíram significativamente para a otimização de nossos processos contábeis em nuvem.

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade da empresa atestada em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Divinópolis/MG 22 de agosto de 2024.

Wesley Lopes

Wesley Leandro Lopes

Gestor de Atendimento / Projetos

MAKROSYSTEM INFORMATICA LTDA

MAKROSYSTEM INFORMATICA LTDA:07351977000100

Assinado de forma digital por MAKROSYSTEM INFORMATICA LTDA:07351977000100
Dados: 2024.08.22 12:36:05 -03'00'

Município de Nova Lima

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de NOVA LIMA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 22.934.889/0001-17, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro, Nova Lima - MG, 34000-970, neste ato representada pelo Sr. Secretário Municipal de Fazenda, **ALISSON DIEGO BATISTA MORAES**, inscrito no CPF sob o n° 067.509.656-10, e pelo Sr. Secretário Municipal de Administração, **HENRIQUE APARECIDO PIMENTA**, inscrito no CPF sob o n° 985.804.426-72, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696 SSP/MG, como consultor técnico especialista contábil, pela **SP INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 71.437.560/0001-56, realizou na Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG entre abril e julho de 2024 os seguintes serviços:

a) Auditoria em Pagamentos do Recolhimento de INSS por Retenção em Notas Fiscais de Serviço (NFS) dos anos 2022, 2023 e 2024;
b) Auditoria em Pagamentos Incorretos e Falta de Pagamentos de Contribuições Previdenciárias dos anos 2022, 2023 e 2024;
c) Transmissão de e-Social e Envio de DCTFWebs das competências de 10/2022 a 07/2024;
d) Processos de REDARF perante a Receita Federal do Brasil (RFB);
e) Vinculação de Pagamentos no e-Cac;
f) Processos de PER/DCOMP;
g) Processos Administrativos perante a Receita Federal do Brasil (RFB) para regularização fiscal;
h) Avaliação e parecer do Sistema de Processamento de Folha de Pagamento;

A atuação foi marcada por uma abordagem abrangente e estratégica. Sua capacidade de análise, comunicação eficaz com a equipe técnica, coordenação e execução das correções

necessárias demonstrou um alto nível de competência e profissionalismo, fundamentais para a obtenção da conformidade fiscal e da CND Federal.

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Nova Lima/MG, 08 de agosto de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
ALISSON DIEGO BATISTA MORAES
Data: 10/08/2024 15:07:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ALISSON DIEGO BATISTA MORAES

Secretário Municipal de Fazenda

HENRIQUE APARECIDO PIMENTA:98580442672 Assinado de forma digital por HENRIQUE APARECIDO PIMENTA:98580442672
Dados: 2024.08.08 19:29:16 -03'00'

HENRIQUE APARECIDO PIMENTA

Secretário Municipal de Administração

140

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.295.303/0001-44

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 18.295.303/0001-44, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Praça Juscelino Kubitschek, S/N, Centro, CEP 35.420-003, neste ato representada pela Sra. Secretária Municipal de Administração, **ARLINDA GONCALVES COELHO**, inscrita no CPF sob o n° 043.531.766-09, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, como técnico especialista contábil, realizou na Prefeitura Municipal de Mariana/MG em julho de 2024 os seguintes serviços:

a) Análise de Pendências Fiscais e Coordenação de Equipes

1. **Análise das Pendências Fiscais:**
   - Análise detalhada das pendências fiscais na RFB, focando no e-Social.
   - Identificação de irregularidades que afetavam a conformidade fiscal do município.

2. **Aprofundamento nas Questões Fiscais e Processamento da Folha:**
   - Compreensão das necessidades e desafios no processamento da folha de pagamento.
   - Visão holística das questões fiscais do município.

3. **Ciente à Equipe Técnica das Necessidades de Regularização:**
   - Comunicação das necessidades de regularização fiscal à equipe técnica.
   - Fornecimento de orientações claras sobre ações para resolver pendências previdenciárias.

4. **Coordenação da Equipe de RH:**
    - Coordenação na coleta de informações e documentações para regularização fiscal.
    - Coordenação eficiente para obtenção de dados corretos.

---

b) Transmissão de Competências do eSocial e Envio de DCTFWebs

1. **Domínio Técnico e Operacional:**
    - Transmissão de 19 competências do eSocial.
    - Envio de 17 Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais Web (DCTFWebs).
2. **Conhecimento dos Sistemas da RFB:**
    - Profundo conhecimento e habilidade no uso dos sistemas eSocial e DCTFWeb.

---

c) Auxílio na Interação com o Fornecedor do Sistema de Processamento de Folha de Pagamento

1. **Correção de Erros no Sistema:**
    - Auxílio na interação com o fornecedor do sistema de folha de pagamento.
    - Identificação e correção de erros nos cadastros e parâmetros do sistema de folha de pagamento.
2. **Clareza nas Necessidades de Adequação:**
    - Comunicação clara das necessidades de adequação do sistema.
    - Facilitação na implementação das correções pelo fornecedor.

Considerações Finais:

A atuação foi marcada por uma abordagem abrangente e estratégica. Sua capacidade de análise profunda, comunicação eficaz com a equipe técnica, coordenação de múltiplas áreas e execução precisa das correções necessárias e demonstrou um alto nível de competência e profissionalismo.

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Mariana/MG, 07 de agosto de 2024

Assinado eletronicamente por:
Arlinda Gonçalves Coelho
CPF: ***.531.766-**
Data: 07/08/2024 15:12:52 -03:00

TECHCERT

ARLINDA GONCALVES COELHO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.715.474/0001-85

143

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 18.715.474/0001-85, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Avenida Governador Valadares, 325, Centro - Igarapé/MG, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Fazenda, **DAUTE HENRIQUES ALVIM**, inscrito no CPF sob o n° 066.550.206-03, residente e domiciliado neste Município, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, residente e domiciliado na Praça São Sebastião, 189, apartamento 301, distrito de AZURITA, município de MATEUS LEME - MINAS GERAIS, CEP 35.672-000, como responsável técnico contábil, pelo INSTITUTO TERRA DE MINAS, inscrito no CNPJ N.º: 05.770.170/0001-79 com sede à época na rua Juscelino Kubsticheck, n°1017, centro, Mateus Leme/MG, CEP.35.670-000 realizou na Prefeitura Municipal de Igarapé em fevereiro de 2019 os seguintes serviços:

a) auditoria operacional das obrigações previdenciárias para atendimento ao **Tema de Repercussão Geral n°163 do Supremo Tribunal Federal**, cuja ata n° 35, de 11/10/2018 foi publicada no DJE n° 224 do dia 19/10/2018, com elaboração de relatório técnico, correção das GFIP's, treinamento, orientação, acompanhamento e qualificação dos servidores da Prefeitura envolvidos na execução dos procedimentos administrativos à recuperação dos créditos e débitos apurados.

b) em virtude da mudança na base do INSS, também foram auditadas as obrigações previdenciárias relativas **às alíquotas do RAT/FAP**, com elaboração de relatório técnico, correção das GIP's, treinamento, orientação, acompanhamento e qualificação dos servidores da Prefeitura envolvidos na execução dos procedimentos administrativos à recuperação dos créditos e débitos apurados.

À época foram creditados administrativamente, no sistema da Receita Federal do Brasil, por meio da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social -

GFIP, no valor total de **R$2.428.260,94 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos).**

Tendo sido processados pelo responsável técnico contábil um volume total de **23.680.718 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta mil e setecentos e dezoito) dados**.

E realizadas **30.026 (trinta mil e vinte e seis) correções**.

RESUMO DOS TRABALHOS EXECUTADOS	
VOLUME TOTAL DE DADOS PROCESSADOS	23.680.718
TOTAL DE CORREÇÕES FEITAS	30.026
VALOR RECUPERADO COM A SÚMULA 163	R$ 2.259.100,75
VALOR RECUPERADO DE GILRAT	R$ 169.160,19
VALOR TOTAL	R$ 2.428.260,94

Os serviços acima listados referentes à matéria do objeto foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Igarapé, 10 de abril de 2023

DAUTE HENRIQUES ALVIM:06655020603

Assinado de forma digital por DAUTE HENRIQUES ALVIM:06655020603
Dados: 2023.04.10 10:59:27 -03'00'

DAUTE HENRIQUES ALVIM

Secretário Municipal de Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 22.934.889/0001-17

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 22.934.889/0001-17, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro, Nova Lima - MG, 34000-970, neste ato representada pelo Sr. Secretário Municipal de Educação, **MARCOS EVANGELISTA ALVES**, inscrito no CPF sob o n° 032.089.186-07, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, realizou na Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG entre abril e julho de 2024 os seguintes serviços:

a) Análise das Legislações do Salário-Educação e do FUNDEB

O profissional contábil atestado possui ampla experiência na análise e interpretação das legislações referentes ao Salário-Educação e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O município estava com pendências no cadastro de CNPJ que impossibilitavam o recebimento de recursos e a correta gestão dos programas desde meados de dezembro de 2023. Ao analisar as necessidades apresentadas pelos órgãos fiscalizadores e direcionar a equipe da Secretaria de Educação de Nova Lima, CNPJ 29.994.433/0001-91, que havia realizado pedidos incorretos de alteração, o profissional contábil cancelou os processos incorretos. Sua orientação impediu um erro na emissão de um segundo CNPJ para a mesma secretaria, um procedimento desnecessário e sem embasamento legal que estava em andamento.

Essa intervenção garantiu a conformidade com as normas vigentes e assegurou a continuidade do recebimento dos recursos necessários para a educação, refletindo a competência técnica do profissional em gerenciar e solucionar problemas complexos de conformidade fiscal e administrativa.

b) Procedimentos de Regularização na Junta Comercial e Receita Federal

O profissional contábil atestado realizou diversos procedimentos técnicos e administrativos para a regularização de pendências e alterações cadastrais junto à Junta Comercial de Minas Gerais e à Receita Federal do Brasil (RFB).

Procedimentos Realizados:

1. **Viabilidade no Sistema da Junta Comercial de Minas Gerais**: Realizou todos os procedimentos de viabilidade exigidos, garantindo a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.
2. **Operacionalização do REDESIM**: Utilizou o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (REDESIM).
3. **Emissão do DBE no Sistema da RFB**: Emitiu o Documento Básico de Entrada (DBE) no sistema próprio da Receita Federal, essencial para a realização de alterações cadastrais.
4. **Condução do Processo de Apresentação da Alteração na RFB**: Gerenciou todo o processo de apresentação das alterações junto à Receita Federal, obtendo sucesso na regularização.

Itens de Alteração Realizados:

- **Alteração do Nome Empresarial (Firma ou Denominação)**: Procedeu à mudança do nome da secretaria conforme as necessidades e atendimento a legislação vigente.
- **Alteração de Atividades Econômicas (Principal e Secundárias)**: Atualizou as atividades econômicas, tanto a principal quanto as secundárias, para refletir a real operação do ente.

- **Alteração de Endereço Dentro do Mesmo Município**: Atualizou o endereço da secretaria, garantindo a conformidade com a localização atual.
- **Alteração da Natureza Jurídica**: Modificou a natureza jurídica da entidade, o que permitiu a vinculação da Secretaria Municipal de Educação ao CNPJ do município. Anteriormente, a secretaria não estava vinculada e, portanto, não compunha a situação fiscal do município.
- **Alteração/Inclusão de Ente Federativo Responsável**: Ajustou as informações referentes ao ente federativo responsável, assegurando a correta representação fiscal.
- **Alteração da Pessoa Física Responsável Perante o CNPJ**: Atualizou os dados da pessoa física responsável perante o CNPJ, garantindo a correta identificação do responsável legal. As informações estavam desatualizadas há duas gestões.

c) Regularização Fiscal - eSocial, DCTF e DCTFWeb

O profissional contábil atestado desempenhou um papel crucial na regularização fiscal da Secretaria Municipal de Educação, abordando e solucionando diversas pendências fiscais apontadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). As atividades realizadas incluem:

Cadastro Inicial do e-Social da Secretaria: O profissional procedeu com a criação e configuração do cadastro inicial do e-Social para a Secretaria Municipal de Educação, que até então era inexistente. Esse passo é fundamental para garantir que todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais sejam devidamente registradas e reportadas.

Fechamento do e-Social de Janeiro e Março de 2024: O profissional realizou o fechamento do e-Social para os meses de janeiro e março de 2024. Este processo inclui a consolidação de todas as informações sobre salários, contribuições sociais, folha de pagamento e eventos periódicos e não periódicos. A ação foi essencial para a solução das pendências fiscais identificadas pela Receita Federal, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

Envio da DCTF de Janeiro de 2024: O profissional enviou a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referente ao mês de janeiro de 2024. A DCTF é um instrumento vital para a administração fiscal, pois permite o controle e a apuração dos tributos devidos. Este envio foi realizado com precisão para resolver as pendências fiscais notificadas pela Receita Federal.

Envio da DCTFWeb de Janeiro de 2024: O profissional também enviou a DCTFWeb, que é a versão digital da DCTF, específica para contribuições previdenciárias e outras informações correlatas, para o ente federativo referente a janeiro de 2024. A DCTFWeb é essencial para a correta apuração e recolhimento das contribuições previdenciárias. O envio desta declaração garantiu a resolução das pendências fiscais identificadas pela Receita Federal.

d) Orientação sobre Procedimentos de TI e Utilização de Certificados Digitais

O profissional contábil atestado desempenhou um papel essencial na orientação e suporte técnico para a equipe da Secretaria Municipal de Educação, especialmente em relação a procedimentos de tecnologia da informação (TI) e utilização de certificados digitais.

Procedimentos Realizados:

1. **Orientação sobre Procedimentos de TI**: O profissional forneceu orientações detalhadas sobre os procedimentos de TI necessários para a operacionalização das atividades da equipe. Isso incluiu o uso adequado de softwares específicos, garantindo que todos os membros da equipe tivessem as ferramentas necessárias para desempenhar suas funções de maneira eficiente e segura.
2. **Acesso Remoto**: O profissional configurou e orientou a equipe sobre como utilizar o acesso remoto, permitindo que os servidores municipais pudessem acessar os sistemas e realizar suas tarefas de qualquer localidade. Essa capacidade é crucial para manter a continuidade das operações, especialmente em situações que exigem trabalho remoto.
3. **Configuração de Computadores**: Ele também foi responsável pela configuração dos computadores da equipe, ajustando os dispositivos para

atender às necessidades operacionais específicas. Isso incluiu a instalação de softwares, configuração de redes e ajustes de segurança.

4. **Utilização de Certificados Digitais e Senha GOV.br**: O profissional orientou a equipe sobre a utilização de certificados digitais, que são fundamentais para a autenticação e assinatura de documentos eletrônicos, assegurando a integridade e a validade jurídica das operações online. Além disso, ele explicou e gerenciou a utilização da senha GOV.br, um sistema de login único do governo brasileiro que permite o acesso a diversos serviços públicos online de forma segura e integrada.

Atualização dos Cadastros GOV.br: O profissional foi responsável por atualizar os cadastros GOV.br do Secretário de Educação, assegurando que todas as informações estivessem corretas e atualizadas para o uso eficiente e seguro dos serviços digitais governamentais.

e) Habilidade e Expertise Demonstrada na Prestação de Serviços

O profissional contábil atestado demonstrou um nível excepcional de habilidade e expertise em todas as atividades realizadas, destacando-se pelos seguintes aspectos subjetivos de sua prestação de serviços:

Atendimento com Presteza e Domínio da Matéria: O profissional sempre atendeu às demandas com prontidão e eficiência, mostrando um domínio profundo das questões fiscais, contábeis e administrativas. Sua capacidade de responder rapidamente às necessidades da equipe e de resolver problemas complexos com segurança e precisão foi essencial para o sucesso das operações.

Habilidade e Rapidez Extrema: Com uma habilidade técnica notável, o profissional conduziu processos e procedimentos de maneira extremamente rápida, sem comprometer a qualidade dos resultados. Essa rapidez foi crucial para resolver pendências fiscais e regularizações dentro dos prazos exigidos pela Receita Federal, evitando penalidades e garantido a conformidade contínua do município.

Facilidade de Compreensão em Matérias Complexas: O profissional demonstrou uma capacidade excepcional de comunicar conceitos complexos de forma clara e

acessível para a equipe. Sua habilidade de simplificar matérias complicadas permitiu que todos os membros da equipe compreendessem plenamente os procedimentos necessários e executassem suas tarefas com confiança.

Segurança e Confiança: Ao conduzir as atividades, o profissional sempre transmitiu segurança e confiança, criando um ambiente de trabalho onde a equipe se sentiu apoiada e bem orientada. Essa segurança foi fundamental para a realização de mudanças críticas e a implementação de novos processos administrativos e fiscais.

Esses atributos destacam não apenas a competência técnica do profissional, mas também sua capacidade de liderar e orientar uma equipe de forma eficaz. Sua abordagem meticulosa e eficiente garantiu a resolução de questões complexas e a implementação bem-sucedida de soluções fiscais e administrativas. A combinação de rapidez, clareza, domínio da matéria e uma comunicação eficaz fez do profissional uma peça-chave na regularização e manutenção da conformidade fiscal do município.

Considerações Finais:

O trabalho do profissional contábil foi fundamental para a regularização fiscal da Secretaria Municipal de Educação.

Essas ações não apenas resolveram pendências imediatas, mas também estabeleceram processos e controles internos que irão beneficiar a gestão fiscal do município a longo prazo, refletindo a competência e a diligência do profissional contábil em assegurar a correta gestão dos recursos públicos e a conformidade com a legislação tributária vigente.

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

151

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Nova Lima/MG, 29 de julho de 2024,

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCOS EVANGELISTA ALVES
Data: 29/07/2024 22:03:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCOS EVANGELISTA ALVES

Secretário Municipal de Educação

MATEUS LEME - GOVERNO MUNICIPAL
ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ 18.715.433/0001-99

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.715.433/0001-99, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Rua Pereira Guimarães, 08 - Centro, Mateus Leme - MG, CEP: 35670-000, neste ato representada pelo **Secretário Municipal de Fazenda, SIRLEI VINÍCIUS RESENDE**, inscrito no CPF sob o nº 606.661.536-04, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, residente e domiciliado na Praça São Sebastião, 189, apartamento 301, distrito de AZURITA, município de MATEUS LEME / MG, CEP 35.672-000 sócio diretor de **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **37.782.587/0001-48**, sediada à Rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, sala 201, Centro, Mateus Leme/MG, CEP 35670-000.

Escopo dos serviços prestados nos anos de 2019 e 2020:

a) Operacionalização do Sistema SEFIP: Configuração e utilização do sistema para viabilizar o envio e transmissão das informações junto ao INSS e Receita Federal.

b) Configuração Operacional dos Sistemas de Folha de Pagamento e Computadores da prefeitura para a realização das apurações e transmissões de forma correta sob a legislação vigente.

c) Auxílio Técnico na Consolidação do Programa de Folha de Pagamento: Análise e consolidação das apurações do programa de folha de pagamento garantindo sua correta apuração.

Declaramos, ainda, que o consultor cumpriu fielmente com suas obrigações, demonstrando bom desempenho operacional. Nada consta que o desabone técnica ou comercialmente até a presente data.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Mateus Leme/MG, 25 de julho de 2024

SIRLEI VINÍCIUS RESENDE
Secretário Municipal de Planejamento e Fazenda

Sirlei Vinicius Resende
Contador
CRC 70 1[illegible]/8

Labor braz
ANÁLISES CLÍNICAS

153

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.262.443/0001-44, com sede em Rua Esmeralda da Cunha Braz, nº 38, Centro, Mateus Leme/MG, certifica, para os devidos fins, que a empresa **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, vem prestando serviços técnicos especializados de **auditoria externa de folha de pagamento** conforme o contrato firmado em 08 de dezembro de 2023.

Os serviços contratados incluem a auditoria de 24 (vinte e quatro) meses de competência, sendo 12 (doze) meses anteriores e 12 (doze) meses subsequentes à acreditação pela DICQ (Departamento de Inspeção e Controle da Qualidade). A atuação da contratada abrange as seguintes atividades:

- Verificação da **correta aplicação da legislação trabalhista**, normas sindicais e tributárias, garantindo conformidade com a legislação vigente;
- **Auditoria detalhada de eventos de pagamento**, descontos em folha, férias, 13º salário e folha complementar, visando identificar e corrigir inconsistências;

Os relatórios entregues têm sido utilizados como base sólida para a **SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA** tomar decisões estratégicas na gestão de sua folha de pagamento e na correção de eventuais inconformidades detectadas. A **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA** demonstrou, ao longo da execução dos serviços, uma capacidade técnica superior, pautada pela responsabilidade, pelo rigor técnico e pelo cumprimento integral das normas contratuais e legais.

Dessa forma, confirmamos a competência e a expertise da empresa na prestação dos serviços mencionados, atestando a sua qualificação para a realização de auditorias dessa natureza.

Mateus Leme/MG, 13 de setembro de 2024.

SAMUEL DE MELO BRAZ:04179972646

Assinado de forma digital por SAMUEL DE MELO BRAZ:04179972646
Dados: 2024.09.13 15:19:19 -03'00'

Samuel de Melo Braz (Diretor)
Representante Legal da SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
CPF nº 041.799.726-46

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **SM Análises Clínicas Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.262.443/0001-44, com sede em Rua Esmeralda da Cunha Braz, nº 38, Centro, Mateus Leme/MG, certifica, por meio deste, que a empresa **Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, está prestando serviços técnicos especializados de **auditoria dos valores de GIILRAT** (Seguro Acidente de Trabalho) recolhidos pela contratante nos últimos 4 (quatro) anos, conforme contrato firmado em 01 de fevereiro de 2024.

Os serviços abrangem a auditoria detalhada de **48 (quarenta e oito) competências**, com foco na identificação de recolhimentos a maior decorrentes da aplicação irregular da legislação acidentária previdenciária. A **Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda** está realizando análises minuciosas sobre os recolhimentos de GIILRAT, com o objetivo de revisar e corrigir os valores pagos indevidamente, e orientando a contratante quanto aos procedimentos necessários para o ressarcimento dos valores pagos a maior.

A execução dos serviços pela **Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda** tem sido realizada com elevado nível de qualidade técnica, precisão nas análises e cumprimento rigoroso dos prazos estipulados. A auditoria em andamento tem gerado relatórios detalhados, que permitem à **SM Análises Clínicas Ltda** tomar medidas corretivas quanto aos recolhimentos de GIILRAT.

Confirmamos, portanto, a **plena capacidade técnica** da empresa **Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda** na execução das auditorias contratadas, demonstrando conhecimento técnico especializado, comprometimento e qualidade na entrega dos serviços.

SAMUEL DE MELO BRAZ:04179972646

Assinado de forma digital por SAMUEL DE MELO BRAZ:04179972646
Dados: 2024.09.13 15:19:48 -03'00'

Samuel de Melo Braz (Diretor)
Representante Legal da SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
CPF nº 041.799.726-46

HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E TRABALHISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

155

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.782.587/0001-48 MATRIZ		20/07/2020

NOME EMPRESARIAL
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MEU CONTADOR	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
32.40-0-01 - Fabricação de jogos eletrônicos
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.01-5-02 - Web design
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
69.11-7-03 - Agente de propriedade industrial
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-02 - Promoção de vendas
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOAO PINHEIRO	313	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
30.130-183	BOA VIAGEM	BELO HORIZONTE	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INTELECTUAL.COM.BR	(31) 3535-1313

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	20/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/11/2025** às **12:37:49** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

156

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.782.587/0001-48 MATRIZ		20/07/2020

NOME EMPRESARIAL
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOAO PINHEIRO	313	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
30.130-183	BOA VIAGEM	BELO HORIZONTE	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INTELECTUAL.COM.BR	(31) 3535-1313

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	20/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/11/2025** às **12:37:49** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

157

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
37.782.587/0001-48
NOME EMPRESARIAL:
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$50.000,00 (Cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **28/11/2025** às **12:39** (data e hora de Brasília).

158

Serviços Web

Você está em: Portal de Serviços / (/Portal/)Serviços Web (/certidaoweb)

Selecione os atos

Atos disponíveis

CONTRATO + Adicionar

Data de Aprovação:20/07/2020 - **Número:**31211764260
Evento(s): ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

ALTERACAO + Adicionar

Data de Aprovação:28/05/2021 - **Número:**8554434
Evento(s): ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

ALTERACAO + Adicionar

Data de Aprovação:25/06/2021 - **Número:**8631024
Evento(s): ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

ALTERACAO + Adicionar

Data de Aprovação:09/02/2023 - **Número:**10042046
Evento(s): ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

ALTERACAO

✚ Adicionar

Data de Aprovação:24/04/2025 - **Número:**12675045
Evento(s): ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO
ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

fls 59

1

Selecionados

Atos Adicionados: (0) **Imagem:** (0)

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

160

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31211764260	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2500359615

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		023	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
		2221	1	ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

BELO HORIZONTE
Local

16 ABRIL 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data / Responsável

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data / Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data
_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

161

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/258.786-3	MGP2500359615	16/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO, nacionalidade brasileira, Contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 119647/O-8, Solteiro(a), data de nascimento 27/05/1994, nº do CPF 122.869.566-00, documento de identidade 15348696, SSP, MG, residente e domiciliado na PRACA SAO SEBASTIAO, número 189, APT 301, bairro AZURITA, Município MATEUS LEME - MINAS GERAIS, CEP 35.672-000,

na qualidade de sócio administrador, resolve, neste ato, alterar o CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 37.782.587/0001-48, NIRE nº 31211764260, localizada na Rua Prefeito Alcides Cunha, no 62, Sala 201 A, Bairro Centro, Mateus Leme/MG, CEP 35.670-000, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

PARTE I – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA SEDE

A sede da sociedade passa a ser na Avenida João Pinheiro, nº 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSTITUIÇÃO DE FILIAL

Fica constituída uma filial da sociedade, localizada na Rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, sala 201, bairro Centro, município de Mateus Leme, estado de Minas Gerais, CEP 35.670-000.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade passa a abranger as seguintes atividades:

CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA, CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, CONSULTORIAS TECNICAS ESPECIFICAS E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. SERVICOS DE CONTABILIDADE. DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, CUSTOMIZAVEIS E NAO CUSTOMIZAVEIS, ALEM DE SERVICOS DE WEB DESIGN, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO. PRESTA SERVICOS DE TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET. REALIZA A FABRICACAO DE JOGOS ELETRONICOS. EXECUTA SERVICOS DE CAPACITACAO E ASSESSORIA PARA CAPTACAO DE RECURSOS DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA E INVESTIMENTOS JUNTO A ENTES PUBLICOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

E PRIVADOS. ATUA TAMBEM NA CAPACITACAO E GESTAO DE RECURSOS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTOS PARA PROJETOS DE PESQUISA EM PARCERIA COM ORGAOS PUBLICOS, BEM COMO NA ELABORACAO DE RELATORIOS DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS CELEBRADOS COM ORGANIZACOES PUBLICAS E PRIVADAS. REALIZA CURSOS DE FORMACAO PROFISSIONAL, CURSOS PROFISSIONALIZANTES E QUALIFICACAO EM DIVERSAS AREAS, OFERECIDOS NAS MODALIDADES PRESENCIAIS, SEMIPRESENCIAIS E A DISTANCIA, POR MEIO DE PLATAFORMAS DE ENSINO VIRTUAL, VIDEOAULAS, APLICATIVOS DIVERSOS PARA DISPOSITIVOS MOVEIS, TRANSMISSOES POR VIDEOCONFERENCIA, ELABORACAO DE CONTEUDOS PEDAGOGICOS, JOGOS INTERATIVOS E ANIMACOES. DESENVOLVE PROJETOS E CONDUZ ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONOMICA E ASSISTENCIAL, ALEM DE OFERECER CONSULTORIA ESPECIALIZADA. ELABORA E IMPLEMENTA PROJETOS DE PESQUISA NAS AREAS DE CIENCIA E TECNOLOGIA, INCLUINDO A ORGANIZACAO DE OFICINAS, REUNIOES TECNICAS E EVENTOS VOLTADOS A DISSEMINACAO DE CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO, ASSIM COMO A DIVULGACAO DOS RESULTADOS DESTES PROJETOS. PRESTA SERVICOS DE ELABORACAO, PLANEJAMENTO, GESTAO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS, CONCESSOES E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NAS AREAS DE EDUCACAO, SAUDE, MEIO AMBIENTE, SEGURANCA, ENTRE OUTROS. NO AMBITO DA EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, A EMPRESA OFERECE SERVICOS DE QUALIFICACAO, REQUALIFICACAO E GESTAO DE SERVICOS DE EXTENSAO E PESQUISAS NAS AREAS TECNICAS E ADMINISTRATIVAS, ABRANGENDO OS CAMPOS DE CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO. PROMOVE O ENSINO DE ARTE E CULTURA, ALEM DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL. ATUA COMO AGENTE DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, REALIZANDO SERVICOS DE ASSESSORIA E INTERMEDIACAO NO REGISTRO DE MARCAS E PATENTES. PRESTA SERVICOS COMO AGENCIA DE PUBLICIDADE, ENVOLVENDO A CRIACAO, PLANEJAMENTO, ESTRATEGIAS DE COMUNICACAO E PROMOCAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS, E EXECUTA PROMOCAO DE VENDAS. NA ESFERA CULTURAL E ARTISTICA, A EMPRESA ORGANIZA E REALIZA EVENTOS ARTISTICOS, MUSICAIS, CURSOS, SEMINARIOS, CONFERENCIAS, CONGRESSOS E FEIRAS, PROMOVENDO AINDA ATIVIDADES RELACIONADAS A ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES. ATUA TAMBEM NA IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES. PRODUCAO E EDICAO AUDIOVISUAL. ADICIONALMENTE, A EMPRESA OFERECE SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, BEM COMO INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS, EXCETO IMOBILIARIOS. REALIZA SERVICOS DE PREPARACAO DE DOCUMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO, INCLUINDO ATIVIDADES DE DESPACHANTE JUNTO AO FISCO.

CLÁUSULA QUARTA – CONSOLIDAÇÃO

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o CONTRATO SOCIAL, com a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Cláusula Primeira – DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade adotará o nome empresarial de INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia INTELECTUAL.

Cláusula Segunda – DO OBJETO SOCIAL

O objeto social será CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA, CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, CONSULTORIAS TECNICAS ESPECIFICAS E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. SERVICOS DE CONTABILIDADE. DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, CUSTOMIZAVEIS E NAO CUSTOMIZAVEIS, ALEM DE SERVICOS DE WEB DESIGN, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO. PRESTA SERVICOS DE TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET. REALIZA A FABRICACAO DE JOGOS ELETRONICOS. EXECUTA SERVICOS DE CAPACITACAO E ASSESSORIA PARA CAPTACAO DE RECURSOS DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA E INVESTIMENTOS JUNTO A ENTES PUBLICOS E PRIVADOS. ATUA TAMBEM NA CAPACITACAO E GESTAO DE RECURSOS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTOS PARA PROJETOS DE PESQUISA EM PARCERIA COM ORGAOS PUBLICOS, BEM COMO NA ELABORACAO DE RELATORIOS DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS CELEBRADOS COM ORGANIZACOES PUBLICAS E PRIVADAS. REALIZA CURSOS DE FORMACAO PROFISSIONAL, CURSOS PROFISSIONALIZANTES E QUALIFICACAO EM DIVERSAS AREAS, OFERECIDOS NAS MODALIDADES PRESENCIAIS, SEMIPRESENCIAIS E A DISTANCIA, POR MEIO DE PLATAFORMAS DE ENSINO VIRTUAL, VIDEOAULAS, APLICATIVOS DIVERSOS PARA DISPOSITIVOS MOVEIS, TRANSMISSOES POR VIDEOCONFERENCIA, ELABORACAO DE CONTEUDOS PEDAGOGICOS, JOGOS INTERATIVOS E ANIMACOES. DESENVOLVE PROJETOS E CONDUZ ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONOMICA E ASSISTENCIAL, ALEM DE OFERECER CONSULTORIA ESPECIALIZADA. ELABORA E IMPLEMENTA PROJETOS DE PESQUISA NAS AREAS DE CIENCIA E TECNOLOGIA, INCLUINDO A ORGANIZACAO DE OFICINAS, REUNIOES TECNICAS E EVENTOS VOLTADOS A DISSEMINACAO DE CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO, ASSIM COMO A DIVULGACAO DOS RESULTADOS DESTES PROJETOS. PRESTA SERVICOS DE ELABORACAO, PLANEJAMENTO, GESTAO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS, CONCESSOES E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NAS AREAS DE EDUCACAO, SAUDE, MEIO AMBIENTE, SEGURANCA, ENTRE OUTROS. NO AMBITO DA EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, A EMPRESA OFERECE SERVICOS DE QUALIFICACAO, REQUALIFICACAO E GESTAO DE SERVICOS DE EXTENSAO E PESQUISAS NAS AREAS TECNICAS E ADMINISTRATIVAS, ABRANGENDO OS CAMPOS DE CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO. PROMOVE O ENSINO DE ARTE E CULTURA, ALEM DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL. ATUA COMO AGENTE DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, REALIZANDO SERVICOS DE ASSESSORIA E INTERMEDIACAO NO REGISTRO DE MARCAS E PATENTES. PRESTA SERVICOS COMO AGENCIA DE PUBLICIDADE, ENVOLVENDO A CRIACAO, PLANEJAMENTO, ESTRATEGIAS DE COMUNICACAO E PROMOCAO DE CAMPANHAS

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

PUBLICITARIAS, E EXECUTA PROMOCAO DE VENDAS. NA ESFERA CULTURAL E ARTISTICA, A EMPRESA ORGANIZA E REALIZA EVENTOS ARTISTICOS, MUSICAIS, CURSOS, SEMINARIOS, CONFERENCIAS, CONGRESSOS E FEIRAS, PROMOVENDO AINDA ATIVIDADES RELACIONADAS A ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES. ATUA TAMBEM NA IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES. PRODUCAO E EDICAO AUDIOVISUAL. ADICIONALMENTE, A EMPRESA OFERECE SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, BEM COMO INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS, EXCETO IMOBILIARIOS. REALIZA SERVICOS DE PREPARACAO DE DOCUMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO, INCLUINDO ATIVIDADES DE DESPACHANTE JUNTO AO FISCO.

Cláusula Terceira – DA SEDE

A sede da sociedade é na Avenida João Pinheiro, nº 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183.

Parágrafo único: A sociedade mantém uma filial localizada na Rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, Sala 201, Bairro Centro, Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais, CEP 35.670-000.

Cláusula Quarta – DO INICIO DAS ATIVIDADES

A sociedade iniciará suas atividades em 20/07/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL reais) dividido em 50.000 quotas no valor nominal R$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR (R$)
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO	50.000	R$ 50.000,00
TOTAIS	50.000	R$ 50.000,00

Cláusula Sexta- DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo sócio SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO, com plenos poderes e atribuições para representar a empresa ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, desde que sempre no interesse da sociedade.

Parágrafo Primeira: Em eventual ausência de um do sócio, por quaisquer motivos (férias, afastamentos pessoais, tratamentos médicos, entre outros), poderá ser constituído procurador para finalidades específicas ou para a prática de todos os atos relativos à administração do negócio, por período determinado. Para tanto, deverá ser formalizada procuração pública com fé pública e prazo de vigência definido.

Parágrafo Segunda: As procurações outorgadas em nome da sociedade deverão conter poderes específicos e terão, salvo para finalidades judiciais, prazo de validade máximo de 01

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

(um) ano. Cabe ao sócio administrador definir as atribuições dos procuradores e prepostos, sendo vedado o substabelecimento, exceto nas procurações destinadas a fins judiciais. O instrumento de procuração deverá especificar os atos a serem praticados pelo procurador, conforme o disposto no artigo 1.018 do Código Civil de 2002.

Cláusula Sétima - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E CONFORMIDADE REGULAMENTAR

O sócio SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO, brasileiro, contador, registrado no CRC MG sob o nº 119647/O-8, será responsável pela execução dos serviços profissionais contábeis prestados pela sociedade, em conformidade com o objeto social, as disposições do art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/1946, e as normas técnicas e regulamentares emanadas pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC MG) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Parágrafo Segundo: A sociedade, por se dedicar a atividades contábeis, cumpre as exigências regulamentares do CRC e do CFC, em especial aqueles referentes à composição do capital social, conforme determina a Resolução CFC nº 1.555/2018 e demais normativos aplicáveis.

Parágrafo Terceiro: A sociedade compromete-se a manter permanente conformidade com as normas do CFC e CRC MG, assegurando o cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares, incluindo a atualização de registros, o atendimento às normas de ética profissional e a observância das regras específicas para sociedades com atividades contábeis.

Parágrafo Quarto: Fica expressamente vedada qualquer prática que desatenda às normas éticas, técnicas e legais estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, sendo responsabilidade dos sócios assegurar que todas as atividades da sociedade estejam em conformidade com tais preceitos.

Cláusula Oitava – DO USO DA MARCA E LOGOTIPO

A marca INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI sob o processo nº 931398037, bem como o respectivo logotipo também registrado, são de titularidade exclusiva do sócio administrador SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO.

O titular cede à sociedade, a título gratuito, o direito de uso da referida marca e logotipo por prazo indeterminado, exclusivamente para fins comerciais, institucionais e de representação da sociedade, enquanto esta atuar sob tal identidade.

Parágrafo único. A presente cessão de uso não implica transferência de propriedade intelectual e não integra o patrimônio da sociedade, de modo que, em caso de entrada de novo sócio, alteração do quadro societário, cisão, incorporação, venda da sociedade ou qualquer outra forma de reorganização societária, a titularidade da marca e do logotipo

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

permanecerá exclusivamente com seu titular, Samuel Henrique Gomes Candido, não se confundindo com os bens, direitos ou obrigações da sociedade.

Cláusula Nona – DAS DISPOSIÇÕES E DECLARAÇÕES GERAIS

Os sócios e administradores da sociedade declaram, sob as penas da lei, que estão em conformidade com todas as disposições legais que regulam a constituição, administração e operação de sociedades empresariais.

Parágrafo Primeiro: Os administradores, para os fins do artigo 1.011 do Código Civil, declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade empresária, seja por disposições legais especiais, por condenação criminal com pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes de natureza falimentar, prevaricação, corrupção, suborno, concussão, peculato, ou crimes contra a economia popular, o Sistema Financeiro Nacional, normas de defesa da concorrência, relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Parágrafo Segundo: Todos os sócios e administradores declaram, individualmente, que não incorrem em impedimentos previstos na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, ou em quaisquer outras disposições legais que regulem sua participação na sociedade.

Parágrafo Terceiro: - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Parágrafo Quarto: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Quinto: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima – DA ABERTURA E FECHAMENTO DE FILIAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Primeira – DO FORO

Fica eleito o foro de BELO HORIZONTE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Belo Horizonte/MG, 15 de abril de 2025.

168

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CRC/MG sob o nº 119647/O-8
Sócio Administrador

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

169

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/258.786-3	MGP2500359615	16/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

170

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 25/258.786-3 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 12675045 em 24/04/2025 da empresa 3121176426-0 INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
3190309717-1	37.782.587/0002-29	RUA PREFEITO ALCIDES CUNHA 62 SALA 201 - BAIRRO CENTRO CEP 35670-000 - MATEUS LEME/MG

24 de abr de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, de NIRE 3121176426-0 e protocolado sob o número 25/258.786-3 em 16/04/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12675045, em 24/04/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Belo Horizonte. quinta-feira, 24 de abril de 2025

Documento assinado eletrônicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 24/04/2025, às 14:54 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/258.786-3.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 24 de abril de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2508457757

2 e 1 NOME E SOBRENOME
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

1ª HABILITAÇÃO
29/10/2012

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
27/05/1994, MATEUS LEME, MG

4a DATA EMISSÃO
28/10/2022

4b VALIDADE
26/10/2032

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
MG15348696 SSP MG

4d CPF
122.869.566-00

5 Nº REGISTRO
05630002935

9 CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOSE RAIMUNDO CANDIDO

MARLI HONORATA CANDIDO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		26/10/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
53219145971
MG627260390

2508457757

MINAS GERAIS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valida Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA056300029<353<<<<<<<<<<<<
9405273M3210260BRA<<<<<<<<<<<2
SAMUEL<<HENRIQUE<GOMES<CANDIDO

QR-CODE

173

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

37.782.587/0001-48

Relatório Gerencial

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

01/01/2024 à 31/12/2024

Contador Responsável: **Intelectual S C B LTDA**

CRC: **015523/O-7**

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Indicadores do Contábil e Faturamento:

- Balanço
- DRE
- Balancete
- Faturamento
- Liquidez Corrente
- Liquidez Imediata
- Liquidez Seca
- Liquidez Geral
- Imobilização do Capital Próprio
- Garantia Capital de Terceiros
- Capital Circulante Líquido
- Índice Solvência Geral
- índice de Endividamento Total
- Resultado do Exercício
- Análise Analítica do Balancete
- Receitas e Despesas
- Compra e Venda

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Balanço

Conta	S/A	Código	Histórico	D/C	Saldo Anterior	Saldo Atual
1.0.0.00.000	S	1	ATIVO	D	354.473,90	505.582,13
1.1.0.00.000	S	2	ATIVO CIRCULANTE	D	354.473,90	505.582,13
1.1.2.00.000	S	3	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	D	354.438,66	505.545,88
1.1.2.02.000	S	4	NUMERÁRIOS	D	354.438,66	505.545,88
1.1.2.02.001	A	5	Caixa geral	D	354.438,66	505.545,88
1.1.4.00.000	S	10	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	D	3,18	4,19
1.1.4.10.000	S	316	ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	D	3,18	4,19
1.1.4.10.003	A	457	Adiantamentos de 13° salário	D	(0,31)	(0,81)
1.1.4.10.002	A	524	Arredondamentos da folha	D	3,49	5,00
1.1.6.00.000	S	21	ENTRADAS	D	32,06	32,06
1.1.6.02.000	S	22	ESTOQUES DE MERCADORIAS	D	32,06	32,06
1.1.6.02.002	A	588	Bonificações	D	32,06	32,06
2.0.0.00.000	S	117	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	C	354.473,90	505.582,13
2.1.0.00.000	S	118	PASSIVO CIRCULANTE	C	24.261,31	87.827,52
2.1.1.00.000	S	119	OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	C	24.261,31	87.827,52
2.1.1.06.000	S	138	IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDERAIS	C	12.860,45	36.812,56
2.1.1.06.016	A	607	DCTFWeb a recolher	C	1.712,35	11.851,19
2.1.1.06.020	A	59	Simples a recolher	C	11.148,10	24.961,37
2.1.1.15.000	S	325	IMPOSTOS E TRIBUTOS TRABALHISTAS	C	2.337,02	19.909,21
2.1.1.15.001	A	140	FGTS a recolher	C	1.349,43	19.909,21
2.1.1.15.004	A	139	INSS a recolher	C	987,59	0,00
2.1.1.21.000	S	147	OBRIGAÇÕES COM FUNCIONÁRIOS	C	9.063,84	31.105,75
2.1.1.21.005	A	158	Férias a pagar	C	3.603,84	18.856,75
2.1.1.21.004	A	148	Salários a pagar	C	5.460,00	12.249,00
2.3.0.00.000	S	167	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	C	330.212,59	417.754,61
2.3.1.00.000	S	168	CAPITAL SOCIAL	C	50.000,00	50.000,00
2.3.1.01.000	S	169	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	C	50.000,00	50.000,00
2.3.1.01.001	A	170	Capital social subscrito e integralizado	C	50.000,00	50.000,00
2.3.3.00.000	S	171	RESULTADOS	C	280.212,59	367.754,61
2.3.3.02.000	S	303	RESULTADOS	C	280.212,59	367.754,61
2.3.3.02.002	A	180	(-) Prejuízos	D	(18.330,02)	(18.330,02)
2.3.3.02.001	A	178	Lucros	C	261.882,57	349.424,59

32 registro(s)

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

DRE

Conta	S/A	Cód.	Histórico	Valor	% Vr.	Resultado	% Res.	D/C
3.0.0.00.000	S	187	RECEITAS	273.567,30	100,6299	0,00	0,0000	C
3.1.0.00.000	S	188	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	291.774,60	107,3273	0,00	0,0000	C
3.1.2.00.000	S	363	RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	291.774,60	107,3273	0,00	0,0000	C
3.1.2.04.000	S	192	RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	291.774,60	107,3273	0,00	0,0000	C
3.1.2.04.001	A	193	Serviços prestados a vista	291.774,60	107,3273	291.774,60	107,3273	C
3.2.0.00.000	S	225	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19.919,65	7,3273	0,00	0,0000	D
3.2.1.00.000	S	191	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19.919,65	7,3273	0,00	0,0000	D
.2.1.01.000	S	217	(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	19.919,65	7,3273	0,00	0,0000	D
3.2.1.01.006	A	66	(-) Simples sobre faturamento	19.919,65	7,3273	271.854,95	100,0000	D
	S	20	RECEITA LÍQUIDA	271.854,95	100,0000	0,00	0,0000	
5.0.0.00.000	S	367	CUSTOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.0.00.000	S	271	CUSTOS COM SERVIÇOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.1.00.000	S	272	CUSTOS COM SERVIÇOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.1.01.000	S	273	CUSTOS COM SERVIÇOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.1.01.001	A	274	Custo dos produtos utilizados na prestação de serviços	1.714,00	0,6305	270.140,95	99,3695	D
5.4.1.01.002	A	488	Salários e adicionais de salários dos serviços	136.350,47	50,1556	133.790,48	49,2139	D
5.4.1.01.003	A	289	Férias e adicionais de férias dos serviços	15.252,91	5,6107	118.537,57	43,6032	D
5.4.1.01.004	A	179	13º salário e adicionais dos serviços	10.710,42	3,9398	107.827,15	39,6635	D
	S	30	RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	107.827,15	39,6635	0,00	0,0000	
4.0.0.00.000	S	214	DESPESAS	21.997,48	8,0916	0,00	0,0000	D
4.1.0.00.000	S	230	DESPESAS OPERACIONAIS	21.997,48	8,0916	0,00	0,0000	D
4.1.1.00.000	S	231	DESPESAS OPERACIONAIS	20.585,48	7,5722	0,00	0,0000	D
4.1.1.02.000	S	239	DESPESAS TRABALHISTAS	20.585,48	7,5722	0,00	0,0000	D
4.1.1.02.008	A	425	FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	18.559,78	6,8271	89.267,37	32,8364	D
4.1.1.02.010	A	244	Vale transporte	2.025,70	0,7451	87.241,67	32,0913	D
4.1.4.00.000	S	260	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.412,00	0,5194	0,00	0,0000	D
4.1.4.02.000	S	611	DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS	1.412,00	0,5194	0,00	0,0000	D
4.1.4.02.015	A	86	Serviços tomados de terceiros	1.412,00	0,5194	85.829,67	31,5719	D

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

DRE

Conta	S/A	Cód.	Histórico	Valor	% Vr.	Resultado	% Res.	D/C
	S	60	RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	85.829,67	31,5719	0,00	0,0000	
3.3.0.00.000	S	202	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.712,35	0,6299	0,00	0,0000	C
3.3.2.00.000	S	206	RECUPERAÇÕES	1.712,35	0,6299	0,00	0,0000	C
3.3.2.01.000	S	207	RECUPERAÇÕES	1.712,35	0,6299	0,00	0,0000	C
3.3.2.01.001	A	208	Reversão de provisões	1.712,35	0,6299	87.542,02	32,2017	C
6.0.0.00.000	S	293	RESULTADO do EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.0.00.000	S	294	RESULTADO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.00.000	S	295	RESULTADO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.01.000	S	296	RESULTADO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.01.001	A	297	Resultado do exercício	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.01.002	A	405	Implantação de Saldo	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
	S	100	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	

40 registro(s)

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Balancete

Conta	S/A	Cód.	Histórico	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
1.0.0.00.000	S	1	A T I V O	354.473,90	300.043,80	148.935,57	505.582,13	D
1.1.0.00.000	S	2	ATIVO CIRCULANTE	354.473,90	300.043,80	148.935,57	505.582,13	D
1.1.2.00.000	S	3	CAIXA E EQUIVALENTES DE	354.438,66	291.774,60	140.667,38	505.545,88	D
1.1.2.02.000	S	4	NUMERÁRIOS	354.438,66	291.774,60	140.667,38	505.545,88	D
1.1.2.02.001	A	5	Caixa geral	354.438,66	291.774,60	140.667,38	505.545,88	D
1.1.4.00.000	S	10	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3,18	6.555,20	6.554,19	4,19	D
1.1.4.10.000	S	316	ADIANTAMENTO A EMPREGA	3,18	6.555,20	6.554,19	4,19	D
1.1.4.10.001	A	317	Adiantamentos de salár	0,00	1.150,00	1.150,00	0,00	D
1.1.4.10.002	A	524	Arredondamentos da fol	3,49	10,70	9,19	5,00	D
1.1.4.10.003	A	457	Adiantamentos de 13° s	-0,31	5.394,50	5.395,00	(0,81)	D
1.1.6.00.000	S	21	ENTRADAS	32,06	1.714,00	1.714,00	32,06	D
1.1.6.02.000	S	22	ESTOQUES DE MERCADORIA	32,06	0,00	0,00	32,06	D
1.1.6.02.002	A	588	Bonificações	32,06	0,00	0,00	32,06	D
1.1.6.04.000	S	40	ESTOQUES DE INSUMOS NA	0,00	1.714,00	1.714,00	0,00	D
1.1.6.04.001	A	41	Mercadorias para uso n	0,00	1.714,00	1.714,00	0,00	D
2.0.0.00.000	S	117	P A S S I V O e P A T R I M Ô	354.473,90	151.397,02	302.505,25	505.582,13	C
2.1.0.00.000	S	118	PASSIVO CIRCULANTE	24.261,31	151.397,02	214.963,23	87.827,52	C
2.1.1.00.000	S	119	OBRIGAÇÕES A CURTO PRA	24.261,31	151.397,02	214.963,23	87.827,52	C
2.1.1.06.000	S	138	IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDE	12.860,45	7.079,30	31.031,41	36.812,56	C
2.1.1.06.016	A	607	DCTFWeb a recolher	1.712,35	972,92	11.111,76	11.851,19	C
2.1.1.06.020	A	59	Simples a recolher	11.148,10	6.106,38	19.919,65	24.961,37	C
2.1.1.15.000	S	325	IMPOSTOS E TRIBUTOS TRAB	2.337,02	987,59	18.559,78	19.909,21	C
2.1.1.15.001	A	140	FGTS a recolher	1.349,43	0,00	18.559,78	19.909,21	C
2.1.1.15.004	A	139	INSS a recolher	987,59	987,59	0,00	0,00	C
2.1.1.21.000	S	147	OBRIGAÇÕES COM FUNCIO	9.063,84	143.330,13	165.372,04	31.105,75	C
2.1.1.21.001	A	154	13° salário a pagar	0,00	11.484,10	11.484,10	0,00	C
2.1.1.21.004	A	148	Salários a pagar	5.460,00	131.846,03	138.635,03	12.249,00	C
2.1.1.21.005	A	158	Férias a pagar	3.603,84	0,00	15.252,91	18.856,75	C
2.3.0.00.000	S	167	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	330.212,59	0,00	87.542,02	417.754,61	C
2.3.1.00.000	S	168	CAPITAL SOCIAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	C
2.3.1.01.000	S	169	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	C
2.3.1.01.001	A	170	Capital social subscrito	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	C
2.3.3.00.000	S	171	RESULTADOS	280.212,59	0,00	87.542,02	367.754,61	C
2.3.3.02.000	S	303	RESULTADOS	280.212,59	0,00	87.542,02	367.754,61	C

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

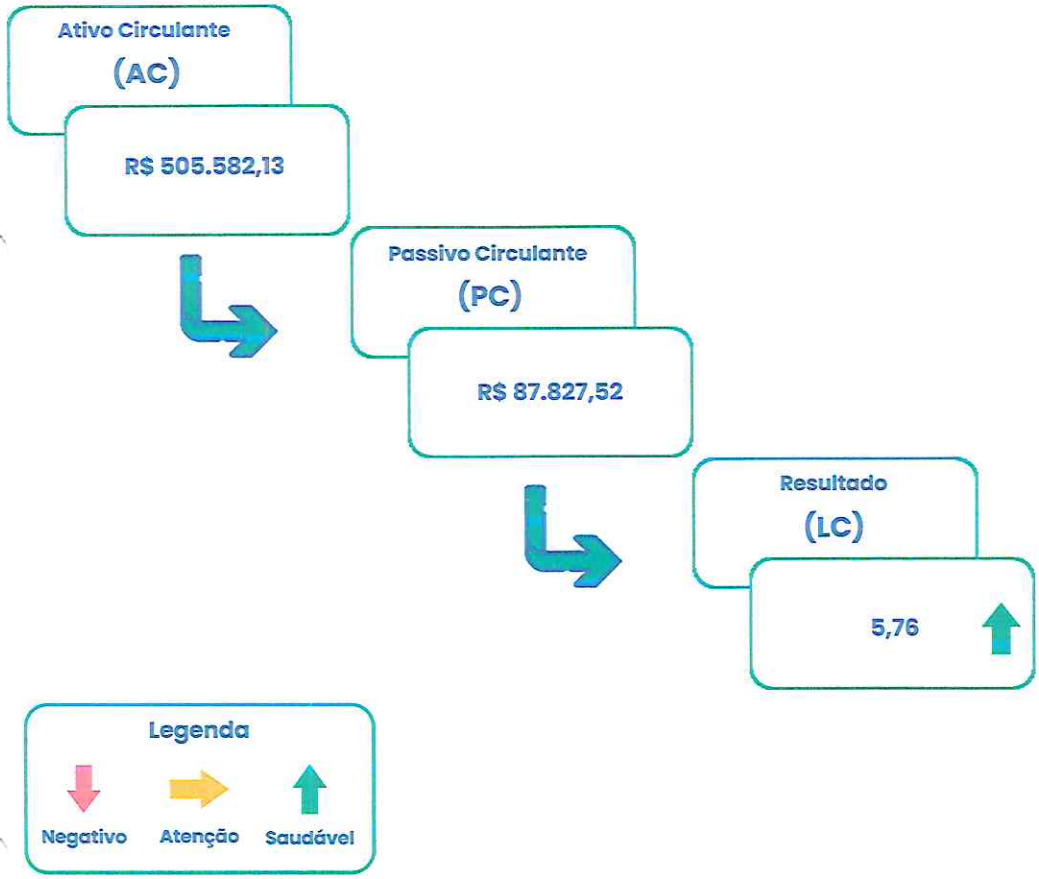
01/01/2024 à 31/12/2024

2.3.3.02.001	A	178	Lucros	261.882,57	0,00	87.542,02	349.424,59	C
2.3.3.02.002	A	180	(-) Prejuízos	-18.330,02	0,00	0,00	(18.330,02)	D
3.0.0.00.000	S	187	RECEITAS	0,00	313.406,60	313.406,60	0,00	C
3.1.0.00.000	S	188	RECEITA OPERACIONAL BRU	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.1.2.00.000	S	363	RECEITA DE SERVIÇOS PRES	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.1.2.04.000	S	192	RECEITA DE SERVIÇOS PRES	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.1.2.04.001	A	193	Serviços prestados a vis	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.2.0.00.000	S	225	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.2.1.00.000	S	191	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.2.1.01.000	S	217	(-) IMPOSTOS, TAXAS E CO	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.2.1.01.006	A	66	(-) Simples sobre fatura	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.3.0.00.000	S	202	OUTRAS RECEITAS OPERACI	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
3.3.2.00.000	S	206	RECUPERAÇÕES	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
3.3.2.01.000	S	207	RECUPERAÇÕES	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
3.3.2.01.001	A	208	Reversão de provisões	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
4.0.0.00.000	S	214	DESPESAS	0,00	21.997,48	21.997,48	0,00	D
4.1.0.00.000	S	230	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	21.997,48	21.997,48	0,00	D
4.1.1.00.000	S	231	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	20.585,48	20.585,48	0,00	D
4.1.1.02.000	S	239	DESPESAS TRABALHISTAS	0,00	20.585,48	20.585,48	0,00	D
4.1.1.02.008	A	425	FGTS - Fundo de Garanti	0,00	18.559,78	18.559,78	0,00	D
4.1.1.02.010	A	244	Vale transporte	0,00	2.025,70	2.025,70	0,00	D
4.1.4.00.000	S	260	DESPESAS ADMINISTRATIVA	0,00	1.412,00	1.412,00	0,00	D
4.1.4.02.000	S	611	DESPESAS ADMINISTRATIVA	0,00	1.412,00	1.412,00	0,00	D
4.1.4.02.015	A	86	Serviços tomados de ter	0,00	1.412,00	1.412,00	0,00	D
5.0.0.00.000	S	367	CUSTOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.0.00.000	S	271	CUSTOS COM SERVIÇOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.1.00.000	S	272	CUSTOS COM SERVIÇOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.1.01.000	S	273	CUSTOS COM SERVIÇOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.1.01.001	A	274	Custo dos produtos utiliz	0,00	1.714,00	1.714,00	0,00	D
5.4.1.01.002	A	488	Salários e adicionais de	0,00	136.350,47	136.350,47	0,00	D
5.4.1.01.003	A	289	Férias e adicionais de fé	0,00	15.252,91	15.252,91	0,00	D
5.4.1.01.004	A	179	13º salário e adicionais d	0,00	11.484,10	11.484,10	0,00	D
6.0.0.00.000	S	293	RESULTADO do EXER	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D
6.1.0.00.000	S	294	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D
6.1.1.00.000	S	295	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D
6.1.1.01.000	S	296	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D

6.1.1.01.001	A	297	Resultado do exercício	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00 D

71 registro(s)

Liquidez Corrente



Descrição do Indicador:

Representa a capacidade de saldar compromissos de curto prazo.

Quanto maior o resultado deste índice, melhor, visto demonstrar disponibilidade de recursos para a empresa. O resultado obtido superior a 1 é considerado bom resultado para a empresa.

Quando evidenciado baixo resultado, a busca pela melhoria deste indicador deve começar pela observação dos os saldos das contas do Ativo Circulante, principalmente Caixa/Banco, Clientes a Receber, Estoques.

No Passivo Circulante, as contas de Fornecedores, Empréstimos/Financiamentos, Salários /Encargos.

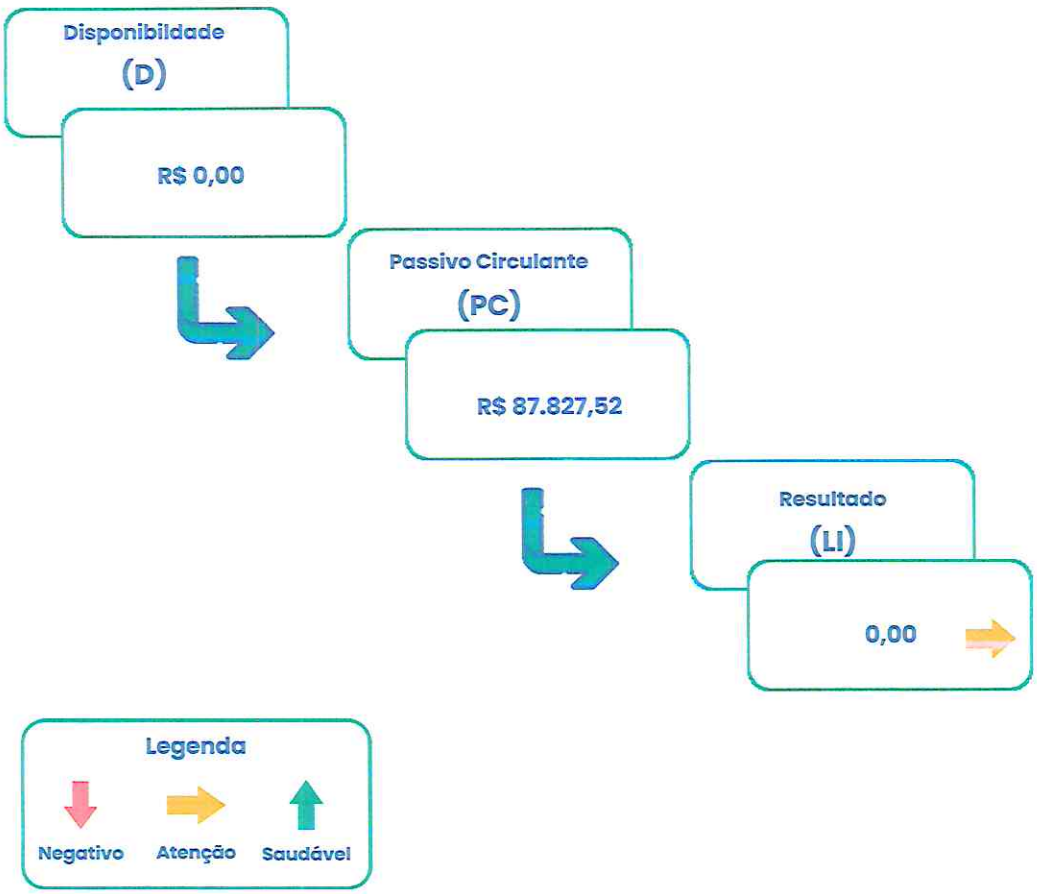
Fórmula:

Liquidez Corrente (LC) = AC /PC

AC --> Ativo Circulante

PC --> Passivo Circulante

Liquidez Imediata



Descrição do Indicador:

Representa a capacidade de uma organização cumprir com suas obrigações e realizar os pagamentos imediatamente.

Uma aplicação de liquidez imediata é aquela cujo resgate dos valores aportados e rendimentos acontece em tempo real, ou seja, sem que haja a necessidade de aguardar dias ou meses para o saque.

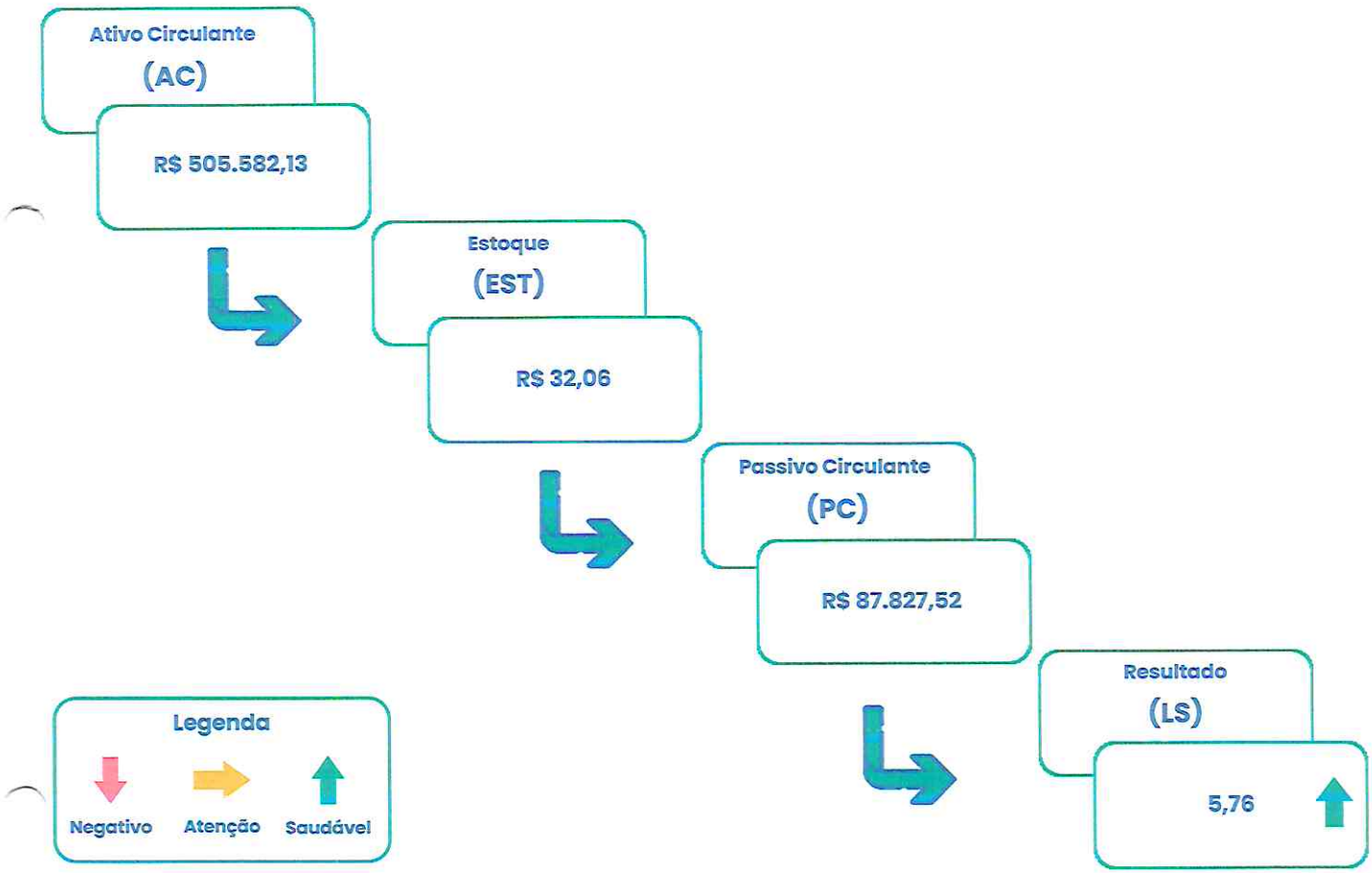
Fórmula:

Liquidez imediata (LI)= D/PC

D --> Disponibilidade

PC --> Passivo Circulante

Liquidez Seca

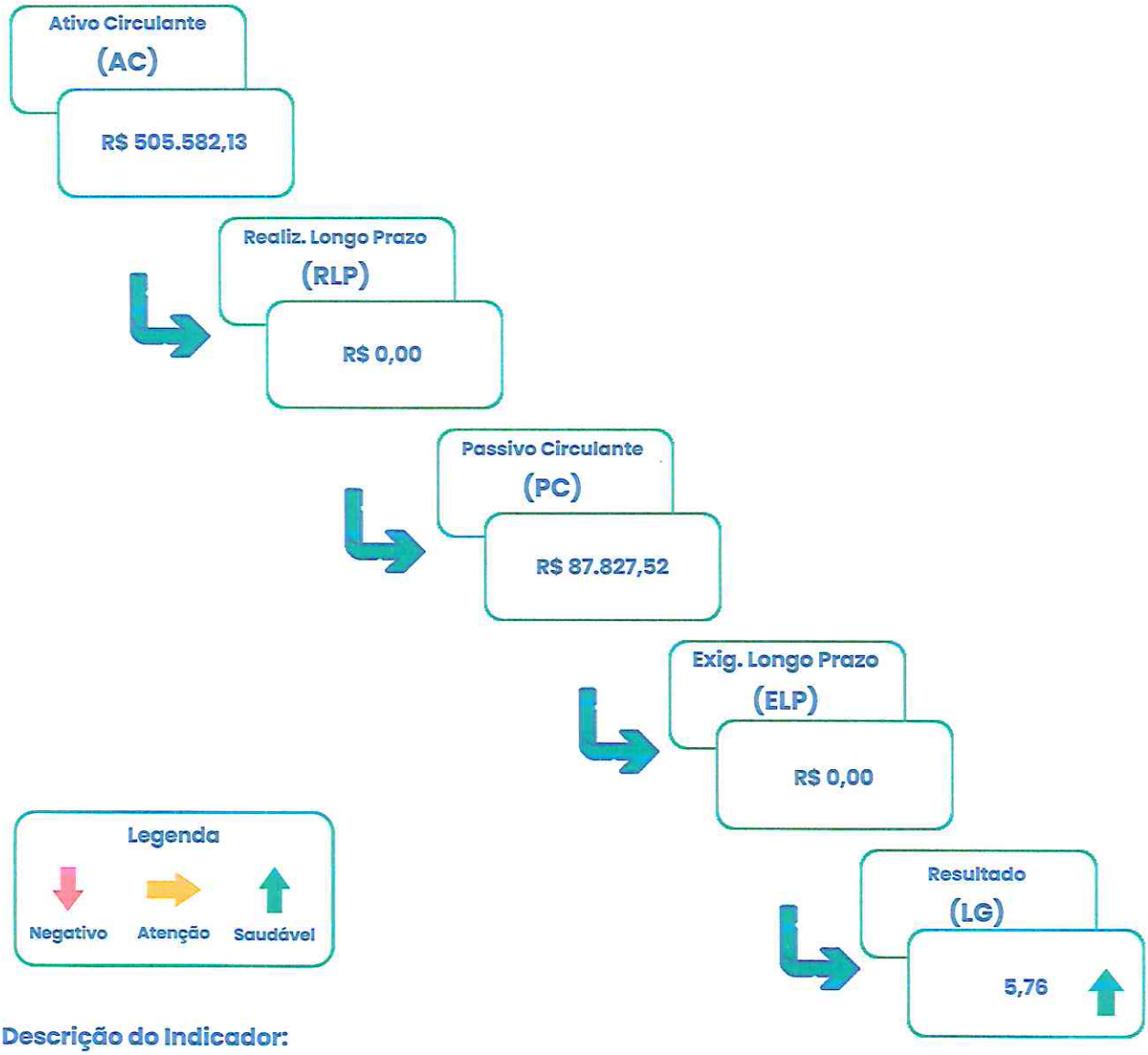


Descrição do Indicador:
Representa a avalição e saúde financeira das empresas. Também é um indicador mais conservador do que a liquidez corrente.

Fórmula:
Liquidez Seca (LS) = (AC- EST) / PC
AC --> Ativo Circulante
EST --> Estoque
PC --> Passivo Circulante

Observação: O estoque busca através do **PG 479** (Grupo Total das Contas de Estoques.)

Liquidez Geral



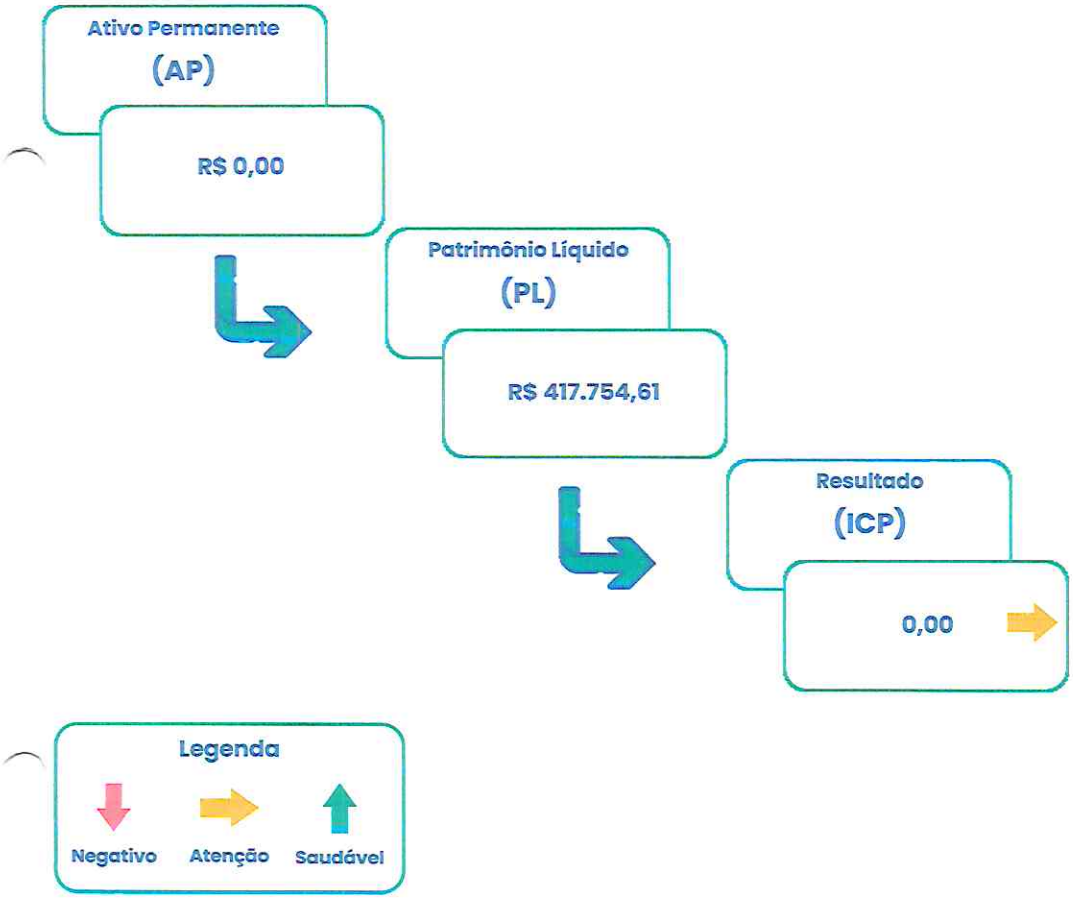
Descrição do Indicador:

Representa a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto e longo prazo.
A partir de um cenário de encerramento das atividades e liquidação de todos os bens, a liquidez geral é calculada.

Fórmula:

Liquidez Geral (LG) = (AC + RLP) / (PC + ELP)
AC --> Ativo Circulante
RLP --> Realizável a Longo Prazo
PC --> Passivo Circulante
ELP --> Exigível a Longo Prazo

Imobilização do Capital Próprio



Descrição do Indicador:

Representa a porcentagem do Patrimônio Líquido que está alocado em um Ativo Permanente. Ou seja em bens não líquidos, como investimentos em edificações, terrenos, máquinas pesadas etc.

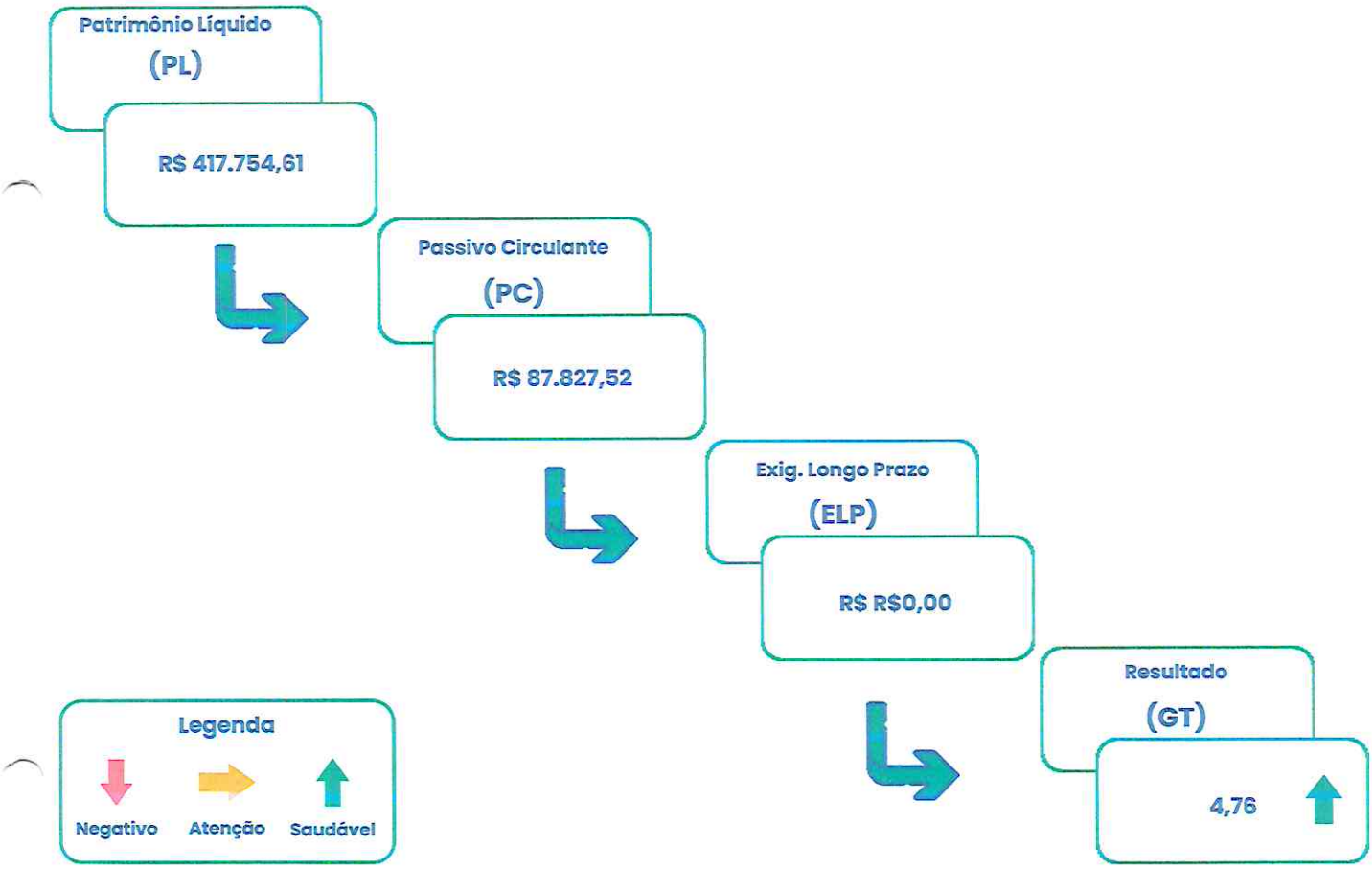
Fórmula:

Imobilização do Capital Próprio (ICP) = AP / PL

AP --> Ativo Permanente

PL --> Patrimônio Líquido

Garantia Capital de Terceiros



Descrição do Indicador:

Representa a porcentagem de Capitais Alheios que a empresa possui em relação ao seu Capital Próprio.

Fórmula:

Garantia Capital de Terceiros (GT) = PL / (PC + ELP)

PL --> Patrimônio Líquido

PC --> Passivo Circulante

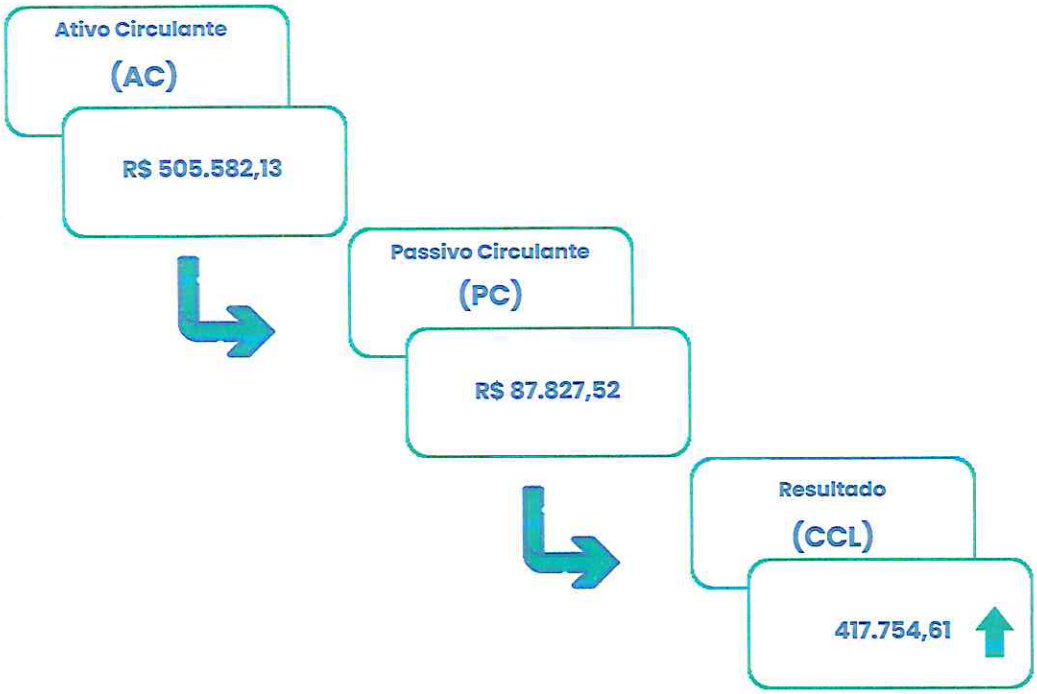
ELP --> Exigível a Longo Prazo

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Capital Circulante Líquido





Descrição do Indicador:

Representa a todos os recursos ou bens que possuem maior liquidez, ou seja, podem ser rapidamente consumidos ou convertidos em dinheiro.

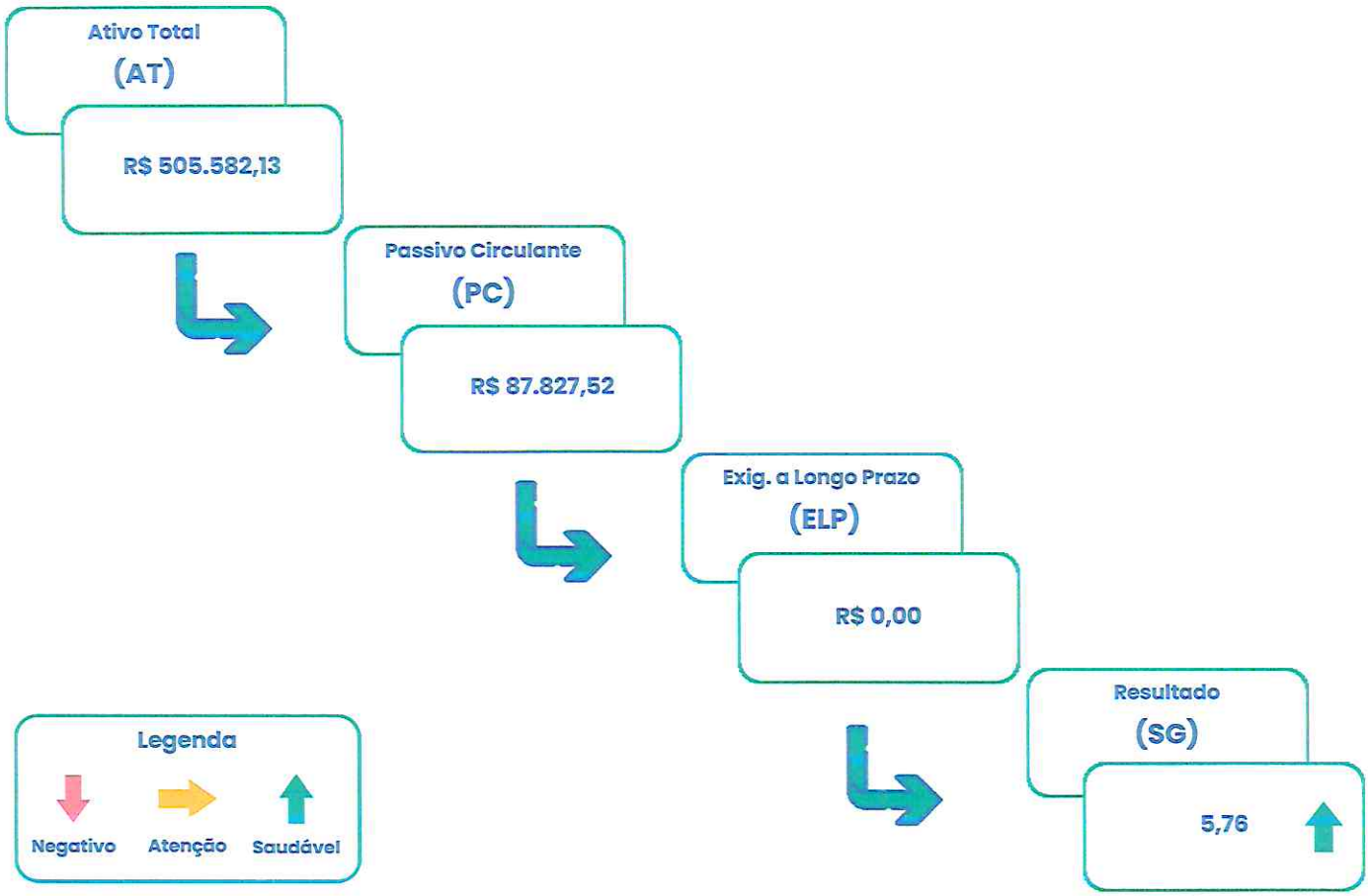
Fórmula:

Capital Circulante Líquido (CCL) = AC - PC

AC --> Ativo Circulante

PC --> Passivo Circulante

Índice de Solvência Geral



Descrição do Indicador:

Representação o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Fórmula:

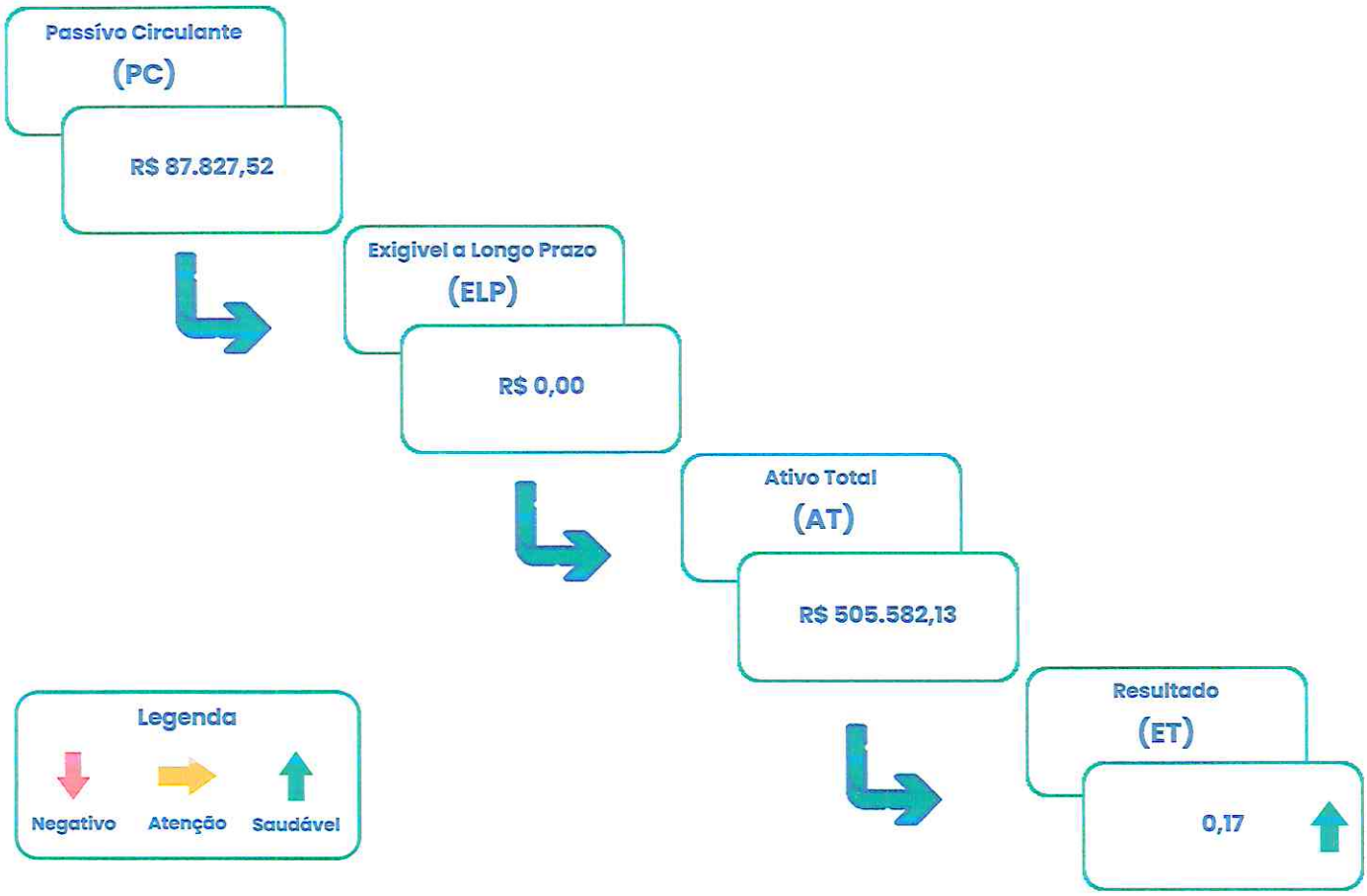
Índice de Solvência Geral (SG) = AT / (PC + ELP)

AT --> Ativo Total

PC --> Passivo Circulante

ELP --> Exigível a Longo Prazo

Índice de Endividamento Total



Descrição do Indicador:

Representação o grau de alavancagem financeira da empresa, ou seja, o quanto ela está dependente de empréstimos para financiar seus ativos.

Fórmula:

Índice de Endividamento Total (ET) = PC + ELP / AT

PC --> Passivo Circulante

ELP --> Exigível a Longo Prazo

AT --> Ativo Total

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2024.

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148
Assinado de forma digital por INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148

Contabilidade: Intelectual S C B LTDA

CNPJ: 37.782.587/0001-48

CRC 015523/O-7

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Samuel Henrique Gomes Candido
CRC 119.647/O-8
Contador Responsável

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

CNPJ/CPF: 37782587000148

Balanço Patrimonial

Empresa: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Endereço: Avenida João Pinheiro, 313 , Boa Viagem, Belo Horizonte - MG 30130-183
CNPJ: 37782587000148 **Inscr. Estadual:** 0052198820030 **NIRE:** 31211764260 **EM:** 20/07/2020
Balanço Realizado em: 31/12/2023

190

ATIVO

Histórico	Saldo Atual
ATIVO	354.473,90
ATIVO CIRCULANTE	354.473,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	354.438,66
NUMERÁRIOS	354.438,66
Caixa geral	354.438,66
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3,18
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	3,18
Adiantamentos de 13º salário	-0,31
Arredondamentos da folha	3,49
ENTRADAS	32,06
ESTOQUES DE MERCADORIAS	32,06
Bonificações	32,06

PASSIVO

Histórico	Saldo Atual
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	354.473,90
PASSIVO CIRCULANTE	24.261,31
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.261,31
IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDERAIS	12.860,45
DCTFWeb a recolher	1.712,35
Simples a recolher	11.148,10
IMPOSTOS E TRIBUTOS TRABALHISTAS	2.337,02
FGTS a recolher	1.349,43
INSS a recolher	987,59
OBRIGAÇÕES COM FUNCIONÁRIOS	9.063,84
Férias a pagar	3.603,84
Salários a pagar	5.460,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	330.212,59
CAPITAL SOCIAL	50.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	50.000,00
Capital social subscrito e integralizado	50.000,00
RESULTADOS	280.212,59
RESULTADOS	280.212,59
(-) Prejuízos	-18.330,02
Lucros	261.882,57

Balanço Patrimonial

Empresa: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Endereço: Avenida João Pinheiro, 313 , Boa Viagem, Belo Horizonte - MG 30130-183
CNPJ: 37782587000148 **Inscr. Estadual:** 0052198820030 **NIRE:** 31211764260 **EM:** 20/07/2020
Balanço Realizado em: 31/12/2023

191

TERMOS DE DECLARAÇÃO:

Em cumprimento ao que determina o parágrafo 2º do Artigo 1.184 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10/01/2002, em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/09, assinamos o presente termo de responsabilidade relativo à fidelidade e a realidade dos saldos das contas aqui lavradas, consoante às exigências do Art.1.188 do mesmo código. Os registros do exercício foram realizados com amparo em documentação competente, repassada ao profissional encarregado da escrita contábil, este na qualidade de preposto dos sócios da empresa. O Inventário físico dos elementos patrimoniais (qualitativo e quantitativo) e o inventário de mercadorias e suas pertinentes avaliações, foram sob direta responsabilidade do empresário signatário deste termo.

RESPONSABILIDADES DO PROFISSIONAL CONTÁBIL:

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."
RESPONSABILIDADES DO EMPRESÁRIO:
"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2023.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2025.09.25 08:41:40 -03'00'

Empresa: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Sócio Administrador: SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CPF: 122.869.566-00

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148
Assinado de forma digital por INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148
Dados: 2025.09.25 08:40:49 -03'00'

Contabilidade: Intelectual Softwares e Contabilidade Br
CNPJ: 37.782.587/0001-48
CRC 015523/O-7

192

CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se habilitada para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO.... :	INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
NOME FANTASIA.. :	INTELECTUAL
REGISTRO..... :	MG-015523/O-7
CATEGORIA..... :	SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU)
CNPJ..... :	37.782.587/0001-48

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 23/10/2025 as 11:40:22.
Válido até: 21/01/2026.
Código de Controle: 2319047.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

193

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
REGISTRO.....	: MG-119647/O-8
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.869.566-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 31/10/2025 as 10:56:37.
Válido até: 29/01/2026.
Código de Controle: 5112861.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 01:35:36 do dia 05/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/05/2026.
Código de controle da certidão: **0C43.79DA.B500.D9C8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

193

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 28 de Novembro de 2025 às 13:10

BELO HORIZONTE, 28 de Novembro de 2025 às 13:10

Código de Autenticação: 2511-2813-1054-0846-1428

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Categoria
CONTADOR

Nº Registro
MG-119647/O-8

Nome
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Nascimento
27/05/1994

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
MATEUS LEME-MG



Assinatura do Profissional

Filiação
JOSE RAIMUNDO CANDIDO
MARLI HONORATA CANDIDO

CPF
122.869.566-00

Documento de Identificação
MG-15.348.696 PC-MG

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Data de Registro
08/08/2017

Validado eletronicamente pelo
Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **B47E29D315D8**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/codigo/B47E29D315D8

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

197

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 18/11/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 16/02/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 005219882.00-30	CNPJ/CPF: 37.782.587/0001-48	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: AV JOAO PINHEIRO		NÚMERO: 313
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BOA VIAGEM	CEP: 30130183
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000937369835



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **ABKDEKPKKJ**
Documento/Certidão nº **34.140.138** Exercício: **2025**
Emissão em: **18/11/2025** Requerimento em: **17:28:55** Validade: **18/12/2025**

Nome: **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**
CNPJ: **37.782.587.0001.48**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

Voltar Imprimir

199

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.782.587/0001-48

Razão Social: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Endereço: AV JOAO PINHEIRO 313 / BOA VIAGEM / BELO HORIZONTE / MG / 30130-183

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:22/11/2025 a 21/12/2025

Certificação Número: 2025112202205503703287

Informação obtida em 29/11/2025 19:28:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

200

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 37.782.587/0001-48
Certidão nº: 72809474/2025
Expedição: 29/11/2025, às 23:56:51
Validade: 28/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.782.587/0001-48**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Razão Social: Intelectual Software e Contabilidade Brasil LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48
Endereço: Avenida João Pinheiro, nº 313
Cidade: Belo Horizonte/MG
Bairro: Boa Viagem
CEP: 30130-183
Telefone: (31) 3535-1313
E-mail: contato@intelectual.com.br

O Representante Legal da Intelectual Software e Contabilidade Brasil LTDA, sob as penas da Lei:

a) DECLARA A INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO , em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) DECLARA TER RECEBIDO O EDITAL , e, que conhece as condições locais para execução do objeto tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

c) DECLARA ATENDER AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e, está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

d) DECLARA, para os devidos fins, que a empresa ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção. Outrossim, declaro que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua

atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade.

e) DECLARA, CIÊNCIA DA DAS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

f) DECLARA QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO , observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) DECLARA que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

h) DECLARA, para fins do disposto no inc. VI do art. nº 68 da lei nº 14.133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, inclusive na condição de aprendiz.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2025.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2025.11.10 11:41:02 -03'00'

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CRC/MG 119647
Contador / Diretor
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48
CRC MG 015523

203

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

Solicitação de Compra Nº 587/2025

CONTRATACAO DE ESCRITORIO PARA ANA.LSE DA FOLHA DE PAGAMENTO

Solicitante: ARLINDA GONACALVES COELHO **Data da Solicitação:** 26/11/2025
Organograma: 2300100404 - SECRETARIA MUN ADMINIST. E DES. ECONOMIC
Local de Entrega: SEDE DO MUNICIPIO
Objeto: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA EXTERNA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA VOLTADOS A ANALISE, VALIDACAO, REVISAO E EMISSAO DE PARECERES SOBRE OS PROCESSOS DE GERACAO E MANUTENCAO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRACAO DIRETA DA PREFEITURA DE MARIANA.
Justificativa: PARA PALENJAMENTO E APRESENTACAO DE RESULTADO DA FOLHA DE PAGAMENTO DECTANDO FALHAS NA COMPOSICAO DOS ENCARGOS
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	60,000	REL	ELABORACAO DE RELATORIOS TECNICOS SOBRE REGULARIDADE DO CADASTRO E APLICACAO DOS EVENTOS /RUBRICAS - ELABORACAO DE RELATORIOS TECNICOS SOBRE REGULARIDADE DO CADASTRO E APLICACAO DOS EVENTOS /RUBRICAS	3.036,0000	182.160,00
2	60,000	REL	ELABORACAO DE RELATORIOS SOBRE REGULARIDADE DAS INFORMACOES PREVIDENCIARIAS NAS BASES DA RFB (GFIP,DCTFW , e-SOCIAL) - ELABORACAO DE RELATORIOS SOBRE REGULARIDADE DAS INFORMACOES PREVIDENCIARIAS NAS BASES DA RFB (GFIP,DCTFW , e-SOCIAL)	3.036,0000	182.160,00
3	60,000	REL	ELABORACAO DE RELATORIOS SOBRE REGULARIDADE DO GILRAT - ELABORACAO DE RELATORIOS SOBRE REGULARIDADE DO GILRAT	3.036,0000	182.160,00
4	60,000	REL	ELABORACAO DE RELATORIO SOBRE CONFORMIDADE FINANCEIRA - ELABORACAO DE RELATORIO SOBRE CONFORMIDADE FINANCEIRA	3.036,0000	182.160,00
5	24,000	REL	ANALISE DOS PROCESSOS DE EXECUCAO DA FOLHA DE PAGAMENTO E e-SOCIAL - ANALISE DOS PROCESSOS DE EXECUCAO DA FOLHA DE PAGAMENTO E e-SOCIAL	3.036,0000	72.864,00
6	7,000	REL	FLUXIO OPERACIONAL TOTAL - FLUXIO OPERACIONAL TOTAL	3.036,0000	21.252,00
7	24,000	REL	ANALISE DOS PROCESSOS DE GESTAO DE NOTAS FISCAIS DE PRESTADORES AO MUNICIPIO , DCTFWeb e REINF - ANALISE DOS PROCESSOS DE GESTAO DE NOTAS FISCAIS DE PRESTADORES AO MUNICIPIO , DCTFWeb e REINF	3.036,0000	72.864,00
8	3,000	REL	FLUXO OPERACIONAL IDEAL PARA GESTAO DE NFs, DC - FLUXO OPERACIONAL IDEAL PARA GESTAO DE NFs, DC	3.036,0000	9.108,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 904.728,00

Mariana, 26 de Novembro de 2025.

.....
ARLINDA GONACALVES COELHO

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

205

Data: 26/11/2025
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1290322/2025**
Data do Bloqueio: 26/11/2025

Órgão:	23.000	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Unidade:	23.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEMAD
Funcional:	04.122.0001	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2.421	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAD
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	559	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000.0000	26/11/2025	197/2025	45.000,00	9.108,00	0,00	35.892,00

CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA EXTERNA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA VOLTADOS A ANALISE, VALIDACAO, REVISAO E EMISSAO DE PARECERES SOBRE OS PROCESSOS DE GERACAO E MANUTENCAO DA FOLH

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	9.108,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA EXTERNA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA VOLTADOS A ANALISE, VALIDACAO, REVISAO E EMISSAO DE PARECERES SOBRE OS PROCESSOS DE GERACAO E MANUTENCAO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRACAO DIRETA DA PREFEITURA DE MARIANA.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/2021, e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para** o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

23 001 04 122 2 2421 339039 Fonte 1500 Ficha 559

Valor Global Estimado: R$ 904.728,00 (novecentos e vinte e quatro mil e setecentos e vinte e oito reais).

Mariana, 01 de dezembro de 2025

ERIKA ALVES QUIRINO DOS SANTOS
Coordenador Geral de Compras

De acordo:

ARLINDA GONÇALVES COELHO
Secretário Municipal de Administração

207

Termo de Abertura/autuação

Ao 01° dia do mês de dezembro do Ano de 2022, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço reabertura dos Autos do **PRC 197/2023**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

ERIKA ALVES QUIRINO DOS SANTOS
Coordenador Geral de Compras

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 172/2025

PROCESSO: 197/2025

OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA EXTERNA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA VOLTADOS A ANALISE, VALIDACAO, REVISAO E EMISSAO DE PARECERES SOBRE OS PROCESSOS DE GERACAO E MANUTENCAO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRACAO DIRETA DA PREFEITURA DE MARIANA.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Administração, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 172/2025, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO as justificativas trazidas pela Secretaria de Administração para contratação dos serviços em tela;

CONSIDERANDO presente contratação alinha-se às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública;

CONSIDERANDO contratação justifica-se pela necessidade de contratação de serviços de auditoria especializada com o objetivo de Planejamento e Apresentação de Resultados da Folha de Pagamento detectando falhas;

PREFEITURA DE MARIANA

Coordenadoria Geral de Compras

CONSIDERANDO assessoria especializada tem por finalidade promover a verificação detalhada folha de pagamento pode beneficiar os cofres públicos trazendo economia, enxugando ainda mais as despesas com pessoal;

CONSIDERANDO que a complexidade envolvida na análise exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

CONSIDERANDO que os valores ofertados para prestação de serviço estão compatíveis com o valor de mercado, conforme justificativa de preço apresentada no processo;

Frise-se que não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, havendo pareceres favoráveis à legalidade e regularidade da contratação fronte as questões ora tratadas, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74, inciso III alínea C, entendemos que o caso em tela se enquadra nas possibilidades de **INEXIGIBILIDADE** de licitação prevista em lei.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente procedimento à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município para que estas manifestem-se pela regularidade do feito, sob os mais diversos aspectos que abrangem suas competências e atribuições legais.

É o parecer, salvo melhor apreciação

Mariana, 01 de dezembro de 2025

Érika Alves Quirino
Coordenadoria Geral de Compras

210

PREFEITURA DE MARIANA

Secretaria Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que a INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº37.782.587/0001-48, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

INEXIGIBILIDADE Nº. 172/2025
PROCESSO Nº. 197/2025

EMENTA: PARECER – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – INVIABILIDADE DE DISPUTA POR NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica voltados à análise, validação, revisão, e emissão de pareceres sobre os processos de geração e manutenção da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com abrangência sobre a competência dos últimos 60 (sessenta) meses.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU n° 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta n° 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2°, § 3°, da Lei Federal n° 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo*

inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei".

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

III – FUNDAMENTAÇÃO
III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei n° 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei Federal n° 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

Diante do exposto, o artigo 74, inciso III, alínea "c", estabelece que a contratação de serviços de notória especialização, incluídas as assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, enseja hipótese que inviabiliza a competição. Ficam afastados, dessa maneira, não apenas os atos de improbidade administrativa da Lei Federal n° 8.429/92 como também as condutas típicas de índole criminal, a exemplo daquelas previstas no Capítulo II-B da Lei Federal n° 14.133/21.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa, assessoria e consultoria técnica voltados à análise, validação, revisão, e emissão de pareceres sobre os processos de geração e manutenção da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, com fulcro no o inciso III, letra "c", do art. 74 c/c parágrafos 3° e 4° do mesmo artigo (74), da Lei Federal n°14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

Diante do caso concreto, deve-se analisar o pressuposto para a inexigibilidade de licitação, que é a caracterização da inviabilidade de competição, que pode ser absoluta ou relativa. A inviabilidade absoluta é configurada pela inexistência de competidores, ou seja, quando apenas uma pessoa pode executar o objeto pretendido pela Administração.

E será inviabilidade relativa quando, apesar de existir mais de uma pessoa capaz de executar o objeto pretendido, não houver meios e critérios objetivos para seleção da proposta mais vantajosa.

No caso *sub examine*, há inviabilidade de competição, considerando que as empresas de auditoria externa, assessorias ou consultorias técnicas são restritas. E ainda, não se busca na contratação o menor preço para realização dos serviços, e sim, do resultado da atuação da mesma. É o resultado e a forma ágil de consegui-lo que caracterizam, também, a inviabilidade da contratação da entidade pretendida.

No presente caso a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 74, inciso III, alínea "c", trouxe a possibilidade de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação, por meio de inexigibilidade de licitação.

A razão da escolha do contratado pode ser observada pelos Atestados de Capacidade Técnica juntados (fls. 134/154), comprovando a expertise da empresa.

Ademais, observa-se a justificativa da contratação às fls. 051/054 elaborada pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Arlinda Gonçalves Coelho.

Considerando o disposto no inciso III, letra "e", do art. 74 e parágrafos 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/21, a notória especialização se caracteriza como qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Atente-se que o requisito da notória especialização exigido na Lei não é a especialização comum, mas a especialização notória, ou seja, diferenciada, dotada de qualidade mais reconhecida, consagrada no respectivo ramo da atuação, o que acarreta a necessidade de demonstrar experiência, credibilidade e confiança na prestação dos serviços contratados, motivo pelo qual não se verifica viável a competição.

A notória especialização não se trata de característica exclusiva da empresa, nem tampouco há necessidade de exposição pública da entidade prestadora do serviço. Tal característica é principalmente do corpo técnico, não devendo se confundir fama com notória especialização.

Os serviços previstos na lei podem ser prestados por vários especialistas, ou seja, não se faz necessário que somente uma pessoa disponha da técnica pretendida pela Administração Pública, outros também podem dominá-la; no entanto, todos eles a realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que, repita-se, a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Logo, a interpretação do artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/21, permite concluir que é inexigível a licitação para a contratação de assessoria e consultoria técnica especializada em recuperação de créditos apurados, desde que detenham notória especialização ou ainda se houver inviabilidade de competição.

Quanto a necessidade de se demonstrar a singularidade trazemos a decisão da Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos da Advocacia-Geral da União – AGU, através do Parecer n.º 00001/2023/CNLCA/CGU/AGU, que entendeu pela "*desnecessidade da singularidade para contratação do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*", cuja ementa transcreve-se abaixo:

> LEI 14.133, DE 2021. ART. 74, III. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. REQUISITOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE SINGULARIDADE DO SERVIÇO CONTRATADO.

Não se fala, em singularidade do serviço na medida que tantos outros profissionais poderiam prestá-lo, mas na exigência de comprovação de que, por força da confiança depositada em determinado prestador de serviço, apenas ele está apto a atender os anseios do ente público.

Não obstante o entendimento acima, o qual nos filiamos, é importante destacar que a empresa contratada preenche as seguintes circunstâncias:

> **a)** Os serviços são específicos e possuem peculiaridades quanto à maneira e o modo de prestação, somente podendo ser realizados com confiabilidade por pessoas habilitadas e capacitadas;
> **b)** Os serviços apresentam complexidade técnica e devem ser feitos sob encomenda por um terceiro, devendo este reunir um conjunto de atributos que não podem ser mensurados por critérios objetivos;
> **c)** Os serviços não devem ser padronizados, básicos e convencionais.

Analisada a possibilidade jurídica do processo, é imperioso verificar a regularidade do procedimento, conforme as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista que a notória especialização restou comprovada, considerando a documentação juntada aliada ao requisito da confiabilidade do gestor na empresa sob análise.

III.3 – DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO

O artigo 72 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III – Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

216

V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI – Razão da escolha do contratado;
VII – Justificativa de preço;
VIII – Autorização da autoridade competente.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda (fls. 001/007) Estudo Técnico Preliminar (fls. 008/024), Termo de Referência (fls. 026/048). Presente a assinatura da autoridade competente, qual seja, Arlinda Gonçalves Coelho, Secretária Municipal de Administração, em todos os documentos supramencionados.

Presente a justificativa da razão da escolha do contratado (fls. 051/054), a fim de demonstrar que a contratação da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, é indispensável para satisfação adequada dos interesses da Administração.

A estimativa prévia de preço da contratação, perfaz o valor de **R$904.728,00 (novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais)**. Tal valor será rateado ao longo do período de vigência, com pagamentos liberados apenas mediante comprovação objetiva do cumprimento das etapas estabelecidas no cronograma físico-financeiro, assegurando a aderência ao princípio da vinculação da despesa à entrega do objeto contratado (fls. 005). **Trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado.**

Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (....) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

No presente caso, encontra-se presente a apresentação de contratação similar realizada pela Administração Pública, praticada menos de um ano da data da pesquisa.

217

Além disso, acostadas Notas fiscais de contratação com a Administração Pública e proposta enviada ao Munícipio de Nova Lima, seguindo o valor do salário mínimo vigente à época (fls. 071/124). Ademais, acostada também a tabela de honorários contábeis emitida pela ASSCON – Associação Nacional dos Profissionais da Contabilidade (fls. 125/133).

Às fls. 205, acostado bloqueio orçamentário parcial, demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

No Estudo Técnico Preliminar de fls. 008/024, a secretária ordenadora de despesas solicitou documentos para comprovação da habilitação jurídica, fiscal/trabalhista, técnica e econômico-financeira. Diante disso, declarou às fls. 210 que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários para a contratação.

Nos termos do artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratada deverá manter durante a contratação, todas as condições de habilitação e qualificação que foram exigidas na licitação, ou nos atos preparatórios que antecederam a contratação direta, por dispensa ou por inexigibilidade. Tais quesitos, segundo os incisos do art. 62 da mesma Lei, englobam habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

O artigo 72, VIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021 prevê a necessidade de autorização pela autoridade competente, assim feito. (fls.206)

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

Desse modo, com a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado ao cumprimento dos requisitos elaborados e elencados pela Procuradoria Geral do Município, restarão cumpridos os requisitos do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria-Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados a ser realizado pela empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA.

Remetam- se os autos para análise do Controle Interno.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 02 de dezembro de 2025.

Roberta Castro Lana Menezes
Procuradora Jurídica
OAB/MG 186.768

Ao Ordenador de Despesa / Procuradoria;

Sugiro através de uma análise prévia, a juntada do Auxílio dos Profissionais e contratos semelhantes de Prestação de Serviço Podendo ser de Direito Público ou Privado.

02.12.2025.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

CONTRATANTE: SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.262.443/0001-44, com sede em RUA ESMERALDA DA CUNHA BRAZ, nº 38, CENTRO, MATEUS LEME/MG, CEP 35.670-000, neste ato representada por seu representante legal, SAMUEL DE MELO BRAZ, brasileiro, administrador de empresas, solteiro, nascido em 21/03/1981, portador do CPF nº 041.799.726-46 e documento de identidade nº MG-5901257, SSP/MG, residente à Rua Miguel Alves Diniz, nº 298, apto 300, bairro Centro, CEP 35.670-000, Mateus Leme/MG.

CONTRATADA: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, estabelecida à Rua Prefeito Alcides Cunha, 62, Sala 201, Bairro Centro, Mateus Leme/MG, CNPJ 37.782.587/0001-48 e inscrita no CRC/MG sob N° MG-015523/O-7, representada neste ato por SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO, inscrito no CPF sob n.º 122.869.566-00, registrado no CRC sob n.º 119.647/O-8.

CLÁUSULA 1 - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria dos valores de GIILRAT (Seguro Acidente de Trabalho) recolhidos pela CONTRATANTE nos últimos 4 (quatro) anos, 48 (quarenta e oito) competências, anteriores à contratação da CONTRATADA como escritório contábil.

1.2. A auditoria terá como foco a identificação de recolhimentos realizados a maior devido à aplicação irregular da legislação acidentária previdenciária, com o objetivo de revisar e corrigir os valores pagos pela CONTRATANTE.

1.3. A CONTRATADA entregará relatórios técnicos de auditoria referentes a 12 (doze) competências por vez, sendo entregues a cada trimestre.

CLÁUSULA 2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A CONTRATADA compromete-se a realizar a auditoria de forma minuciosa, analisando a aplicação da legislação vigente e identificando os recolhimentos indevidos ou realizados a maior.

2.2. A CONTRATADA deverá elaborar relatórios detalhados para cada competência auditada, com a indicação das correções necessárias e orientações para o ressarcimento dos valores indevidamente pagos.

2.3. A CONTRATADA se compromete a entregar os relatórios trimestrais de 12 (doze) competências cada, conforme o cronograma acordado.

CLÁUSULA 3 - REMUNERAÇÃO

3.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R$ 135.552,00 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais), sendo o valor de R$ 2.824,00 (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais) por relatório emitido.

3.2. A entrega trimestral de 12 (doze) competências resultará em um pagamento total de R$ 33.888,00 (trinta e três mil oitocentos e oitenta e oito reais) por trimestre, conforme Cláusula 2.3.

3.3. Os pagamentos serão efetuados em até 5 (cinco) dias após a entrega de cada relatório trimestral.

CLÁUSULA 4 - PRAZO E RESCISÃO

4.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a conclusão da auditoria das competências dos últimos 4 (quatro) anos.

4.2. Qualquer das partes poderá rescindir o contrato mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos pagamentos pelos serviços já prestados.

4.3. Em caso de rescisão antecipada por qualquer das partes, a CONTRATANTE se compromete a pagar à CONTRATADA o valor proporcional aos serviços efetivamente realizados até a data da rescisão.

CLÁUSULA 5 - CONFIDENCIALIDADE E LGPD

5.1. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo sobre todas as informações e documentos a que tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços, não podendo divulgá-los a terceiros sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5.2. As partes concordam em cumprir todas as obrigações aplicáveis sob a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a proteger os dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução deste contrato.

5.3. A CONTRATADA se compromete a adotar todas as medidas de segurança necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA 6 - RESPONSABILIDADE

6.1. A CONTRATADA será responsável pelos serviços prestados e responderá por eventuais danos decorrentes de falhas ou omissões em suas atividades, inclusive perante terceiros, exceto quando tais falhas ou omissões forem causadas por informações incorretas ou insuficientes fornecidas pela CONTRATANTE.

6.2. A CONTRATANTE se compromete a fornecer todas as informações e documentos necessários para a execução adequada dos serviços contratados.

6.3. Em caso de litígio ou questionamento por parte de órgãos de fiscalização, a CONTRATADA se compromete a prestar os esclarecimentos necessários e a auxiliar a CONTRATANTE na resolução das questões, desde que relacionadas aos serviços prestados.

CLÁUSULA 7 - PENALIDADES

7.1. Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte inadimplente estará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

7.2. A aplicação da multa não exime a parte inadimplente da obrigação de reparar os danos causados à parte contrária.

CLÁUSULA 8 - FORO

8.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da comarca de Mateus Leme/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Mateus Leme/MG, 01 de fevereiro de 2024.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CONTRATADA

SAMUEL DE MELO BRAZ
SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
CONTRATANTE

Testemunha
Nome: Jully Roiane Santos Silva
CPF: 145.481.376-88

Testemunha
Nome: Pedro Victor Oliveira Dias
CPF: 123.755.546-98

Intelectual

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

CONTRATANTE: SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.262.443/0001-44, com sede em RUA ESMERALDA DA CUNHA BRAZ, nº 38, CENTRO, MATEUS LEME/MG, CEP 35.670-000, neste ato representada por seu representante legal, SAMUEL DE MELO BRAZ, brasileiro, administrador de empresas, solteiro, nascido em 21/03/1981, portador do CPF nº 041.799.726-46 e documento de identidade nº MG-5901257, SSP/MG, residente à Rua Miguel Alves Diniz, nº 298, apto 300, bairro Centro, CEP 35.670-000, Mateus Leme/MG.

CONTRATADA: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, estabelecida à Rua Prefeito Alcides Cunha, 62, Sala 201, Bairro Centro, Mateus Leme/MG, CNPJ 37.782.587/0001-48 e inscrita no CRC/MG sob N° MG-015523/O-7, representada neste ato por SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO, inscrito no CPF sob n.º 122.869.566-00, registrado no CRC sob n.º 119.647/O-8.

CLÁUSULA 1 - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria externa de folha de pagamento pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, com o objetivo de mapear e sanar problemas na aplicação da legislação trabalhista, regras sindicais e parametrização e recolhimento de tributos, em decorrência de irregularidades identificadas após a acreditação pela DICQ (Departamento de Inspeção e Controle da Qualidade).

1.2. O período a ser auditado compreende os 12 (doze) meses anteriores à acreditação e os 12 (doze) meses subsequentes, totalizando 24 (vinte e quatro) meses de análise.

1.3. A CONTRATADA deverá realizar auditoria na regularidade dos eventos de pagamento e descontos em folha de pagamento, folha complementar, férias e 13º salário.

CLÁUSULA 2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A CONTRATADA compromete-se a realizar a auditoria de forma minuciosa, verificando a correta aplicação das leis trabalhistas, normas sindicais e a exatidão dos valores pagos e descontados.

2.2. A CONTRATADA deverá elaborar relatórios técnicos mensais, assinados pelo contador responsável, que servirão de base para a administração da CONTRATANTE tomar decisões.

2.3. A CONTRATADA entregará 2 (dois) relatórios por mês, um referente ao período atual e outro referente aos meses passados, até o encerramento das competências em 09/2024.

CLÁUSULA 3 - REMUNERAÇÃO

3.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R$ 62.496,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais), sendo o valor de R$ 2.604,00 (dois mil seiscentos e quatro reais) por relatório emitido.

3.2. De acordo com a Cláusula 2.3, o valor mensal a ser pago à CONTRATADA será de R$5.208,00, referente a entrega de 2 (dois) relatórios por competência auditada.

3.3. Os pagamentos serão efetuados em até 5 (cinco) dias após a entrega de cada relatório mensal.

CLÁUSULA 4 - PRAZO E RESCISÃO

4.1. O presente contrato terá vigência a partir de 08 de dezembro de 2023 e permanecerá em vigor até a conclusão da auditoria em 09/2024.

4.2. Qualquer das partes poderá rescindir o contrato mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos pagamentos pelos serviços já prestados.

4.3. Em caso de rescisão antecipada por qualquer das partes, a CONTRATANTE se compromete a pagar à CONTRATADA o valor proporcional aos serviços efetivamente realizados até a data da rescisão.

CLÁUSULA 5 - CONFIDENCIALIDADE E LGPD

5.1. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo sobre todas as informações e documentos a que tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços, não podendo divulgá-los a terceiros sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5.2. As partes concordam em cumprir todas as obrigações aplicáveis sob a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a proteger os dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução deste contrato.

5.3. A CONTRATADA se compromete a adotar todas as medidas de segurança necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA 6 - RESPONSABILIDADE

6.1. A CONTRATADA será responsável pelos serviços prestados e responderá por eventuais danos decorrentes de falhas ou omissões em suas atividades, inclusive perante terceiros, exceto quando tais falhas ou omissões forem causadas por informações incorretas ou insuficientes fornecidas pela CONTRATANTE.

6.2. A CONTRATANTE se compromete a fornecer todas as informações e documentos necessários para a execução adequada dos serviços contratados.

6.3. Em caso de litígio ou questionamento por parte de órgãos de fiscalização, a CONTRATADA se compromete a prestar os esclarecimentos necessários e a auxiliar a CONTRATANTE na resolução das questões, desde que relacionadas aos serviços prestados.

CLÁUSULA 7 - PENALIDADES

7.1. Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte inadimplente estará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

7.2. A aplicação da multa não exime a parte inadimplente da obrigação de reparar os danos causados à parte contrária.

CLÁUSULA 8 - FORO

8.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da comarca de Mateus Leme/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Mateus Leme/MG, 08 de dezembro de 2023.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CONTRATADA

SAMUEL DE MELO BRAZ
SM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
CONTRATANTE

Testemunha
Nome Completo: Jully Rolane Santos Silva

ID/CPF: MG-21.066.630

Testemunha
Nome Completo:
Pedro Victor Oliveira Rosa
ID/CPF: 17.342.265

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

CONTRATANTE: CF CONSTRUTORA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.361.919/0001-25, com sede na RUA SANTA CRUZ, nº 79, BAIRRO CENTRO, JUATUBA/MG, CEP 35.675-000, neste ato representada por IGOR PONGELUPP DO CARMO, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 03/10/1997, portador do CPF nº 140.559.366-05 e documento de identidade nº 21912159, SSP/MG, residente na RUA SANTA CRUZ, nº 79, BAIRRO CENTRO, JUATUBA/MG, CEP 35.675-000.

CONTRATADA: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, estabelecida à Rua Prefeito Alcides Cunha, 62, Sala 201, Bairro Centro, Mateus Leme/MG, CNPJ 37.782.587/0001-48 e inscrita no CRC/MG sob Nº MG-015523/O-7, representada neste ato por SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO, inscrito no CPF sob n.º 122.869.566-00, registrado no CRC sob n.º 119.647/O-8.

CLÁUSULA 1 - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria da folha de pagamento da CONTRATANTE, abrangendo o período de 1 (um) ano anterior à contratação da CONTRATADA como escritório contábil.

1.2. A necessidade da auditoria decorre da desoneração da folha de pagamento da CONTRATANTE, que exige uma revisão minuciosa para garantir a correta aplicação da legislação vigente e a conformidade dos recolhimentos realizados.

1.3. A CONTRATADA entregará relatórios mensais, abrangendo as 12 (doze) competências auditadas, sendo essas competências de MARÇO/2023 a FEVEREIRO/2024.

CLÁUSULA 2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A CONTRATADA compromete-se a realizar a auditoria de forma minuciosa de folha de pagamento, a fim de gerar a CONTRATANTE informações sobre a regularidade da folha de pagamento e permitindo a verificação dos benefícios da desoneração da folha, identificando eventuais inconsistências ou bases de recolhimentos incorretos.

2.2. A CONTRATADA deverá elaborar relatórios detalhados para cada competência auditada, com a indicação das correções necessárias e orientações para ajustes nos processos da folha de pagamento.

2.3. A CONTRATADA se compromete a entregar todos os 12 (doze) relatórios até o dia 31 de maio de 2024.

CLÁUSULA 3 - REMUNERAÇÃO

3.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 2.824,00 (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais) por relatório emitido, totalizando R$ 33.888,00 (trinta e três mil oitocentos e oitenta e oito reais) pela auditoria completa, conforme Cláusula 1.3.

3.2. O pagamento será parcelado em 4 (quatro) parcelas iguais de R$ 8.472,00 (oito mil quatrocentos e setenta e dois reais), com vencimento nas seguintes datas:

- 10 de junho de 2024
- 10 de julho de 2024
- 10 de agosto de 2024
- 10 de setembro de 2024

CLÁUSULA 4 - PRAZO E RESCISÃO

4.1. O presente contrato terá vigência a partir de 01 de março de 2024, data de sua assinatura, e permanecerá em vigor até a conclusão da auditoria das competências indicadas, prevista para 31 de maio de 2024.

4.2. Qualquer das partes poderá rescindir o contrato mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos pagamentos pelos serviços já prestados.

4.3. Em caso de rescisão antecipada, a CONTRATANTE se compromete a pagar à CONTRATADA o valor proporcional aos serviços efetivamente realizados até a data da rescisão.

CLÁUSULA 5 - CONFIDENCIALIDADE E LGPD

5.1. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo sobre todas as informações e documentos a que tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços, não podendo divulgá-los a terceiros sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5.2. As partes concordam em cumprir todas as obrigações aplicáveis sob a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a proteger os dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução deste contrato.

5.3. A CONTRATADA se compromete a adotar todas as medidas de segurança necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA 6 - RESPONSABILIDADE

6.1. A CONTRATADA será responsável pelos serviços prestados e responderá por eventuais danos decorrentes de falhas ou omissões em suas atividades, inclusive perante terceiros, exceto quando tais falhas ou omissões forem causadas por informações incorretas ou insuficientes fornecidas pela CONTRATANTE.

6.2. A CONTRATANTE se compromete a fornecer todas as informações e documentos necessários para a execução adequada dos serviços contratados.

6.3. Em caso de litígio ou questionamento por parte de órgãos de fiscalização, a CONTRATADA se compromete a prestar os esclarecimentos necessários e a auxiliar a CONTRATANTE na resolução das questões, desde que relacionadas aos serviços prestados.

CLÁUSULA 7 - PENALIDADES

7.1. Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte inadimplente estará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

7.2. A aplicação da multa não exime a parte inadimplente da obrigação de reparar os danos causados à parte contrária.

CLÁUSULA 8 - FORO

8.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da comarca de Mateus Leme/MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Mateus Leme/MG, 01 de março de 2024.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CONTRATADA

IGOR PONGELUPP DO CARMO
CF CONSTRUTORA
CONTRATANTE

Testemunha 1
Nome Completo: Tully Raiane Santos Silva
ID/CPF: MG-18.006.630

Testemunha 2
Nome Completo: Gustavo Victor Oliveira Rosa
ID/CPF: MG-17.342.307
151.176.256-05

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Universidade de Itaúna

O Professor *Faiçal David Freire Chequer*, Reitor da Universidade de Itaúna, no uso de suas atribuições e tendo em vista o termo de colação de grau conferido em 13 de julho de 2017 a *Samuel Henrique Cândido*, nacionalidade brasileira, nascido(a) em Mateus Leme - MG, aos 27 de maio de 1994, portador(a) da Cédula de Identidade nº MG-15.348.696, expedida pelo(a) PC/MG, outorga-lhe o presente Diploma de *Bacharel em Ciências Contábeis*, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

SELO DE AUTENTICIDADE
UNIVERSIDADE DE ITAÚNA
UMA GRANDE UNIVERSIDADE
Série: AA Nº 042512

Itaúna, 12 de janeiro de 2018.

REITOR

COORDENADOR DO CURSO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO E ASSUNTOS ACADÊMICOS

DIPLOMADO

Universidade de Itaúna

Processo nº 19.307

Diploma registrado nos termos do artigo 48 § 1º, da Lei nº 9.394, de 20/12/96, sob o nº 19.307, às folhas 014 do livro 015, Itaúna 12 de janeiro de 2012.

Funcionário(a) Encarregado(a) do Registro

Visto:

Pró-Reitoria de Ensino

Universidade de Itaúna

Renovação de reconhecimento do Curso - Portaria SESU nº 309 de 05/02/11. Diploma expedido com base na Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007.

Responsável pelo Registro

Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Acadêmicos

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NON DISCLOSURE AGREEMENT - NDA)

Instrumento Particular de Contrato que firmam entre si, de um lado, **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, neste ato representada por seu representante legal **SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO,** brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF nº 122.869.566-00, endereço eletrônico samuel@intelectual.com.br, residente e domiciliado na Rua Praça São Sebastião, nº 189, Apto 301, Bairro Azurita, na Cidade de Mateus Leme/MG, doravante denominada **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA;** e, de outro lado, o **SR. ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA MATOS**, brasileiro, advogado, casado, portador do RG nº 13553678, SSP/MG e CPF nº 064.579.256-00, com endereço profissional da Av. Dom Pedro II, 521, Sala 12, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-273, doravante denominado **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**.

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si, justas e contratadas, as cláusulas e condições a seguir estipuladas, obrigando-se mutuamente, por si e seus sucessores, ao fiel e integral cumprimento deste Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados e Acordo de Confidencialidade (*Non Disclosure Agreement - NDA*).

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Parágrafo 1º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, atuando na execução de projetos e processos de alta complexidade técnica, cuja conclusão demanda a atuação de profissionais de excelência, altamente capacitados e com profundo conhecimento técnico, incorpora, a partir da assinatura deste contrato, conforme Cláusula Segunda, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** ao seu quadro fixo e corpo técnico permanente, para atuar no suporte e execução dos seus projetos internos e externos, bem como a processos de recuperação de créditos tributários junto a empresas privadas e entes públicos.

Parágrafo 2º. Para tanto, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exercerá a responsabilidade técnica pelos serviços prestados em decorrência deste contrato, observando rigorosamente as Legislação administrativa, tributária e fiscal, as normas de ética profissional e as Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** compromete-se a assegurar que a execução dos serviços técnicos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público,

esteja em estrita conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo 4º. No exercício de suas funções, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** obriga-se a:

I – Assinar documentos técnicos, relatórios, pareceres ou quaisquer outros instrumentos que exijam a intervenção de profissional habilitado, desde que elaborados em conformidade com a legislação aplicável, as normas técnicas e os princípios éticos da profissão;
II – Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** quaisquer irregularidades, não conformidades, impropriedades ou ilícitos identificados durante a execução de suas funções, que possam comprometer a responsabilidade técnica ou infringir normas éticas, administrativas ou legais.

Parágrafo 5º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** declara que atenderá integralmente às exigências regulamentares impostas pela OAB, especialmente no que diz respeito à manutenção de habilitação profissional regular e registros atualizados perante os órgãos competentes.

Parágrafo 6º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** compromete-se a fornecer ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** todas as informações, documentos, meios e condições necessárias para o pleno e regular exercício da responsabilidade técnica, inclusive aqueles destinados à fiscalização da conformidade regulatória e à adequada emissão de relatórios e documentos técnicos.

Parágrafo 7º. É vedado ao **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** realizar quaisquer atos que estejam em desacordo com as normas éticas ou legais aplicáveis, ficando limitada a responsabilidade do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exclusivamente às atividades técnicas efetivamente supervisionadas, orientadas ou executadas com sua ciência e anuência formal.

Parágrafo 8º. A prática, pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, de atos que contrariem as orientações técnicas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, que descumpram normas regulamentares ou que impeçam o regular exercício da responsabilidade técnica poderá ensejar a rescisão imediata deste contrato, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO

Parágrafo 1º. A partir da assinatura deste contrato e enquanto vigente, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** integrará o quadro fixo de profissionais técnicos do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, compondo formalmente sua estrutura profissional perante órgãos públicos, conselhos de classe, clientes e terceiros

interessados, para todos os fins legais e regulamentares.

Parágrafo 2º. A condição de integrante do quadro técnico permanecerá válida até a rescisão ou término deste contrato, ocasião em que cessará automaticamente qualquer vínculo de representação técnica perante o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, sem necessidade de aviso ou formalização adicional além da própria rescisão contratual.

Parágrafo 3º. Durante a vigência deste contrato, o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** poderá indicar o nome, a qualificação profissional, o registro em conselho de classe e demais informações técnicas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** para fins de comprovação de capacidade técnica em cadastros, certidões, licitações, inexigibilidades de licitação, processos administrativos, contratações públicas ou privadas, bem como para apresentação institucional.

Parágrafo 4º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** autoriza expressamente, de forma não exclusiva e limitada ao período de vigência deste instrumento, a utilização de seu currículo, atestados de capacidade técnica, registros profissionais, certificados e comprovantes de qualificação pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, única e exclusivamente para fins relacionados a processos de habilitação técnica, licitatórios ou administrativos, ou para demonstração da estrutura técnica do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** perante órgãos públicos, privados e conselhos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Parágrafo 1º. A remuneração devida ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** pela prestação dos serviços técnicos objeto deste contrato será variável, conforme a demanda de cada projeto, e estabelecida com base no valor da hora técnica de referência.

Parágrafo 2º. O valor da hora técnica de referência é fixado inicialmente em R$ 700,00 (setecentos reais) por hora trabalhada, conforme tabela da OAB/MG, podendo ser ajustado para cada contrato ou projeto mediante pactuação entre as partes.

Parágrafo 3º. A cada 12 (doze) meses as partes revisarão de comum acordo o valor da hora técnica, mediante aplicação do índice IPCA correspondente ao período, ou outro índice que vier a substituí-lo

Parágrafo 3º. Para cada novo contrato, serviço adicional ou atividade específica, será elaborado Termo Aditivo definindo os honorários, as condições de execução e o prazo de pagamento.

Parágrafo 4º. Será observada cobrança mínima de 2 (duas) horas técnicas por atendimento ou evento de atuação, salvo pactuação diversa formalizada em aditivo.

Parágrafo 5º. Nos casos em que o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA/PARTE RECEPTORA** for solicitado para atender demandas urgentes, extraordinárias ou fora do horário comercial, poderá ser aplicado acréscimo de honorários, a ser ajustado previamente entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

***Parágrafo 1º.* O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** compromete-se a:

I – Disponibilizar ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** todas as informações, documentos, dados, registros e demais elementos necessários para o pleno e correto exercício das atividades de responsabilidade técnica, de forma precisa, tempestiva e completa, garantindo a adequada execução dos serviços contratados;

II – Cumprir integralmente as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis às atividades desenvolvidas, observando rigorosamente as orientações técnicas, recomendações e pareceres emitidos pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** no âmbito deste contrato;

III – Abster-se de utilizar o nome, assinatura, registro profissional, número de inscrição ou qualquer referência pessoal ou técnica do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** em atos, documentos, declarações ou operações que não tenham sido formalmente autorizados, supervisionados ou efetivamente realizados pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, ou ainda que estejam em desacordo com as disposições deste instrumento.

Parágrafo 2º. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do presente contrato, independentemente de aviso prévio, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, e da responsabilidade exclusiva do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** perante terceiros, autoridades administrativas, fiscais e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo 1º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, na qualidade de responsável técnico, responderá exclusivamente pelas atividades técnicas a ele atribuídas no âmbito deste contrato, em estrita observância às normas profissionais, técnicas e legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** não será responsabilizado por atos, omissões, decisões administrativas, financeiras, comerciais, operacionais ou de gestão interna praticados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, seus prepostos,

empregados, representantes ou terceiros, ainda que tais atos venham a repercutir no âmbito das atividades técnicas.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** igualmente não responderá por quaisquer atos praticados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que:**

I - Contrariem suas orientações, recomendações ou pareceres técnicos formalmente emitidos;
II - Sejam realizados sem seu conhecimento ou fora do escopo de supervisão direta estabelecido neste contrato;
III - Estejam em desconformidade com as normas contábeis, legais ou éticas vigentes.

Parágrafo 4º. A responsabilidade do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** restringe-se exclusivamente às ações que sejam diretamente ligadas ao exercício da responsabilidade técnica para a qual foi **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, não se estendendo a outras áreas de atuação do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** ou a fatos alheios à sua intervenção técnica.

Parágrafo 5º. Eventuais responsabilidades atribuídas ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** somente poderão decorrer de comprovada atuação dolosa ou culposa, diretamente relacionada aos serviços efetivamente prestados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA AUTONOMIA TÉCNICA E DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Parágrafo 1º. O presente contrato tem natureza estritamente civil, não gerando entre as partes qualquer vínculo de natureza empregatícia, societária, associativa ou de subordinação hierárquica, direta ou indireta.

Parágrafo 2º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exercerá suas funções com plena autonomia técnica, observando as normas contábeis e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe a tomada de decisões e a emissão de pareceres, laudos e orientações no âmbito de sua responsabilidade técnica, sem qualquer ingerência do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** nas avaliações e conclusões de ordem técnica.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** não estará sujeito a controle de jornada, hierarquia funcional, cumprimento de ordens de serviço típicas de relação de emprego, nem a quaisquer obrigações inerentes a empregados, ficando sua atuação limitada às responsabilidades técnicas descritas neste contrato e nos respectivos termos aditivos.

Parágrafo 4º. Eventuais pagamentos realizados pelo **CONTRATANTE/PARTE**

DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão da prestação dos serviços técnicos ora contratados não possuem natureza salarial, nem geram direitos trabalhistas, previdenciários ou fundiários de qualquer espécie, cabendo ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** a integral responsabilidade pelo recolhimento de tributos e encargos que incidirem sobre sua remuneração.

Parágrafo 5º. A eventual indicação do nome do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** como integrante do quadro técnico do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** junto a órgãos públicos, conselhos de classe ou terceiros não caracteriza, por si só, qualquer vínculo empregatício ou subordinação, tratando-se de mero atendimento às exigências normativas para o exercício da responsabilidade técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NDA)

Considerando que o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** fornecerá ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** informações extremamente confidenciais em relação às suas atividades e negócios;
Considerando que as informações disponibilizadas possuem caráter sigiloso e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados;

As partes, doravante denominadas conjuntamente como "PARTES", estabelecem o presente compromisso de confidencialidade, nos seguintes termos:

Parágrafo 1º. O presente compromisso de confidencialidade tem por objeto a disponibilização de informações de caráter confidencial pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, informações estas que, sob nenhuma hipótese, poderão ser compartilhadas com terceiros não expressamente autorizados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA.**

Parágrafo 2º. Para os fins desta cláusula, consideram-se "informações de caráter confidencial" todas as informações fornecidas pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** que não poderão ser divulgadas pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, incluindo, mas não se limitando a:

a) Processos internos, modelos e estratégias de negócios;
b) Segredos industriais, comerciais e operacionais;
c) Documentos internos como contratos, memorandos, regimentos, regulamentos, termos, ofícios e seus anexos;
d) Processos administrativos, técnicos e/ou operacionais;
e) Planos de negócios;
f) Bases cadastrais e documentos de clientes, contratantes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;
g) Pesquisas de mercado;
h) Operações financeiras ou bancárias;

i) Pareceres, estudos, análises e documentos correlatos;
j) Relatórios de auditoria, análises e conclusões;
k) Códigos-fonte, elementos de programação, imagens ou gravações de sistemas

l) Dados pessoais de leads, prospects e novos clientes, mantidos pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** em razão do contrato;
m) Dados de contratos individuais de trabalho de colaboradores internos e externos.

Parágrafo 3º. As informações de caráter confidencial relativas a dados pessoais serão também regidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo 4º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** obriga-se a:

a) Cumprir integralmente esta cláusula;
b) Armazenar de forma segura as informações recebidas;
c) Manter total sigilo e confidencialidade das informações;
d) Não divulgar, compartilhar, publicar, copiar ou reproduzir as informações a terceiros não autorizados, nem utilizá-las para obtenção de vantagem própria;
e) Não firmar compromissos em nome do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** sem consentimento expresso;
f) Não compartilhar códigos-fonte ou informações confidenciais;
g) Adotar medidas de segurança para proteção dos dados sob sua guarda;
h) Utilizar as informações exclusivamente nos negócios envolvendo as PARTES.

Parágrafo 5º. Este compromisso de confidencialidade não se aplica às informações comprovadamente:

a) De domínio público;
b) De conhecimento notório;
c) Já conhecidas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** antes do recebimento da PARTE DIVULGADORA;
d) Cuja divulgação seja exigida por lei ou ordem judicial.

Parágrafo 6º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** somente poderá repassar informações confidenciais a seus representantes mediante autorização expressa do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, estendendo-se a estes todas as obrigações previstas nesta cláusula. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** responderá integralmente por eventuais violações cometidas por seus representantes.

Parágrafo 7º. Nas hipóteses de violação deste Acordo de Confidencialidade, a PARTE RECEPTORA estará sujeita ao pagamento de multa no importe de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo 8º. A aplicação do Parágrafo 1º desta Cláusula não afasta eventual responsabilização administrativa, civil e criminal da PARTE RECEPTORA e seus representantes.

Parágrafo 9º. A PARTE RECEPTORA renuncia, expressamente, a qualquer benefício de ordem que, porventura, tenha.

Parágrafo 10º. As obrigações assumidas pela PARTE RECEPTORA permanecerão vigentes mesmo após o término deste Acordo de Confidencialidade e do contrato de prestação de serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, respondendo a PARTE RECEPTORA em casos de violações deste Acordo de Confidencialidade por si e/ou seus Representantes.

Parágrafo 11º. Durante o mesmo período previsto nos Parágrafos 3º e 4º desta Cláusula, a PARTE RECEPTORA não poderá estabelecer de concorrência com a PARTE DIVULGADORA, no tocante a serviços semelhantes ou correlatos àqueles prestados pela PARTE DIVULGADORA, nem prestar serviços a concorrentes que atuem no mesmo ramo e mercado de atuação desta.

Parágrafo 11º. A PARTE RECEPTORA reconhece e declara que NÃO POSSUI propriedade e/ou posse sobre qualquer licença, códigos fontes, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direito de patente, direito de imagem, direito de marca, sendo a PARTE DIVULGADORA A ÚNICA PROPRIETÁRIA E DETENTORA LEGÍTIMA dos direitos tratados no presente Acordo de Confidencialidade.

Parágrafo 12º. Em razão do disposto no Parágrafo 11º desta Cláusula, o presente instrumento NÃO CONCEDE, NEM TRANSMITE qualquer licença ou direito de uso de direito patenteável; direito autoral; direito sobre marca registrada ou qualquer outro meio de propriedade exclusiva.

Parágrafo 13º. Este acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga todas as PARTES.

Parágrafo 14º. A assinatura e aceite do presente Acordo de Confidencialidade NÃO CONFERE à PARTE RECEPTORA nenhum direito a pagamento ou remuneração além daquele já acordado no contrato originário de prestação de serviços.

Parágrafo 15º. Todas as INFORMAÇÕES DE CARÁTER CONFIDENCIAL trocadas entre as PARTES deverão ser devolvidas para à PARTE DIVULGADORA ou comprovadamente destruídas pela PARTE RECEPTORA, imediatamente após a extinção deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

Parágrafo 1º. O presente contrato é celebrado por prazo indeterminado, iniciando-se na data de sua assinatura.

Parágrafo 2º. Qualquer das partes poderá rescindir este contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que tal rescisão gere direito à indenização de qualquer natureza, ressalvados os valores já devidos em razão dos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento.

Parágrafo 3º. Durante o período previsto no *Parágrafo 2º retro*, as partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, salvo se houver convenção expressa em contrário.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG como o competente para dirimir quaisquer lides decorrentes deste Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

ASSINATURA DIGITAL: As partes reconhecem e concordam que a formalização deste contrato será efetivada mediante assinatura digital, garantida pela plataforma Clicksign. Esta prática não apenas assegura a integridade, autenticidade e validade jurídica do presente instrumento, como também reflete o compromisso da PARTE DIVULGADORA com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. A adoção da assinatura digital é uma manifestação direta desse engajamento, contribuindo para a diminuição do consumo de papel e, consequentemente, a redução do impacto ambiental. Além disso, a PARTE DIVULGADORA evidencia seu constante investimento em tecnologia, buscando soluções contemporâneas que otimizem os processos e fortaleçam a relação com seus colaboradores e parceiros.

Belo Horizonte/MG, 28 de abril de 2025.

CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA:

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600 Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

INTELECTUAL LTDA:07943729000140 Assinado de forma digital por INTELECTUAL LTDA:07943729000140

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

CNPJ 37.782.587/0001-48

Samuel Henrique Gomes Cândido

Sócio-Administrador

CONTRATADO/PARTE RECEPTORA:

ESTEVAO AUGUSTO VERCOSA MATOS:06457925600 Assinado de forma digital por ESTEVAO AUGUSTO VERCOSA MATOS:06457925600

Estevão Augusto Verçosa Matos

CPF nº 064.579.256-00



Estevão Augusto Verçosa Matos

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9322207659783359
ID Lattes: **9322207659783359**
Última atualização do currículo em 24/03/2025

Graduado em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Possui especialização lato sensu em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Aprovado em 1 Lugar para o Cargo de Procurador Municipal no Concurso 01/15, do Município de Curvelo. Procurador Municipal do Município de Curvelo, vinculado aos Departamentos de Ações Contenciosas na Área da Saúde, Licitações e Contratos e Processos Administrativos. Advogado atuante nas áreas de Direito Previdenciário, Direito Administrativo e Direito do Consumidor. Monitor de Cursos Preparatorios para Concursos. Professor em Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Cursos Preparatórios para Concursos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Estevão Augusto Verçosa Matos

Nome em citações bibliográficas

MATOS, Estevão

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/9322207659783359

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2024

Especialização em andamento em Especialização em Governança Pública. (Carga Horária: 361h).
Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.

2024 - 2025

Especialização em Especialização em Controladoria Pública. (Carga Horária: 361h).
Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.
Título: -.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NON DISCLOSURE AGREEMENT - NDA)

Instrumento Particular de Contrato que firmam entre si, de um lado, INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, neste ato representada por seu representante legal SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF nº 122.869.566-00, endereço eletrônico samuel@intelectual.com.br, residente e domiciliado na Rua Praça São Sebastião, nº 189, Apto 301, Bairro Azurita, na Cidade de Mateus Leme/MG, doravante denominada CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA; e, de outro lado, o SR. BERNARDO SILVA DE SEIXAS, brasileiro, advogado, casado, portador do RG nº 20368917, SSP/AM e CPF nº 946.955.982-72, residente e domiciliado na R. Agnelo Bittencourt nº 05, bairro Planalto, Manaus/AM, CEP: 69045-630, doravante denominado CONTRATADO/PARTE RECEPTORA.

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si, justas e contratadas, as cláusulas e condições a seguir estipuladas, obrigando-se mutuamente, por si e seus sucessores, ao fiel e integral cumprimento deste Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados e Acordo de Confidencialidade (*Non Disclosure Agreement - NDA*).

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Parágrafo 1º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, atuando na execução de projetos e processos de alta complexidade técnica, cuja conclusão demanda a atuação de profissionais de excelência, altamente capacitados e com profundo conhecimento técnico, incorpora, a partir da assinatura deste contrato, conforme Cláusula Segunda, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA ao seu quadro fixo e corpo técnico permanente, para atuar no suporte e execução dos seus projetos internos e externos, bem como a processos de recuperação de créditos tributários junto a empresas privadas e entes públicos.

Parágrafo 2º. Para tanto, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exercerá a responsabilidade técnica pelos prestados em decorrência deste contrato, observando rigorosamente as Legislação tributária e fiscal, as normas de ética profissional e as Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA compromete-se a assegurar que a execução dos serviços técnicos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público, esteja em estrita conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo 4º. No exercício de suas funções, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA obriga-se a:

I – Assinar documentos técnicos, relatórios, pareceres ou quaisquer outros instrumentos que exijam a intervenção de profissional habilitado, desde que elaborados em conformidade com a legislação aplicável, as normas técnicas e os princípios éticos da profissão;
II – Comunicar formalmente ao CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA quaisquer irregularidades, não conformidades, impropriedades ou ilícitos identificados durante a execução de suas funções, que possam comprometer a responsabilidade técnica ou infringir normas éticas, administrativas ou legais.

Parágrafo 5º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA declara que atenderá integralmente às exigências regulamentares impostas pela OAB, especialmente no que diz respeito à manutenção de habilitação profissional regular e registros atualizados perante os órgãos competentes.

Parágrafo 6º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA compromete-se a fornecer ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA todas as informações, documentos, meios e condições necessárias para o pleno e regular exercício da responsabilidade técnica, inclusive aqueles destinados à fiscalização da conformidade regulatória e à adequada emissão de relatórios e documentos técnicos.

Parágrafo 7º. É vedado ao CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA realizar quaisquer atos que estejam em desacordo com as normas éticas ou legais aplicáveis, ficando limitada a responsabilidade do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exclusivamente às atividades técnicas efetivamente supervisionadas, orientadas ou executadas com sua ciência e anuência formal.

Parágrafo 8º. A prática, pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, de atos que contrariem as orientações técnicas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, que descumpram normas regulamentares ou que impeçam o regular exercício da responsabilidade técnica poderá ensejar a rescisão imediata deste contrato, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO

Parágrafo 1º. A partir da assinatura deste contrato e enquanto vigente, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA integrará o quadro fixo de profissionais técnicos do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, compondo formalmente sua estrutura profissional perante órgãos públicos, conselhos de classe, clientes e terceiros interessados, para todos os fins legais e regulamentares.

Parágrafo 2º. A condição de integrante do quadro técnico permanecerá válida até a rescisão ou término deste contrato, ocasião em que cessará automaticamente qualquer vínculo de representação técnica perante o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, sem necessidade de aviso ou formalização adicional além da própria rescisão contratual.

Parágrafo 3º. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA poderá indicar o nome, a qualificação profissional, o registro em conselho de classe e demais informações técnicas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA para fins de comprovação de capacidade técnica em cadastros, certidões, licitações, inexigibilidades de licitação, processos administrativos, contratações públicas ou privadas, bem como para apresentação institucional.

Parágrafo 4º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA autoriza expressamente, de forma não exclusiva e limitada ao período de vigência deste instrumento, a utilização de seu currículo, atestados de capacidade técnica, registros profissionais, certificados e comprovantes de qualificação pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, única e exclusivamente para fins relacionados a processos de habilitação técnica, licitatórios ou administrativos, ou para demonstração da estrutura técnica do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA perante órgãos públicos, privados e conselhos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Parágrafo 1º. A remuneração devida ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA pela prestação dos serviços técnicos objeto deste contrato será variável, conforme a demanda de cada projeto, e estabelecida com base no valor da hora técnica de referência.

Parágrafo 2º. O valor da hora técnica de referência é fixado inicialmente em R$ 700,00 (setecentos reais) por hora trabalhada, conforme tabela da OAB/MG, podendo ser ajustado para cada contrato ou projeto mediante pactuação entre as partes.

Parágrafo 3º. A cada 12 (doze) meses as partes revisarão de comum acordo o valor da hora técnica, mediante aplicação do índice IPCA correspondente ao período, ou outro índice que vier a substituí-lo

Parágrafo 3º. Para cada novo contrato, serviço adicional ou atividade específica, será elaborado Termo Aditivo definindo os honorários, as condições de execução e o prazo de pagamento.

Parágrafo 4º. Será observada cobrança mínima de 2 (duas) horas técnicas por atendimento ou evento de atuação, salvo pactuação diversa formalizada em aditivo.

Parágrafo 5º. Nos casos em que o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA/PARTE RECEPTORA for solicitado para atender demandas urgentes, extraordinárias ou fora do horário comercial, poderá ser aplicado acréscimo de honorários, a ser ajustado previamente entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

Parágrafo 1º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA compromete-se a:

I – Disponibilizar ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA todas as informações, documentos, dados, registros e demais elementos necessários para o pleno e correto exercício das atividades de responsabilidade técnica, de forma precisa, tempestiva e completa, garantindo a adequada execução dos serviços contratados;

II – Cumprir integralmente as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis às atividades desenvolvidas, observando rigorosamente as orientações técnicas, recomendações e pareceres emitidos pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA no âmbito deste contrato;

III – Abster-se de utilizar o nome, assinatura, registro profissional, número de inscrição ou qualquer referência pessoal ou técnica do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em atos, documentos, declarações ou operações que não tenham sido formalmente autorizados, supervisionados ou efetivamente realizados pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, ou ainda que estejam em desacordo com as disposições deste instrumento.

Parágrafo 2º. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do presente contrato, independentemente de aviso prévio, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, e da responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA perante terceiros, autoridades administrativas, fiscais e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo 1º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, na qualidade de responsável técnico, responderá exclusivamente pelas atividades técnicas a ele atribuídas no âmbito deste contrato, em estrita observância às normas profissionais, técnicas e legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA não será responsabilizado por atos, omissões, decisões administrativas, financeiras, comerciais, operacionais ou de gestão interna praticados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, seus prepostos, empregados, representantes ou terceiros, ainda que tais atos venham a repercutir no âmbito das atividades técnicas.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA igualmente não responderá por quaisquer atos praticados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que:

I – Contrariem suas orientações, recomendações ou pareceres técnicos formalmente emitidos;
II – Sejam realizados sem seu conhecimento ou fora do escopo de supervisão direta estabelecido neste contrato;
III – Estejam em desconformidade com as normas contábeis, legais ou éticas vigentes.

Parágrafo 4º. A responsabilidade do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA restringe-se exclusivamente às ações que sejam diretamente ligadas ao exercício da responsabilidade técnica para a qual foi CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, não se estendendo a outras áreas de atuação do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ou a fatos alheios à sua intervenção técnica.

Parágrafo 5º. Eventuais responsabilidades atribuídas ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA somente poderão decorrer de comprovada atuação dolosa ou culposa, diretamente relacionada aos serviços efetivamente prestados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA AUTONOMIA TÉCNICA E DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Parágrafo 1º. O presente contrato tem natureza estritamente civil, não gerando entre as partes qualquer vínculo de natureza empregatícia, societária, associativa ou de subordinação hierárquica, direta ou indireta.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exercerá suas funções com plena autonomia técnica, observando as normas contábeis e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe a tomada de decisões e a emissão de pareceres, laudos e orientações no âmbito de sua responsabilidade técnica, sem qualquer ingerência do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA nas avaliações e conclusões de ordem técnica.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA não estará sujeito a controle de jornada, hierarquia funcional, cumprimento de ordens de serviço típicas de relação de emprego, nem a quaisquer obrigações inerentes a empregados, ficando sua atuação limitada às responsabilidades técnicas descritas neste contrato e nos respectivos termos aditivos.

Parágrafo 4º. Eventuais pagamentos realizados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão da prestação dos serviços técnicos ora contratados não possuem natureza salarial, nem geram direitos trabalhistas, previdenciários ou fundiários de qualquer espécie, cabendo ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA a integral responsabilidade pelo recolhimento de tributos e encargos que incidirem sobre sua remuneração.

Parágrafo 5º. A eventual indicação do nome do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA como integrante do quadro técnico do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA junto a órgãos públicos, conselhos de classe ou terceiros não caracteriza, por si só, qualquer vínculo empregatício ou subordinação, tratando-se de mero atendimento às exigências normativas para o exercício da responsabilidade técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NDA)

Considerando que o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA fornecerá ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA informações extremamente confidenciais em relação às suas atividades e negócios;
Considerando que as informações disponibilizadas possuem caráter sigiloso e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados;

As partes, doravante denominadas conjuntamente como "PARTES", estabelecem o presente compromisso de confidencialidade, nos seguintes termos:

Parágrafo 1º. O presente compromisso de confidencialidade tem por objeto a disponibilização de informações de caráter confidencial pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, informações estas que, sob nenhuma hipótese, poderão ser compartilhadas com terceiros não expressamente autorizados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA.

Parágrafo 2º. Para os fins desta cláusula, consideram-se "informações de caráter confidencial" todas as informações fornecidas pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que não poderão ser divulgadas pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, incluindo, mas não se limitando a:
a) Processos internos, modelos e estratégias de negócios;
b) Segredos industriais, comerciais e operacionais;
c) Documentos internos como contratos, memorandos, regimentos, regulamentos, termos, ofícios e seus anexos;
d) Processos administrativos, técnicos e/ou operacionais;
e) Planos de negócios;
f) Bases cadastrais e documentos de clientes, contratantes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;
g) Pesquisas de mercado;
h) Operações financeiras ou bancárias;
i) Pareceres, estudos, análises e documentos correlatos;
j) Relatórios de auditoria, análises e conclusões;
k) Códigos-fonte, elementos de programação, imagens ou gravações de sistemas
l) Dados pessoais de leads, prospects e novos clientes, mantidos pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão do contrato;
m) Dados de contratos individuais de trabalho de colaboradores internos e externos.

Parágrafo 3º. As informações de caráter confidencial relativas a dados pessoais serão também regidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo 4º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA obriga-se a:

a) Cumprir integralmente esta cláusula;
b) Armazenar de forma segura as informações recebidas;
c) Manter total sigilo e confidencialidade das informações;
d) Não divulgar, compartilhar, publicar, copiar ou reproduzir as informações a terceiros não autorizados, nem utilizá-las para obtenção de vantagem própria;
e) Não firmar compromissos em nome do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA sem consentimento expresso;
f) Não compartilhar códigos-fonte ou informações confidenciais;
g) Adotar medidas de segurança para proteção dos dados sob sua guarda;
h) Utilizar as informações exclusivamente nos negócios envolvendo as PARTES.

Parágrafo 5º. Este compromisso de confidencialidade não se aplica às informações comprovadamente:

a) De domínio público;
b) De conhecimento notório;
c) Já conhecidas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA antes do recebimento da PARTE DIVULGADORA;
d) Cuja divulgação seja exigida por lei ou ordem judicial.

Parágrafo 6º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA somente poderá repassar informações confidenciais a seus representantes mediante autorização expressa do

CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, estendendo-se a estes todas as obrigações previstas nesta cláusula. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA responderá integralmente por eventuais violações cometidas por seus representantes.

Parágrafo 7º. Nas hipóteses de violação deste Acordo de Confidencialidade, a PARTE RECEPTORA estará sujeita ao pagamento de multa no importe de R$1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Parágrafo 8º. A aplicação do Parágrafo 1º desta Cláusula não afasta eventual responsabilização administrativa, civil e criminal da PARTE RECEPTORA e seus representantes.

Parágrafo 9º. A PARTE RECEPTORA renuncia, expressamente, a qualquer benefício de ordem que, porventura, tenha.

Parágrafo 10º. As obrigações assumidas pela PARTE RECEPTORA permanecerão vigentes mesmo após o término deste Acordo de Confidencialidade e do contrato de prestação de serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, respondendo a PARTE RECEPTORA em casos de violações deste Acordo de Confidencialidade por si e/ou seus Representantes.

Parágrafo 11º. Durante o mesmo período previsto nos Parágrafos 3º e 4º desta Cláusula, a PARTE RECEPTORA não poderá estabelecer de concorrência com a PARTE DIVULGADORA, no tocante a serviços semelhantes ou correlatos àqueles prestados pela PARTE DIVULGADORA, nem prestar serviços a concorrentes que atuem no mesmo ramo e mercado de atuação desta.

Parágrafo 11º. A PARTE RECEPTORA reconhece e declara que NÃO POSSUI propriedade e/ou posse sobre qualquer licença, códigos fontes, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direito de patente, direito de imagem, direito de marca, sendo a PARTE DIVULGADORA A ÚNICA PROPRIETÁRIA E DETENTORA LEGÍTIMA dos direitos tratados no presente Acordo de Confidencialidade.

Parágrafo 12º. Em razão do disposto no Parágrafo 11º desta Cláusula, o presente instrumento NÃO CONCEDE, NEM TRANSMITE qualquer licença ou direito de uso de direito patenteável; direito autoral; direito sobre marca registrada ou qualquer outro meio de propriedade exclusiva.

Parágrafo 13º. Este acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga todas as PARTES.

Parágrafo 14º. A assinatura e aceite do presente Acordo de Confidencialidade NÃO CONFERE à PARTE RECEPTORA nenhum direito a pagamento ou remuneração além daquele já acordado no contrato originário de prestação de serviços.

Parágrafo 15º. Todas as INFORMAÇÕES DE CARÁTER CONFIDENCIAL trocadas entre as PARTES deverão ser devolvidas para à PARTE DIVULGADORA ou comprovadamente destruídas pela PARTE RECEPTORA, imediatamente após a extinção deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

Parágrafo 1º. O presente contrato é celebrado por prazo indeterminado, iniciando-se na data de sua assinatura.

Parágrafo 2º. Qualquer das partes poderá rescindir este contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que tal rescisão gere direito à indenização de qualquer natureza, ressalvados os valores já devidos em razão dos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento.

Parágrafo 3º. Durante o período previsto no *Parágrafo 2º retro*, as partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, salvo se houver convenção expressa em contrário.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG como o competente para dirimir quaisquer lides decorrentes deste Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

ASSINATURA DIGITAL: As partes reconhecem e concordam que a formalização deste contrato será efetivada mediante assinatura digital. Esta prática não apenas assegura a integridade, autenticidade e validade jurídica do presente instrumento, como também reflete o compromisso da PARTE DIVULGADORA com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. A adoção da assinatura digital é uma manifestação direta desse engajamento, contribuindo para a diminuição do consumo de papel e, consequentemente, a redução do impacto ambiental. Além disso, a PARTE DIVULGADORA evidencia seu constante investimento em tecnologia, buscando soluções contemporâneas que otimizem os processos e fortaleçam a relação com seus colaboradores e parceiros.

Belo Horizonte/MG, 30 de Maio de 2025.

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ 37.782.587/0001-48
CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

BERNARDO SILVA DE SEIXAS
CPF nº 946.955.982-72
CONTRATADO/PARTE RECEPTORA

247



BERNARDO SILVA DE SEIXAS

Rua Agnelo Bittencourt, 05, Qd. 14, Conj. Belvedere
Manaus, AM 69044410
92991470854
seixas.bernardo@gmail.com / seixas.bernardo@icloud.com

Resumo profissional

Doutor em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito em São Paulo (2021). Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos - Instituição Toledo de Ensino (2014). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2011). Pós - Graduação em Direito Processual pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas e Especialização em Jurisdição Constitucional e Efetivação de Direitos Fundamentais pela Universidade de Pisa – Itália. Atuou como Assessor de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas com experiência em confecções de minutas de despachos, decisões interlocutórias, acórdãos e procedimentos administrativos perante a Corregedoria Geral de Justiça. É professor titular da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Civil e Processo Civil.

Histórico profissional

Abril 2015 – Atual — **Universidade Federal do Amazonas** — Manaus
Professor Universitário
Aulas de Prática Processual Cível, Direito Civil e Direito Processual Civil na Graduação. Aulas de Processo Civil - Tutela Provisória, Precedentes e Procedimentos Especiais na Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Junho de 2023 - Atual — **Universidade do Estado do Amazonas** — Presidente Figueiredo/AM
Professor Assistente

Agosto 2018 – Dezembro de 2022 — **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas** — Manaus
Assessor de Desembargador
Realização de Minutas de Despachos, Decisões Interlocutórias e Acórdãos para Desembargador com atuação na Segunda Câmara Cível, Câmaras Reunidas e Tribunal Pleno. Confecção de despachos, decisões interlocutórias e decisões administrativas no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Junho 2021 – Julho 2020 — **Faculdade Boas Novas** — Manaus
Professor de Graduação do Curso de Direito
Disciplinas: Direito Constitucional e Direito Civil.

Junho 2021	**Faculdade Santa Teresa**	Manaus
	Professor de Graduação do Curso de Direito	
Julho 2022	Disciplinas: Processo Civil, Direito do Consumidor e Direito Civil.	
Março 2015	**Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas**	Manaus
—	**Professor Universitário**	
Dezembro de 2023	Aulas de Processo Civil, Constitucional, Direito Internacional Público, Seguridade Social e Direito Empresarial na Graduação; Aulas de Processo Civil - Recursos; Direito de Empresa; Teoria Geral do Direito e Interpretação Jurídica; Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação.	
Março 2017	**Escola Superior da Magistratura do Amazonas**	Manaus
—	**Professor Visitante**	
Fevereiro 2020	Aula como Professor Visitante no curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil - Execução e no Curso de Formação para Carreira da Magistratura.	
Novembro 2019	**Faculdade da Amazônia Ocidental**	Rio Branco
—	**Professor Universitário**	
Dezembro 2019	Aula de Pós-Graduação em Processo de Execução e Prática Locatícia.	
Outubro 2016	**Devry - FMF**	Manaus
—	**Professor Universitário**	
Agosto 2018	Professor de Graduação em Direito nas Disciplina de TGP, Processo Civil 1 e 2.	

Formação acadêmica

2018 – 2021	**Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo**	São Paulo
	Doutorado em Função Social do Direito Constitucional	
2015	**Especialização em Jurisdição Constitucional e Tutela Jurisdicional**	Pisa/Itália
	De Direito Fundamentais	
2013 – 2014		
	Instituição Toledo de Ensino	Bauru
	Mestre: Direito Constitucional	
2011-2013	**Centro Universitário de Ensino Superior do Amazona**	Manaus
	Pós Graduação Lato Sensu: Direito Processual	
2007-2011	**Centro Universitário de Ensino Superior do Amazona**	Manaus
	Graduação: Graduação em Direito	

Competências

- Habitualidade em desenvolver pessoas
- Bom trato com pessoas
- Disponibilidade para o trabalho.
- Pontualidade.

Livros

Autor de Artigos Acadêmicos, organizador de obras jurídicas e livro jurídico.



Bernardo Silva de Seixas

Endereço para acessar este CV:
http://lattes.cnpq.br/2236095085225087
ID Lattes: **2236095085225087**
Última atualização do currículo em 08/07/2025

Possui Doutorado em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito, mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos - Instituição Toledo de Ensino (2014) e graduação em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2011). Atualmente, é professor titular da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade do Estado do Amazonas. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Bernardo Silva de Seixas

Nome em citações bibliográficas

SEIXAS, B. S.;SEIXAS, BERNARDO SILVA DE;SILVA DE SEIXAS, BERNARDO;DE SEIXAS, BERNARDO SILVA

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/2236095085225087

Orcid iD

? https://orcid.org/0000-0003-2924-620X

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2018 - 2021

Doutorado em Função Social do Direito.
Faculdade Autônoma de Direito, FADISP, Brasil.
Título: O Sistema de Decisões Vinculantes no Brasil : Elementos para uma interpretação Precedencial, Ano de obtenção: 2021.
Orientador: Rennan Faria Kruger

2013 - 2014

Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos.
Instituição Toledo de Ensino, ITE, Brasil.
Título: A Proteção da Constituição contra o Silêncio do Legislador : A Atuação do STF em objeção às omissões legislativas inconstitucionais, Ano de Obtenção: 2014.
Orientador: Vidal Serrano Nunes Júnior.
Palavras-chave: Mandado de Injunção; Omissão Inconstitucional.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2015 - 2015

Especialização em Giustizia Costituzionale e Tutela Giurisdizionale.
Universitá di Pisa, UNIPI, Itália.
Título: O Fundamento de Legitimidade da Jurisdição Constitucional.
Orientador: Saulle Panizza.

2012 - 2013

Especialização em Especialização em Direito Processual.
Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, CIESA, Brasil.
Título: A Execução Fiscal e a Necessidade de Garantia do Juízo para Oferecimento dos Embargos à Execução Fiscal.

2007 - 2011

Graduação em Direito.
Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, CIESA, Brasil.
Título: Meios Alternativos de Resolução de Conflito. A Lei de Arbitragem.
Orientador: Fernando Todeschini.

Atuação Profissional

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 4

Outras informações

Professor da Disciplina SISTEMAS DE PRECEDENTES E INTEGRIDADE DO ORDENAMENTO: A SEGURANÇA JURÍDICA E A PREVISIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO no Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Direito da Universidade Federal do Amazonas alinhado à linha de pesquisa Mecanismos e Processos de Efetivação de Direitos.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 40

Outras informações

Professor da Pós-Graduação em Direito Processual Civil do Curso de Especialização em Processo Civil da Universidade Federal do Amazonas

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 40

Outras informações

Professor Prática Jurídica Real I, II, Prática Simulada Cível.

Vínculo institucional

2015 - 2015

Vínculo: Professor Substituto, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 40

Outras

Outras informações

Professor nas disciplinas de Direito Civil II (Obrigações), IV (Responsabilidade Civil) e V (Direitos Reais).

Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, CIESA, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2022

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 24

Outras informações

Direito Processual Civil I, Direito Processual Civil II, Seguridade Social, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito Empresarial, Direito Constitucional, Hermenêutica Jurídica e Práticas Multidisciplinares

Vínculo institucional

2017 - 2020

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor prestador de serviço

Outras informações

Professor do Departamento de Pós-graduação, lecionando os módulos de Interpretação do Direito Constitucional, Metodologia da Pesquisa Aplicada ao TCC, Direito Processual Civil - Recursos, Teoria Geral da Empresa, Direito Processual Civil - Procedimento Comum

Atividades

02/2018 - 01/2019

Direção e administração, CIESA.

Cargo ou função

Coordenador do Curso de Direito

Coordenador do Curso de Direito.

02/2017 - 12/2018

Direção e administração, CIESA.

Cargo ou função
Coordenador Adjunto de Atividades Multidisciplinares.

Faculdade La Salle de Manaus, UNILASALLE, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2023

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 16

Outras informações

Professor das Disciplinas de Direito Processual Civil III (Execução), Direito Processual Civil IV (Recursos), Direitos Humanos, Teoria Geral e História do Direito, Teoria Geral do Processo.

Faculdade Martha Falcão, FMF/IESA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Universitário, Carga horária: 18

Outras informações

Professor das disciplinas de Teoria Geral do Processo, Processo Civil 1 e 2, Processo Civil - Processo de Conhecimento, Prática Jurídica Simulada - Processo Civil.

Faculdade da Amazônia Ocidental, FAAO, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: Professor Visitante,

Enquadramento Funcional: Professor de Pós-Graduação

Outras informações

Professor do Curso de Pós-Graduação. Matérias Ministradas: Processo de Execução e Prática Locatícia

Faculdade Boas Novas, FBN, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 16

Outras informações

Professor das disciplinas de Direito Civil I (Parte Geral), Direito Civil II (Obrigações), Direito Constitucional I e Direito Constitucional II.

Escola da Magistratura do Amazonas, ESMAM, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2020

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Visitante, Carga horária: 4

Outras informações

Professor visitante de Processo Civil no curso Preparatório para Ingresso na Carreira da Magistratura

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Visitante, Carga horária: 20

Outras informações

Professor visitante. Matérias

Ministradas: Metodologia da Pesquisa Científica e Processo de Execução.

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, ESUDPAM, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante

Outras informações

Módulo de Fundamentos do Processo Civil no curso de Pós-graduação da DPE/AM em parceria com a UFAM.

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, TJAM, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Cargo Comissionado, Carga horária: 30

Outras informações

Exercício de função pública de assistente de Desembargador na Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Vínculo institucional

2018 - 2022

Vínculo: Cargo Comissionado, Enquadramento Funcional: Assessor de Desembargador, Carga horária: 30

Outras informações

Assessor de Desembargador.

Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, JF, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Outras informações

Atuei por três meses na secretária da sexta vara, realizando contagem de prazo para o trânsito em julgado, exercendo o exame de admissibilidade dos recursos interpostos e remetendo autos para outros setores da vara. Por sete meses exercei função de estagiário junto ao Gabinete do Juiz (a) Substituto (a) da 6ª Vara realizando minutas de despacho, decisão e sentença.

Ministério Público do Trabalho, MPT, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2012

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessor, Carga horária: 35, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Outras informações

Atuando junto à Coordenação Nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário - CONATPA

Seixas Advogados, SEIXAS ADVOGADOS, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2015

Vínculo: Advogado, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária:

257

Escola Superior da Advocacia - Seccional Amazonas, ESA/AM, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante, Carga horária: 20

Outras informações

Módulo de Pós-Graduação em Direito Processual Civil e Civil - Formação, Suspensão e Extinção do Processo.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante, Carga horária: 20

Outras informações

Aula na Pós-Graduação "Lato Sensu em Direito Civil e Processo Civil, na disciplina Cumprimento de Sentença e Execução.

Centro de Estudos Jurídicos do Amazonas, CEJUR, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Visitante, Enquadramento Funcional: Docente

Outras informações

Professor das Disciplinas de Direito Processual Civil, Civil e Processo Constitucional

Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Professor Temporário, Enquadramento Funcional: Professor Temporário, Carga horária: 40

Outras informações

Professor Temporário da Escola de Direito na Universidade Estadual do Amazonas.

Escola de Gestão e Aperfeiçoamento do Servidor Público Amazonas, ESAP, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante

Outras informações

Professor de Noções de Direito Público.

Projetos de pesquisa

2023 - 2024

Complexidades amazônicas e Direito Processual: reflexões sobre a aplicação de sistemas jurídicos de precedentes na Amazônia.

Descrição: No contexto amazônico, onde o acesso à justiça ainda se encontra em processo de afirmação, as complexidades são acentuadas em função de sua característica sociodiversidade. Com isso, torna-se necessária uma reflexão em torno das balizas constitucionais da segurança jurídica e previsibilidade das decisões judiciais em perspectiva universal, para fins de alcançar os indivíduos que vivem à margem do campo de visibilidade das instituições estatais, como é o caso dos amazônidas, que não raras vezes, vivem distantes das centralidades políticas, estruturais e normativas. Deste modo, o intuito deste projeto de pesquisa é aprofundar o debate sobre a aplicação

dos sistemas de precedentes na região amazônica, contribuindo para o mapeamento de propostas que convirjam para a superação de desafios que a sociodiversidade da região suscita na efetivação jurídico-processual do Estado Democrático de Direito. Como objetivo geral, o projeto visa aprofundar o debate acadêmico sobre as nuances da aplicação de sistemas jurídicos de precedentes na Amazônia ante a sua previsibilidade no âmbito dos desafios à efetivação da segurança jurídica e da integridade do ordenamento. Para tornar este desafio possível, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar situações sui generis que envolvam aspectos processuais no cenário complexo da prestação jurisdicional na Amazônia; b) Identificar o grau de desenvolvimento e capacidade interpretativa, reflexiva e de aplicação dos conhecimentos adquiridos a novas situações, a partir de uma visão dos precedentes judiciais no contexto amazônico; c) Desenvolver a pesquisa de casos concretos que expressam as complexidades sociojurídicas da região em interface com o exercício da jurisdição e d) Proporcionar a reflexão teórica e prática a partir dos pressupostos fundantes dos sistemas de decisões judiciais para contribuir no desenvolvimento de soluções propositivas ao enfrentamento das complexidades sociojurídicas na Amazônia..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Winston de Araújo Teixeira - Integrante.

2023 - Atual

Direito da Proteção dos Vulneráveis e Sistema de Justiça

Descrição: Direito da Proteção dos Vulneráveis e Sistema de Justiça.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Integrante / Maurílio Casas Maia - Coordenador.

2015 - Atual

Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Fundamentais

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Carlos Alberto de Morais Ramos Filho - Integrante / Dorinethe dos Santos Bentes - Integrante / Adriano Fernandes de Oliveira - Integrante.

2012 - Atual

DIREITOS DOS CONHECIMENTOS

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (4) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (4) / Mestrado profissional: (1) / Doutorado: (13) .

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Maurílio Casas Maia - Integrante / Carlos Alberto de Morais Ramos Filho - Integrante / Sebastião Marcelice Gomes - Integrante / Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray - Integrante / Dorinethe dos Santos Bentes - Integrante / Eliane Cristina Pinto Moreira - Integrante / Fernando Antonio de Carvalho Dantas - Integrante / Flávia Regina Porto de Azevedo - Integrante / Girolamo Domenico Treccani - Integrante / José de Ribamar Mitoso de Souza - Integrante / José Roque Nunes Marques - Integrante / Juliano Ralo Monteiro - Integrante / Marcos Mauricio Costa da Silva - Integrante / Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega - Integrante / Mônica Nazaré Picanço Dias - Integrante / Patryck de Araujo Ayala - Integrante / Valmir Cesar Pozzetti - Integrante.

Outros Projetos

2015 - Atual

Projeto ENADE 2015

Descrição: Projeto instituído para auxilio dos alunos do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA na prova do ENADE 2015 para o curso de direito.
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Cleísa Bessa - Integrante / Ezelaide Viegas - Integrante / Maria Lenir Pinheiro - Integrante.

Revisor de periódico

2014 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Politicas Publicas

2015 - Atual

Periódico: Revista Jurídica CESUMAR. Mestrado

2014 - Atual

Periódico: Revista CEJ (Brasília)

2015 - Atual

Periódico: Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas

2019 - Atual

Periódico: REVISTA JURÍDICA DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Processo Constitucional.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea:

Direito Civil Constitucional

262

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Italiano

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Pouco, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

SEIXAS, B. S.; TORQUATO, R. K. ; GOMES JUNIOR, C. J. L. . A Zona Franca de Manaus no Supremo Tribunal Federal : Dialética e Tese Firmada na ADPF 1.004. REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO, v. 1, p. 63-84, 2025.

2.

ALMEIDA, C. V. G. ; BORBA, H. G. A. ; **SEIXAS, B. S.** . A Diferença de Entendimento entre o Incidente de Assunção de Competência 2 do TST e o RE com Repercussão Geral 842.844 do STF : Conflito de Precedentes obrigatórios ou Overrruling. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO), v. 238/2024, p. 1-15, 2024.

3.

SEIXAS, B. S.; ALECRIM, G. V. F. . Informalidade e Trabalho Doméstico Não Remunerado: Necessidade de Regulamentação a Partir da Teoria das Capacidades. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO, v. 123, p. 115-127, 2024.

4.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE; FERREIRA, MARTA REGINA ROCHA ; PACHECO, VALÉRIA MARIA FARIAS . Pandemia e redes sociais: um estudo acerca dos limites da liberdade de expressão e as medidas legais aplicadas no que tange ao seu abuso. CADERNO ELETRÔNICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 11, p. 66-79, 2023.

5.

DO NASCIMENTO, DANIELA CAVALCANTE ; **DE SEIXAS, BERNARDO SILVA** . A (IN) APLICABILIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL AOS FATOS TÍPICOS PREVISTOS NA LEI MARIA DA PENHA. FOCO (FACULDADE NOVO MILÊNIO), v. 16, p. e3026-25, 2023.

6.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. . A Arguição de Relevância do Recurso Especial. REVISTA DE PROCESSO, v. 334, p. 185-208, 2022.

7.

THAMAY, R. F. K. ; **SEIXAS, B. S.** . A Decisão Judicial na ADO n. 26 e o MI n. 4.733 e a Supressão da Omissão Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Revista Direito Mackenzie, v. 15, p. 1-25, 2021.

8.

SEIXAS, B. S.; FERNANDES, L. C. . A (IM) POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DA PRELIMINAR DE APELAÇÃO IMPUGNANDO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA IMPUGNADA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO EM VIRTUDE DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA TAXATIVIDADE MITIGADA. Revista Buriti: Direito, Sociedade e Sustentabilidade, v. 3, p. 47-66, 2020.

9.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção do Condomínio. INTERTEMAS (PRESIDENTE PRUDENTE. IMPRESSO), v. 25, p. 92-119, 2020.

10.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. . A Supressão da Omissão Inconstitucional por Meio da Interpretação : A ADO 26 e o MI 4.733. Caderno de Direito e Política

Pública, v. 2, p. 33-56, 2020.

11.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção de Condomínio. Revista Fórum de Direito Civil, v. 24, p. 69-94, 2020.

12.

SEIXAS, B. S.; MORAIS, A. H. S. ; FERNANDES, L. C. . A Covid-19 e a Decisão Judicial Que Determinou o Lockdown na Região Metropolitana de São Luís-MA. Pensamento Jurídico, v. 14, p. 114-133, 2020.

13.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE; SANTOS, B. C. M. ; MORAIS, A. H. S. . O SISTEMA DE DECISÕES VINCULANTES E O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO: AS POSSÍVEIS MITIGAÇÕES AO ART. 489, § 1ª, CPC. Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva, v. 6, p. 1-19, 2020.

14.

LIMA DA SILVA MORAES, ANNE HARLLE ; **SILVA DE SEIXAS, BERNARDO** ; CARVALHO MARQUES DOS SANTOS, BRUNO . A COVID-19 E O INTERVENCIONISMO JUDICIAL: A DECRETAÇÃO DE LOCKDOWN NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS-MA POR MEIO DE DECISÃO JUDICIAL. Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica, v. 6, p. 24-40, 2020.

15.

SEIXAS, B. S.; ALBUQUERQUE, N. S. . DIREITOS DO CONSUMIDOR E SAÚDE SUPLEMENTAR: DANOS MORAIS FACE A RECUSA DA DISPONIBILIDADE DA TERAPÊUTICA DOMICILIAR HOME CARE, SOB A PERSPECTIVA DO STJ. ACTIO: REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS, v. 2, p. 119-143, 2020.

16.

SEIXAS, B. S.; LIMA, I. C. M. . O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A OPERAÇÃO ACOLHIDA: ANÁLISE ACERCA DO ACOLHIMENTO DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA. INTER: REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS DA UFRJ, v. 3, p. 1-18, 2020.

17.

SEIXAS, B. S.; MIKI, T. A. . Função Punitiva da Responsabilidade Civil. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1005, p. 43-72, 2019.

18.

SEIXAS, B. S.; MIKI, T. A. . Direito Civil : Instituto da Responsabilidade Civil e sua Função Punitiva. Revista de Produção Acadêmico Científica do CIESA, v. 06, p. 26-53, 2019.

19.

SEIXAS, B. S.; BRISSOW, E. O. ; BRISSOW, J. M. G. . Direito Constitucional : Os Direitos e Garantias Fundamentais e a Flexibilização na política de comercialização e Controle de Armas de Fogo no Brasil. Revista de Produção Acadêmico Científica do Ciesa, v. 6, p. 07-25, 2019.

20.

SEIXAS, B. S.. A ideologia jurídica processual: a finalidade dos precedentes no ordenamento jurídico brasileiro. HTTP://DX.DOI.ORG/10.15210/RFDP.V5I1.14027, v. 5, p. 288-328, 2019.

21.

SEIXAS, B. S.; PAIVA, G. C. O. . A OBJEÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DEFESA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. Revista Centro Estudos Jurídicos - Conselho da Justiça Federal, v. 23, p. 35-43, 2019.

22.

SEIXAS, B. S.; LIMA, C. C. ; CARNEIRO, A. C. S. . A Vulnerabilidade do Consumidor Frente ao Contrato de Empréstimo Bancário. Revista Fórum de Direito Civil - RFDC, v. 1, p. 193-212, 2019.

23.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A RESTRIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO AIRBNB PELA CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO. Revista Buriti : Direito, Sociedade e

Sustentabilidade, v. 2, p. 65-89, 2019.

24.

SEIXAS, B. S.. A IDEOLOGIA JURÍDICA PROCESSUAL : A FINALIDADE DOS PRECEDENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. Iuris Dicere, v. III, p. 50-80, 2018.

25.

SEIXAS, B. S.. O Fundamento de Legitimidade entre o Estado Democrático e a Jurisdição Constitucional. Revista de Produção Acadêmico-Científica do CIESA, v. 5, p. 1-28, 2018.

26.

SEIXAS, B. S.; BRISSOW, E. O. . Direito Administrativo Militar : Reforma Ex Officio de Oficiais Temporários por Incapacidade Física Definitiva para o Serviço Ativo das Forças Armadas. Revista de Produção Acadêmico Científica do CIESA, v. 5, p. 66-92, 2018.

27.

SEIXAS, B. S.; LIMA, J. H. S. . A RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL EM CASOS DE TRANSEXUAIS SEM CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO DE SEXO. Iuris Dicere - Revista de Direito das Faculdades João Paulo II, v. 3, p. 08-19, 2018.

28.

SEIXAS, B. S.; FEITOSA, A. G. . A Incidência do Dano Moral na Pessoa Jurídica. Anais do Evento: III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia, v. 1, p. 1-25, 2018.

29.

SEIXAS, B. S.. A IDEOLOGIA JURÍDICA PROCESSUAL : A FINALIDADE DOS PRECEDENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. ANIMA: REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA OPET, v. 1, p. 1-38, 2018.

30.

SEIXAS, B. S.; FEITOSA, A. G. . UMA RELEITURA DOS

ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DO MANDADO DE INJUNÇÃO À LUZ DA LEI N. 13.300/2016. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS, v. 33, p. 340-360, 2017.

31.

SEIXAS, B. S.. O FUNDAMENTO DE LEGITIMIDADE ENTRE O ESTADO DEMOCRÁTICO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão Jurídica, v. 51, p. 23-49, 2017.

32.

SOUZA, ROBERTA KELLY SILVA ; **SEIXAS, BERNARDO SILVA DE** . Biografias Não Autorizadas Conflito entre a Liberdade de Expressão e a Inviolabilidade da Intimidade. Quaestio Iuris (Impresso)JCR, v. 9, p. 441-459, 2016.

33.

SEIXAS, B. S.; Braslavsky, L. L. . A Legitimidade Coletiva da Defensoria Pública Enquanto Instrumento Fortalecedor da Tutela dos Múltiplos Vulneráveis Sociais e a Superação do Critério Meramente Econômico. Actio Revista de Estudos Jurídicos, v. 11, p. 8-40, 2016.

34.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE; FEITOSA, A.G. . Uma Releitura dos Aspectos Procedimentais do Mandado de Injunção à Luz da Lei 13.300/2016. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 33, p. 1-20, 2016.

35.

SEIXAS, B. S.; FEITOSA, A.G. ; PINTO, J. C. S. . Precedentes e Jurisdição Constitucional no Novo Código de Processo Civil. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 35, p. 233-251, 2016.

36.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre os poderes constituídos. Revista Brasileira de Politicas Publicas, v. 5, p. 606-620, 2015.

37.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O julgamento liminar de procedência em causas pepetitivas pelo juiz de 1° grau: alternativa viável para o combate à morosidade processual nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais. Revista Jurídica Cesumar: Mestrado (online), v. 15, p. 55-80, 2015.

38.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A inconstitucionalidade da garantia de juízo em sede de execução fiscal. Juris Plenum Ouro, v. 45, p. 1, 2015.

39.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Evolução Jurisprudencial dos Efeitos do Mandado de Injunção no Supremo Tribunal Federal. Revista do Curso de Direito - Faculdade da Serra Gaucha, v. 9, p. 107-119, 2015.

40.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ITINERANTES E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Revista Argumentum, v. 16, p. 321-336, 2015.

41.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Limite da Dignidade: Necessidade de Proteção da Pessoa Humana nos Confins da Vida. Revista Thesis Juris, v. 4, p. 555-570, 2015.

42.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Novo Código de Processo Civil e a Atuação Monocrática do Relator. Revista CEJ (Brasília), v. 19, p. 51-57, 2015.

43.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A evolução jurisprudencial dos efeitos do mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal. Revista do Curso de Direito da FSG, v. 9, p. 107-119, 2015.

44.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre os poderes constituídos. Revista Brasileira de Politicas Publicas, v. 5, p. 606, 2015.

45.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O limite da dignidade: Necessidade de proteção da pessoa humana nos confins da vida. Revista Thesis Juris, v. 4, p. 554-570, 2015.

46.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O Novo Código de Processo Civil e a Atuação Monocrática do Relator. Revista CEJ (Brasília), v. 20, p. 51-57, 2015.

47.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . Os Juizados Especiais Federais Itinerantes e a democratização do acesso à Justiça e da Previdência Social. Revista Argumentum, v. 16, p. 321-336, 2015.

48.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A necessidade de garantia do juízo para oferecimento dos embargos à execução no processo executivo fiscal: argumentos em favor da sua inconstitucionalidade. Revista da SJRJ, v. 21, p. 35-50, 2014.

49.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A importância do princípio constitucional do devido processo legal para o efetivo acesso à Justiça no Brasil. Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS, v. 9, p. 01-23, 2014.

50.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre poderes constituídos. Revista Jurídica (FIC), v. 4, p. 311-334, 2014.

51.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre poderes constituídos. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, v. 1, p. 113-139, 2014.

52.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Necessidade de Garantia do Juízo para Oferecimento dos Embargos à Execução no processo fiscal: argumentos em favor de sua inconstitucionalidade. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 21, p. 35-50, 2014.

53.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A função normativa da Jurisdição Constitucional e a Súmula Vinculante n. 33. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 30, p. 27-46, 2014.

54.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . Evolução Histórica do acesso à Justiça nas Constituições Brasileiras. Direito e Democracia (ULBRA), v. 14, p. 68-85, 2013.

55.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . Arbitragem como meio de solução de controvérsias nos contratos administrativos. Linhas Jurídicas-Revista Jurídica do Curso de Direito da UNIFEV, v. 5, p. 31-47, 2013.

56.

SEIXAS, B. S.. A Decisão Injuncional. Intertemas (Presidente Prudente. Impresso), v. 18, p. 90-109, 2013.

57.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Súmula Vinculante n. 33 e a omissão do Poder Legislativo: A possibilidade do Supremo Tribunal Federal exercer função normativa. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, v. 1, p. 41-54, 2013.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

RAMOS FILHO, C. A. M. (Org.) ; **SEIXAS, B. S.** (Org.) ; SANTANA NETO, H. G. (Org.) . Constitucionalismo e Direitos Fundamentais : Estudos em homenagem ao Professor João dos Santos Pereira Braga. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2024. v. 1. 318p .

2.

SEIXAS, B. S.. O sistema de decisões vinculantes no Brasil : elementos para uma interpretação precedencial. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. v. 1. 256p .

3.

SEIXAS, B. S.; Dorinethe dos Santos Bentes (Org.) ; Sebastião Marcelice Gomes (Org.) . Temas Contemporâneos de Direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. v. 1. 405p .

4.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C. (Org.) ; OLIVEIRA, A. F. (Org.) . Reflexões Sobre Direito Processual Civil : Precedentes e Tutela Provisória. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. v. 1. 296p .

5.

SEIXAS, B. S.. Inconstitucionalidade por Omissão : A proteção da Constituição contra o silêncio do legislador. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. v. 1. 292p .

6.

SOUZA, R. K. S. (Org.) ; **SEIXAS, B. S.** (Org.) ; SILVIO, S. A. H. (Org.) ; CORRÊA, A. L. C. (Org.) . Direitos e Garantias Fundamentais : Novas Perspectivas. 1. ed. Birigui: Boreal, 2015. v. 1.

7.

SEIXAS, B. S.; AMARAL, S. T. (Org.) . Sistema Constitucional de Garantias: Ensaios e Reflexões. 1. ed. Birigui: Boreal, 2014. v. 1. 434p .

Capítulos de livros publicados

1.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção de Condomínio. In: Juliana Mayumi Ono. (Org.). RT Prime : Uma Nova Experiência de Leitura Abril a Junho/2022. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022, v. 1, p. 59-94.

2.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção do Condomínio. In: Anisio Monteschio Junior; Anne Harlle Lima da Silva Moraes; Bruno Carvalho Marques dos Santos; Carlos Eduardo Ferreira Costa; Bernardo Silva de Seixas; João Carmelo Alonso; Nicholas Salles Fernandes Silva Torres; Vitor de Souza Vieira. (Org.). Estudos sobre Constitucionalismo Contemporâneo : Estudos em Homenagem ao Professor Francisco Pedro Jucá. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. 1, p. 111-141.

3.

SEIXAS, B. S.; PAIVA, G. C. O. . A Construção Jurisprudencial da Exceção da Pré-Executividade no Procedimento Executivo Fiscal pelo Superior Tribunal de Justiça. In: Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho; Daniel Octávio Silva Marinha. (Org.). O Superior Tribunal de Justiça e a Aplicação do Direito : Estudos em Homenagem aos 30 anos do Tribunal da Cidadania. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. 1, p. 91-118.

4.

SEIXAS, B. S.; SANTOS, B. C. M. . A GENEALOGIA DA DELAÇÃO PREMIADA. In: Nuria García Pineiro; Ignacio García Vitoria. (Org.). Direito e Justiça - Ano VI - X - 1º Semestre 2020 - Estudos Contemporâneos. 1ed.Curitiba: Jurua, 2020, v. 1, p. 117-130.

5.

SEIXAS, B. S.; CAVALCANTE, A. C. . A Suscetibilidade da Pessoa Jurídica para o Dano Moral. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da UFAM. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 401-418.

6.

SEIXAS, B. S.; HOLLANDA, M. G. . A Responsabilidade Civil do Estado Por Omissão à Luz da Jurisprudência Atual. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 419-442.

7.

SEIXAS, B. S.; SILVA, B. M. P. . A Função Punitiva da Responsabilidade Civil na Fixação do Dano Moral. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 443-462.

8.

SEIXAS, B. S.; CAVALCANTE, V. F. C. . Responsabilidade Civil dos Agentes Públicos e sua Legitimidade Passiva nas Ações Indenizatórias. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 463-484.

9.

SEIXAS, B. S.; PRESTES, P. J. . O Sample Enquanto Técnica de Criação Musical aos Olhos do Direito Autoral Brasileiro. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 485-510.

10.

SEIXAS, B. S.; LIMA DA SILVA MORAES, ANNE HARLLE ; SANTOS, B. C. M. . MORTE DE DETENTO E RESPONSABILIDADE ESTATAL : OS ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS QUE FIXAM AS CONDENAÇÕES EM DETRIMENTO DO ENTE PÚBLICO. In: CESAR AUGUSTO DE CASTRO FIUZA; ILTON GARCIA DA COSTA; MARIA CREUSA DE ARAÚJO BORGES. (Org.). II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI : DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO II. 1ed.Florianopolis: CONPEDI, 2020, v. 1, p. 164-183.

11.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. ; SANTOS, B. C. M. . A

Inaplicsbilidade da Imutabilidade da Coisa Julgada às Decisões Vinculantes do Ordenamento Jurídico Brasileiro. In: Valter Moura do Carmo; Luiz Geraldo do Carmo Gomes. (Org.). Primeiro Encontro Virtual do Conpedi - Processo Civil I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2020, v. 1, p. 6-23.

12.

SILVA DE SEIXAS, BERNARDO; MORAIS, A. H. S. ; SANTOS, B. C. M. . UM BREVE PANORAMA SOBRE AS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUE SUSTENTAM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. In: ELOY PEREIRA LEMOS JUNIOR; PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS; SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG. (Org.). I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI - Teoria da Constitucional. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2020, v. 1, p. 80-95.

13.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE. A Ideologia Jurídica Processual com a Previsão de Um Sistema de Decisões Vinculantes. In: Henrique Garbellini Carnio; Graziele Lopes Ribeiro. (Org.). Direito como Fenômeno Ideológico. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. 1, p. 133-186.

14.

Silva, Michele Lins Aracaty e ; Wendling, Paulo Ricardo Madeira ; **SEIXAS, BERNARDO SILVA DE** . CRIMES FINANCEIROS E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA: UMA ANÁLISE DA COLABORAÇÃO PREMIADA COM O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. In: Lucca Simeoni Pavan. (Org.). As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada 2. 1ed.Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, v. , p. 72-93.

15.

SEIXAS, B. S.; SANTOS, B. C. M. . OS INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE PRECEDENTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. In: David Vallespín Pérez. (Org.). Direito e Justiça - Ano V - IX - 2º Semestre 2019 - Estudos Contemporâneos. 1ed.Curitiba: Jurua, 2019, v. 1, p. 247-266.

16.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. . O Entendimento Jurisprudencial do Agravo de Instrumento. In: Luiz Geraldo do Carmo Gomes; Valter Moura do Carmo. (Org.). Processo Civil. 1ed.Florianopolis: CONPEDI, 2019, v. 1, p. 177-196.

17.

SEIXAS, B. S.. O RECURSO EXTRAORDINARIO COMO INSTRUMENTO DE UNIFICACAO DOS MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL. In: Celso Hiroshi Iocohama; Sérgio Henriques Zandona Freitas. (Org.). XXVIII - Congresso Nacional do CONPEDI BELÉM - PA - Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça II. 1ed.Florianopolis: CONPEDI, 2019, v. 1, p. 137-156.

18.

SEIXAS, B. S.; BESSA, I. N. S. . Direito ao Esquecimento versus Direito à Informação : Análise das Principais Legislações brasileiras concernentes ao tema. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Tatiana Almeida Freire de Souza; Adriano Fernandes Ferreira. (Org.). Temas Contemporâneo de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas - V. III. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. III, p. 1-27.

19.

SEIXAS, B. S.; MENDES NETA, T. P. N. . Capacidade Sucessória do Nascitura Concebido por Inseminação artificial Post Mortem. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Tatiana Almeida Freire de Souza; Adriano Fernandes Ferreira. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas - Volume III. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. III, p. 535-556.

20.

SEIXAS, B. S.; MORAES, E. C. . Reflexos da Alienação Parental no Desenvolvimento Pleno do Menor. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 183-210.

21.

SEIXAS, B. S.; MATIAS, M. A. ; ARAUJO, M. G. P. . O Direito ao Esquecimento na Perspectiva da Herança Digital por Testamento. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 229-249.

22.

SEIXAS, B. S.; QUEIROZ, A. J. C. ; ARAUJO, M. G. P. .

Danos Morais e Materiais Decorrentes do Atraso de Entrega de Imóvel na Planta. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 375-394.

23.

SEIXAS, B. S.; TORRES, M. S. . O Caso Ximenes Lopes eo Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 457-477.

24.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, T. M. . Capacidade Civil, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. VI, p. 89-106.

25.

SEIXAS, B. S.; ROCHA, R. C. . Validade do Negócio Processual à Luz do Princípio do Devido Processo Legal. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. VI, p. 201-217.

26.

SEIXAS, B. S.; POSSIDONIO, C. T. L. S. . A Capacidade Postulatória nos Juizados Especiais Cíveis : A Efetividade do Jus Postulandi. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Bernardo Silva de Seixas; Sebastião Marcelice Gomes. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 235-256.

27.

SEIXAS, B. S.; OLIVEIRA, L. A. . O Sistema de Precedentes : Garantia de Direitos Constitucionais. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Bernardo Silva de Seixas; Sebastião Marcelice Gomes. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 275-294.

28.

SEIXAS, B. S.; CAMPOS, C. C. . Concessão de Benefício Previdenciário em Decorrência do Óbito do Segurado Guardião à Criança ou Adolescentes sob Guarda. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Bernardo Silva de Seixas; Sebastião Marcelice Gomes. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 363-381.

29.

SEIXAS, B. S.; BORBA, J. E. . A Aplicação do Princípio Tuitivo ao Processo do Trabalho. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Marina das Graças de Paula Araújo. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. II, p. 275-293.

30.

SEIXAS, B. S.. Constitucionalização do Direito Civil : Teorias Fundantes e Proteção ao Direito à Vida. In: André L. Costa-Corrêa; Solange Almeida Holanda Silvio. (Org.). Sociedade e Estado : Do Direito de Defesa às Garantias Fundamentais do Cidadão Frente ao Estado. 1ed.Porto Alegre: Paixão Editores, 2017, v. 1, p. 217-234.

31.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Fundamento de Legitimidade entre o Estado Democrático e a Jurisdição Constitucional. In: André L. Costa-Corrêa; Luiz Antonio Campos Corrêa; Solange Almeida Holanda Silvio. (Org.). O Poder Judiciário na Concretização de Direitos Fundamentais. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, v. 1, p. 1-288.

32.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. ; SILVIO, S. A. H. ; CORREA, A. L. C. ; SOUZA, C. A. R. ; RAMOS FILHO, C. A. M. ; MAIA, M. C. ; FONSECA, V. M. ; JUNQUEIRA, D. M. O. ; BRAGA, A. L. A. G. S. ; Aldryn Amaral de Souza . A Proteção Constitucional à Morte Digna. In: Côrrea, André Luiz Campos; Seixas, Bernardo Silva; Souza, Roberta Kelly Silva; Sílvio, Solange Almeida Holanda. (Org.). Direitos e Garantias Fundamentais : Novas Perspectivas. 1ed.Birigui: Boreal, 2015, v. 1, p. 72-85.

33.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Controle Concentrado de Constitucionalidade por Omissão no Brasil e em

Portugal. In: CONPEDI; Uninove. (Org.). Processo e Jurisdição II. 1ed.Florianopólis: FUNJAB, 2014, v. 1, p. 8-31.

34.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O acesso à Justiça Constitucional pelo cidadão no Brasil . Uma necessidade de modificação da Constituição para evolução do Estado Democrático de Direito. In: Mônica Bonneti Couto; Maria dos Remédios Fontes Silva; Angela Araújo da Silveira Espíndola. (Org.). Acesso à Justiça I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 349-378.

35.

SEIXAS, B. S.; BRAGA, A. L. A. G. S. . A omissão do legislador na regulamentação de políticas públicas de incentivo à adoção.. In: Rogério Luiz Nery da Silva; Marcelo Bennachio; Bartira Macedo de Miranda Santos. (Org.). Direitos sociais e políticas públicas IV. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 26-43.

36.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O acesso à Justiça através dos juizados itinerantes federais pelos 'ribeirinhos' do Amazonas. In: Orides Mezzaroba; Raymundo Juliano Rego Feitosa; Vladmir Oliveira da Silveira; Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr. (Org.). Coleção CONPEDI/UNICURITIBA - ACESSO A JUSTIÇA I. 1ed.São Paulo: Clássica Editora, 2014, v. 1, p. 396-413.

37.

SEIXAS, B. S.. A Decisão Injuncional. In: Sérgio Tibiriçá Amaral; Bernardo Silva de Seixas. (Org.). Sistema Constitucional de Garantias : Ensaios e Reflexões. 1ed.Birigui: Boreal, 2014, v. 1, p. 59-83.

38.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O acesso à Justiça através dos juizados itinerantes federais pelos 'ribeirinhos' do Amazonas. In: Mônica Bonnetti Couto; Maria dos Remédios Fontes Silva; Miguel Kfouri Neto. (Org.). Acesso à Justiça I. 1ed.: , 2013, v. 1, p. 406-431.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

SEIXAS, B. S.; CHAVES, C. S. . AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INFANTOJUVENIS: UM ESTUDO JURÍDICO SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO MEIO DE MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL. In: CONPEDI, 2023, Florianopólis. VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI. Florianopólis: CONPEDI, 2023. v. 1. p. 98-117.

2.

SEIXAS, B. S.; MOTA, A. G. . O TRIBUNAL MULTIPORTAS E A (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA FAZENDA PÚBLICA. In: VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2023, Florianopólis. VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI. Florianopólis: Conpedi, 2023. v. 1. p. 311-322.

3.

SEIXAS, B. S.; JACINTHO, E. A. L. . OS HOMOSSEXUAIS E A EXCLUSÃO DESTES NO SISTEMA DE HEMOTERAPIA: QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA OU DE DISCRIMINAÇÃO?. In: II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016, Manaus. II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016.

4.

SEIXAS, B. S.; RODRIGUES, N. F. . A INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A IDENTIDADE DE GÊNERO: A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DO BINARISMO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO. In: II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016, Manaus. II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.

SEIXAS, B. S.;, SOUSA, L. O. . O DISCURSO DE ÓDIO COMO ESTRATÉGIA À INSTABILIDADE DEMOCRÁTICA SOB O GOVERNO BOLSONARO. In: V Encontro do Nepecc ?O papel da extensão universitária: Eleições municipais e o exercício da cidadania política?, 2025, Franca. Anais do encontro do NEPECC "O papel da extensão universitária: eleições municipais e o exercício da cidadania política". São Paulo: Even3, 2024. v. 1. p. 1.

2.

SEIXAS, B. S.; SILVA, R. A. . A ATUAÇÃO DAS CORTES DE JUSTIÇA CONTRA O RETROCESSO: O CASO DA AMÉRICA LATINA. In: V Encontro do Nepecc ?O papel da extensão universitária: Eleições municipais e o exercício da cidadania política?, 2025, Franca. Anais do encontro do NEPECC "O papel da extensão universitária: eleições municipais e o exercício da cidadania política". São Paulo: Even3, 2024. v. 1. p. 1-1.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

SEIXAS, B. S.; FEITOZA, F. J. R. ; VELOSO, T. L. C. . A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VICTOR(IA) DO STF COMO FERRAMENTA VOLTADA AO AUMENTO DE EFICIÊNCIA PROCESSUAL E OS DESAFIOS À PRÁTICA FORENSE. In: LawIN Summit 2.0, 2025, Manaus. LaWIN Summit 2.0 - O Direito e a Inovação a Partir da Transversalidade. São Paulo: Diáletica, 2024. v. 1. p. 442-447.

Apresentações de Trabalho

1.

SEIXAS, B. S.; LIMA, I. C. M. . O Estado Democrático de Direito e a Operação Acolhida : Análise acerca do acolhimentos dos refugiados venezuelanos no Estado de Rorraima. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

SEIXAS, B. S.; FERREIRA, C. A. ; OLIVEIRA, C. S. . Quais os limites da Coisa Julgada. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3.

SEIXAS, B. S.; RAMOS FILHO, C. A. M. . As Sentenças do Controle Abstrato de Constitucionalidade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

4.

SEIXAS, B. S.; FONSECA, V. M. ; MAIA, M. C. . Precedentes e Ativismo Judicial. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

5.

SEIXAS, B. S.; BRAGA, A. L. A. G. S. . A omissão do legislador na regulamentação de políticas públicas de incentivo à adoção.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

6.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O acesso à Justiça Constitucional pelo cidadão no Brasil . Uma necessidade de modificação da Constituição para evolução do Estado Democrático de Direito. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

7.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O acesso à justiça através dos Juizados Itinerantes Federais pelos 'ribeirinhos' do Amazonas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

8.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O controle concentrado de constitucionalidade por omissão no Brasil e em Portugal. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; LEAL, L. F. S.. Participação em banca de Henrique Abdul Nour Tiosso. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO ? ESTUDO CRÍTICO DOS ASPECTOS LEGAIS DO CONTRATO DE CONCESSÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

2.

FERREIRA, A. F.; SILVA FILHO, E. C. E.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Nilda Maria Figueiredo Da Frota. DESAFIOS DO SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO AMAZONAS ? EFEITOS E QUESTÕES TRAZIDAS PELA REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO A LEI Nº14.026/2020. 2025. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

3.

SEIXAS, B. S.; ALMEIDA, C. V. G.; PIMENTA, R. B. C.. Participação em, banca de Helaine Gleicy de Azevedo Borba. UMA ANÁLISE DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO SOB A PERSPECTIVA DO ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS SOCIAIS. 2025. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

4.

SEIXAS, B. S.; OLIVEIRA, A. F.; GALDINO, V. S.. Participação em banca de Renata Petreli Piaé. Amazônia e Energia : Desafios à Universalização do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para a População Amazônica após a Edição da Lei n. 14.182/2021. 2025. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

5.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; SOUZA, A. P.. Participação em banca de Lucyléa Thomé de Paiva. O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL E O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL: O CASO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA RESERV A DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

6.

RIBEIRO, G. M. A.; SOUZA, A. P.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Edvania Barbosa Oliveira Rage. REALIDADES, E PERSPECTIVAS SOBRE PLANO DE RESÍDUO SÓLIDOS NA CIDADE DE MANAUS. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

7.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, A. P.; RIBEIRO, G. M. A.. Participação em banca de Ana Flávia Monteiro Diógenes. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL : A

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO DE ESTRATÉGIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

8.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K.; BATISTA, W. M.. Participação em banca de Giselly Prado Silva Cavalher. Processo e Arbitragem : Função Social e Acesso à Justiça. 2024. Dissertação (Mestrado em Função Social do Direito) - Faculdade Autônoma de Direito.

9.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; FERREIRA, P. F. A.. Participação em banca de Laíza Bezerra Maciel. O USO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA BALNEABILIDADE NO RIO TARUMÃ-AÇU: UMA ANÁLISE DOS FLUTUANTES RECREATIVOS PRÓXIMOS À CIDADE DE MANAUS. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

10.

SEIXAS, B. S.; BENTES, D. S.; PEREIRA, C. M. M.. Participação em banca de SÍLVIA CARLA MACEDO CARDOSO FURTAD. OUVINDO O SILÊNCIO: UM ESTUDO SOBRE A ESCUTA DE CRIANÇAS COMO PRÁTICA JURÍDICA NA DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS NA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS NA COMARCA DE MANAUS". 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

11.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K.; MORO, M. C. F.. Participação em banca de Kathleen dos Santos Gomes. CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE E NATUREZA DO ROL DA ANS QUANTO A COBERTURA: Uma análise à luz dos direitos fundamentais e da interpretação contratual. 2023 - Faculdade Autônoma de Direito.

12.

THAMAY, R. F. K.; CASTILHO, R. S.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Israel Cunha Ferreira. A LITIGIOSIDADE EM MASSA E A VINCULATIVIDADE DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS EM JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS. 2022. Dissertação (Mestrado em Função Social do Direito) - Faculdade Autônoma de Direito.

Teses de doutorado

1.

SEIXAS, B. S.; FRANCA, A. C. L. M.; BRANDAO, F. H. V.; SOUTO, M. F. L. A. E.; SILVA, P. H. T., Participação em banca de WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA. "TELETRABALHO NO BRASIL E NA ARGENTINA: COMPATIBILIDADE COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba.

2.

SEIXAS, B. S.; CARNIO, H. G.; REGO, C. N. M.; MATSUSHITA, M. B. N.; CORREA, G. F.. Participação em banca de Bruno Carvalho Marques dos Santos. Análise do Instituto da Delação Premiada sob o Prima do Neoconstitucionalismo tendo como Princípio norteador a Dignidade da Pessoa Humana e sua Aplicação no Processo Judicial do Caso JBS. 2021. Tese (Doutorado em Função Social do Direito) - Faculdade Autônoma de Direito.

Qualificações de Mestrado

1.

SEIXAS, B. S.; RIBEIRO, G. M. A.; MARINHO, V. M. P. S. M.. Participação em banca de Afrânio Ribeiro da Silva Júnior. JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS POVOS RIBEIRINHOS: UMA ANÁLISE FRENTE AS CONSTANTES SECAS NO AMAZONAS. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

2.

SEIXAS, B. S.; RIBEIRO, G. M. A.; SOUZA, A. P.. Participação em banca de Edvania Barbosa Oliveira Rage. (In)Eficácia da Política de Resíduos Sólidos na Cidade de Manaus. 2024 - Universidade do Estado do Amazonas.

3.

SEIXAS, B. S.; RAMOS FILHO, C. A.; TEIXEIRA, H. S.. Participação em banca de Álex Penha do Amaral. APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO FISCAL DIANTE DA HIPÓTESE DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

4.

SEIXAS, B. S.; FERREIRA, A. F.; SILVA FILHO, E. C. E.. Participação em banca de Nilda Maria Figueiredo da Frota. NAVEGANDO PELOS DESAFIOS DO SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO AMAZONAS ? AVANÇOS E QUESTÕES TRAZIDAS PELA REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO A LEI Nº 14.026/202. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

5.

SEIXAS, B. S.; MELO, S. N.; ALMEIDA, C. V. G.. Participação em banca de Helaine Gleicy de Azevedo Borba. Precedentes Judiciais Obrigatórios Trabalhista : Uma análise dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas do Tribunal Regional do Trabalho da 11 Região sob a Perspectiva do Acesso à Justiça pela via dos Direitos Sociais. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

6.

SEIXAS, B. S.; OLIVEIRA, A. F.. Participação em banca de Renata Petreli Piaé. AMAZÔNIA E ENERGIA ELÉTRICA: DESAFIOS À UNIVERSALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA MATRIZ ENERGÉTICA PARA AS COMUNIDADES AMAZÔNICAS APÓS A EDIÇÃO DA LEI 14.182/21. 2024 - Universidade Federal do Amazonas.

7.

RAMOS FILHO, C. A. M.; LEAO, E. A.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Clarindo José Lúcio Gomes Júnior. Análise da (In)Constitucionalidade da Glosa de Créditos de ICMS nas Operações Interestaduais Com Insumos Oriundos da Zona Franca de Manaus. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

8.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; LEAL, L. F. S.. Participação em banca de Henrique Abdul Nour Tjosso. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO ESTUDO CRÍTICO DOS ASPECTOS LEGAIS DO CONTRATO DE CONCESSÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM". 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

9.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; FERREIRA, P. F. A.. Participação em banca de Laiza Bezerra Maciel. O USO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA BALNEABILIDADE NO RIO TARUMÃ-AÇU: UMA ANÁLISE DOS FLUTUANTES

TARUMÃ AÇU: UMA ANÁLISE DOS FLUTUANTES RECREATIVOS PRÓXIMOS À CIDADE DE MANAUS. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

10.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; SOUZA, A. P.. Participação em banca de Lucyléa Thomé de Paiva. O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL E O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL: O CASO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA RESERV A DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

11.

SEIXAS, B. S.; MOTA, M. N. P. V.; DIAS, M. N. P.. Participação em banca de Fabíola de Carvalho Silva. Mecanismo de Resolução em Conflitos Penais e a Horizontalidade na Aplicação de Metodologias da Justiça Restaurativa na Execução de Medidas Socioeducativas. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

12.

SEIXAS, B. S.; CAVALCANTI, C. C. A. T.; AZEVEDO, T. A. G.. Participação em banca de Sílvia Carla Macedo Cardoso Furtado. O INSTITUTO DO INTERESSE MANIFESTO: as práticas do sistema de justiça quanto ao direito à escuta da criança na Comarca de Manaus. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Tatiana da Silva Almeida.O Jus Postulandi na Justiça do Trabalho e as implicações do Projeto de Lei 33/2013 : Limitações ao acesso à Justiça ou garantia do efetivo patrocínio dos interesses do trabalhador?. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

2.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Bárbara Brasil da Costa.A Jornada de atividade do estágio na lei 11.788/2008 e o estágio obrigatório do curso de

medicina.. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

3.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Rosana Nájala da Mota Lima.O controle de constitucionalidade abstrato de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

4.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Daniely Moraes Corrêa.Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais nas relações trabalhistas no Brasil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

5.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Larissa Salazar Alencar Cavalcante.Trabalho Escravo Contemporâneo: um alerta à responsabilidade de combater esse mal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

6.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de Maria Noeme Tigresa de Souza Matos.A influência do Novo Código de Processo Civil no Direito de Família : A Contribuição da Mediação e da Conciliação em Matéria de Poder Familiar. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

7.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de Afonso Henrique Medina Alencar.A Violação do Art. 1.012 da Lei 13.105/2015 ao Direito Fundamental à Razoável Duração do Processo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

8.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de

Jorge Afonso da Silva Filho.A Repercussão da Responsabilidade Penal na Remuneração dos Servidores Públicos Estatutários. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

9.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de Denival Falcão da Hora Júnior.O Regime Diferenciado de Contratações Públicas - Lei 12.462 de 04 de Agosto de 2011 : Aspectos Controversos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

10.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Fabrício Ferreira de Medeiros.A Face Negativa dos Acordos individuais trabalhistas. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

11.

SEIXAS, B. S.; Marcos Evangelista; João wanderley. Participação em banca de Evelson da SIlva Santos.Parentesco Sociafetiva: Direito do Enteado e sua Caracterização. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

12.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Suzane Leite Costa.Responsabildiade Civil do Empregador para com o Empreado Lesionado em Acidente de Trabalho. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

13.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Ana Vera Farias do Canto Ribeiro.Breve considerações sobre os efeitos jurídicos da síndrome da alienação parental na atualidade brasileira. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

14.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Karina Darc de Sousa.A Culpabilidade nos Crimes Eleitorais. 2015.

Sousa.A Culpabilidade nos Crimes Eleitorais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

15.

SEIXAS, B. S.; VIEIRA, V. S.. Participação em banca de Daniel Pinto Brelaz.Termo de Comodato : Do Direito das Obrigações, regulado pelo Código Civil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

16.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Thaís Figueira de Oliveira.Contrato de Estágio: a descaracterização do contrato de estágio e seus efeitos jurídicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

17.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Jéssica Sthephane Otto Sabbá.Mediação nos conflitos familiares.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

18.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Flávia Bezerra da Costa Souza.Efeitos Jurídicos do Casamento Putativo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

19.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S.; Maria Suely Cruz de Almeida. Participação em banca de Sabriane Guedes da Silva.O princípio da Dignidade Humana e a Interrupção dos serviços públicos por inadimplência. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

20.

SEIXAS, B. S.; Ezelaide Viegas da Costa Almeida. Participação em banca de Waleska Holanda do Nascimento Ribeiro.Reprodução Assistida Post Mortem : O processo de Reconhecimento de Paternidade dos Filhos após a morte do genitor. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de

Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

21.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S.. Participação em banca de Rafaele Silva de Souza.Direito à Saúde : O Fornecimento de Medicamentos e Tratamentos Médicos não Padronizados pelo SUS. 2013 - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

22.

SEIXAS, B. S.; Ezelaide Viegas da Costa Almeida. Participação em banca de Francisco César Gonçalves Ayres da Silveira Júnior.Os Princípios Tributários como Garantia do Contribuinte no Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

23.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S.; José Rogério de Sousa Mendes Júnior. Participação em banca de Luiz Carlos Santos Júnior.A Atuação do Conselho Municipal de Assistência Social enquanto Instância de Controle da Política de Assistência Social no âmbito do Município de Manaus. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

24.

SEIXAS, B. S.; Cássio André Borges dos Santos. Participação em banca de Layanne de Souza Pedrosa.O Paradoxo entre o Estado Democrático de Direito e o Voto Obrigatório no Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

25.

SEIXAS, B. S.; Cássio André Borges dos Santos. Participação em banca de Cristiano Luiz Rodrigues Dantas.A Inconstitucionalidade na Existência de cotas raciais para acesso às faculdades públicas. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

Outras participações

1.

SEIXAS, B. S.; BENTES, D. S.. BANCA EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL N. 47/2024/PROPESP-UFAM, DESTINADO AO INGRESSO DE NOVOS DISCENTES NO PRIMEIRO SEMESTRE LETIVO DE 2025. 2024.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

III Seminário entre a FGV Direito Rio e a UFAM. A Atuação Do Poder Judiciário Em Litígios Que Envolvam Agentes De Mercado Regulatório. 2025. (Congresso).

2.

LAWin Summit 2.0: O Direito e a Inovação a partir da transversalidade,. A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VICTÓRIA) DO STF COMO FERRAMENTA VOLTADA AO AUMENTO DE EFICIÊNCIA PROCESSUAL E OS DESAFIOS À PRÁTICA FORENSE. 2024. (Congresso).

3.

VI Simpósio Internacional de Derecho Consinter. Os Instrumentos de Criação de Precedentes no Código de Processo Civil. 2019. (Congresso).

4.

VI Simpósio Internacional de Derecho Consinter.A Genealogia da Delação Premiada. 2019. (Simpósio).

5.

XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC: (Re)Pensando o direito: Desafios para a construção de novos paradigmas. 2014. (Encontro).

6.

Entre Hidra e Hércules: Princípios e Regras Constitucionais como diferença paradoxal do sistema Judiciário. 2013. (Outra).

7.

III Fórum de Direito Comparado: Brasil X Estados Unidos: Precedentes e Stare Decisis: Uma perspectiva comparativa entre o Brasil e o Estados Unidos. 2013. 2013. (Outra).

8.

Precedentes Obrigatórios e a função do STJ ministrada pelo Prof. Luiz Guilherme Marinoni. 2013. (Outra).

9.

XXII Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE: Sociedade global e seus impactos sobre estudo e a efetividade do direito na contemporaneidade. 2013. (Congresso).

10.

XXII Encontro Nacional CONPEDI/UniCuritiba: 25 anos da Constituição Cidadã: Os Atores Sociais e a Concretização Sustentável dos Objetivos da República. 2013. (Encontro).

11.

A Nova Competência da Justiça do Trabalho: A Questão dos Servidores Públicos. 2008. (Seminário).

12.

I Conferência sobre Reforma Política. 2008. (Seminário).

13.

II Seminário de Direito Penal e Ciências Criminais. 2008. (Seminário).

14.

I WorkShop sobre Sistema Interamericano e Relações

I Workshop sobre Sistema Interamericano e Relações Internacionais. 2008. (Congresso).

15.

Seminário de Direito Penal e Direitos Humanos. 2008. (Seminário).

16.

Seminário de Vinte Anos da Constituição Federal brasiliera. 2008. (Seminário).

17.

Temas Polêmicos do Direito - A Influência das Recentes Reformas Legislativas. 2008. (Seminário).

18.

V Encontro de Operadores de Direito do Trabalho da 11ª Região e do III Seminário do Fórum de Prevenção e Combate à Discriminação do Amazonas - FCODAM. 2008. (Congresso).

19.

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas como Instrumento de Cidadania. 2007. (Seminário).

20.

IV Seminário PGE de Direito Público. 2007. (Seminário).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

Lucas Nonato Cardoso. As dificuldades de acesso à

avaliação social e perícia médica do sistema previdenciário enfrentadas pelos residentes do município de São Paulo de Olivença do Estado do Amazonas e a efetivação dos direitos sociais. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

2.

Paulo Gabriel Gil Batista Melgueiro. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia : Os limites de Um direito Fundamental. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

3.

Beatriz de Almeida do Carmo. DO DIREITO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) NO AMAZONAS: DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA E SOCIAL. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

4.

Glaciene de Oliveira Feitosa. A efetivação de direitos indígenas no Amazonas: desafios no acesso ao sistema público de saúde. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

Sílvia Carla Macedo Cardoso Furtado. O INSTITUTO DO INTERESSE MANIFESTO: as práticas do sistema de justiça quanto ao direito à escuta da criança na Comarca de Manaus. 2023. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas, . Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Amanda Gonçalves Mota. O TRIBUNAL MULTIPORTAS E A (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA FAZENDA PÚBLICA. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

2.

Camila da Silva Chaves. AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INFANTUJUVENIS: UM ESTUDO JURÍDICO SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO MEIO DE MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

3.

Breno Miranda Moreira. A EXPANSÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: QUANDO LIMITAR?. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

4.

Lucas de Oliveira Correia. A RECLAMAÇÃO COMO MEIO DE UNIFORMIZAÇÃO DE TESES FIRMADA EM RECURSOS REPETITIVOS EM TRIBUNAIS SUPERIORES: A DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS ENTRE O STJ E STF. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

5.

Marçk Clark Moutinho. O DIREITO SUCESSÓRIO NA UNIÃO ESTÁVEL A LUZ DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

6.

Rívea Karina Martins Aragão. A responsabilidade e o dano moral em decorrência do abandono afetivo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

7.

Leandro Alves Negreiros Teixeira. ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DE TUTELAS DE URGÊNCIA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

8.

Adriana da Costa Sousa. Violência Obstétrica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

9.

BIANCA WZOREK. CONSEQUENCIAS JURIDICAS DA VIOLENCIA OBSTETRICA PARA A VITIMA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

10.

DOUGLAS MATHEUS LINS JENNINGS. REMESSA NECESSÁRIA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

11.

GABRIELA COSTA DE OLIVEIRA PAIVA. EXCEÇÃO DE PREEXECUTIVIDADE COMO INSTRUMENTO DE DEFESA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

12.

GIDDSON FERREIRA TELES MONTEIRO. RESTRIÇÃO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

13.

LAISA BARBOSA DE PINHO. Repartição de Fundo Partidário. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de

Seixas.

14.

NICOLE TAILAH GONZAGA LAHAN. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: VIABILIDADE OU NÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

15.

Mila Cardoso Sampaio. PRECEDENTES E A REPERCUSSÃO GERAL DA CORRETAGEM. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

16.

Mariana Rodrigues Picanço. O NOVO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO E A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

17.

Bruno Vinícius de Oliveira Guerra. A Multiparentalidade e seus Efeitos Jurídicos no Direito de Herança. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

18.

Giovanna Menezes da Ponte Nascimento. Síndrome da Alienação Parental : Um Olhar Crítico sobre a Lei 12.318/2010. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

19.

Bárbara T Matos de Souza. Reprodução Assistida e o Direito Sucessório Post Mortem. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

20.

Adriano Cunha Cavalcante. Dano Moral no âmbito da Pessoa Jurídica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

21.

Victoria Francisca Campelo Cavalcante. Legitimidade Ad Causam dos Agentes Públicos para Figurar no Polo Passivo de Ação Indenizatória que visa Reparar danos ocasionados a terceiros no exercício da função pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

22.

Bruno Matheus Pinheiro Silva. A Função Punitiva da Responsabilidade Civil na fixação do Dano Moral. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

23.

Iuri Azevedo Nogueira., INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA PARA DEPENDENTES QUÍMICOS DE CRACK E SIMILARES NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

24.

Cíntia de Almeida Negreiros. Direito constitucional do apenado: o trabalho como instrumento de redução de pena. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

25.

Ingrid Porto. A impossibilidade de reabilitação no sistema carcerário brasilerio. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

26.

Laísa Barbosa de Pinho. Estudo e Considerações Jurídicas

do Fundo de Participação dos Estados. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

27.

Nicole Tailah Gonzaga Lahan. Mitigações ao Princípio da Presunção de Inocência no Ordenamento Jurídico. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

28.

Lidiane de Almeida Alves. Inaplicabilidade do Art. 187 do CPM aos Militares Estaduais do Amazonas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

29.

Amanda Prado Lobato. A recorribilidade da decisão em IRDR que suspende a tramitação de processos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

30.

Carlos Miguel Palma Lima Asensi. A lei de anistia para crimes cometidos na ditadura militar. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

31.

Dayara Duarte Araújo. Responsabilidade Internacional do Estado face a CIDH, no caso da Fazenda Brasil Verde. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

32.

Gidson Ferreira Monteiro. As restrições à liberdade de Expressão no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

300

33.

Laryssa Mayná Rocha. Violência Obstétrica: Uma relação aos direitos fundamentais da mulher. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

34.

Rebeca Lourenço Tavares. Atuação do Individuo nas Cortes Internacionais. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

35.

Mila Cardoso Sampaio. Precedentes e a repercussão geral da corretagem. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

36.

Mariana Picanço. Imigração Venezuelana. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

37.

Evelyn Conceição de Oliveira Braga. Abstrativização do controle difuso. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

38.

Maria Clara Correa Pinto. Dispensa de certidões negativas para empresas em processo de recuperação judicial nos procedimentos licitatórios. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

39.

Eloisa de Carvalho Montarroyos. A alternativa de gestão do sistema penitenciário brasileiro na realização do processo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

40.

Mayara Soares Torres. O Caso Ximenes Lopes e o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

41.

Rodrigo Coimbra da Rocha. Validade do Negócio Processual à Luz do Princípio do Devido Processo Legal. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

42.

George Emilio Cunha. Direito de Propriedade na Era Digital. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

43.

Anderson Jared Canuto Queiroz. Danos Morais e Materiais Decorrentes do Atraso de Entrega de Imóvel na Planta. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

44.

Mayane Alencar Matias. O Direito ao Esquecimento nas Redes Sociais`. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

45.

Victor Braga Assayag. Os impactos negativos e positivos trazidos com a terceirização através do Projeto de Lei 4.330/04. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.

(Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

46.

Ana Luisa Teles Farias. Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego: Mitigação do princípio da legalidade para o fortalecimento da proteção do trabalhador. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

47.

Isadora Bessa. Direito ao Esquecimento versus Direito à informação : Análise dos principais precedentes brasilieros em esfera civil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

48.

Laura Macedo Coelho. A Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A efetividade do art. 93 da Lei 8.213/91. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

49.

Tarcila Prado de Negreiros Mendes Neta. A capacidade sucessória do nascituro concebido por inseminação artificial post mortem. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

50.

Almeron Caminha. Precedentes Judiciais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

51.

Marcelo Travessa Guedes. Técnicas de Decisão da Suprema Corte em Sede de Controle Abstrato de Constitucionalidade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

52.

Leonardo da Penha Alves. Direitos Sociais e a Judicialização do Transporte Público. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

53.

Guilherme Shigueru de Almeida Hasimoto. Judicialização e a Adoção por Casais Homoafetivos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

54.

Dreyfus Oliveira Vieira. O Termo Inicial da Prescrição Trabalhista em caso de Acidentes de Trabalho. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

55.

Oseas Neves Grijó. Concessão de Benefício de Prestação Continuada para Estrangeiros. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

Outras informações relevantes

Participante da Primeira Jornada de Direito Processual Civil do Conselho da Justiça Federal

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NON DISCLOSURE AGREEMENT - NDA)

Instrumento Particular de Contrato que firmam entre si, de um lado, **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, neste ato representada por seu representante legal **SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO,** brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF nº 122.869.566-00, endereço eletrônico samuel@intelectual.com.br, residente e domiciliado na Rua Praça São Sebastião, nº 189, Apto 301, Bairro Azurita, na Cidade de Mateus Leme/MG, doravante denominada **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA;** e, de outro lado, a **SRA. ANA CAROLINA BRITO LOPES MATOS**, brasileira, advogada, casada, portadora do RG nº 16766926, SSP/MG e CPF nº 109.197.046-70, com endereço profissional da Av. Dom Pedro II, 521, Sala 12, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-273, doravante denominado **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**.

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si, justas e contratadas, as cláusulas e condições a seguir estipuladas, obrigando-se mutuamente, por si e seus sucessores, ao fiel e integral cumprimento deste Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados e Acordo de Confidencialidade (*Non Disclosure Agreement - NDA*).

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Parágrafo 1º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, atuando na execução de projetos e processos de alta complexidade técnica, cuja conclusão demanda a atuação de profissionais de excelência, altamente capacitados e com profundo conhecimento técnico, incorpora, a partir da assinatura deste contrato, conforme Cláusula Segunda, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** ao seu quadro fixo e corpo técnico permanente, para atuar no suporte e execução dos seus projetos internos e externos, bem como a processos de recuperação de créditos tributários junto a empresas privadas e entes públicos.

Parágrafo 2º. Para tanto, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exercerá a responsabilidade técnica pelos serviços prestados em decorrência deste contrato, observando rigorosamente as Legislação administrativa, tributária e fiscal, as normas de ética profissional e as Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** compromete-se a assegurar que a execução dos serviços técnicos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público,

esteja em estrita conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo 4º. No exercício de suas funções, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** obriga-se a:

I – Assinar documentos técnicos, relatórios, pareceres ou quaisquer outros instrumentos que exijam a intervenção de profissional habilitado, desde que elaborados em conformidade com a legislação aplicável, as normas técnicas e os princípios éticos da profissão;
II – Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** quaisquer irregularidades, não conformidades, impropriedades ou ilícitos identificados durante a execução de suas funções, que possam comprometer a responsabilidade técnica ou infringir normas éticas, administrativas ou legais.

Parágrafo 5º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** declara que atenderá integralmente às exigências regulamentares impostas pela OAB, especialmente no que diz respeito à manutenção de habilitação profissional regular e registros atualizados perante os órgãos competentes.

Parágrafo 6º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** compromete-se a fornecer ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** todas as informações, documentos, meios e condições necessárias para o pleno e regular exercício da responsabilidade técnica, inclusive aqueles destinados à fiscalização da conformidade regulatória e à adequada emissão de relatórios e documentos técnicos.

Parágrafo 7º. É vedado ao **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** realizar quaisquer atos que estejam em desacordo com as normas éticas ou legais aplicáveis, ficando limitada a responsabilidade do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exclusivamente às atividades técnicas efetivamente supervisionadas, orientadas ou executadas com sua ciência e anuência formal.

Parágrafo 8º. A prática, pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, de atos que contrariem as orientações técnicas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, que descumpram normas regulamentares ou que impeçam o regular exercício da responsabilidade técnica poderá ensejar a rescisão imediata deste contrato, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO

Parágrafo 1º. A partir da assinatura deste contrato e enquanto vigente, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** integrará o quadro fixo de profissionais técnicos do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, compondo formalmente sua estrutura profissional perante órgãos públicos, conselhos de classe, clientes e terceiros

interessados, para todos os fins legais e regulamentares.

Parágrafo 2º. A condição de integrante do quadro técnico permanecerá válida até a rescisão ou término deste contrato, ocasião em que cessará automaticamente qualquer vínculo de representação técnica perante o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, sem necessidade de aviso ou formalização adicional além da própria rescisão contratual.

Parágrafo 3º. Durante a vigência deste contrato, o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** poderá indicar o nome, a qualificação profissional, o registro em conselho de classe e demais informações técnicas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** para fins de comprovação de capacidade técnica em cadastros, certidões, licitações, inexigibilidades de licitação, processos administrativos, contratações públicas ou privadas, bem como para apresentação institucional.

Parágrafo 4º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** autoriza expressamente, de forma não exclusiva e limitada ao período de vigência deste instrumento, a utilização de seu currículo, atestados de capacidade técnica, registros profissionais, certificados e comprovantes de qualificação pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, única e exclusivamente para fins relacionados a processos de habilitação técnica, licitatórios ou administrativos, ou para demonstração da estrutura técnica do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** perante órgãos públicos, privados e conselhos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Parágrafo 1º. A remuneração devida ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** pela prestação dos serviços técnicos objeto deste contrato será variável, conforme a demanda de cada projeto, e estabelecida com base no valor da hora técnica de referência.

Parágrafo 2º. O valor da hora técnica de referência é fixado inicialmente em R$ 700,00 (setecentos reais) por hora trabalhada, conforme tabela da OAB/MG, podendo ser ajustado para cada contrato ou projeto mediante pactuação entre as partes.

Parágrafo 3º. A cada 12 (doze) meses as partes revisarão de comum acordo o valor da hora técnica, mediante aplicação do índice IPCA correspondente ao período, ou outro índice que vier a substituí-lo

Parágrafo 3º. Para cada novo contrato, serviço adicional ou atividade específica, será elaborado Termo Aditivo definindo os honorários, as condições de execução e o prazo de pagamento.

Parágrafo 4º. Será observada cobrança mínima de 2 (duas) horas técnicas por atendimento ou evento de atuação, salvo pactuação diversa formalizada em aditivo.

Parágrafo 5º. Nos casos em que o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA/PARTE RECEPTORA** for solicitado para atender demandas urgentes, extraordinárias ou fora do horário comercial, poderá ser aplicado acréscimo de honorários, a ser ajustado previamente entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

Parágrafo 1º. **O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** compromete-se a:

I – Disponibilizar ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** todas as informações, documentos, dados, registros e demais elementos necessários para o pleno e correto exercício das atividades de responsabilidade técnica, de forma precisa, tempestiva e completa, garantindo a adequada execução dos serviços contratados;

II – Cumprir integralmente as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis às atividades desenvolvidas, observando rigorosamente as orientações técnicas, recomendações e pareceres emitidos pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** no âmbito deste contrato;

III – Abster-se de utilizar o nome, assinatura, registro profissional, número de inscrição ou qualquer referência pessoal ou técnica do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** em atos, documentos, declarações ou operações que não tenham sido formalmente autorizados, supervisionados ou efetivamente realizados pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, ou ainda que estejam em desacordo com as disposições deste instrumento.

Parágrafo 2º. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do presente contrato, independentemente de aviso prévio, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, e da responsabilidade exclusiva do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** perante terceiros, autoridades administrativas, fiscais e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo 1º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, na qualidade de responsável técnico, responderá exclusivamente pelas atividades técnicas a ele atribuídas no âmbito deste contrato, em estrita observância às normas profissionais, técnicas e legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** não será responsabilizado por atos, omissões, decisões administrativas, financeiras, comerciais, operacionais ou de gestão interna praticados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, seus prepostos,

empregados, representantes ou terceiros, ainda que tais atos venham a repercutir no âmbito das atividades técnicas.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** igualmente não responderá por quaisquer atos praticados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que:**

I – Contrariem suas orientações, recomendações ou pareceres técnicos formalmente emitidos;
II – Sejam realizados sem seu conhecimento ou fora do escopo de supervisão direta estabelecido neste contrato;
III – Estejam em desconformidade com as normas contábeis, legais ou éticas vigentes.

Parágrafo 4º. A responsabilidade do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** restringe-se exclusivamente às ações que sejam diretamente ligadas ao exercício da responsabilidade técnica para a qual foi **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, não se estendendo a outras áreas de atuação do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** ou a fatos alheios à sua intervenção técnica.

Parágrafo 5º. Eventuais responsabilidades atribuídas ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** somente poderão decorrer de comprovada atuação dolosa ou culposa, diretamente relacionada aos serviços efetivamente prestados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA AUTONOMIA TÉCNICA E DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Parágrafo 1º. O presente contrato tem natureza estritamente civil, não gerando entre as partes qualquer vínculo de natureza empregatícia, societária, associativa ou de subordinação hierárquica, direta ou indireta.

Parágrafo 2º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exercerá suas funções com plena autonomia técnica, observando as normas contábeis e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe a tomada de decisões e a emissão de pareceres, laudos e orientações no âmbito de sua responsabilidade técnica, sem qualquer ingerência do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** nas avaliações e conclusões de ordem técnica.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** não estará sujeito a controle de jornada, hierarquia funcional, cumprimento de ordens de serviço típicas de relação de emprego, nem a quaisquer obrigações inerentes a empregados, ficando sua atuação limitada às responsabilidades técnicas descritas neste contrato e nos respectivos termos aditivos.

Parágrafo 4º. Eventuais pagamentos realizados pelo **CONTRATANTE/PARTE**

DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão da prestação dos serviços técnicos ora contratados não possuem natureza salarial, nem geram direitos trabalhistas, previdenciários ou fundiários de qualquer espécie, cabendo ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** a integral responsabilidade pelo recolhimento de tributos e encargos que incidirem sobre sua remuneração.

Parágrafo 5º. A eventual indicação do nome do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** como integrante do quadro técnico do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** junto a órgãos públicos, conselhos de classe ou terceiros não caracteriza, por si só, qualquer vínculo empregatício ou subordinação, tratando-se de mero atendimento às exigências normativas para o exercício da responsabilidade técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NDA)

Considerando que o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** fornecerá ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** informações extremamente confidenciais em relação às suas atividades e negócios;
Considerando que as informações disponibilizadas possuem caráter sigiloso e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados;

As partes, doravante denominadas conjuntamente como "PARTES", estabelecem o presente compromisso de confidencialidade, nos seguintes termos:

Parágrafo 1º. O presente compromisso de confidencialidade tem por objeto a disponibilização de informações de caráter confidencial pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, informações estas que, sob nenhuma hipótese, poderão ser compartilhadas com terceiros não expressamente autorizados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA.**

Parágrafo 2º. Para os fins desta cláusula, consideram-se "informações de caráter confidencial" todas as informações fornecidas pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** que não poderão ser divulgadas pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, incluindo, mas não se limitando a:

a) Processos internos, modelos e estratégias de negócios;
b) Segredos industriais, comerciais e operacionais;
c) Documentos internos como contratos, memorandos, regimentos, regulamentos, termos, ofícios e seus anexos;
d) Processos administrativos, técnicos e/ou operacionais;
e) Planos de negócios;
f) Bases cadastrais e documentos de clientes, contratantes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;
g) Pesquisas de mercado;
h) Operações financeiras ou bancárias;

i) Pareceres, estudos, análises e documentos correlatos;
j) Relatórios de auditoria, análises e conclusões;
k) Códigos-fonte, elementos de programação, imagens ou gravações de sistemas

l) Dados pessoais de leads, prospects e novos clientes, mantidos pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** em razão do contrato;
m) Dados de contratos individuais de trabalho de colaboradores internos e externos.

Parágrafo 3º. As informações de caráter confidencial relativas a dados pessoais serão também regidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo 4º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** obriga-se a:

a) Cumprir integralmente esta cláusula;
b) Armazenar de forma segura as informações recebidas;
c) Manter total sigilo e confidencialidade das informações;
d) Não divulgar, compartilhar, publicar, copiar ou reproduzir as informações a terceiros não autorizados, nem utilizá-las para obtenção de vantagem própria;
e) Não firmar compromissos em nome do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** sem consentimento expresso;
f) Não compartilhar códigos-fonte ou informações confidenciais;
g) Adotar medidas de segurança para proteção dos dados sob sua guarda;
h) Utilizar as informações exclusivamente nos negócios envolvendo as PARTES.

Parágrafo 5º. Este compromisso de confidencialidade não se aplica às informações comprovadamente:

a) De domínio público;
b) De conhecimento notório;
c) Já conhecidas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** antes do recebimento da PARTE DIVULGADORA;
d) Cuja divulgação seja exigida por lei ou ordem judicial.

Parágrafo 6º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** somente poderá repassar informações confidenciais a seus representantes mediante autorização expressa do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, estendendo-se a estes todas as obrigações previstas nesta cláusula. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** responderá integralmente por eventuais violações cometidas por seus representantes.

Parágrafo 7º. Nas hipóteses de violação deste Acordo de Confidencialidade, a PARTE RECEPTORA estará sujeita ao pagamento de multa no importe de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo 8º. A aplicação do Parágrafo 1º desta Cláusula não afasta eventual responsabilização administrativa, civil e criminal da PARTE RECEPTORA e seus representantes.

Parágrafo 9º. A PARTE RECEPTORA renuncia, expressamente, a qualquer benefício de ordem que, porventura, tenha.

Parágrafo 10º. As obrigações assumidas pela PARTE RECEPTORA permanecerão vigentes mesmo após o término deste Acordo de Confidencialidade e do contrato de prestação de serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, respondendo a PARTE RECEPTORA em casos de violações deste Acordo de Confidencialidade por si e/ou seus Representantes.

Parágrafo 11º. Durante o mesmo período previsto nos Parágrafos 3º e 4º desta Cláusula, a PARTE RECEPTORA não poderá estabelecer de concorrência com a PARTE DIVULGADORA, no tocante a serviços semelhantes ou correlatos àqueles prestados pela PARTE DIVULGADORA, nem prestar serviços a concorrentes que atuem no mesmo ramo e mercado de atuação desta.

Parágrafo 11º. A PARTE RECEPTORA reconhece e declara que NÃO POSSUI propriedade e/ou posse sobre qualquer licença, códigos fontes, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direito de patente, direito de imagem, direito de marca, sendo a PARTE DIVULGADORA A ÚNICA PROPRIETÁRIA E DETENTORA LEGÍTIMA dos direitos tratados no presente Acordo de Confidencialidade.

Parágrafo 12º. Em razão do disposto no Parágrafo 11º desta Cláusula, o presente instrumento NÃO CONCEDE, NEM TRANSMITE qualquer licença ou direito de uso de direito patenteável; direito autoral; direito sobre marca registrada ou qualquer outro meio de propriedade exclusiva.

Parágrafo 13º. Este acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga todas as PARTES.

Parágrafo 14º. A assinatura e aceite do presente Acordo de Confidencialidade NÃO CONFERE à PARTE RECEPTORA nenhum direito a pagamento ou remuneração além daquele já acordado no contrato originário de prestação de serviços.

Parágrafo 15º. Todas as INFORMAÇÕES DE CARÁTER CONFIDENCIAL trocadas entre as PARTES deverão ser devolvidas para à PARTE DIVULGADORA ou comprovadamente destruídas pela PARTE RECEPTORA, imediatamente após a extinção deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

Parágrafo 1º. O presente contrato é celebrado por prazo indeterminado, iniciando-se na data de sua assinatura.

Parágrafo 2º. Qualquer das partes poderá rescindir este contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que tal rescisão gere direito à indenização de qualquer natureza, ressalvados os valores já devidos em razão dos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento.

Parágrafo 3º. Durante o período previsto no *Parágrafo 2º retro*, as partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, salvo se houver convenção expressa em contrário.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG como o competente para dirimir quaisquer lides decorrentes deste Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

ASSINATURA DIGITAL: As partes reconhecem e concordam que a formalização deste contrato será efetivada mediante assinatura digital, garantida pela plataforma Clicksign. Esta prática não apenas assegura a integridade, autenticidade e validade jurídica do presente instrumento, como também reflete o compromisso da PARTE DIVULGADORA com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. A adoção da assinatura digital é uma manifestação direta desse engajamento, contribuindo para a diminuição do consumo de papel e, consequentemente, a redução do impacto ambiental. Além disso, a PARTE DIVULGADORA evidencia seu constante investimento em tecnologia, buscando soluções contemporâneas que otimizem os processos e fortaleçam a relação com seus colaboradores e parceiros.

Belo Horizonte/MG, 28 de abril de 2025.

CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA:

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ 37.782.587/0001-48
Samuel Henrique Gomes Cândido
Sócio-Administrador

CONTRATADO/PARTE RECEPTORA:

Ana Carolina Brito Lopes Matos
CPF nº 109.197.046-70

Currículo Lattes

314



Ana Carolina Brito Lopes Matos

Endereço para acessar este CV: https://lattes.cnpq.br/1753449493606276

Última atualização do currículo em 03/12/2025

Graduada pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Possui Especialização lato sensu em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho. Assistente Técnico Jurídico do Procon de Curvelo. Professora de Direito Conteudista. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Ana Carolina Brito Lopes Matos

Nascimento 24/04/1993 - Curvelo/MG - Brasil

Lattes ID 1753449493606276

Nome em citações bibliográficas MATOS, Ana Carolina Brito Lopes

Formação acadêmica/titulação

2017 - 2018 Especialização em Pós-Graduação em Direito Previdenciario.
Instituto Superior de Educação Ibituruna, ISEIB, Montes Claros, Brasil
Título: A Aposentadoria Especial e a Decisão do STF em Regime de Repercussão Geral no ArRE 664.335: Violação ao Princípio do Não Retrocesso

2012 - 2016 Graduação em Direito.
Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Belo Horizonte, Brasil
Título: A Aposentadoria Especial e a Decisão do STF em Regime de Repercussão Geral no ArRE 664.335: Violação ao Princípio do Não Retrocesso
Orientador: Fernanda de Brito Leão Viana

2008 - 2010 Ensino Medio (2o grau) .
Sociedade Educacional Soma, SOMA, Belo Horizonte, Brasil, Ano de obtenção: 2010

Atuação profissional

Escola Superior Dom Helder Câmara - ESDHC

2013 - 2016 Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Monitora Acadêmica , Carga horária: 30, Regime: Escola Superior Dom Helder Câmara Parcial

2013 - 2014 Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Auxiliar de Pesquisa , Carga horária: 30, Regime: Escola Superior Dom Helder Câmara Parcial

Justiça Federal da 1ª Região - Seção Minas Gerais - JFMG

2014 - 2016 Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Estagiária , Carga horária: 20, Regime: Justiça Federal da 1ª Região - Seção Minas Gerais Parcial

- Escritório de Advocacia Vieira e Soares Advogados Associados - VSS ADVOCADOS

2016 - 2016 Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Estagiária , Carga horária: 30, Regime: – Escritório de Advocacia Vieira e Soares Advogados Associados Parcial

Escritorio de Advocacia Schaper e Andrade Advogados Associados - S&A ADVOCADOS

2017 - 2018 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Advogada Associada , Carga horária: 40, Regime: Escritorio de Advocacia Schaper e Andrade Advogados AssociadosDedicação exclusiva

Ênfase - Cursos Jurídicos - CURSO ÊNFASE

2019 - 2022 Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Monitora Acadêmica , Carga horária: 20, Regime: Ênfase - Cursos Jurídicos Parcial

Centro de Referência Especializado de Assistência Social -Curvelo - CREAS

2021 - 2025 Vínculo: Servidor publico , Enquadramento funcional: Função Publica , Carga horária: 12, Regime: Centro de Referência Especializado de Assistência Social -Curvelo Parcial
Outras informações:
Responsável pelo acompanhamento de todos os processos judiciais e procedimentos administrativos relativos aos usuários da instituição. Atendimento jurídico de todos os usuários do CREAS. Correção de relatorios informativos a serem enviados ao Judiciário e ao Ministério Publico.

Lopes e Matos Advogados - LOPES E MATOS

2018 - Atual Vínculo: autônomo , Enquadramento funcional: Advogada , Carga horária: 20, Regime: Lopes e Matos Advogados Parcial

Escola Estadual Ministro Adauto Lucio - PREMEN

2022 - 2022 Vínculo: Servidor publico , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 8, Regime: Escola Estadual Ministro Adauto Lucio Parcial
Outras informações:

315

Professora de Noções de Direito Tributário; Contratos e Convênios e Gestão de Pessoas (Direito Administrativo e Direito do Trabalho) em Curso Técnico Profissionalizante

Faculdade Arquidiocesana de Curvelo - FAC

2023 - 2023 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 4, Regime: Faculdade Arquidiocesana de Curvelo Parcial
Outras informações:
Professora de Direito Empresarial III

FACIC Curvelo - FACIC

2023 - 2023 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 2, Regime: FACIC Curvelo Parcial
Outras informações:
Professora da disciplina PIM - Meio Ambiente e Sustentabilidade

Gran Cursos Online - GRAN CURSOS

2023 - Atual Vínculo: Prestador de serviços , Enquadramento funcional: Prestador de serviços, Regime: Gran CursosOnline Parcial
Outras informações:
Elaboração de materiais para concursos

Procon do Município de Curvelo - PROCON DECURVELO

2024 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Assistente Técnico Jurídico , Carga horária: 40, Regime: Procon do Município de Curvelo Integral

Produção

Produção Bibliográfica

Livros publicados

1. **MATOS, Ana Carolina Brito Lopes**; LOPES, Ana Carolina Brito ; MATOS, Estevão . Direitos do Consumidor no E-Commerce - Dicas e Orientações para Empresas. ed. 1. Belo Horizonte: , 2020. v.1. p.80.

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 03/12/2025 às 17:44:29.

346

CARTÓRIO DA 5ª CÂMARA CÍVEL - PÇA MILTON CAMPOS

Ofício nº 1234/2025

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2025.

Ilustríssimo(a) Senhor(a),

De ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora Áurea Brasil, Relatora do Agravo nº 1.0000.25.450632-2/001 (4506330-74.2025.8.13.0000), intimo V. S.ª para responder, querendo, no prazo legal, ao citado recurso, bem como juntar cópias das peças que entender convenientes, nos termos do artigo 1.019, II do CPC.

O agravo foi interposto por MANOEL HIPOLITO PINTO, contra decisão proferida nos autos do(a) PROCEDIMENTO COMUM, nº 50051399520258130400, da 2ª Vara Cível, Criminal E De Execuções Penais da comarca de Mariana.

Neste processo, as manifestações são realizadas por meio do Portal do Processo Eletrônico da 2ª Instância - JPe, no "site" deste TJMG.

Atenciosamente,

Elizabete Batista de Bastos Costa, T008925-0, Escrivã em exercício do Cartório da 5ª Câmara Cível - Pça Milton Campos

Ilmo(a). Sr(a).
REPRESENTANTE LEGAL DO MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitscheck, s/n , Centro,
Mariana/MG - CEP: 35420-003

Documento emitido pelo SIAP :

16436031301576571026100942511

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
Controladoria Geral do Município
Praça JK, S/N, Centro - Mariana/MG - CEP: 35.420-000
Fone: (031) 3557-9044

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Administração

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria visando voltada a analise, validação, revisão e emissão de pareceres sobre os processos de geração de manutenção da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da administração direta do município de Mariana.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 197/2025.
Inexigibilidade de licitação nº: 172/2025.

Dispositivo legal: Art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 177/2018, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

No artigo 169, §3°, a Lei n° 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei n° 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal n° 11.813/2024 e do Decreto municipal n° 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal n° 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação 316 folhas reunidas em I

---

[1] **Lei n° 14.133/21 - art. 169, § 3°** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3°, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2] **Decreto municipal n° 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal n° 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal n° 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3] **Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1°.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2°.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. "

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

volume(s). Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – **fls. 001 a 007**, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável (eis) pela elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – **fls. 008 a 024**, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável (eis) pela análise e elaboração, aprovado pelo (a) ordenador (a) de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

3. Consta a análise mapa de riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável(eis) pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas, **fls 049 a 050.**

4. Consta o Termo de Referência – **fls. 026 a 048**, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável(eis) pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

5. Consta a proposta da futura contratada, R$ 904.728,00 (novecentos e quatro mil setecentos e vinte e oito reais). **Fls, 055 a 069.**

6. Consta manifestação do ordenador de despesas *ou* encarregado de planejamento da contratação explicitando a razão da escolha da futura contratada, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei n° 14.133/2021. – **fls. 050 a 053.**

7. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso I do art. 74, da Lei n° 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal n° 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: **- fls. 093 a 284.**

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

8. Consta nos autos a comprovação de que a INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, sob CNPJ: 37.782.587/0001-48, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira com seus prazos de validades vigentes; contrato social; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal; atestado de qualificação técnica - **fls. 285 a 335.**

9. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei n° 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados – fls. 102 a 103, em relação a justificativa de preços. Segue copias das notas fiscais/contrato, **– fls. 070 a 122 e fls. 304 a 316, sendo a juntada de demais comprovação de preços solicitados previamente pelo Controle Interno.**

10. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado e autorizado pelo Ordenador de despesas – **fls. 206 e 207.**

11. Consta a indicação da ficha orçamentária da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente (23.00104.122.1.2421 3.3..9039 - ficha 559), (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1° da Lei Complementar n° 101/2000). Fls. 206.

12. Consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação – fls 006.

13. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - **fls. 208 a 209,** em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal n° 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

14. Consta o parecer jurídico - **fls. 210 a 217**. fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

15. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[5]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[6] do Decreto municipal nº 11.812/2024, ***desde que:***

---

[5] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: ___/___/2024 às ___h___min.

[6] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais n° 11.812/2024 e n° 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em conformidade com o §1° do art. 14, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei n° 14.133/2021.

✓ Confeccionar o empenho da despesa, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à(s) contratação(ões)**. Tal orientação é consentânea com o acordão do TCU, n° 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei n° 4.320/1964".

✓ Confeccionar o empenho, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à realização da despesa.** Nesse ponto, **a Controladoria Geral, recomenda** que seja realizado após a homologação do presente processo e **antes da assinatura do contrato.** Além disso, **recomenda-se** que seja indicado no instrumento contratual, por tratar-se de garantia do particular quanto ao pagamento futuro e por ser um dos requisitos que devem ser analisados pelo gestor para a liquidação da despesa. Tal recomendação é consentânea com o acordão do TCU, n° 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei n° 4.320/1964".

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da**

---

o caso. § 2°. Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. I - Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

formalização do ato de designação e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6°, § 1°, c/c art. 7°, ambos do Decreto Municipal n° 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 05 de dezembro de 2025.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral do Município

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 172/2025

PROCESSO: 197/2025

OBJETO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA EXTERNA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA VOLTADOS A ANALISE, VALIDACAO, REVISAO E EMISSAO DE PARECERES SOBRE OS PROCESSOS DE GERACAO E MANUTENCAO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRACAO DIRETA DA PREFEITURA DE MARIANA.

CONSIDERANDO o interesse da administração pública em contratar serviços técnicos que se alinha às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública;

CONSIDERANDO a contratação justifica-se pela necessidade de contratação de serviço técnico especializados para análise e verificação detalhada da folha de pagamentos no intuito de detectar falhas beneficiando os cofres públicos trazendo economia ao município;

CONSIDERANDO que a complexidade envolvida na análise que exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

CONSIDERANDO que os valores ofertados para prestação de serviço estão compatíveis com o valor de mercado, conforme justificativa de preço apresentada no processo;

CONSIDERANDO os pareceres favoráveis à ratificação do presente procedimento de inexigibilidade de licitação, pautados na legalidade do mesmo, e exarados pela Coordenadoria de Compras, pela Procuradoria Geral do Município e pela Controladoria Interna do Município.

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 05 de dezembro de 2025

Assinado de forma digital por ARLINDA GONCALVES COELHO:04353176609
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3, ou=Presencial, ou=25309277000121, ou=AC SyngularID Multipla, cn=ARLINDA GONCALVES COELHO:04353176609

ARLINDA GONÇALVES COELHO

Secretário Municipal de Administração